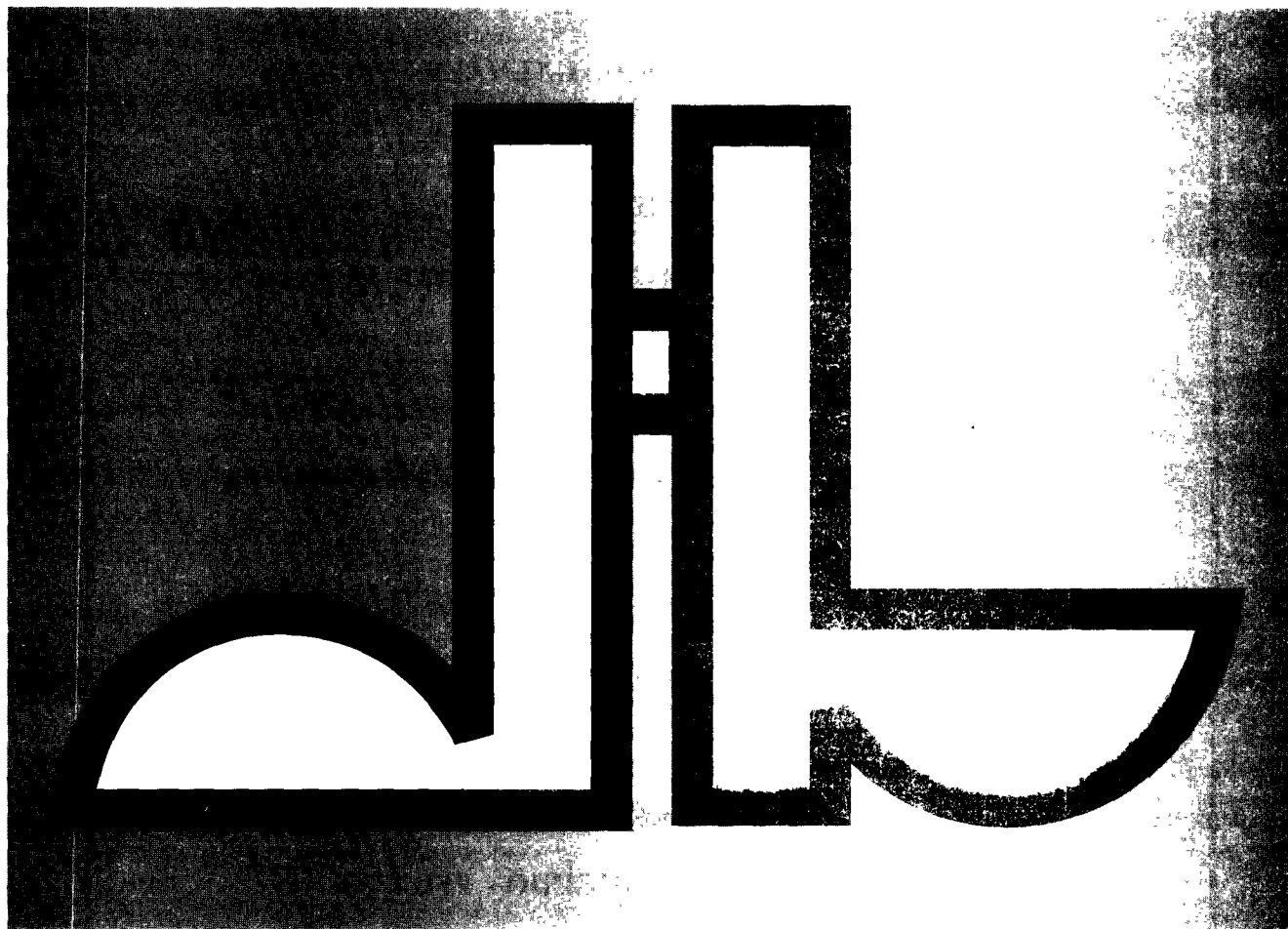




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

ANO LIV - Nº 038 QUARTA-FEIRA, 15 DE DEZEMBRO DE 1999 BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENTE

***Senador* ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – PFL – BA**

1º VICE-PRESIDENTE

***Deputado* HERÁCLITO FORTES – PFL – PI**

2º VICE-PRESIDENTE

***Senador* ADEMIR ANDRADE – Bloco (PT/PDT/PSB/PPS) – PA**

1º SECRETÁRIO

***Deputado* UBIRATAN AGUIAR – PSDB – CE**

2º SECRETÁRIO

***Senador* CARLOS PATROCÍNIO – PFL – TO**

3º SECRETÁRIO

***Deputado* JAQUES WAGNER – Bloco (PT/PDT/PSB/PPS) – BA**

4º SECRETÁRIO

***Senador* CASILDO MALDANER – PMDB – SC**

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 178, de 1999, que aprova os textos da Convenção nº 182 e da Recomendação nº 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação..... 18231

Nº 179, de 1999, que aprova os textos da Convenção nº 138 e da Recomendação nº 146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego, adotadas em junho de 1973, em Genebra..... 18231

2 – ATA DA 21ª SESSÃO CONJUNTA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 1999

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Promulgação de Decretos Legislativos

Nº 178, de 1999, que aprova os textos da Convenção nº 182 e da Recomendação nº 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação..... 18238

Nº 179, de 1999, que aprova os textos da Convenção nº 138 e da Recomendação nº 146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego, adotadas em junho de 1973, em Genebra..... 18238

2.2.2 – Ofício

Nº 79/99, de 29 de novembro último, do Presidente da Comissão Mista Especial criada por meio do Requerimento nº 37, de 1999-CN, destinada a estudar as causas estruturais e conjunturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, comunicando a aprovação do relatório final. (Relatório Final nº 1, de 1999 -CN)..... 18239

2.2.3 – Discursos do Expediente (Breves comunicações)

DEPUTADO JOÃO FASSARELLA – Parabenizando a ratificação das Convenções nºs 138 e 182 da OIT, sobre a erradicação do trabalho infantil.. 18239

DEPUTADA RITA CAMATA – Congratulando-se com o Congresso Nacional pela ratificação das convenções da OIT para a erradicação do trabalho infantil..... 18239

2.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 (Retirada da pauta com aquiescência das lideranças)

Medida Provisória nº 1.925-2, publicada no dia 10 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a Cédula de Crédito Bancário. (Mensagem nº 1.209/99-CN – nº 1.829/99, na origem). 18246

Item 2 (Retirada da pauta com aquiescência das lideranças)

Medida Provisória nº 1.928, publicada no dia 26 de novembro de 1999, que cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e dá outras providências. (Mensagem nº 1.194/99-CN – nº 1.776/99, na origem). Dependendo de parecer a ser proferido em plenário..... 18246

Item 3 (Retirada da pauta com aquiescência das lideranças)

Medida Provisória nº 1.931-2, publicada no dia 2 de dezembro de 1999, que institui o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS. (Mensagem nº 1.204/99-CN – nº 1.795/99, na origem). Dependendo de parecer a ser proferido em plenário..... 18246

Item 4 (Retirada da pauta com aquiescência das lideranças)

Medida Provisória nº 1.932-2, publicada no dia 2 de dezembro de 1999, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências. (Mensagem nº 1.205/99-CN - nº 1.796/99, na origem) Dependendo de parecer a ser proferido em plenário.... 18246

Item 5

Projeto de Lei nº 42, de 1999 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor de R\$ 353.155.000,00, para os fins que especifica. (FND, Fundo de Garantia para a Promoção de Competitividade). **Aprovado o substitutivo**, ficando prejudicado o projeto, após usar da pala-

vra o Sr. Virgílio Guimarães. (Parecer nº 79/99-CN). À sanção. 18246

Item 6

Projeto de Lei nº 45, de 1999 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e de encargos financeiros da União, crédito especial no valor global de R\$291.000,00, para os fins que especifica. (Administração Direta do MPO). **Aprovado.** À sanção. 18259

Item 7

Projeto de Lei nº 47, de 1999 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Senado Federal e da Presidência da República, crédito especial no valor global de R\$2.363.536,00, para os fins que especifica. (Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano). **Aprovado o substitutivo**, ficando prejudicado o projeto, após usarem da palavra os Srs. João Coser e Giovanni Queiroz. (Parecer nº 92/99). À sanção. 18262

Item 8

Projeto de Lei nº 48, de 1999 – CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R\$4.855.000,00, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos. (Assistência Médica, Auxílio Alimentação, Indenização de Transportes aos Oficiais de Justiça). **Aprovado.** (Parecer nº 86/99-CN). À sanção. 18291

Item 9

Projeto de Lei nº 49, de 1999 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de R\$5.400.000,00, para os fins que especifica. (LLOYDBRÁS). **Aprovado.** (Parecer nº 81/99-CN). À sanção. 18297

Item 10

Projeto de Lei nº 50, de 1999 – CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$5.949.717,00, para os fins que especifica. (Contribuição a Entidades Privadas e a Participação em Organismos Internacionais; Manutenção de Hospital de Ensino). **Aprovado.** (Parecer nº 82/99-CN). À sanção. 18301

Item 11

Projeto de Lei nº 55-A, de 1999 – CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$10.959.846,00, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos. **Aprovado.** (Parecer nº 94/99-CN). À sanção. 18331

Item 12

Projeto de Lei nº 55-B, de 1999 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito especial no valor global de R\$620.000,00, para os fins que especifica. **Aprovado.** (Parecer nº 94/99-CN). À sanção. 18351

Item 13

Projeto de Lei nº 57, de 1999 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$12.112.000,00, para os fins que especifica. (DNER, BR-230 do Pará, BR-367/BA, BR-101/Eunápolis). **Aprovado.** (Parecer nº 91/99-CN). À sanção. 18356

Item 14

Projeto de Lei nº 58, de 1999 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor de R\$23.000.000,00, para reforço de dotação constante do orçamento vigente. (Outros custeios e Capital). **Aprovado.** (Parecer nº 83/99-CN). À sanção. 18368

Item 15

Projeto de Lei nº 64, de 1999 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$58.781.391,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento. (DNER; BR-153/PA; BR-163/MT). **Aprovado o substitutivo**, ficando prejudicado o projeto, após usarem da palavra os Srs. João Coser, Giovanni Queiroz, Alberto Goldman e José Antônio. (Parecer nº 93/99-CN). À sanção. 18374

Item 16

Projeto de Lei nº 66, de 1999 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$76.022.300,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento. (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF. Benefício para os Estados do Espírito Santo; Minas Gerais; Pará e Roraima). **Aprovado.** (Parecer nº 84/99-CN). À sanção. 18407

Item 17

Projeto de Lei nº 74, de 1999 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$336.102.046,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente. (Ministério da Defesa; Comando da Aeronáutica; Comando da Marinha). **Aprovado.** (Parecer nº 85/99-CN). À sanção. 18412

Item 18

Projeto de Lei nº 76, de 1999 – CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 1999, em favor da Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. – ELETROSUL, e de Furnas Centrais Elétricas S.A., crédito especial no valor total de R\$466.853.100, 00, para os fins que especifica. **Aprovado.** (Parecer nº 87/99-CN). À sanção. 18425

Item 19

Projeto de Lei nº 80, de 1999 – CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 1999, em favor de diversas empresas do Grupo PETROBRÁS, crédito suplementar no valor total de R\$1.300.234.022,00, e reduz o Orçamento de Investimento da empresa Petrobrás Internacional S.A. – BRASPETRO, no valor global de R\$206.032.800,00, para os fins que especifica. **Aprovado.** (Parecer nº 88/99-CN). À sanção. 18432

Item 20

Projeto de Lei nº 83, de 1999 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$12.458.518.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento. (Administração da Dívida Pública Mobiliária da União). **Aprovado,** após usarem da palavra os Srs. João Coser, Fernando Coruja, José Antonio e Alberto Goldman. (Parecer nº 89/99-CN). À sanção. 18444

Item 21

Projeto de Lei nº 84, de 1999 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, crédito suplementar no valor de R\$ 17.200.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento. **Aprovado,** após usarem da palavra os Srs. João Coser, Giovanni Queiroz, Virgílio Guimarães, Alberto Goldman, José Antonio. (Parecer nº 90/99-CN). À sanção. 18457

2.3.1 – Leitura de requerimentos

Nº 103, de 1999 – CN, de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1999 – CN, que autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 do subprojeto 16.088.0537.1204.0174 – Br -364/AC – Rio Branco – Cruzeiro do Sul, da Unidade Orçamentária 39.201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). **Aprovado.**..... 18464

Nº 104, de 1999 – CN, de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1999 – CN, que autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento

Fiscal da União para 1999 do subprojeto 16.088.0537.1204.0721 – Br-402/MA – Rosário – Divisa MA/PI, da Unidade Orçamentária 39.201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, no valor de R\$4.750.000,00 (quatro milhões, setecentos e cinquenta mil reais). **Aprovado.**..... 18464

Nº 105, de 1999 – CN, de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1999 – CN, que autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 do subprojeto 04.054.0297.1267.0075 – Construção da Barragem de Pedra Redonda – Município de Conceição do Canindé – PI, da Unidade Orçamentária 44204 – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, no valor de R\$8.322.200,00 (oito milhões, trezentos e vinte e dois mil e duzentos reais). **Aprovado.**..... 18465

Nº 106, de 1999 – CN, de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1999 – CN, que dispõe sobre a ampliação do Terminal de Contêineres Margem Esquerda do Porto de Santos, da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP. **Aprovado.**..... 18466

2.3.2 – Ordem do Dia (continuação)

Item 22 (Inclusão na pauta nos termos do Requerimento nº 103, de 1999-CN, de urgência, lido anteriormente)

Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1999 – CN, que autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 do subprojeto 16.088.0537.1204.0174 – Br-364/AC – Rio Branco-Cruzeiro do Sul, da Unidade Orçamentária 39.201 – Departamento Nacional de Estradas e Rodagem – DNER, no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais). **Aprovado.** À promulgação. 18467

Item 23 (Inclusão na pauta nos termos do Requerimento nº 104, de 1999-CN, de urgência, lido anteriormente)

Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1999 – CN, que autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 do subprojeto 16.088.0537.1204.0721 – Br-402/MA – Rosário – Divisa MA/PI, da Unidade Orçamentária 39.201 – Departamento Nacional de Estradas e Rodagem – DNER, no valor de R\$4.750.000,00 (quatro milhões, setecentos e cinquenta mil reais). **Aprovado.** À promulgação. 18467

Item 24 (Inclusão na pauta nos termos do Requerimento nº 105, de 1999-CN, de urgência, lido anteriormente)

Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1999 – CN, que autoriza a execução orçamentária da do-

tação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 do subprojeto 04.054.0297.1267.0075 – Construção da Barragem de Pedra Redonda – Município de Conceição do Canindé – PI, da Unidade Orçamentária 44204 – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, no valor de R\$8.322.200,00 (oito milhões, trezentos e vinte e dois mil e duzentos reais). **Aprovado.** À promulgação..... 18468

Item 25 (Inclusão na pauta nos termos do Requerimento nº 106, de 1999-CN, de urgência, lido anteriormente)

Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1999 – CN, que dispõe sobre a ampliação do Terminal de Contêineres Margem Esquerda do Porto de Santos, da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Alberto Goldman e João Coser. À promulgação..... 18468

2.3.3 – Leitura de requerimento

Nº 107, de 1999-CN, de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1999 – CN, que trata sobre a BR-080 – Uruaçu–Padre Bernardo. **Aprovado**..... 18470

2.3.4 – Ordem do Dia (Continuação)

Item 26 (Inclusão na pauta nos termos do Requerimento nº 107, de 1999-CN, lido e aprovado nesta oportunidade)

Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1999 – CN, que trata sobre a BR-080 – Uruaçu–Padre Bernardo. **Aprovado.** À promulgação. 18470

2.3.5 – Leitura de requerimento

Nº 108, de 1999-CN, de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1999 – CN, que autoriza a execução orçamentária da dotação

consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999, do subprojeto 16.088.0537.1204.0662 – BR-342/MG/Araçuaí–Salinas, da Unidade Orçamentária 39201 – DNER. **Aprovado**..... 18471

2.3.6 – Ordem do Dia (Continuação)

Item 27 (Inclusão na pauta nos termos do Requerimento nº 108, de 1999, lido e aprovado nesta oportunidade)

Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1999 – CN, que autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999, do subprojeto 16.088.0537.1204.0662 – BR-342/MG/Araçuaí–Salinas, da Unidade Orçamentária 39201 – DNER. **Aprovado com emenda**, após usarem da palavra os Srs. Virgílio Guimarães, Romero Jucá e João Coser. À promulgação..... 18471

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – ATAS DE COMISSÕES

3ª Reunião da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.918-1, de 1999, realizada em 5 de outubro de 1999..... 18475

1ª Reunião (instalação) da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.928, de 1999, realizada em 7 de dezembro de 1999..... 18476

16ª Reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 18 de novembro de 1999..... 18477

4 – COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

5 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

6 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

(*) DECRETO LEGISLATIVO Nº 178, DE 1999

Aprova os textos da Convenção nº 182 e da Recomendação nº 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São aprovados os textos da Convenção nº 182 e da Recomendação nº 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de dezembro de 1999. – Senador, **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

(*) O texto da Convenção acima citado está publicado no DSF de 4-12-99.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

(*) DECRETO LEGISLATIVO Nº 179, DE 1999

Aprova os textos da Convenção nº 138 e da Recomendação nº 146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego, adotadas em junho de 1973, em Genebra.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São aprovados os textos da Convenção nº 138 e da Recomendação nº 146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de dezembro de 1999. – Senador, **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

(*) O texto da Convenção acima citado está publicado no DSF de 4-12-99.

Ata da 21ª Sessão Conjunta em 14 de dezembro de 1999

1º Sessão Legislativa Ordinária da 51ª legislatura

Presidência do Sr. Antonio Carlos Magalhães

ÀS 21 HORAS E 35 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Agnelo Alves – Alberto Silva – Alvaro Dias – Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Távola – Bello Paraga – Bernardo Cabral – Carlos Patrocínio – Casildo Maldaner – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emilia Fernandes – Ernandes Amorim – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Jorge – José Roberto Arruda – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Estevão – Luiz Otavio – Luiz Pontes – Luzia Toledo – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Roberto Freire – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana.

E OS SRS. DEPUTADOS:

	Partido	Bloco
RORAIMA		
Airton Cascavel	PPS	
Alceste Almeida	PMDB	
Almir Sá	PPB	
Elton Rohnelt	PFL	
Francisco Rodrigues	PFL	
Luciano Castro	PFL	

Luís Barbosa	PFL	
Robério Araújo	PL	PL/PST/PSL

Presentes de Roraima: 8

AMAPÁ

Antonio Feijão	PSDB	
Badu Picanço	PSDB	
Dr. Benedito Dias	PPB	
Eduardo Seabra	PTB	
Evandro Milhomen	PSB	PSB/PCdoB
Jurandil Juarez	PMDB	
Sérgio Barcellos	PFL	

Presentes do Amapá: 7

PARÁ

Anivaldo Vale	PSDB	
Babá	PT	
Deusdeth Pantoja	PFL	
Elcione Barbalho	PMDB	
Gerson Peres	PPB	
Giovanni Queiroz	PDT	
Jorge Costa	PMDB	
Josué Bengtson	PTB	
Nilson Pinto	PSDB	
Paulo Rocha	PT	
Raimundo Santos	PFL	
Renildo Leal	PTB	
Valdir Ganzer	PT	
Vic Pires Franco	PFL	
Zenaldo Coutinho	PSDB	

Presentes do Pará: 15

AMAZONAS

Arthur Virgílio	PSDB	
Átila Lins	PFL	
Francisco Garcia	PFL	
José Melo	PFL	
Luiz Fernando	PPB	
Pauderney Avelino	PFL	

Silas Câmara	PTB		Remi Trinta	PST	PL/PST/PSL
Vanessa Grazziotin	PCdoB	PSB/PCdoB	Roberto Rocha	PSDB	
Presentes do Amazonas: 8			Sebastião Madeira	PSDB	
RONDÔNIA			Presentes de Maranhão: 15		
Agnaldo Muniz	PDT		CEARÁ		
Confúcio Moura	PMDB		Adolfo Marinho	PSDB	
Eurípedes Miranda	PDT		Almeida de Jesus	PL	
Exedito Júnior	PFL		Aníbal Gomes	PMDB	
Marinha Raupp	PSDB		Antonio Cambraia	PSDB	
Nilton Capixaba	PTB		Chiquinho Feitosa	PSDB	
Oscar Andrade	PFL		Eunício Oliveira	PMDB	
Sérgio Carvalho	PSDB		Inácio Arruda	PCdoB	PSB/PCdoB
Presentes de Rondônia: 8			José Linhares	PPB	
ACRE			José Pimentel	PT	
Ildefonso Cordeiro	PFL		Léo Alcântara	PSDB	
João Tota	PPB		Manoel Salviano	PSDB	
José Aleksandro	PFL		Mauro Benevides	PMDB	
Marcos Afonso	PT		Moroni Torgan	PFL	
Nilson Mourão	PT		Nelson Otoch	PSDB	
Sérgio Barros	PSDB		Pinheiro Landim	PMDB	
Zila Bezerra	PFL		Raimundo Gomes de Matos	PSDB	
Presentes do Acre: 7			Rommel Feijó	PSDB	
TOCANTINS			Sérgio Novais	PSB	PSB/PCdoB
Antônio Jorge	PTB		Ubiratan Aguiar	PSDB	
Darci Coelho	PFL		Presentes do Ceará: 19		
Freire Júnior	PMDB		PIAUÍ		
Igor Avelino	PMDB		Átila Lira	PSDB	
João Ribeiro	PFL		B.Sá	PSDB	
Osvaldo Reis	PMDB		Ciro Nogueira	PFL	
Pastor Amarildo	PPB		Heráclito Fortes	PFL	
Paulo Mourão	PSDB		João Henrique	PMDB	
Presentes de Tocantins: 8			Mussa Demes	PFL	
MARANHÃO			Paes Landim	PFL	
Albérico Filho	PMDB		Themístocles Sampaio	PFL	
Antonio Joaquim Araújo	PPB		Wellington Dias	PMDB	
Cesar Bandeira	PFL		Presentes do Piauí: 9		
Costa Ferreira	PFL		RIO GRANDE DO NORTE		
Eliseu Moura	PPB		Betinho Rosado	PFL	
Francisco Coelho	PFL		Iberê Ferreira	PPB	
Gastão Vieira	PMDB		Laire Rosado	PMDB	
João Castelo	PSDB		Lavoiser Maia	PFL	
José Antonio	PSB	PSB/PCdoB	Ney Lopes	PFL	
Neiva Moreira	PDT		Presentes do Rio Grande do Norte: 5		
Pedro Fernandes	PFL		PARAÍBA		
Pedro Novais	PMDB		Adauto Pereira	PFL	
			Armando Abílio	PMDB	
			Avenzoar Arruda	PT	

Carlos Dunga	PMDB			SERGIPE	
Damião Feliciano	PMDB			Adelson Ribeiro	PSC
Domiciano Cabral	PMDB			Augusto Franco	PSDB
Efraim Moraes	PFL			Cleonânicio Fonseca	PPB
Enivaldo Ribeiro	PPB			Jorge Alberto	PMDB
Inaldo Leitão	PSDB			José Teles	PSDB
Marcondes Gadelha	PFL			Marcelo Déda	PT
Ricardo Rique	PSDB			Pedro Valadares	PSB
Wilson Braga	PFL			Sérgio Reis	PSDB
Presentes da Paraíba: 12				Presentes de Sergipe: 8	

PERNAMBUCO

Antônio Geraldo	PFL				
Armando Monteiro	PMDB				
Carlos Batata	PSDB				
Clementino Coelho	PPS				
Djalma Paes	possible	PSB/PCdoB			
Eduardo Campos	PSB	PSB/PCdoB			
Fernando Ferro	PT				
Gonzaga Patriota	PSB	PSB/PCdoB			
Inocêncio Oliveira	PFL				
João Colaço	PMDB				
Joaquim Francisco	PFL				
Joel De Hollanda	PFL				
José Chaves	PMDB				
José Mendonça Bezerra	PFL				
José Múcio Monteiro	PFL				
Luciano Bivar	PSL	PL/PST/PSL			
Luiz Piauhyllino	PSDB				
Marcos de Jesus	PST	PL/PST/PSL			
Oswaldo Coelho	PFL				
Pedro Corrêa	PPB				
Pedro Eugênio	PPS				
Ricardo Fiuza	PFL				
Salatíel Carvalho	PMDB				
Sérgio Guerra	PSDB				
Severino Cavalcanti	PPB				

Presentes de Pernambuco: 25**ALAGOAS**

Albérico Cordeiro	PTB				
Augusto Farias	PPB				
Givaldo Carimbão	PSB	PSB/PCdoB			
Helenildo Ribeiro	PSDB				
João Caldas	PL	PL/PST/PSL			
José Thomaz Nonô	PFL				
Luiz Dantas	PST	PL/PST/PSL			
Olavo Calheiros	PMDB				
Regis Cavalcante	PPS				

Presentes de Alagoas: 9**BAHIA**

Aroldo Cedraz	PFL				
Claudio Cajado	PFL				
Coriolano Sales	PMDB				
Eujácio Simões	PL			PL/PST/PSL	
Félix Mendonça	PTB				
Francistônio Pinto	PMDB				
Geddel Vieira Lima	PMDB				
Geraldo Simões	PT				
Gerson Gabrielli	PFL				
Jaime Fernandes	PFL				
Jairo Carneiro	PFL				
Jaques Wagner	PT				
João Almeida	PSDB				
João Leão	PSDB				
Jonival Lucas Junior	PPB				
Jorge Khoury	PFL				
José Carlos Aleluia	PFL				
José Lourenço	PFL				
José Rocha	PFL				
José Ronaldo	PFL				
Jutahy Junior	PSDB				
Leur Lomanto	PFL				
Luiz Moreira	PFL				
Manoel Castro	PFL				
Mário Negromonte	PSDB				
Nelson Pellegrino	PT				
Nilo Coelho	PSDB				
Paulo Braga	PFL				
Paulo Magalhães	PFL				
Pedro Irujo	PMDB				
Reginaldo Germano	PFL				
Roland Lavigne	PFL				
Saulo Pedrosa	PSDB				
Ursinho Queiroz	PFL				
Waldir Pires	PT				
Walter Pinheiro	PT				

Yvonilton Gonçalves PPB
Presentes da Bahia: 37

MINAS GERAIS

Ademir Lucas	PSDB	
Aécio Neves	PSDB	
Antônio do Valle	PMDB	
Aracely de Paula	PFL	
Bonifácio de Andrade	PSDB	
Cabo Júlio	PL	PL/PST/PSL
Carlos Melles	PFL	
Carlos Mosconi	PSDB	
Cleuber Carneiro	PFL	
Custódio Mattos	PSDB	
Danilo de Castro	PSDB	
Edmar Moreira	PPB	
Eduardo Barbosa	PSDB	
Eliseu Resende	PFL	
Fernando Diniz	PMDB	
Gilmar Machado	PT	
Glycon Terra Pinto	PMDB	
Hélio Costa	PFL	
Jaime Martins	PFL	
João Fassarella	PT	
João Magalhães	PMDB	
João Magno	PT	
José Militão	PSDB	
Júlio Delgado	PMDB	
Lael Varella	PFL	
Lincoln Portela	PST	PL/PST/PSL
Márcio Reinaldo Moreira	PPB	
Marcos Lima	PMDB	
Maria do Carmo Lara	PT	
Maria Elvira	PMDB	
Mário de Oliveira	PMDB	
Narcio Rodrigues	PSDB	
Nilmário Miranda	PT	
Odelmo Leão	PPB	
Olimpio Pires	PDT	
Osmânio Pereira	PMDB	
Paulo Delgado	PT	
Philemon Rodrigues	PMDB	
Rafael Guerra	PSDB	
Roberto Brant	PFL	
Romel Anizio	PPB	
Romeu Queiroz	PSDB	
Ronaldo Vasconcellos	PMDB	
Sérgio Miranda	PCdoB	PSB/PCdoB
Silas Brasileiro	PMDB	

Virgílio Guimarães PT
 Vitorio Mediolí PSDB
 Walfrido Mares Guia PTB
 Zezé Perrella PFL
Presentes de Minas Gerais: 50

ESPÍRITO SANTO

Aloízio Santos	PSDB
Feu Rosa	PSDB
João Coser	PT
José Carlos Elias	PTB
Magno Malta	PTB
Marcus Vicente	PSDB
Max Mauro	PTB
Ricardo Ferraço	PSDB
Rita Camata	PMDB

Presentes do Espírito Santo: 9

RIO DE JANEIRO

Alcione Athayde		PPB
Aldir Cabral		PFL
Alexandre Santos	PSDB	
Almerinda de Carvalho	PFL	
Antonio Carlos Biscaia	PT	
Arolde de Oliveira	PFL	
Ayrton Xerêz	PPS	
Bispo Rodrigues	PL	PL/PST/PSL
Carlos Santana	PT	
Celso Jacob	PDT	
Coronel Garcia	PSDB	
Dino Fernandes	PSDB	
Dr. Heleno	PSDB	
Eber Silva	PDT	
Eduardo Paes	PTB	
Eurico Miranda	PPB	
Fernando Gabeira	PV	
Fernando Gonçalves	PTB	
Jair Bolsonaro	PPB	
Jandira Feghali	PCdoB	PSB/PCdoB
João Mendes	PMDB	
Jorge Wilson	PMDB	
José Carlos Coutinho	PFL	
Laura Carneiro	PFL	
Luís Eduardo	PDT	
Luiz Ribeiro	PSDB	
Luiz Salomão	PDT	
Luíz Sérgio	PT	
Marcio Fortes	PSDB	
Mattos Nascimento	PMDB	

Milton Temer	PT		José de Abreu	PTN	
Miriam Reid	PDT		José Dirceu	PT	
Miro Teixeira	PDT		José Genoíno	PT	
Pastor Valdeci Paiva	PL/PST/PSL		José Índio	PMDB	
Paulo Baltazar	PSB	PSB/PCdoB	José Machado	PT	
Paulo Feijó	PSDB		José Roberto Batochio	PDT	
Ricardo Maranhão	PSB	PSB/PCdoB	Julio Semeghini	PSDB	
Roberto Jefferson	PTB		Lamartine Posella	PMDB	
Rodrigo Maia	PTB		Luíz Antonio Fleury	PTB	
Ronaldo Cezar Coelho	PSDB		Luíza Erudina	PSB	PSB/PCdoB
Rubem Medina	PFL		Marcelo Barbieri	PMDB	
Simão Sessim	PPB		Marcos Cintra	PL	PL/PST/PSL
Vivaldo Barbosa	PDT		Medeiros	PFL	
Wanderley Martins	PDT		Michel Temer	PMDB	
Presentes do Rio de Janeiro: 44			Milton Monti	PMDB	
SÃO PAULO			Moreira Ferreira	PFL	
Alberto Goldman	PSDB		Nelo Rodolfo	PMDB	
Alberto Mourão	PMDB		Nelson Marquezelli	PTB	
Aldo Rebelo	PCdoB	PSB/PCdoB	Neuton Lima	PFL	
Aloizio Mercadante	PT		Paulo Kobayashi	PSDB	
André Benassi	PSDB		Paulo Lima	PMDB	
Angela Guadagnin	PT		Professor Luizinho	PT	
Antonio Carlos Pannunzio	PSDB		Ricardo Berzoini	PT	
Antonio Kandir	PSDB		Robson Tuma	PFL	
Antonio Palocci	PT		Rubens Furlan	PPS	
Arlindo Chinaglia	PT		Salvador Zimbaldi	PSDB	
Arnaldo Faria de Sá	PPB		Sampaio Dória	PSDB	
Arnaldo Madeira	PSDB		Sílvio Torres	PSDB	
Bispo Wandervál	PL	PL/PST/PSL	Telma de Souza	PT	
Celso Giglio	PTB		Valdemar Costa Neto	PL	PL/PST/PSL
Celso Russomanno	PPB		Xico Graziano	PSDB	
Clovis Volpi		PSDB	Zulaíê Cobra	PSDB	
Couraui Sobrinho	PFL		Presentes de São Paulo: 64		
Cunha Bueno	PPB		MATO GROSSO		
De Velasco	PST	PL/PST/PSL	Celcita Pinheiro	PFL	
Delfim Netto	PPB		Lino Rossi	PSDB	
Dr. Hélio	PDT		Murilo Domingos	PTB	
Duilio Pisaneschi	PTB		Pedro Henry	PSDB	
Edinho Araújo	PPS		Ricarte de Freitas	PSDB	
Eduardo Jorge	PT		Wilson Santos	PMDB	
Emerson Kapaz	PPS		Presentes do Mato Grosso: 6		
Fernando Zuppo	PDT		DISTRITO FEDERAL		
Gilberto Kassab	PFL		Agnelo Queiroz	PCdoB	PSB/PCdoB
Iara Bernardi	PT		Alberto Fraga	PMDB	
Jair Meneguelli	PT		Geraldo Magela	PT	
João Hermann Neto	PPS		Jorge Pinheiro	PMDB	
João Paulo	PT		Maria Abadia	PSDB	
Jorge Tadeu Mudalen	PMDB				

Paulo Octávio PFL
 Pedro Celso PT
 Ricardo Noronha PMDB

Presentes do Distrito Federal: 8**GOIÁS**

Barbosa Neto PMDB
 Euler Moraes PMDB
 Geovan Freitas PMDB
 Jovair Arantes PSDB
 Juquinha PSDB
 Lídia Quinan PSDB
 Lúcia Vânia PSDB
 Luiz Bittencourt PMDB
 Nair Xavier Lobo PMDB
 Norberto Teixeira PMDB
 Pedro Canedo PSDB
 Pedro Chaves PMDB
 Pedro Wilson PT
 Roberto Balestra PPB
 Vilmar Rocha PFL
 Zé Gomes da Rocha PMDB

Presentes de Goiás: 16**MATO GROSSO DO SUL**

Ben-Hur Ferreira PT
 João Grandão PT
 Marçal Filho PMDB
 Marisa Serrano PSDB
 Nelson Trad PTB
 Pedro Pedrossian PFL
 Waldemir Moka PMDB

Presentes do Mato Grosso do Sul: 7**PARANÁ**

Abelardo Lupion PFL
 Affonso Camargo PFL
 Airton Roveda PFL
 Alex Canziani PSDB
 Basílio Villani PSDB
 Chico da Princesa PSDB
 Dilceu Sperafico PPB
 Dr. Rosinha PT
 Flávio Arns PSDB
 Gustavo Fruet PMDB
 Hermes Parcianello PMDB
 Ivania Guerra PFL
 José Borba PMDB
 José Carlos Martinez PTB

José Janene PPB
 Luciano Pizzatto PFL
 Luiz Carlos Hauly PSDB
 Márcio Matos PT
 Max Rosenmann PSDB
 Moacir Micheletto PMDB
 Nelson Meurer PPB
 Odilio Balbinotti PSDB
 Oliveira Filho PPB
 Osmar Serraglio PMDB
 Padre Roque PT
 Ricardo Barros PPB
 Rubens Bueno PPS
 Santos Filho PFL
 Werner Wanderer PFL

Presentes do Paraná: 29**SANTA CATARINA**

Antônio Carlos Konder Reis PFL
 Carlito Merss PT
 Edinho Bez PMDB
 Edison Andrino PMDB
 Fernando Coruja PDT
 Gervásio Silva PFL
 João Matos PMDB
 João Pizzolatti PPB
 José Carlos Vieira PFL
 Luci Choinacki PT
 Pedro Bittencourt PFL
 Raimundo Colombo PFL
 Renato Vianna PMDB
 Serafim Venzon PDT
 Vicente Caropreso PSDB

Presentes de Santa Catarina: 15**RIO GRANDE DO SUL**

Airton Dipp PDT
 Alceu Collares PDT
 Augusto Nardes PPB
 Caio Riela PTB
 Cezar Schimer PMDB
 Darcísio Perondi PMDB
 Enio Bacci PDT
 Esther Grossi PT
 Fernando Marroni PT
 Feter Júnior PPB
 Germano Rigotto PMDB
 Henrique Fontana PT
 Júlio Redecker PPB

Luis Carlos Heinze	PPB	
Luiz Mainardi	PT	
Marcos Rolim	PT	
Mendes Ribeiro Filho	PMDB	
Nelson Marchezan	PSDB	
Nelson Proença	PMDB	
Osvaldo Biolchi	PMDB	
Paulo José Gouvêa	PL	PL/PST/PSL
Paulo Paim	PT	
Pompeo de Mattos	PDT	
Roberto Argenta	PHDBS	
Synval Guazzelli	PMDB	
Telmo Kirst	PPB	
Valdeci Oliveira	PT	
Waldir Schmidt	PMDB	
Waldomiro Fioravante	PT	
Yeda Cruzius	PSDB	

Presentes do Rio Grande do Sul: 30

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— As listas de presença acusam o comparecimento de 73 Srs. Senadores e 478 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Srs. Congressistas, aproveito esta última sessão do Congresso Nacional para promulgar dois decretos legislativos da maior importância para a justiça social no que diz respeito às crianças. Refiro-me à proibição das piores formas de trabalho infantil e a ação imediata para a sua eliminação, assim como a idade mínima de admissão ao emprego.

Essas duas matérias sensibilizaram tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal, pois foram aprovadas em espaço de tempo nunca visto em assuntos dessa natureza. Daí porque passo a assinar os autógrafos para que os referidos decretos legislativos possam estar publicados já amanhã no **Diário Oficial** da União, possibilitando, assim, a Sua Excelência o Senhor Presidente da República incluir tais matérias no ordenamento jurídico brasileiro.

São os seguintes os decretos promulgados:

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

(*) DECRETO LEGISLATIVO

Nº 178, DE 1999

Aprova os textos da Convenção 182 e da Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São aprovados os textos da Convenção 182 e da Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sanado Federal, 14 de dezembro de 1999. — Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

(*) O texto da Convenção acima citado está publicado no **DSF**, de 4-12-99.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

(*) DECRETO LEGISLATIVO

Nº 179, DE 1999

Aprova os textos da Convenção 138 e da Recomendação 146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego, adotadas em junho de 1973, em Genebra.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São aprovados os textos da Convenção 138 e da Recomendação 146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional, quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art.

49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de dezembro de 1999. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

(*) O texto da Convenção acima citado está publicado no **DSF**, de 4-12-99.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, ofício que vai ser lido pelo Sr. Primeiro Secretário em Exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

(*) OF. Nº 79/99 – CME-COMB-POBREZA

Brasília, 29 de novembro de 1999

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista Especial criada através do Requerimento nº 37, de 1999-CN “Destinada a estudar as causas estruturais e conjunturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou o seu Relatório Final, no dia 24 p.p., concluindo assim as suas atividades.

Esclareço, entretanto, que o Relatório da Comissão será encaminhada posteriormente a Vossa Excelência, tão logo seja concluída a sua Redação Final pelo Senhor Relator.

Cordialmente, Senador **Maguito Vilela**, Presidente.

(*) O Relatório nº 1, de 1999-CN, encontra-se publicado em suplemento à presente edição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com referência ao ofício que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que o Relatório Final nº 1, de 1999-CN, da Comissão Mista Especial criada pelo Requerimento nº 37, de 1999-CN, destinada a estudar as causas estruturais e conjunturais da pobreza no País e apresentar soluções legislativas para sua erradicação, já encontra-se publicado e será encaminhado às autoridades competentes.

As propostas de Emenda à Constituição resultantes dos trabalhos da Comissão terão sua tramitação iniciada no Senado Federal e tornaram os nºs 94 a 96, de 1999.

O SR. JOÃO FASSARELLA (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. JOÃO FASSARELLA (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas destacar que este é um dos atos mais importantes do Congresso Nacional. A ratificação das Convenções nºs 138 e 182, da OIT, vem resgatar uma dívida da Nação brasileira, da sociedade brasileira para com as crianças e os adolescentes do nosso País.

Chamo a atenção de V. Exª para a presença, honrosa para o nosso País, de Kaylash Sathyart, que, em nome da luta internacional na divulgação e no esforço para a erradicação do trabalho infantil — ele está visitando o Brasil hoje —, está presente a esta sessão, abrilhantando este ato que engrandece o povo brasileiro, o Congresso Nacional e a todos aqueles que, no mundo inteiro, lutam para erradicar o trabalho infantil.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra à Deputada Rita Camata, para uma breve comunicação.

A SRA. RITA CAMATA (PMDB – ES. para uma breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero também, neste momento, congratular-me com V. Exª, com todos os Congressistas e com o povo brasileiro pela promulgação que ocorre num momento extremamente feliz para o nosso povo e com a agilidade que a matéria exige.

Ontem, ainda, no Senado Federal, aprovavam-se os dois projetos de decreto legislativo, e V. Exª, nesta noite, já faz a promulgação. Também compartilho com V. Exª, com os Congressistas, pelo esforço desenvolvido para a erradicação do trabalho infantil. Saúdo também o Sr. Kaylash Sathyart, que representa todo o movimento internacional pela erradicação do trabalho infantil. São 140 países e 14 milhões de entidades não-governamentais empenhados em permitir que nossas crianças tenham acesso à escola, ao aprendizado e, dessa forma, impedindo que elas trabalhem, muitas vezes de forma desumana, e percam a sua inocência em atividades, na maioria das vezes, não adequadas a elas.

Portanto, parabéns a V. Exª e a esta Casa. Espero que possamos, neste momento, reafirmar o compromisso com as nossas crianças e adolescentes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra, para uma comunicação, o Líder Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por

falta de acordo, solicitamos a retirada de pauta da emenda da Medida Provisória referente ao REFIS – Refinanciamento de Dívidas das Empresas Brasileiras.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP) – Em relação a esse ponto específico, considero essa uma medida prudente, mas aproveito, porque estamos iniciando a sessão ...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Deputado José Genoíno, primeiramente vou retirar a matéria de pauta. Depois, darei a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sendo assim, será retirada a matéria da Ordem do Dia. Provavelmente a Medida Provisória será reeditada pelo Senhor Presidente da República, e, posteriormente, o Congresso Nacional a examinará.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é importante que eu faça esta comunicação a V. Ex^a, aos Senadores e aos Deputados, até porque não quero deixar nenhum Congressista constrangido ou surpreendido com essa matéria sobre a qual vou falar agora.

Há exatamente 20 dias, iniciamos, na sessão do Congresso Nacional, um processo de negociação com a Liderança do Governo, por ocasião da votação do Projeto de Conversão da Medida Provisória da dívida dos agricultores.

Na negociação da Medida Provisória, cujo Projeto de Conversão foi aprovado, garantiu-se a negociação de quem estava na securitização, ampliou-se o prazo para aqueles agricultores que se inscreveram no PESA.

Naquela sessão, a Bancada do PT poderia impedir a votação daquele Projeto. Recebi apelo de todos os Líderes para que deixassem votar o Projeto de Conversão, que na Medida Provisória nº 1.846 se buscava uma solução negociada para a dívida dos pequenos e miniagricultores e também dos inscritos no Pronaf. Quinze dias após, houve uma sessão do Congresso Nacional em que a Bancada do PT poderia ter pedido verificação. Não realizamos esse ato democrático. Recebermos um apelo do Líder Arthur Virgílio a fim de que na sessão seguinte, realizada exatamente há uma semana, deixássemos

votar os créditos suplementares. E concordamos com uma sessão do Congresso Nacional na quarta-feira e outra hoje. Tal procedimento de acordo foi presenciado por V. Ex^a, como Presidente do Congresso Nacional. Confesso que o Líder Arthur Virgílio teve em relação a esta Liderança uma atitude de empenho.

No entanto, reunimo-nos com a Liderança do Governo há uma semana e ficou acertado que exatamente no dia de hoje a equipe econômica do Governo nos forneceria as bases e os parâmetros de uma medida legal, seja via medida provisória, seja via projeto de conversão da Medida Provisória nº 1.846. Realizamos uma reunião hoje à tarde no Ministério da Fazenda, com Amaury Bier, que falou em nome do Ministro Pedro Malan. Na reunião, foi comunicado à representação da Bancada do PT, por intermédio do Deputado João Grandão, e ao Líder Arthur Virgílio que os parâmetros de uma negociação não podiam ser oferecidos tecnicamente na reunião de hoje. Não solicitamos a proposta; solicitamos os parâmetros para uma negociação. A equipe econômica, e não o Líder Arthur Virgílio, não apresentou os parâmetros para a negociação das dívidas dos pequenos e miniagricultores e dos que estão inscritos no Pronaf.

Estamos, Sr. Presidente, na última sessão do Congresso Nacional. Nesta sessão, esperávamos ter algum parâmetro do que poderia representar uma medida legal durante a convocação extraordinária, mas não temos nenhum.

Diante dessa situação, lamento comunicar à Casa que esta Liderança será obrigada, diante de qualquer item da pauta, sem julgar o seu mérito – e espero uma comunicação, é claro, dos Líderes da base do Governo –, a cumprir seu dever de pedir verificação.

Não podemos encerrar a Sessão Legislativa e reabrir o Congresso Nacional na convocação extraordinária sem termos uma posição sobre o único ponto que a Oposição colocou em nome da Bancada do PT, que é uma alternativa para uma proposta que apresentamos inclusive ao Ministro Pedro Malan, quando S. Ex^a participou de uma audiência pública da Comissão de Agricultura. Diante do que considero intransigência e insensibilidade da equipe econômica – inclusive a equipe econômica não prestigiou o Líder do Governo que comprometeu aqui a sua palavra –, a Bancada do PT, respeitosa-mente, comunica a V. Ex^a e aos Líderes que não há outra solução, a depender do que possa ser coloca-

do, senão cumprir o ritual das Breves Comunicações e pedir verificação, independentemente de concordância com o mérito da proposição.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Deputado Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sou testemunha do espírito público do Deputado José Genoíno ao longo dessas três semanas e meia de negociações sobre o endividamento dos pequenos produtores rurais. Fiz um agradecimento público a S. Ex^a porque, de fato, colaborou, e muito, para que matérias de extrema relevância para o País fossem aqui votadas. É evidente que nem tudo se passa conforme pode imaginar alguém, por mais lúcido e preparado que seja, que esteja plantado nas hostes da Oposição. As tratativas do Governo são mais sofisticadas, os passos nem sempre são desejados. Hoje, elevamos o patamar da negociação para o Ministério da Fazenda. Temos uma proposta formal, feita pelo PSDB por meio do Deputado Xico Graziano, que é um avanço. Havia uma proposta considerada demasiada pelo Ministério da Fazenda de autoria do Partido dos Trabalhadores. Agora há outra, que passa a ser examinada, do Deputado Xico Graziano. Por outro lado, temos absoluta convicção de que matérias relevantes que estão na pauta de hoje poderiam ser examinadas uma a uma pela Liderança do PT para chegarmos a um acordo. São todas importantes para a continuação da administração federal. Se assim fizéssemos, seria mais um ganho e manteríamos o que é, na verdade, nossa vontade principal, aliás, não só a nossa, mas a de todos os Líderes que compõem a base do Governo nesta Casa, que é manter um patamar elevado de negociação, com respeito e com o cumprimento da palavra empenhada. Estamos fazendo o impossível para apresentar uma coerente, séria, consistente proposta a respeito da questão que envolve o endividamento dos pequenos produtores rurais. Não tenho como não fazer um apelo ao Deputado José Genoíno, para que, encerrando esta Sessão Legislativa, S. Ex^a entenda que não ficamos parados, que avançamos. Talvez não tenhamos avançado tanto quanto S. Ex^a desejava, mas as negociações avançaram a ponto de eu me sentir autorizado a pedir a S. Ex^a que reveja a posição legítima, respeitável, que não terei outro remédio a não ser acatar, mas que discuto agora, com a fraternidade e com o respeito de sempre,

em nome de um entendimento que, em primeiro lugar, ressalvará matérias relevantes para a administração do País, e, em segundo lugar, para que se estimule com a paciência que têm os chineses e que haverão de aprender a tê-la os Congressistas brasileiros também, paciência para costurar negociações sofisticadas, ainda que demorem mais do que a nossa vontade, mais do que o nosso idealismo, mas que, ao fim, haverão de redundar em bons acordos para os pequenos produtores rurais. Neste caso não temos como deixar de dizer que não há ainda execuções, portanto, não há a urgência reclamada pelo Líder José Genoíno. Reconheço o seu direito, repito.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que para nós seria extremamente estimulante se S. Ex^a se dispusesse a prosseguir as negociações, entendendo que é nosso direito, é nosso dever, é nosso desejo fazer que essa negociação chegue a um bom acordo, sobretudo para que possamos hoje votar e amanhã prosseguir no entendimento que haverá de ser de alto nível, o que se tem verificado nas sessões do Congresso. Todas as vezes que se pode chegar a um acordo se chega e poucas vezes tivemos momentos efetivos de confronto, porque, sobretudo, tem sempre sobrevivido e pairado acima de nossas cabeças o interesse nacional, o que, na verdade, tem unido aqui Governo e Oposição.

Reitero, portanto, o apelo ao nobre Líder José Genoíno no sentido de que retire a sua determinação de pedir verificação de **quorum**, a fim de que possamos examinar, uma a uma, no mérito, as matérias, que são todas elas relevantes para que se toque para frente a administração deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE) Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) Tem a palavra o Deputado Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) Ouvi atentamente, Sr. Presidente, essa discussão. Acredito que haja matérias aqui que são consensuais, podendo ser votadas tranqüilamente, sobretudo a que trata dos créditos suplementares, que passaram pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde já se fez uma triagem. A matéria chega, pois, ao Plenário devidamente estabelecida.

Todavia, as medidas provisórias constantes da pauta hoje, Sr. Presidente, são altamente polêmicas. A primeira dispõe sobre a Cédula de Crédito Bancário – e esta matéria já foi retirada, sequer foi colocada em pauta; a segunda cria a Agência Nacional de Seguro Suplementar.

No particular, sem entrar no mérito da questão, eu gostaria de dizer que eu, que sou uma pessoa que se inteira muito desse problema, não estou diretamente convencido, como não estão os Líderes do PPB e do PTB, que me pediram para fazer um apelo aos demais Líderes no sentido de retirarmos essa matéria. Ela não está, assim, devidamente madura para ser votada, Sr. Presidente. Trata-se de matéria polêmica. Aqui, há duas correntes disputando onde se localizará a Agência: um grupo quer que ela fique no Rio de Janeiro, como estabelecido na própria MP; o outro pretende que ela venha para Brasília. De minha parte, tenho dúvidas quanto à constitucionalidade da posição de quem pretende mudar, sobretudo por se tratar de competência privativa do Poder Executivo determinar a localidade.

No entanto, Sr. Presidente, sem querer ir ao mérito, ainda porque entendo que a matéria tem um grande Relator, o Deputado Ronaldo César Coelho, penso que a matéria não está madura, não tendo havido um maior esclarecimento da Casa. Trata-se, repito, de uma matéria importantíssima. Discutem-se até percentuais e valores. Quanto será arrecadado? R\$80 milhões? Para que R\$80 milhões? Em que serão aplicados esses R\$80 milhões? O dinheiro público não pode ser discutido sem que a ele se dê uma destinação. Esses recursos serão recolhidos ao Tesouro Nacional? Caso afirmativo, aprovo agora mesmo. Querem fazer caixa para o Tesouro Nacional? Aprovo agora mesmo.

Assim, Sr. Presidente, quero discutir melhor a matéria – e não apenas eu, mas os Líderes do PPB, do PTB e tantos outros. Se continuarem insistindo na votação desta matéria, pedirei verificação de quorum. Não vou aceitar, em nome do PFL, que se vote matéria que não esteja devidamente esclarecida. Esta Casa tem responsabilidade para com a Nação. Não vou permitir que esta Casa vote, de última hora, projetos dessa importância sem uma maior discussão.

Sr. Presidente, V. Ex^a, mais uma vez, demonstrou sua grande capacidade, seu grande espírito público ao propor que a referida medida seja reexaminada até para que cheguemos, mais tarde, ao

entendimento. A matéria também não foi devidamente acordada.

Quanto ao mais, Sr. Presidente, todas as matérias estão assim. Como votar uma pauta dessa natureza? Será mais um espaço para divergências entre Oposição e Governo.

Por isso, Sr. Presidente, em nome do bom-senso, do equilíbrio, das matérias que devem ser votadas nesta Casa com responsabilidade, peço que se reflita sobre a pauta e que se votem as matérias que possam engrandecer este Poder, e não aquelas das quais não temos sequer conhecimento.

Esta é a posição do PFL.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou completamente de acordo com a colocação do Deputado Inocêncio de Oliveira, inclusive quanto à retirada também da segunda medida provisória a ser examinada hoje, que trata da localização da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ) Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro endossa as palavras do Líder do PFL, Inocêncio Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Já há consenso, pelo menos dos partidos majoritários, quanto à retirada desse item da pauta.

Assim, está retirada também esta matéria atinente à Agência Nacional de Saúde Suplementar.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PDT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao eminente Deputado Miro Teixeira, como Líder.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PDT – RJ) Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há algo estranho acontecendo. Nós, do PDT, somos Oposição; ali, do outro lado, falam os partidos da base de sustentação do Governo.

Consideramos bom o projeto que cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar, haja vista que os Planos de Saúde estão aí agindo livremente, sem fiscalização nenhuma. A população, o consumidor, aquele que paga sempre a conta está absolutamente entregue à própria sorte. Tardiamente, o Governo tomou uma providência, já que a Susep foi extinta.

Portanto, estranhamos que partidos da base de sustentação do Governo, nesta hora, recusem-se a votar a matéria. Não se trata de aprovar nem de rejeitar, mas de votar uma matéria atinente a 40 milhões de brasileiros filiados a Planos de Saúde e absolutamente entregues à própria sorte, à sorte da manipulação, da especulação financeira. Lamentamos, Sr. Presidente!

Também julgamos simpático o Projeto de Lei de Conversão que institui o Programa de Recuperação Fiscal. Inclusive, a esse propósito, cumprimentei o Deputado José Carlos Aleluia, ainda há pouco, porque o referido projeto melhora em muito a medida provisória. Gostaríamos de votar a favor.

Então, dá-se aqui um novo fenômeno. Já vimos maioria aqui na Câmara dos Deputados obstruir quando a minoria quer votar, invertendo a velha lógica – maioria vota e minoria esperneia. E, agora, estamos vendo que iniciativas do Governo, que poderiam ter o apoio da Oposição – e, no caso da Agência Nacional de Saúde Suplementar, nós do Rio de Janeiro com redobrado entusiasmo, porque a proposta do Governo é colocar a Agência no Estado do Rio de Janeiro, onde sempre funcionou, por 50 anos, a Susep, eixo da maior concentração de associados a planos de saúde –, lamentavelmente, não poderemos votar, porque, de forma estranha, desta vez, a base do Governo decidiu discutir um pouco mais. De outra parte, com relação a emendas constitucionais, inúmeras são as vezes em que, neste plenário, encerra-se a discussão no décimo orador.

Sr. Presidente, fica aqui o registro. É claro que, quanto aos créditos que passaram pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, votaremos a favor. Como não teremos oportunidade de ter mais uma sessão do Congresso Nacional nesta Sessão Legislativa, cumprimento V. Ex^a pela maneira judiciosa com que presidiu os trabalhos do Congresso Nacional, respeitando a Oposição, o Regimento Interno e, acima de tudo, a Constituição e os interesses do País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP) – Sr. Presidente, solicito a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sobre essa matéria, a Bancada do PT deve uma explicação. Em primeiro lugar, somos favoráveis...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Devo interromper V. Ex^a apenas para dizer que os Líderes estão tomando a Hora do Expediente.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP) – Sr. Presidente, em breves palavras, devo dizer que, em relação à supracitada Agência, objeto da Medida Provisória n.º 1.928, somos favoráveis à sua criação; a que se retire a fiscalização dos planos de saúde da esfera de atuação da Susep, indo para uma agência sob a fiscalização do Ministério da Saúde; a que haja uma fiscalização com a imposição de multas por infrações cometidas; somos favoráveis, ainda, como votamos na regulamentação dos planos de saúde, a que essa iniciativa privada, que mexe com a saúde do cidadão, tenha uma fiscalização rigorosa do Ministério da Saúde, por meio de uma agência.

Qual o problema dessa Agência, Sr. Presidente? Primeiro, o modelo de agência está sendo discutido pelo País. As agências que existem hoje não estão exercendo a sua função fiscalizadora, reguladora.

Segundo, é necessário, na criação das agências, deixar definido o papel do Congresso Nacional. Há algumas agências sobre as quais o Congresso Nacional não tem nenhum poder – é o caso da Anatel, da Aneel e da ANP.

Em terceiro lugar, Sr. Presidente, pensamos que é necessário, na composição da agência, estabelecer um mecanismo público em relação a um órgão fundamental a fim de garantirmos a função pública do Estado.

É importante dizer isso, Sr. Presidente, porque esta Casa está realizando um debate, por exemplo, sobre a Agência Nacional da Água. Realizamos um debate sobre a Aneel e sobre a Anatel; teremos que realizar um grande debate sobre o Banco Central. Temos que fazer um debate, de preferência com um projeto de lei, sobre essa agência – isso é que é importante – para que se crie uma agência com força, com poder de fiscalização e com poder de punição.

O que não podemos é criar uma agência por medida provisória, sem a realização de audiência pública, sem um debate nesta Casa, mesmo considerando que concordamos com os objetivos da agência, que é retirar a fiscalização dos planos de saúde da Susep – e concordamos com multas punitivas. Entendemos que uma agência dessa importância merece debate e audiência pública na Casa. Temos de realizar uma discussão mais séria sobre a importância dessa agência, para não aprovarmos uma agência com um discurso, e depois, na prática, não termos uma fiscalização efetiva. Na verdade, temos de mudar profundamente o estatuto das agências reguladoras criadas no País. É uma precaução que a Bancada do PT tem o dever de comunicar a V. Ex^a.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi atentamente a manifestação de alguns Líderes e quero dizer que ninguém se preocupa mais com esse processo do que nós do PFL. Queremos defender aqueles 40 milhões de brasileiros que têm plano de saúde. Queremos uma agência nacional de saúde suplementar bem estruturada, bem definida, e que os seus diretores sejam aprovados pelo Senado Federal, como nas demais agências; queremos que se dê destinação a esses R\$80 milhões que vão ser arrecadados; queremos uma agência enxuta, com 50 funcionários e não com 250 ou 300 funcionários; queremos algo que funcione bem em defesa daquele mais necessitado, daquele que tem plano de saúde.

Não se venha aqui dizer que se quer procrastinar para defender setores que coordenam, os donos dos planos de saúde. Não! O sentimento do PFL é o de defender o mais pobre, o mais humilde, sobretudo na linha social liberal em que nos inserimos. O Estado tem responsabilidade para com os mais necessitados, e é com essa responsabilidade que o PFL quer votar um projeto correto, sério, que estabeleça uma verdadeira Agência Reguladora da Saúde Suplementar em nosso País.

O SR. JUTAHY JUNIOR (PSDB – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Deputado Jutahy Junior.

O SR. JUTAHY JUNIOR (PSDB – BA) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos surpresos com a questão que se está apresentando em relação à Agência Nacional de Saúde Suplementar.

O nosso Relator, Deputado Ronaldo Cezar Coelho, que tem o respeito desta Casa pela competência dedicada ao seu mandato em defesa de interesses nacionais, fez, nesse projeto, um estudo com afinco para defender o interesse de 40 milhões de brasileiros que querem a regulamentação dos planos de saúde. A execução desses planos só será possível, com a lei aprovada neste Congresso, com a criação dessa agência.

O PSDB, não apenas como Partido da base do Governo, mas principalmente como Partido interessado na vida do cidadão, deseja que este projeto seja aprovado. É necessário para o País que a Agência Nacional de Saúde Suplementar seja aprovada. Aceitamos as ponderações e negociações, mas não podemos compreender que um assunto dessa magnitude, que afeta milhões de brasileiros, possa ser procrastinado, ao ponto de não termos a possibilidade de aplicação dentro do princípio da anualidade.

Se porventura jogarmos essa matéria para a convocação extraordinária, é necessário que seja aprovada na primeira semana da convocação, porque senão o princípio da anualidade será rompido, o que seria um terrível prejuízo para toda a sociedade brasileira.

Não podemos compreender que uma discussão sobre onde seja a sede – que é uma questão supérflua, não é essencial – seja obstáculo a um entendimento tão necessário a essa matéria.

Confio na competência política do Congresso Nacional, na competência política do nosso Relator, Ronaldo Cezar Coelho, que tem a atribuição de fazer um texto que atenda o grande interesse deste País.

Por isso, o PSDB está ansioso por uma solução. Precisamos votar essa agência, que representa muito para o País.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PPB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PPB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um protesto com relação aos Líderes.

A sessão do Congresso, na primeira meia hora, é para Breves Comunicações. Os parlamentares que não fazem parte desse colégio seletivo já não têm tempo para poderem se manifestar.

Penso que o Líder não é mais Deputado que qualquer outro Deputado. Então, que cumpram o que diz o Regimento. Primeiro, os três que estão inscritos para Breves Comunicações, depois a sessão será toda deles, dos Líderes, dos que mandam nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Infelizmente, o tempo do Expediente já se esgotou.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PPB – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Fica registrado que não há respeito para com os Deputados que não são Líderes nesta Casa.

O SR. RONALDO CEZAR COELHO (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço, por favor, que me conceda a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Ex.^a fala pela Liderança?

O SR. RONALDO CEZAR COELHO (PSDB – RJ) – Como Relator da matéria que está em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A matéria não está mais em discussão, já saiu da pauta.

O SR. RONALDO CEZAR COELHO (PSDB – RJ) – Posso falar como Vice-Líder do Governo?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Infelizmente, o eco do Plenário proíbe a fala de V. Ex.^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem a palavra V. Ex.^a

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de dar conta das tratativas que fazemos com o Líder José Genoíno e as oposições. A proposta nossa é bastante simples: até a segunda semana da convocação extraordinária, poder-se ter aqui fechada a questão em torno da proposta para os pequenos produtores rurais. E nós aqui propomos que não se

vote hoje nenhuma medida provisória, ficaria tudo para a primeira semana da convocação, para que pudéssemos, por consenso, aprovar todos os créditos, esses, sim, urgentíssimos para se fazer o trabalho da Administração Pública Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência julga muito razoável a proposta de V. Ex.^a e tem certeza de que contará com o apoio do Líder José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem a palavra V. Ex.^a.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, considerando que V. Ex.^a, neste momento e nesta falação, continua, como Presidente do Congresso Nacional, dando o aval, portanto V. Ex.^a faz um apelo a esta Liderança, como avalista, e acena com a possibilidade de que é possível uma proposta alternativa do Governo, que será oferecida no prazo pelo Líder Arthur Virgílio. Temos matérias importantes na convocação extraordinária, em que podemos utilizar do mesmo procedimento de hoje. Quero, nesta matéria, construir uma alternativa para os mini e pequenos produtores e não desejo romper uma relação positiva com o Líder Arthur Virgílio, que V. Ex.^a tem presenciado publicamente. Assim, consideramos a ponderação de S. Ex.^a e de V. Ex.^a.

Espero, Líder Arthur Virgílio, não de V. Ex.^a, mas da equipe econômica do Governo, que seja feita uma leitura do nosso gesto de boa-vontade e do de V. Ex.^a. Ocorre que, quando conversamos entre Líderes e V. Ex.^a, a conversa é fácil, mas quando começamos a conversar com alguns membros da equipe econômica do Governo, ela torna-se muito dura, bastante intransigente. Portanto, vamos mais uma vez confiar no processo de negociação, com o aval agora do Presidente do Congresso Nacional.

O SR. RONALDO CEZAR COELHO (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, em grau de recurso, peço a palavra por um minuto. Trata-se de matéria relevante e não deve ser considerado o eco do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Ex.^a.

O SR. RONALDO CEZAR COELHO (PSDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar nesta noite que cheguei aqui em 1986, mas este é um momento muito grave e muito sério da minha vida pública e da minha carreira.

Estou assaltado pelo sentimento – queira Deus que eu esteja errado – de que estamos tomando uma decisão errada em não votarmos a Agência Nacional de Saúde Suplementar, que dá alma à Lei dos Planos de Saúde. A Lei dos Planos de Saúde, Sr. Presidente, ficou presa oito anos, e foi numa missão do meu chefe Luís Eduardo Magalhães que para lá fui quatro meses. Foram quatro meses trabalhando até duas, três horas da manhã, no gabinete do Anexo III, no gabinete do Deputado Humberto Costa, no Anexo IV, Ney Lopes, Arlindo Chinaglia, e finalmente conseguimos, sabe Deus, vencendo tantas dificuldades, fazer a Lei dos Planos de Saúde. Pois a Lei dos Planos de Saúde, Sr. Presidente, não será nada, será letra morta se não tivermos uma Agência Nacional de Saúde Suplementar independente, com pessoal próprio, independente administrativamente.

Tenho receio, e queira Deus que eu esteja errado, que, ao fazer o adiamento esta noite de aprovação de matéria tão relevante, estejamos sepultando todos os esforços desse Congresso para tirar oito anos uma lei que os interesses proibiam que fosse aprovada e que só foi aprovada pela mão firme, pela liderança inolvidável de Luís Eduardo Magalhães.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Tendo em vista as ponderações das lideranças, ficam retiradas as medidas provisórias constantes dos itens 1 a 4 da Ordem do Dia.

São os seguintes os itens retirados:

– Item 1 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.925-2,
DE 9 DE DEZEMBRO DE 1999

Votação, em turno único, da Medida Provisória nº 1.925-2, publicada no dia 10 de dezembro de 1999, que “dispõe sobre a Cédula de Crédito Bancário”. Mensagem nº 1.209/99-CN nº 1.829/99, na origem).

– Item 2 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.928,
DE 25 DE NOVEMBRO DE 1999

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 1.928, publicada no dia 26 de

novembro de 1999, que “cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e dá outras providências”. (Mensagem nº 1.194/99-CN nº 1.776/99, na origem).

Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

– Item 3 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.931-2,
DE 1º DE DEZEMBRO DE 1999

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 1.931-2, publicada no dia 2 de dezembro de 1999, que “institui o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS”. (Mensagem nº 1.204/99-CN nº 1.795/99, na origem).

Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

– Item 4 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.932-2,
DE 1º DE DEZEMBRO DE 1999

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 1.932-2, publicada no dia 2 de dezembro de 1999, que “altera a legislação tributária federal e dá outras providências” (Mensagem nº 1.205/99-CN nº 1.796/99, na origem).

Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 5:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei nº 42, de 1999** do Congresso Nacional, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito no valor de R\$353.155.000,00 (trezentos e cinquenta e três milhões, cento e cinquenta e cinco mil reais), para os fins que especifica”.

Ao projeto de lei foram apresentadas 19 emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 79, de 1999-CN, concluiu pela apresentação de substitutivo, incorporando o texto da Emenda nº 17 e rejeição das demais emendas apresentadas.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 79, DE 1999-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei n.º 42, de 1999-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor de R\$ 353.155.000,00, para os fins que especifica".

RELATOR: Deputado FREIRE JÚNIOR

I – RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 1.061, de 1999-CN (nº 1.586/99, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional projeto de lei autorizando o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, crédito especial no valor de R\$ 353.155.000,00 (trezentos e cinquenta e três milhões, cento e cinquenta e cinco mil reais), em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND e do Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade – FGPC.

A Exposição de Motivos nº 445, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que integra a Mensagem, e respectivos anexos explicam que:

- a) o crédito especial de R\$ 267.775.000,00 (duzentos e sessenta e sete milhões, setecentos e setenta e cinco mil reais), pleiteado para o FND, destina-se a financiamentos na área de transporte coletivo de massa e de infra-estrutura viária, tendo como fontes a incorporação de superávit financeiro, apurado em balanço patrimonial, no valor de R\$ 214.631.000,00 (duzentos e quatorze milhões, seiscentos e trinta e um mil reais), e o excesso de arrecadação de recursos diretamente arrecadados no montante de R\$ 53.144.000,00 (cinquenta e três milhões, cento e quarenta e quatro mil reais);
- b) a parcela prevista para o FGPC, no montante de R\$ 85.380.000,00 (oitenta e cinco milhões, trezentos e oitenta mil reais), visa facilitar o acesso das micros e pequenas empresas a créditos de médio e longo prazos, e será viabilizada por meio da incorporação de parte dos recursos provenientes das contas de depósitos cujos cadastros não foram objeto de atualização, de acordo com o disposto no art.2º da Lei nº 9.526, de 8.12.97, que destina 40% desses recursos ao FGPC.

II - ANÁLISE

O FND, de acordo com art. 2º do Decreto 193, de 21.8.91, tem por finalidade prover recursos para a realização pela União, de investimentos de capital previstos pelo Governo Federal necessários à dinamização do desenvolvimento nacional e apoio à iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas, competindo ao Presidente do BNDES a função de Secretário-Executivo desse fundo.

O FGPC, por sua vez, segundo o dispõe o art. 1º da Lei nº 9.531, de 10.12.97, tem a finalidade de prover recursos para garantir o risco das operações de financiamento realizadas pelo BNDES e pela Agência Especial de Financiamento Industrial – Finame.

Com as diversas modificações ocorridas na estrutura do Poder Executivo a partir de janeiro de 1999, em decorrência da edição da Medida Provisória nº 1.795, de 1º de janeiro de 1999, (atualmente: MP nº 1911-11, de 26.10.99), o BNDES tornou-se entidade supervisionada do MDIC e, conseqüentemente, foram a ele transferidos os fundos em questão.

Os recursos que alimentam esses fundos são provenientes de arrecadação própria ou de receitas da União a eles vinculadas por lei. A autorização para a abertura do crédito especial de que trata o presente Projeto de Lei tem sua origem no interesse dessas unidades orçamentárias no financiamento de novos projetos de desenvolvimento, a partir de recursos excedentes gerados ou recebidos pelos fundos, superando a previsão inicial de receitas constante da Lei nº 9.789, de 23.2.99 (Lei Orçamentária para 1999).

III – APRECIÇÃO DE EMENDAS

Ao PL nº 42/99-CN foram apresentadas 19 emendas, de autoria de vários parlamentares.

As emendas de nºs 01 a 11, 16 e 19 solicitam, em suma, o direcionamento de recursos do FGPC à garantia de operações de financiamento a micro e pequenas empresas de determinados Estados ou Municípios da Federação.

A emenda de nº 18 tem por objetivo vincular parte dos recursos do FND a operações de financiamento a serem realizados no Estado do Espírito Santo.

Sobre essas emendas, cabe ressaltar que os financiamentos realizados no âmbito do BNDES têm caráter nacional e estão sujeitos a critérios técnicos e ao estabelecimento de prioridades em função da carência de recursos disponíveis. A vinculação de recursos a determinadas unidades da Federação poderá redundar na preterição de projetos de maior viabilidade e repercussão social, porém não situados nas localidades para as quais estiverem destinados os recursos.

As emendas de nºs 12 a 15, solicitam, por sua vez, o cancelamento de parte dos recursos destinados à programação do FGPC, para o atendimento de subprojetos constantes da programação do Ministério do Desenvolvimento.

Nesse caso, cabe esclarecer que o art. 2º da nº Lei 9.531/97, que criou o FGPC, estabeleceu que o patrimônio inicial desse fundo será constituído pela parcela, já antes mencionada, de que trata o art. 2º da Lei nº 9.526/97, e que está sendo indicada como fonte para a solicitação deste crédito especial. Considerando que o FGPC tem programação específica e distinta do MDIC, não há possibilidade de transferência dos recursos correspondentes de uma unidade orçamentária para outra.

Por fim, a emenda nº 17, solicita a alocação de recursos do FND para o financiamento na área de Turismo Interno na Amazônia.

Sobre essa emenda, cumpre esclarecer que os recursos solicitados serão destinados ao financiamento de projeto de elevada importância para o desenvolvimento da região amazônica, encontrando-se com estudos de viabilidade já bastante avançados e em condições de ser implementado. Deve-se considerar, ainda, que este PL trata de crédito especial cujo eventual saldo decorrente da impossibilidade de completa utilização das dotações, ainda no presente exercício, poderá ser incorporado ao orçamento de 2000, nos termos do § 2º do art. 167 da Constituição Federal, o que aumenta as condições de realização integral do objeto da emenda.

IV - VOTO DO RELATOR

O exame da proposição quanto à sua compatibilidade com o Plano Plurianual mostra que esta se ajusta ao estabelecido pelo Plano.

Quanto à conformidade com as disposições da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) a percepção deste Relator

é de que as modificações pretendidas por este crédito adicional não contrariam as vedações expressas em tal Lei.

Constatou-se igualmente, que a proposição não fere quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios de boa técnica orçamentária.

Diante de todo o exposto, votamos pelo acolhimento da emenda de nº 17, pela rejeição das demais emendas e pela **aprovação do Projeto de Lei nº 42/99-CN, na forma do substitutivo** que apresentamos.

Sala da Comissão, em de de 1999.


Deputado FREIRE JÚNIOR
Relator

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 42 , DE 1999-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor de R\$ 353.155.000,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999) crédito especial no valor de R\$ 353.155.000,00 (trezentos e cinquenta e três milhões, cento e cinquenta e cinco mil reais), em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de:

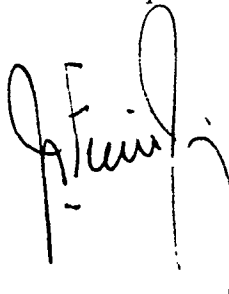
I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 1998, no valor de R\$ 214.631.000,00 (duzentos e quatorze milhões, seiscentos e trinta e um mil reais), e da incorporação de excesso de arrecadação, proveniente de dividendos das ações da Centrais Elétricas Brasileiras S. A. – Eletrobrás, no valor de R\$ 53.144.000,00 (cinquenta e três milhões, cento e quarenta e quatro mil reais), ambos do Fundo Nacional de Desenvolvimento; e

II – excesso de arrecadação, proveniente do saldo das contas inativas e não recadastradas, de acordo com o art. 2º, parágrafo único, da lei nº 9.526, de 8 de dezembro de 1997, relativas ao Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade, no valor de R\$ 85.380.000,00 (oitenta e cinco milhões, trezentos e oitenta mil reais)

Art. 3º Em decorrência do disposto nos arts. 1º e 2º, ficam alteradas as receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento e do Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade, de acordo com o Anexo II desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,



28903 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	EM D	SO ID	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP DE CAPITAL
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS				267.775.000					267.775.000		
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA				267.775.000					267.775.000		
PRODUÇÃO INDUSTRIAL				267.775.000					267.775.000		
11.008.0347.1077				267.775.000					267.775.000		
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL											
ALOCAR RECURSOS SOB A FORMA DE FINANCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA, AO SETOR INDUSTRIAL PRIVADO E ESTADAL OBJETIVANDO SUA MODERNIZAÇÃO, COM ÊNFASE NAS ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE INSUMOS BÁSICOS, BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO.											
11.008.0347.1077.0002	F	96	0	50.000.000					50.000.000		
FINANCIAMENTO DA ÁREA DE TURISMO INTERNO NA AMAZÔNIA				50.000.000					50.000.000		
11.008.0347.1077.0007	F	96	0	50.000.000					50.000.000		
FINANCIAMENTO NA ÁREA DE TRANSPORTE COLETIVO DE MASSA				50.000.000					50.000.000		
11.008.0347.1077.0009	F	96	0	133.900.000					133.900.000		
FINANCIAMENTO NA ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA				133.900.000					133.900.000		
11.008.0347.1077.0009	F	96	0	26.600.000					26.600.000		
FINANCIAMENTO NA ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA				26.600.000					26.600.000		
11.008.0347.1077.0009	F	96	0	107.300.000					107.300.000		
FINANCIAMENTO NA ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA				107.300.000					107.300.000		
11.008.0347.1077.0009	F	96	0	83.875.000					83.875.000		
FINANCIAMENTO NA ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA				83.875.000					83.875.000		
11.008.0347.1077.0009	F	96	0	57.331.000					57.331.000		
FINANCIAMENTO NA ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA				57.331.000					57.331.000		
TOTAL				267.775.000					267.775.000		
FISCAL				267.775.000					267.775.000		

CRÉDITO ESPECIAL
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS.

28904 FUNDO DE GARANTIA PARA PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE-FCPC
ANEXO I -
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	EM D	SO ID	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				85.166.000					85.166.000		
ADMINISTRAÇÃO				214.000					214.000		
ADMINISTRAÇÃO GERAL				214.000					214.000		
03.007.0021.4988				214.000					214.000		
CONCESSÃO DE GARANTIA PARA FINANCIAMENTO A MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS											
03.007.0021.4988.0003	F	96	0	214.000					214.000		
PROVER RECURSOS PARA GARANTIR O RISCO DAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO DESTINADO A MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS.				214.000					214.000		
03.007.0021.4988.0003	F	96	0	214.000					214.000		
SERVIÇO DE AUDITORIA E CONTROLE				214.000					214.000		
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA				85.166.000					85.166.000		
ADMINISTRAÇÃO				85.166.000					85.166.000		
ADMINISTRAÇÃO GERAL				85.166.000					85.166.000		
03.008.0353.4988				85.166.000					85.166.000		
CONCESSÃO DE GARANTIA PARA FINANCIAMENTO A MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS											
03.008.0353.4988.0001	F	96	0	85.166.000					85.166.000		
PROVER RECURSOS PARA GARANTIR O RISCO DAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO DESTINADO A MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS.				85.166.000					85.166.000		
03.008.0353.4988.0001	F	96	0	85.166.000					85.166.000		
CONCESSÃO DE GARANTIA PARA FINANCIAMENTOS A MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS.				85.166.000					85.166.000		
TOTAL				85.166.000					85.166.000		
FISCAL				85.166.000					85.166.000		

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS
CRÉDITO ESPECIAL

ANEXO II

ACRESCIMO

28000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR
 28903 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS			(R\$ 1,00)
ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA	
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			53.144.000	
1300.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	FIS		53.144.000		
1320.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	FIS		53.144.000		
1322.00.00 DIVIDENDOS	FIS	53.144.000			
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			214.831.000	
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		214.831.000		
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		214.831.000		
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	214.831.000			
TOTAL FISCAL					257.775.000

ANEXO II

ACRESCIMO

28000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR
 28904 - FUNDO DE GARANTIA PARA PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE - FOPC

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS			(R\$ 1,00)
ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA	
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			85.380.000	
1700.00.00 TRANSFERENCIAS CORRENTES	FIS		85.380.000		
1710.00.00 TRANSFERENCIAS INTRA-GOVERNAMENTAIS	FIS		85.380.000		
1711.01.01 TRANSFERENCIA DE RECURSOS ORDINARIOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	85.380.000			
TOTAL FISCAL					85.380.000

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Quinta Reunião Extraordinária, em 14 de dezembro de 1999, **APROVOU**, contra os votos dos Deputados José Lourenço, Alberto Goldman, Santos Filho, João Leão, Laura Carneiro, Félix Mendonça, Paulo Braga, Danilo de Castro, Pedro Chaves e Pedro Canedo, o Relatório do Deputado FREIRE JÚNIOR, favorável ao **Projeto de Lei nº 42/99-CN**, nos termos do Substitutivo apresentado. Ao Projeto foram apresentadas 19 (dezenove) emendas, das quais foi aprovada a de nº 17 e rejeitadas as demais.

Compareceram os Senhores Deputados, Jovair Arantes, Primeiro Vice-Presidente, João Coser, Terceiro Vice-Presidente, Alberto Goldman, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Armando Abílio, B. Sá, Ben-hur Ferreira, Carlos Melles, César Bandeira, Cleonânicio Fonseca, Damião Feliciano, Danilo de Castro, Deusdeth Pantoja, Djalma Paes, Dr. Benedito Dias, Eliseu Moura, Eunício Oliveira, Eurípedes Miranda, Félix Mendonça, Fernando Coruja, Freire Júnior, Givaldo Carimbão, Gonzaga Patriota, João Leão, João Ribeiro, João Tota, Jorge Alberto, Jorge Khoury, José Chaves, José Lourenço, José Melo, José Priante, José Thomaz Nonô, Laura Carneiro, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Negromonte, Milton Monti, Nelson Meurer, Neuton Lima, Norberto Teixeira, Osvaldo Reis, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Henry, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Ricardo Barros, Santos Filho, Silas Brasileiro, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Wilson Braga, Wilson Santos; e Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Romero Jucá, Segundo Vice-Presidente, Antônio Carlos Valadares, Eduardo Siqueira Campos, Jonas Pinheiro, Lúcio Alcântara, Luiz Estevão, Luiz Otávio, Luzia Toledo, Mauro Miranda, Moreira Mendes, Ney Suassuna, Ramez Tebet, Tião Viana.

Sala de Reuniões, em 14 de dezembro de 1999.



Senador GILBERTO MESTRINHO
Presidente

Deputado FREIRE JÚNIOR
Relator

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão o projeto e o substitutivo. (Pausa.)

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, vou fazer sobre esse primeiro projeto de lei uma consideração geral, que vale para os demais. Para não tomar tempo da sessão, mas para chamar a atenção que receberemos, ao final do ano, ao apagar das luzes, um volume imenso de créditos suplementares que nos leva às seguintes reflexões:

Primeiro, o Governo Federal, como é sabido, não veio fazendo as aplicações previstas no Orçamento de 1999. Há uma reclamação generalizada de que as emendas, sobretudo as emendas coletivas, já votadas oportunamente, aqui, no ano passado, para o Orçamento deste ano vêm sendo desconhecidas olímpicamente pelo Governo, como se essas emendas não existissem.

A execução orçamentária, Sr. Presidente, obedece aos critérios neoliberais, ela cumpre aquilo a que se refere à amortização das dívidas públicas, do pagamento da taxa de juros, mas os investimentos previstos em quase todos os Estados estão extremamente atrasados. E o Governo envia agora esses créditos, essa suplementação orçamentária ao apagar das luzes, ao final do ano. Não sabemos bem por que e nem para quê, pois o Governo, que não vem fazendo as aplicações previstas no Orçamento, com certeza, também não conseguirá, em grande medida, executar esse Orçamento paralelo que envia no final do ano.

Ele o envia de uma forma segmentada, fragmentada, o que impede uma visão de conjunto, o que o Governo pretende com tudo isso. Ao sinalizar de **per si** cada peça dessa, cada projeto desse, evidentemente, somos pressionados pelas circunstâncias, porque o Ministério é o custeio de alguma área que reclama, que pressiona, e somos, ao final, levados a aprovar esses créditos.

Em nenhum momento, o Congresso Nacional faz uma discussão em conjunto. O País, portanto, não participa dessa caixa-preta, desse despropósito que o Governo coloca, cujos objetivos são

obscuros. Não se sabe por que se suplementa essa área e não outra. Assim, a análise fica só concentrada, e o Congresso, assim, não cumpre a sua função de definir estrategicamente os gastos dos recursos públicos. Eu queria fazer esse registro aqui.

Vamos votar uma infinidade de créditos suplementares, de cancelamentos e suplementações, mas navegando um pouco às escuras, às cegas, porque cada crédito em si não responde aos objetivos mais gerais, a uma ordem de prioridades.

Nesse sentido, vamos votar favoravelmente a alguns deles, vamos votar, depois, contrariamente a alguns créditos que vamos discutir aqui, sobretudo aqueles referentes a pagamento de juros.

Quero registrar essa análise mais geral, Sr. Presidente, do não cumprimento por parte do Governo Federal dos compromissos com a execução orçamentária do que já foi votado, suplementações que não se sabe se serão cumpridas também, e a perda de uma visão de conjunto por parte da Comissão de Orçamento e do Congresso Nacional, porque há votação de tantos créditos, mas cada um em **per si** faz com que não haja mais o controle do conjunto dos objetivos alcançados com as suplementações e com os cancelamentos enviados pelo Governo.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui o registro mais conceitual e o protesto contra a forma de o Governo colocar a Comissão de Orçamento e o Congresso Nacional contra a parede ao final do ano, na última sessão, de afogadilho nos colocando em circunstância de ter que aprovar a fim de não prejudicar a Administração Pública e vários setores, o que não gostaríamos de fazer.

Assim, registro esse ponto de vista, Sr. Presidente. Votaremos a favor desse projeto de lei e de outros mais. A exceção, repito, fica por conta daqueles que se referem a pagamentos absurdos e astronômicos de taxas de juros, mas chamando a atenção para o fato de que é preciso mudar a maneira de fazer Orçamento. Que não seja mais uma peça apenas autorizativa. Que o Orçamento do Brasil seja uma peça efetiva de execução de proposta de Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo, que tem preferência regimental, nos termos do parecer.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Ficam prejudicados o projeto e as emendas.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o substitutivo aprovado:

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 42, DE 1999-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor de R\$ 353.155.000,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999) crédito especial no valor de R\$ 353.155.000,00 (trezentos e cinquenta e três milhões, cento e cinquenta e cinco mil reais), em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de:

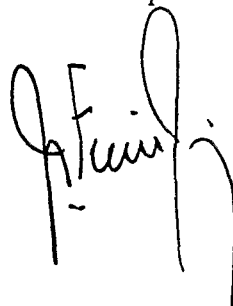
I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 1998, no valor de R\$ 214.631.000,00 (duzentos e quatorze milhões, seiscentos e trinta e um mil reais), e da incorporação de excesso de arrecadação, proveniente de dividendos das ações da Centrais Elétricas Brasileiras S. A. – Eletrobrás, no valor de R\$ 53.144.000,00 (cinquenta e três milhões, cento e quarenta e quatro mil reais), ambos do Fundo Nacional de Desenvolvimento; e

II – excesso de arrecadação, proveniente do saldo das contas inativas e não recadastradas, de acordo com o art. 2º, parágrafo único, da lei nº 9.526, de 8 de dezembro de 1997, relativas ao Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade, no valor de R\$ 85.380.000,00 (oitenta e cinco milhões, trezentos e oitenta mil reais)

Art. 3º Em decorrência do disposto nos arts. 1º e 2º, ficam alteradas as receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento e do Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade, de acordo com o Anexo II desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,



[illegible]

ANEXO II

ACRESCIMO

28000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR
28903 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS			(R\$ 1,00)
ESPECIFICAÇÃO		ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	FIS			53.144.000
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	FIS		53.144.000	
1320.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	FIS		53.144.000	
1322.00.00	DIVIDENDOS	FIS	53.144.000		
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	FIS			214.631.000
2800.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		214.631.000	
2880.00.00	SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		214.631.000	
2880.99.00	SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	214.631.000		
TOTAL FISCAL					257.775.000

ANEXO II

ACRESCIMO

28000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR
28904 - FUNDO DE GARANTIA PARA PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE - FOPC

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS			(R\$ 1,00)
ESPECIFICAÇÃO		ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	FIS			85.380.000
1700.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	FIS		85.380.000	
1710.00.00	TRANSFERENCIAS INTRA-GOVERNAMENTAIS	FIS		85.380.000	
1711.01.01	TRANSFERENCIA DE RECURSOS ORDINARIOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	85.380.000		
TOTAL FISCAL					85.380.000

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 6:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei nº 45, de 1999, do Congresso Nacional**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e de encargos financeiros da União, crédito especial no valor global de R\$291.000,00 (duzentos e noventa e um mil reais), para os fins que especifica”.

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 80, de 1999-CN, concluiu pela aprovação do projeto.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 45, DE 1999-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor global de R\$ 291.000,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor global de R\$ 291.000,00 (duzentos e noventa e um mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do cancelamento parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei, nos montantes especificados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

47000 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO										RS	1 00
47101 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO										CREDITO ESPECIAL	
ANEXO I										RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										CREDITO ESPECIAL	
ESPECIFICAÇÃO	É S F	M D F	ID USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					261 000			261 000			
POLÍTICA EXTERIOR					261 000			261 000			
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL					261 000			261 000			
03 072 0411 2017 PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS					261 000			261 000			
PROMOVER A PRESENÇA DO GOVERNO BRASILEIRO NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE SEU INTERESSE, POR RAZÕES DE ORDEM POLÍTICA, SOCIAL, ECONÔMICA, COMERCIAL, CULTURAL CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA											
03 072 0411 2017 0125 GLOBAL ENVIRONMENTAL FACILITY					261 000			261 000			
					261 000			261 000			
					261 000			261 000			
					261 000			261 000			
TOTAL FISCAL					261 000			261 000			

71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO
71101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

CREDITO ESPECIAL

R\$ 1,00

ESPECIFICACAO	E M S			FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNTOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
	0	1	2								
ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO											
ADMINISTRACAO FINANCEIRA					30 000	30 000	30 000				
DIVISAO ESTADUAL					30 000	30 000	30 000				
03 000 0003 2027					30 000	30 000	30 000				
ADMINISTRACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO											
CAMPO DE CULTIVAS CORTAVAS DE PLANTIO DE AMORTIZACAO, JUNTOS, COMISSOES E OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS DE DEPOSITOS INTERBANCARIOS E/OU ESTADOS.											
03 000 0003 2027 0000					30 000	30 000	30 000				
DIVISAO ESTADUAL DA ESTADIA NACIONAL E SUAS SUBDIVISAO A FINANCIAMENTO, ASSUNTOS PONTUAIS (TEI 7882/99)					30 000	30 000	30 000				
03 000 0003 2027 0000					30 000	30 000	30 000				
TOTAL FISCAL					30 000	30 000	30 000				

47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO
47101 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

CREDITO ESPECIAL

R\$ 1,00

ESPECIFICACAO	E M S			FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNTOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
	0	1	2								
ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO					261 000			261 000			
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL					261 000			261 000			
ORGANIZACAO E MODERNIZACAO ADMINISTRATIVA					261 000			261 000			
03 000 0003 4999					261 000			261 000			
SISTEMAS INFORMATIZADOS SETORIAIS											
IMPLEMENTACAO, MANUTENCAO E GERENCIACAO DE SISTEMAS DE INFORMACAO ESPECIALIZADOS DOS ORCAMENTOS DA ADMINISTRACAO PUBLICA FEDERAL, ESCUTADOS PELO SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO											
03 000 0003 4999 0003					261 000			261 000			
SISTEMA DE PESSOAL CIVIL DA UNIAO - SIAP					261 000			261 000			
TOTAL FISCAL					261 000			261 000			

71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO
71101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

R\$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL

ANEXO II

(PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO))

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	C S D	M D F	U S O	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					30 000		30 000				
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA					30 000		30 000				
DÍVIDA INTERNA					30 000		30 000				
03 008 0033 2200					000		30 000				
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL											
ATENDIMENTO AO PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÕES E ENCARGOS INTERIORS E/OU EXTERIORS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL OU AO SEU REFINANCIAMENTO											
03 008 0033 2200 0008	F				30 000		30 000				
RESCATE DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL					30 000		30 000				
					30 000		30 000				
					30 000		30 000				
TOTAL FISCAL					30 000		30 000				

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Item 7:

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei nº 47, de 1999**, do Congresso Nacional, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Senado Federal e da Presidência da República, crédito especial no valor global de R\$2.363.536,00 (dois bilhões trezentos e sessenta e três milhões

quinhentos e trinta e seis reais), para os fins que especifica”.

Ao projeto de lei foram apresentadas 607 emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 92, de 1999-CN, concluiu pela apresentação de um substitutivo, nos termos do Parecer.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 92, DE 1999-CN

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei nº 047, de 1999 - CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Senado Federal e da Presidência da República, crédito especial no valor global de R\$ 2.363.536,00, para os fins que especifica.”

AUTOR : PODER EXECUTIVO

RELATOR : Deputado DANILO DE CASTRO

1 – APRECIÇÃO

1.1. Histórico

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 da Constituição, submete à apreciação do

Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 1.066, de 1999-CN (nº 1.601/99, na origem), o Projeto de Lei nº 047, de 1999 - CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Senado Federal (UO Senado Federal) e da Presidência da República (UO Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano), CRÉDITO ESPECIAL no valor de R\$ 2.363.536,00.

A Exposição de Motivos nº 466/MP, de 27 de outubro de 1999, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha e instrui a proposição, informa que o pleiteado crédito se destina a atender despesas de com a divulgação dos trabalhos realizados no âmbito do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar e de viabilizar o atendimento a programações já negociadas com a Caixa Econômica Federal no âmbito dos Programas Habitar-Brasil e Pró-Infra em favor de Municípios que não foram contemplados com alocações específicas na Lei Orçamentária vigente.

Lida na Sessão do Congresso Nacional de 03/11/99 e distribuída em avulsos, a matéria encontra-se tramitando na Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde foi aberto prazo para emendas, de acordo com o art. 166, § 2º da Constituição, no período de 11/11 a 18/11, do corrente ano.

Por designação do Ilustre Presidente desta Comissão Mista fomos honrados com a incumbência de relatar a proposição.

1.2. Análise

Segundo as avaliações empreendidas por esta Relatoria, a modalidade de crédito proposta – Especial – é a forma apropriada para o equacionamento da necessidades, uma vez que nem a subatividade vinculada ao Senado Federal, nem os quatro subprojetos relativos à Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano se acham incluídos na Lei Orçamentária vigente, ou seja, na Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999.

Coerentemente com a natureza das despesas propostas pelo Poder Executivo, os recursos são alocados nas modalidade de aplicação 50 ("Aplicação por entidade social") e 40 ("Aplicação por Município") e nas naturezas de despesa 3 ("Outras Despesas Correntes") e 4 ("Investimentos"), respectivamente, conforme indicado no demonstrativo de programa de trabalho.

A Exposição de Motivos informa ainda que os recursos necessários ao atendimento da solicitação são provenientes de cancelamentos em dotações genéricas das unidades orçamentárias às quais se incorporarão os novos itens de programa de trabalho, isto é, oriundos de remanejamentos de dotações.

1.3. Das Emendas

Foram apresentadas 607 emendas ao PL nº 047/99-CN, de autoria de 87 Senhores Parlamentares, totalizando alocações no montante de R\$ 240,4 milhões, ou seja, em valor equivalente a 104 vezes o do total do crédito.

Em que pese o mérito e a relevância dessas proposições, orientadas para o atendimento a inquestionáveis necessidades de Municípios e Unidades da Federação, nas áreas de saneamento, habitação, desenvolvimento urbano e infraestrutura, a Relatoria não teve como acolher a todas essas, pela absoluta limitação dos recursos, já que a parte mobilizável do crédito se limitava a cerca de R\$ 2,0 milhões, isso se desconsideradas todas as solicitações do Poder Executivo.

Por outro lado, as consultas efetuadas à Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano sobre a alocação de R\$ 1,5 milhão para "Ações de Desenvolvimento urbano em Campo Belo - MG" não resultaram em elementos de convencimento quanto a conveniência de sua manutenção. Como decorrência, optou esta Relatoria, por atender parcialmente, em valor assemelhado, uma emenda de cada um dos proponentes de alteração no projeto de crédito adicional. Apenas não puderam ser contempladas qualquer emenda do Sen. Romero Jucá, uma vez que todas as emendas por ele apresentadas, de número 53 a 57, suplementam subprojetos já contemplados na lei orçamentária vigente, sendo que o presente projeto é de crédito especial, bem como a única emenda apresentada pelo Sen. Renan Calheiros, visto que destina-se a ações de defesa civil, atividades não executadas pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano.

2. VOTO DO RELATOR

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais ou legais pertinentes à matéria.

Em que pese o mérito e a relevância das emendas apresentadas, propõe esta Relatoria, pelos fundamentos já expostos, a aprovação parcial das emendas 01, 03, 08, 18, 23, 32, 35 a 38, 44, 48, 58, 65, 70, 73, 75, 86, 96, 97, 99, 103, 116, 117, 130, 131, 135, 137, 138, 158, 178, 179, 181, 187, 191, 195, 197, 198, 199, 205, 213, 221, 228, 236, 237, 245, 250, 262, 263, 270, 275, 279, 282, 296, 299, 303, 311, 323, 349, 356, 369, 390, 393, 408, 409, 413, 422, 433, 438, 443, 456, 457, 461, 473, 483, 487, 507, 517, 521, 530, 544, 545, 546, 548, 549, 552, 556, 569 e 575, todas no valor de R\$ 16.000,00, reduzindo-se no valor total de R\$ 1.424.000,00 a suplementação inicialmente proposta para a funcional-programática 10.058.0323.3421.1427 - Ações de Desenvolvimento Urbano em Campo Belo - MG, e rejeitando as demais emendas apresentadas.

Diante do exposto, **SOMOS PELA APROVAÇÃO DO PL N.º 47-CN, DE 1999, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO APRESENTADO.**

É o Relatório.

Sala da Comissão, em de dezembro de 1999.


Deputada DANILO DE CASTRO
Relator

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
RELATORIA DO PL N.º 47/99 – CN

ANEXO AO PARECER N.º /99 – CN

1. INFORMAÇÕES SOBRE AS DOTAÇÕES OBJETO DE CANCELAMENTO

1.1. Na Unidade: SENADO FEDERAL

- a) **01.007.0021.4900.0001** – Manutenção dos Serviços de Administração Geral
- | | |
|------------------------|------------------|
| - Crédito Orçamentário | : 536.496.320,00 |
| - Empenhado | : 514.622.555,00 |
| - Saldo disponível | : 21.873.765,00 |

1.2. Na Unidade: SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

- a) **10.057.0316.3435.2085** – Conclusão de Obras Contratadas nos Exercícios de 1997 e 1998 no Âmbito do Programa Habitar-Brasil
- | | |
|------------------------|-----------------|
| - Crédito Orçamentário | : 32.940.000,00 |
| - Empenhado | : 5.768.425,00 |
| - Saldo disponível | : 27.172.575,00 |
- b) **10.058.0323.3421.0545** – Conclusão de Obras Contratadas nos Exercícios de 1997 e 1998 no Âmbito do Programa Pro-Infra
- | | |
|------------------------|-----------------|
| - Crédito Orçamentário | : 24.626.800,00 |
| - Empenhado | : 11.776.000,00 |
| - Saldo disponível | : 12.850.800,00 |

2. INFORMAÇÕES SOBRE AS DOTAÇÕES OBJETO DE ACRÉSCIMO

O presente crédito é do tipo **ESPECIAL**, destinado a incluir na Lei Orçamentária vigente itens novos (subtítulos) ou novas categorias de despesa.

No presente caso, todos os itens objeto do crédito se referem à inclusão de novos subtítulos, não existindo, portanto, registros relativos à execução orçamentária.


Deputado DANILO DE CASTRO
Relator

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1999

FUNCIONAL	TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE	LEI APOS VETOS (doação inicial) (A)	CRED ADIC. + REMANECIM. (B)	LEI + CREDITOS (Autorizada) (C)+(A)+(B)	EMPENHADO (E)	LIQUIDADO (F)	VALORES PAGOS (D)	% VAL PAGOS S/AUTORIZADO (D)/(F)*(100)
01 007 0021 4900 0001	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	539 687 805	-3 191 535	536 496 270	514 822 555	405 683 479	405 683 213	75,61
Total Geral		539 687 805	-3 191 535	536 496 270	514 822 555	405 683 479	405 683 213	75,61

CRITÉRIOS SELECIONADOS	Órgão	20	Sector	Programa	Projativ	4900	Fonte	Localidade	Elemento da Despesa
	UO	Função	Subprograma	SubProjSubativ	0001	Gnd		UF	

Fonte: SIAFESTN - Elaboração: Consultoria de OrganismoCD e PRODASEN (Revisões por Funcional)

Emissão: 03/12/99 13:45:31

Página 1 de 1

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1999

FUNCIONAL	TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE	LEI APOS VETOS (doação inicial) (A)	CRED ADIC. + REMANECIM. (B)	LEI + CREDITOS (Autorizada) (C)+(A)+(B)	EMPENHADO (E)	LIQUIDADO (F)	VALORES PAGOS (D)	% VAL PAGOS S/AUTORIZADO (D)/(F)*(100)
10 037 0016 3405 2085	CONCLUSÃO DE OBRAS CONTRATADAS NOS EXERCÍCIOS DE 1997 E 1998 NO ÂMBITO DO PROGRAMA HABITAR-BRASIL	26 600 000	-3 660 000	32 940 000	5 788 425	5 023 253	5 023 253	15,25
Total Geral		26 600 000	-3 660 000	32 940 000	5 788 425	5 023 253	5 023 253	15,25

CRITÉRIOS SELECIONADOS	Órgão	20	Sector	Programa	Projativ	3435	Fonte	Localidade	Elemento da Despesa
	UO	Função	Subprograma	SubProjSubativ	2085	Gnd		UF	

Fonte: SIAFESTN - Elaboração: Consultoria de OrganismoCD e PRODASEN (Revisões por Funcional)

Emissão: 03/12/99 13:45:27

Página 1 de 1

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1999

FUNCIONAL	TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE	LEI APOS VETOS (doação inicial) (A)	CRED ADIC. + REMANECIM. (B)	LEI + CREDITOS (Autorizada) (C)+(A)+(B)	EMPENHADO (E)	LIQUIDADO (F)	VALORES PAGOS (D)	% VAL PAGOS S/AUTORIZADO (D)/(F)*(100)
10 059 0023 3421 0545	CONCLUSÃO DE OBRAS CONTRATADAS NOS EXERCÍCIOS DE 1997 E 1998 NO ÂMBITO DO PROGRAMA PROINFRA	27 352 800	2 726 000	24 626 800	11 776 000	2 158 143	2 158 143	8,76
Total Geral		27 352 800	2 726 000	24 626 800	11 776 000	2 158 143	2 158 143	8,76

CRITÉRIOS SELECIONADOS	Órgão	20	Sector	Programa	Projativ	3421	Fonte	Localidade	Elemento da Despesa
	UO	Função	Subprograma	SubProjSubativ	0545	Gnd		UF	

Fonte: SIAFESTN - Elaboração: Consultoria de OrganismoCD e PRODASEN (Revisões por Funcional)

Emissão: 03/12/99 13:45:27

Página 1 de 1

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 47, DE 1999-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Senado Federal e da Presidência da República, crédito especial no valor global de R\$ 2.363.536,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor do Senado Federal e da Presidência da República, crédito especial no valor global de R\$ 2.363.536,00 (dois milhões, trezentos e sessenta e três mil, quinhentos e trinta e seis reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do cancelamento de dotações no valor global de R\$ 2.363.536,00 (dois milhões, trezentos e sessenta e três mil, quinhentos e trinta e seis reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 1999.

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
ESPECIFICAÇÃO	EM S.O. E D. USO	ID. FTE	TOTAL	RETORNOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS					
				PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			62.494			62.494			
ASSISTENCIA			62.494			62.494			
ASSISTENCIA FINANCEIRA			62.494			62.494			
5.081.0031.2023			62.494			62.494			
ASSISTENCIA A INSTITUICOES PRIVADAS									
PROPORCIONAR AUXILIO A ENTIDADES PRIVADAS SEM									
FINALIDADE DE APOIO AOS TRABALHOS DE COMISSOES									
MISCOES FILANTROPICAS, EDUCATIVAS E CULTURAIS.									
5.081.0031.2023 0009			62.494			62.494			
GRUPO PARLAMENTAR DA UNIAO INTERPARLAMENTAR			62.494			62.494			
TOTAL			62.494			62.494			
FISCAL			62.494			62.494			

04000 SENADO FEDERAL

02101 SENADO FEDERAL

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

68 1.00

ANEXO I		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)											
ESPECIFICAÇÃO	EM SO C.D.	ID. ISO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JORNOS E ENC. DA DÍVITA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVITA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
HABITAÇÃO E URBANISMO				2.237.042				2.237.042			
HABITAÇÃO				851.042				851.042			
HABITAÇÕES URBANAS				851.042				851.042			
10.057.0316.3435 MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS EM ÁREAS URBANAS E RURAIS				851.042				851.042			
MELHORA AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DA POPULAÇÃO COM RENDA FAMILIAR MENOR DE ATE TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS, RESIDENTES EM ÁREAS SEM CONDIÇÕES DE SAUBERIDADE E SEGURANÇA, LOCALIZADAS EM MUNICÍPIOS COM ELEVADO PORCENTUAL DE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE FOME, COM ALTA DENSIDADE DE POBREZA, VESTIDAS CONDIÇÕES DE EM RUA, SEM ACESSO A SERVIÇOS COMUNIDADE SOLIDÁRIA; E IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS INTERMEDIADOS VOLUNTÁRIOS PARA O AUMENTO DA CAPACIDADE DE GESTÃO URBANA.											
10.057.0316.3435.2601 MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS EM RUAIS - PE				26.500				26.500			
				26.500				26.500			
				26.500				26.500			
				26.500				26.500			
10.057.0316.3435.2602 MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE SANTANA - BA				16.000				16.000			
				16.000				16.000			
				16.000				16.000			
				16.000				16.000			
10.057.0316.3435.2603 MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS EM ÁREAS URBANAS E RURAIS EM FLORIANÓPOLIS (VIA EXPRESSA)				504.542				504.542			
				504.542				504.542			
				504.542				504.542			
				504.542				504.542			
10.057.0316.3435.2606 MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS EM ÁREAS URB. E RURAIS EM BARI - SP				16.000				16.000			
				16.000				16.000			
				16.000				16.000			
				16.000				16.000			
10.057.0316.3435.2610 MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS EM ÁREAS URB. E RURAIS EM SERRA - ES				16.000				16.000			
				16.000				16.000			
				16.000				16.000			
				16.000				16.000			
10.057.0316.3435.2612 MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS EM ÁREAS URB. E RURAIS EM CNOHO ALEGRE DE LOUNDES - BA				16.000				16.000			
				16.000				16.000			
				16.000				16.000			
				16.000				16.000			
10.057.0316.3435.2614 MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS EM ÁREAS URB. E RURAIS EM CANTAGUA - ES				16.000				16.000			
				16.000				16.000			
				16.000				16.000			
				16.000				16.000			
10.057.0316.3435.2616 MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS EM ÁREAS URB. E RURAIS EM DIVISA ALEGRE - MS				16.000				16.000			
				16.000				16.000			
				16.000				16.000			
				16.000				16.000			
10.057.0316.3435.2618 MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS EM ÁREAS URB. E RURAIS EM ITAHERA - CE				16.000				16.000			
				16.000				16.000			
				16.000				16.000			
				16.000				16.000			
10.057.0316.3435.2620 MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS EM ÁREAS URB. E RURAIS EM ITAHERA - BA				16.000				16.000			
				16.000				16.000			
				16.000				16.000			
				16.000				16.000			
10.057.0316.3435.2622				16.000				16.000			

[illegible]

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS	
ESPECIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS
10.059.0323.3421.1423 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM EUSÉRIO - CE	270.000 270.000 270.000 270.000	270.000 270.000 270.000 270.000	
10.059.0323.3421.1424 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM GILDOVAL - MG	16.000 16.000 16.000 16.000	16.000 16.000 16.000 16.000	
19.059.0323.3421.1426 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM SUMARÉ - SP	16.000 16.000 16.000 16.000	16.000 16.000 16.000 16.000	
10.059.0323.3421.1427 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM CAMPO SECO - MG - FAMÍLIA BENEFICIÁRIA (UNIDADE) = 600	76.000 76.000 76.000 76.000	76.000 76.000 76.000 76.000	
10.059.0323.3421.1428 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP	16.000 16.000 16.000 16.000	16.000 16.000 16.000 16.000	
10.059.0323.3421.1430 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO NO MUNICÍPIO DE CARIÁ - AM	16.000 16.000 16.000 16.000	16.000 16.000 16.000 16.000	
10.059.0323.3421.1432 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM AURANEA - BA	16.000 16.000 16.000 16.000	16.000 16.000 16.000 16.000	
10.059.0323.3421.1434 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE	16.000 16.000 16.000 16.000	16.000 16.000 16.000 16.000	
10.059.0323.3421.1436 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM SÃO JOÃO DO PAVÃO DO MUNICÍPIO DE VACARIA - AP	16.000 16.000 16.000 16.000	16.000 16.000 16.000 16.000	
10.059.0323.3421.1438 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM SERINQUEIRAS - RO	16.000 16.000 16.000 16.000	16.000 16.000 16.000 16.000	
10.059.0323.3421.1440 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM SANTANA DO RANCHO - MG	16.000 16.000 16.000 16.000	16.000 16.000 16.000 16.000	
10.059.0323.3421.1442 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM CAPELA - AL	16.000 16.000 16.000 16.000	16.000 16.000 16.000 16.000	
10.059.0323.3421.1444 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM JACUITIBA - MG	16.000 16.000 16.000 16.000	16.000 16.000 16.000 16.000	
10.059.0323.3421.1446 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM PIRES DO RIO - GO	16.000 16.000 16.000 16.000	16.000 16.000 16.000 16.000	

ANEXO I														RETORNOS DE TOME AS PVNTES E TRANSFERÊNCIAS		
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)																
ESPECIFICAÇÃO																
10.059.0323.3421.1449	10.059.0323.3421.1450	10.059.0323.3421.1452	10.059.0323.3421.1454	10.059.0323.3421.1456	10.059.0323.3421.1458	10.059.0323.3421.1460	10.059.0323.3421.1462	10.059.0323.3421.1464	10.059.0323.3421.1466	10.059.0323.3421.1468	10.059.0323.3421.1470	10.059.0323.3421.1472	10.059.0323.3421.1474	10.059.0323.3421.1476	10.059.0323.3421.1478	10.059.0323.3421.1480
AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM POLINA DE MOURA - RO	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM PEDRA BRANCA DO MARANHÃO - AP	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM ASSIS - SP	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM AUGUSTO DE LIMA - MG	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM CARUARU - PE	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM COROATINA - RO	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM VARELA LINDA - MG	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM ULFAMIA - GO	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM CANACON - BA	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM TERESINA - PI	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM PRAIA NORTE - TO	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM ASCURRA - SC	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM CIOTÁNEA - MG	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM
F 40	F 40	F 40	F 40	F 40	F 40	F 40	F 40	F 40	F 40	F 40	F 40	F 40	F 40	F 40	F 40	F 40
0	100	0	100	0	100	0	100	0	100	0	100	0	100	0	100	0
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000	16.00				

PROGRAMA DE TRABALHO (SÍNTESE)		RECURSOS DE FUNDOS AS FUNDOS E TRANSFERÊNCIAS		RECURSOS DE FUNDOS AS FUNDOS E TRANSFERÊNCIAS	
ESPECIFICAÇÃO	ENCL. ID. ESTE	TOTAL	PERSONAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES
10.058.0323.1421.1478 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM UBA - MG	100	16.000	16.000		
10.058.0323.1421.1480 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM MARAVILHAS - MG	100	16.000	16.000		
10.058.0323.1421.1482 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM CUIABÁ - MT	100	16.000	16.000		
10.058.0323.1421.1484 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM ARAGUAÍMA - TO	100	16.000	16.000		
10.058.0323.1421.1486 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM BOA VISTA DA APARECIDA - PR	100	16.000	16.000		
10.058.0323.1421.1488 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM CAXIAS - PA	100	16.000	16.000		
10.058.0323.1421.1490 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM PACANDU - PR	100	16.000	16.000		
10.058.0323.1421.1492 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM PEDRO TEIXEIRA - MG	100	16.000	16.000		
10.058.0323.1421.1494 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM SÃO TOMÉ DAS LETRAS - MG	100	16.000	16.000		
10.058.0323.1421.1496 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM CANALIM - MS	100	16.000	16.000		
10.058.0323.1421.1498 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM UMA - BA	100	16.000	16.000		
10.058.0323.1421.1500 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM TUBARÃO - MG	100	16.000	16.000		
10.058.0323.1421.1502 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM JAU - SP	100	16.000	16.000		
10.058.0323.1421.1504 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM BOA JARDIM - PE	100	16.000	16.000		

PROGRAMA DE TRABALHO (SUSTENTABILIDADE)					
	ESPECIFICAÇÃO	SU ID	ESTR	TOTAL	INVEST. F SOCIAL.
		ID ISO			
10.059.0323.3421.1506	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM MATASANTANA - PB	F 44	O 100	16.006	16.006
10.059.0323.3421.1508	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO NA PRAIA DO SICO EM MARACATIBA - RJ	F 44	O 100	16.006	16.006
10.059.0323.3421.1510	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM ARARAQUÁ - TO	F 44	O 100	16.006	16.006
10.059.0323.3421.1512	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM ADELÂNDIA - AC	F 44	O 100	16.006	16.006
10.059.0323.3421.1514	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM NOVA BRASILÂNDA - RO	F 44	O 100	16.006	16.006
10.059.0323.3421.1516	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM HOSIÓRIO - PR	F 44	O 100	16.006	16.006
10.059.0323.3421.1522	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM SANTA CRUZ DE SALINAS - MG	F 44	O 100	16.006	16.006
10.059.0323.3421.1524	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM CAETANOVILIS - MS	F 44	O 100	16.006	16.006
10.059.0323.3421.1526	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM SETE LAGOAS - MS	F 44	O 100	16.006	16.006
10.059.0323.3421.1528	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM ACOPIOTIBA - BA	F 44	O 100	16.006	16.006
10.059.0323.3421.1530	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM PARAOPEBA - MG	F 44	O 100	16.006	16.006
10.059.0323.3421.1532	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM BRAGELANDIA - MS	F 44	O 100	16.006	16.006
10.059.0323.3421.1534	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM ALTA FLORESTA/MO	F 44	O 100	16.006	16.006
10.059.0323.3421.1536	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM JOCATINS - MG	F 44	O 100	16.006	16.006
10.059.0323.3421.1539		F 44	O 100	16.006	16.006

PROGRAMA DE TRABALHO (SUSTENTABILIDADE)		ESPECIFICAÇÃO		EM ID. FTE	TOTAL	PERSONAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM VEREDINHA - MG				41	0	16.000 16.000 16.000			16.000 16.000 16.000			
AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM SOBRADO - SP				41	0	16.000 16.000 16.000			16.000 16.000 16.000			
AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM RUA DE SÃO JOÃO - BA				41	0	16.000 16.000 16.000			16.000 16.000 16.000			
AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM PETROLINA - PE				41	0	16.000 16.000 16.000			16.000 16.000 16.000			
AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM COARATINGA - TO				41	0	16.000 16.000 16.000			16.000 16.000 16.000			
AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM CAMPOS DOS GOYAZINHOS - RJ				41	0	16.000 16.000 16.000			16.000 16.000 16.000			
AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM OLARIA - MS				41	0	16.000 16.000 16.000			16.000 16.000 16.000			
AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM MACAÏCARI - MS				41	0	16.000 16.000 16.000			16.000 16.000 16.000			
AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM JUI PARANÁ - BA				41	0	16.000 16.000 16.000			16.000 16.000 16.000			
AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM AGUA FRIA - GO				41	0	16.000 16.000 16.000			16.000 16.000 16.000			
SAÚDE E SANEAMENTO						64.000 64.000 64.000			64.000 64.000 64.000			
SANEAMENTO GERAL						64.000 64.000 64.000			64.000 64.000 64.000			
PROGRAMA DE AÇÃO SOCIAL EM SANEAMENTO BÁSICO												
IMPLANTACÃO / APLICAÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DESENVOLVIMENTO URBANO E SANEAMENTO EM RESÍDUOS SÓLIDOS COM AÇÕES DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NOS MUNICÍPIOS MAIS CARENTEIS E DEFICIENTES DA REGIÃO DO QUE 50000 HABITANTES E DEFICIENTES DA COERÊNCIA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA MAIOR DO QUE A MÉDIA DO DEFICIT DO ESTADO E DO QUE A MÉDIA NACIONAL NAS 27 UNIDADES DA FEDERAÇÃO.						16.000 16.000 16.000			16.000 16.000 16.000			
AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO EM CARMONA - TE						16.000 16.000 16.000			16.000 16.000 16.000			

[illegible]

ANEXO II										RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS											
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)																					
ESPECIFICAÇÃO										CM	ID	FTE	TOTAL	PERSONAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	CUPAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INTERESSES FINANCEIROS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL	
HABITAÇÃO E URBANISMO													2.301.042				2.301.042				
HABITAÇÃO													531.042				531.042				
HABITAÇÕES URBANAS													531.042				531.042				
10.057.0316.3435 MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS EM ÁREAS URBANAS E RURAIS													531.042				531.042				
MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DA POPULAÇÃO COM RENDA FAMILIAR MENOR DE ATÉ TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS, RESIDENTES EM ÁREAS SEM CONDIÇÕES DE SAUBERIDADE E SEGURANÇA, LOCALIZADAS EM BARRIÇOS COM ELEVADO PERCENTUAL DE POPULAÇÃO NESTAS CONDIÇÕES OU EM MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO COMPLEXO URBANO, E IMPLEMENTAR AÇÕES INTERMEDIÁRIAS PARA O AUMENTO DA MANUTENÇÃO DE GESTÃO URBANA													531.042				531.042				
10.057.0316.3435.2005 CONCLUSÃO DE OBRAS CONTRATADAS NOS EXERCÍCIOS DE 1997 E 1998 NO ÂMBITO DO PROGRAMA HABITAÇÃO-BRASIL												100	531.042				531.042				
URBANISMO													1.770.000				1.770.000				
PLANEJAMENTO URBANO													1.770.000				1.770.000				
10.059.0123.3421 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO													1.770.000				1.770.000				
ELABORAR, EXECUTAR E AVALIAR POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO, ATRAVÉS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO JURÍDICA, CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, DESCENTRALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO URBANA, INCORPORAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS E REDUÇÃO DAS DISPARIDADES URBANAS.													1.770.000				1.770.000				
10.059.0123.3421.0515 CONCLUSÃO DE OBRAS CONTRATADAS NOS EXERCÍCIOS DE 1997 E 1998 NO ÂMBITO DO PROGRAMA PRO-URBEM												100	1.770.000				1.770.000				
TOTAL													2.301.042				2.301.042				
FISCAL													2.301.042				2.301.042				

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Quinta Reunião Extraordinária, em 14 de dezembro de 1999, **APROVOU**, com a abstenção dos Deputados Alberto Goldman e Antônio Carlos Konder Reis, o Relatório do Deputado **DANILO DE CASTRO**, favorável ao **Projeto de Lei nº 47/99-CN**, com as alterações decorrentes do Parecer do Relator em relação aos Destaques nºs 1, 7, 8, 16, 24, 27, 30, 31, 32, 33, 38, 40, 60, 64, 75, 76 e 77. Ao Projeto foram apresentadas 607 (seiscentas e sete) emendas.

Compareceram os Senhores Deputados, Jovair Arantes, Primeiro Vice-Presidente, João Coser, Terceiro Vice-Presidente, Aírton Dipp, Alberto Goldman, Alexandre Santos, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio Palocci, Aracely de Paula, Armando Abílio, B. Sá, Basílio Villani, Ben-hur Ferreira, Carlos Melles, Celso Jacob, César Bandeira, Cleonânicio Fonseca, Damião Feliciano, Danilo de Castro, Darcísio Perondi, Deusdeth Pantoja, Djalma Paes, Dr. Benedito Dias, Eliseu Moura, Eunício Oliveira, Eurípedes Miranda, Félix Mendonça, Fernando Coruja, Fernando Gonçalves, Fernando Marroni, Freire Júnior, Gilmar Machado, Givaldo Carimbão, Gonzaga Patriota, Iberê Ferreira, Jaime Martins, João Almeida, João Caldas, João Fassarella, João Henrique, João Leão, João Ribeiro, João Tota, Jorge Alberto, Jorge Khoury, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, José Lourenço, José Melo, José Priante, José Thomaz Nonô, Lael Varella, Laura Carneiro, Lídia Quinan, Luciano Castro, Luis Barbosa, Márcio Reinaldo Moreira, Marcus Vicente, Mário Negromonte, Milton Monti, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Neuton Lima, Nilson Mourão, Norberto Teixeira, Osvaldo Reis, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Corrêa, Pedro Henry, Philemon Rodrigues, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Ricardo Barros, Rommel Feijó, Santos Filho, Silas Brasileiro, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Wilson Braga, Wilson Santos; e Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Romero Jucá, Segundo Vice-Presidente, Antônio Carlos Valadares, Eduardo Siqueira Campos, Eduardo Suplicy, Ernandes Amorim, Jonas Pinheiro, José Alencar, Lúcio Alcântara, Luiz Estevão, Luiz Otávio, Luiz Pontes, Luzia Toledo, Marluce Pinto, Mauro Miranda, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcanti, Nabor Júnior, Ney Suassuna, Ramez Tebet, Sebastião Rocha e Tião Viana.

Sala de Reuniões, em 14 de dezembro de 1999.

Senador GILBERTO MESTRINHO
Presidente



Deputado DANILO DE CASTRO
Relator

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em discussão o substitutivo e o projeto. (Pausa.)

O SR. JOÃO COSER (PT – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JOÃO COSER (PT – ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para registrar que durante este ano, no Congresso Nacional, este foi o projeto que mais recebeu emendas. Foram 607 emendas, basicamente todas tratando de área social, saneamento e infra-estrutura.

O Relator fez um esforço muito grande para atender ao Congresso Nacional, aos Parlamentares, e acolheu uma série dessas emendas.

Portanto, nosso desejo é aprovar o projeto, mas, mais do que isso, de fato e de público, reivindicar à V. Ex^a e aos Líderes do Governo aqui no Congresso que de fato faça a liberação dos recursos aprovados não só no projeto original, como também das emendas dos Parlamentares. Porque, lamentavelmente, o Congresso vem sendo desrespeitado, estamos sendo publicamente, inclusive V. Ex^a, colocados como Parlamentares que aprovam, num ano, emendas ao Orçamento que, um ano depois, lamentavelmente, o Governo ainda não liberou. Além de aprovar o projeto com uma série de emendas, o desejo é de que o Congresso Nacional o execute. Os recursos para os grandes projetos continuam sendo para arcar com os custos da dívida e não para os investimentos de que este País tanto precisa em várias áreas, particularmente nas sociais.

Nosso voto é favorável.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, da vez passada, quando votamos créditos suplementares, V. Ex^a usou o microfone para externar sua compreensão de como deveria ser um orçamento, ou seja, determinativo. Só assim o orçamento, com certeza, seria cumprido. Naquele momento alertamos para o fato de que o Governo previu uma arrecadação na área fiscal e de seguridade da ordem de R\$200 bilhões. Agora, o Governo nos remete uma reavaliação da arrecadação, jogando o valor para R\$219 bilhões. Ou seja, os primeiros R\$200 bilhões já estavam comprometidos com o que aprovamos no Congresso Nacional: o Orçamento vigente no País. Executados os R\$200 bilhões, teríamos mais

R\$19 bilhões para crescer em créditos suplementares ou especiais, pelo excesso de arrecadação.

No entanto, o Governo não cumpre o orçamento que prevê uma receita de R\$200 bilhões e uma despesa de R\$200 bilhões, mas abre créditos suplementares especiais muito acima dos R\$19 bilhões. Tenho de concordar que alguns créditos têm que ser abertos, para complementar folhas de pagamento e outras áreas importantes como a saúde e o Fundef. Pelo excesso de arrecadação, logicamente, tem-se que repassar aos Estados o que é constitucionalmente previsto, repassar aos fundos constitucionais.

Mas este projeto exemplifica muito bem a leviandade do Governo Federal, Sr. Presidente. Calcule que ao projeto vieram carimbados recursos para dois municípios. Pegaram uma carona, no projeto do Senado, de R\$2 milhões. Para o Senado há R\$62 mil; encaixaram um “cavalo de Tróia” – cabe bem o termo – e colocaram mais R\$2,3 milhões, jogando R\$1,5 milhão para “ações de desenvolvimento urbano para Campo Belo, Minas Gerais”. E sou mineiro e até gostaria de ver minha terra mais bem aquinhoadada. Mas, de repente, carimba-se, para um município, R\$1,5 milhão, enquanto nossas emendas parlamentares, de bancadas, de comissões, regionais estão lá nas gavetas dos ministros. Não foram sequer empenhadas, mas propõe-se R\$1,5 milhão, “carimbado”, para um município do interior de Minas Gerais, que deve estar precisando de dinheiro como todo o Brasil está precisando? Uberlândia, por exemplo, está precisando. Mas não! Foi exatamente para Campo Belo, em Minas Gerais.

O relator foi sábio quando acolheu uma emenda de cada Parlamentar e redistribuiu os recursos para atender a um maior número de municípios brasileiros. Mas protestamos sempre. Primeiro, cumpre-se o orçamento; depois, acrescentam-se créditos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo, nos termos do parecer, que tem preferência regimental, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o substitutivo aprovado:

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 47, DE 1999-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Senado Federal e da Presidência da República, crédito especial no valor global de R\$ 2.363.536,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor do Senado Federal e da Presidência da República, crédito especial no valor global de R\$ 2.363.536,00 (dois milhões, trezentos e sessenta e três mil, quinhentos e trinta e seis reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do cancelamento de dotações no valor global de R\$ 2.363.536,00 (dois milhões, trezentos e sessenta e três mil, quinhentos e trinta e seis reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 1999.

4000 SENADO FEDERAL		R\$ 1,00									
2201 SENADO FEDERAL		R\$ 1,00									
NEXO I		R\$ 1,00									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		R\$ 1,00									
	EFFECTIVAÇÃO	R\$ 1,00									
		SE	DO	FE	TOTAL	PESSOAL E	INROS E INP	OUTRAS DESP	INVESTIMENTOS	INVESTIMENTOS	AMORTIZAÇÃO
		SE	DO	FE		FINC. SOCIAL	LA DÍVIDA	COMPLEMENTES		FINC. FINA	IN DÍVIDA
ASSISTENCIA E INVEJUSMIA					62.496			62.496			
ASSISTENCIA					62.496			62.496			
ASSISTENCIA FINANCIAL					62.496			62.496			
ASSISTENCIA A INSTITUÇÕES PRIVADAS					62.496			62.496			
PROPORCIONAR AUXILIO A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS, A FIM DE QUE POSSAM CUMPRIR SUAS MISSÕES FILANTROPICAS, EDUCATIVAS E CULTURAIS					62.496			62.496			
GRUPO ESPECÍFICO DE TRABALHO INTER-SECRETARIA					62.496			62.496			
TOTAL					62.496			62.496			
FISCAL					62.496			62.496			

PROGRAMA DE TRABALHO (SUGESTÃO)

[illegible]

20000 PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20117 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

R\$ 1,00
CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSO DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS	
ESPECIFICAÇÃO		APORTAÇÃO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
10.058.0323.3421.1423 FAMÍLIA BENEFICIÁRIA (UNIDADE) - 600	CE		
10.058.0323.3421.1424 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM ENSEBETU	CE		
10.058.0323.3421.1424 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	CE		
10.058.0323.3421.1424 GUARUVAL - MG	MG		
10.058.0323.3421.1424 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	MG		
10.058.0323.3421.1424 SERRA - SP	SP		
10.058.0323.3421.1424 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM CAMPO BELO	MG		
10.058.0323.3421.1424 FAMÍLIA BENEFICIÁRIA (UNIDADE) - 600	MG		
10.058.0323.3421.1424 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	MG		
10.058.0323.3421.1424 SÃO JOSE DO RIO PRETO - SP	SP		
10.058.0323.3421.1424 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO NO MUNICÍPIO DE	SP		
10.058.0323.3421.1424 COATÍ - AM	AM		
10.058.0323.3421.1424 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	AM		
10.058.0323.3421.1424 APARECIDA - BA	BA		
10.058.0323.3421.1424 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	BA		
10.058.0323.3421.1424 MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE	RN		
10.058.0323.3421.1424 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	RN		
10.058.0323.3421.1424 SÃO JOAQUIM DO PAVÃO - PI	PI		
10.058.0323.3421.1424 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	PI		
10.058.0323.3421.1424 SANTANA DO RIACHO - MS	MS		
10.058.0323.3421.1424 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	MS		
10.058.0323.3421.1424 CAPIBA - AL	AL		
10.058.0323.3421.1424 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	AL		
10.058.0323.3421.1424 JERQUITUBA - MS	MS		
10.058.0323.3421.1424 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	MS		

PERTEKHA, DE TODAS A PORTES E TRANSFERENCIAS

ESPE, IFICACAO

[illegible]

FORMA DE PAGAMENTO (SUPERFÍCIE)		EFFECTIVATION		TOTAL		RESERVA E ENC. SUC. TAL.		JROS E ENC. DA DÍVITA		OUTRAS DESP. CARACTERES		INVESTIMENTO		INVERSO: INVESTIMENTO		APLICAZÃO DA DÍVITA		OUTRAS DESP. DE CAPITAL	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
10.058.0223.34.21.1878	MOIS DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	100				16.000						16.000							
0000 - MS						16.000						16.000							
10.058.0223.34.21.1880	MOIS DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	100				16.000						16.000							
0000 - MS						16.000						16.000							
10.058.0223.34.21.1881	MOIS DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	100				16.000						16.000							
0000 - MS						16.000						16.000							
10.058.0223.34.21.1882	MOIS DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	100				16.000						16.000							
0000 - MS						16.000						16.000							
10.058.0223.34.21.1883	MOIS DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	100				16.000						16.000							
0000 - MS						16.000						16.000							
10.058.0223.34.21.1884	MOIS DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	100				16.000						16.000							
0000 - MS						16.000						16.000							
10.058.0223.34.21.1885	MOIS DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	100				16.000						16.000							
0000 - MS						16.000						16.000							
10.058.0223.34.21.1886	MOIS DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	100				16.000						16.000							
0000 - MS						16.000						16.000							
10.058.0223.34.21.1887	MOIS DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	100				16.000						16.000							
0000 - MS						16.000						16.000							
10.058.0223.34.21.1888	MOIS DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	100				16.000						16.000							
0000 - MS						16.000						16.000							
10.058.0223.34.21.1889	MOIS DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	100				16.000						16.000							
0000 - MS						16.000						16.000							
10.058.0223.34.21.1890	MOIS DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	100				16.000						16.000							
0000 - MS						16.000						16.000							
10.058.0223.34.21.1891	MOIS DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	100				16.000						16.000							
0000 - MS						16.000						16.000							

4000 PRESIDENCIA DA REPUBLICA
 ANEXO I
 2017 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

R\$ 1,00

CREDITO ESPECIAL
 RECURSOS DE

PROGRAMA DE TRABALHO (SUSPENSÃO)		ESTRUTURACÃO		RECURSOS DE		CREDITO ESPECIAL	
CD	DT	CD	DT	CD	DT	CD	DT
1	2	3	4	5	6	7	8
10.058.0123.14.1.1501	1501	10.058.0123.14.1.1501	1501	10.058.0123.14.1.1501	1501	10.058.0123.14.1.1501	1501
ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	
PROSABRAMIRIA - PB		PROSABRAMIRIA - PB		PROSABRAMIRIA - PB		PROSABRAMIRIA - PB	
16.000		16.000		16.000		16.000	
10.058.0123.14.1.1501	1501	10.058.0123.14.1.1501	1501	10.058.0123.14.1.1501	1501	10.058.0123.14.1.1501	1501
ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO NA		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO NA		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO NA		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO NA	
PRIMA DO SACO EM MANACATIBA - RJ		PRIMA DO SACO EM MANACATIBA - RJ		PRIMA DO SACO EM MANACATIBA - RJ		PRIMA DO SACO EM MANACATIBA - RJ	
16.000		16.000		16.000		16.000	
10.058.0123.14.1.1510	1510	10.058.0123.14.1.1510	1510	10.058.0123.14.1.1510	1510	10.058.0123.14.1.1510	1510
ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	
ARMONIA - TO		ARMONIA - TO		ARMONIA - TO		ARMONIA - TO	
16.000		16.000		16.000		16.000	
10.058.0123.14.1.1511	1511	10.058.0123.14.1.1511	1511	10.058.0123.14.1.1511	1511	10.058.0123.14.1.1511	1511
ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	
ACRELANDIA - AC		ACRELANDIA - AC		ACRELANDIA - AC		ACRELANDIA - AC	
16.000		16.000		16.000		16.000	
10.058.0123.14.1.1514	1514	10.058.0123.14.1.1514	1514	10.058.0123.14.1.1514	1514	10.058.0123.14.1.1514	1514
ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	
NOVA BRASILIANDIA - MS		NOVA BRASILIANDIA - MS		NOVA BRASILIANDIA - MS		NOVA BRASILIANDIA - MS	
16.000		16.000		16.000		16.000	
10.058.0123.14.1.1516	1516	10.058.0123.14.1.1516	1516	10.058.0123.14.1.1516	1516	10.058.0123.14.1.1516	1516
ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	
MOSORO - RN		MOSORO - RN		MOSORO - RN		MOSORO - RN	
16.000		16.000		16.000		16.000	
10.058.0123.14.1.1522	1522	10.058.0123.14.1.1522	1522	10.058.0123.14.1.1522	1522	10.058.0123.14.1.1522	1522
ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	
SANTA LUZ DE SALTINAS - MG		SANTA LUZ DE SALTINAS - MG		SANTA LUZ DE SALTINAS - MG		SANTA LUZ DE SALTINAS - MG	
16.000		16.000		16.000		16.000	
10.058.0123.14.1.1524	1524	10.058.0123.14.1.1524	1524	10.058.0123.14.1.1524	1524	10.058.0123.14.1.1524	1524
ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	
CAETANO VILAS - MS		CAETANO VILAS - MS		CAETANO VILAS - MS		CAETANO VILAS - MS	
16.000		16.000		16.000		16.000	
10.058.0123.14.1.1525	1525	10.058.0123.14.1.1525	1525	10.058.0123.14.1.1525	1525	10.058.0123.14.1.1525	1525
ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	
SETE LAGOAS - MS		SETE LAGOAS - MS		SETE LAGOAS - MS		SETE LAGOAS - MS	
16.000		16.000		16.000		16.000	
10.058.0123.14.1.1527	1527	10.058.0123.14.1.1527	1527	10.058.0123.14.1.1527	1527	10.058.0123.14.1.1527	1527
ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	
ACARITIBA - BA		ACARITIBA - BA		ACARITIBA - BA		ACARITIBA - BA	
16.000		16.000		16.000		16.000	
10.058.0123.14.1.1531	1531	10.058.0123.14.1.1531	1531	10.058.0123.14.1.1531	1531	10.058.0123.14.1.1531	1531
ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	
PARAGUARI - MS		PARAGUARI - MS		PARAGUARI - MS		PARAGUARI - MS	
16.000		16.000		16.000		16.000	
10.058.0123.14.1.1532	1532	10.058.0123.14.1.1532	1532	10.058.0123.14.1.1532	1532	10.058.0123.14.1.1532	1532
ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	
BAHIA REDE - SP		BAHIA REDE - SP		BAHIA REDE - SP		BAHIA REDE - SP	
16.000		16.000		16.000		16.000	
10.058.0123.14.1.1533	1533	10.058.0123.14.1.1533	1533	10.058.0123.14.1.1533	1533	10.058.0123.14.1.1533	1533
ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	
ALTA FLORESTA - RS		ALTA FLORESTA - RS		ALTA FLORESTA - RS		ALTA FLORESTA - RS	
16.000		16.000		16.000		16.000	
10.058.0123.14.1.1534	1534	10.058.0123.14.1.1534	1534	10.058.0123.14.1.1534	1534	10.058.0123.14.1.1534	1534
ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	
ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM		ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM	
16.000		16.000		16.000		16.000	

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

[illegible]

SECRET

F = 1,00

13.076.0048.1808.1463

..... AÇÕES DE SAQUEAMENTO BÁSICO EM
FERROS - MG

13.076.0448 1400.1654 .. . '.....'
AÇÕES DE SAQUEAMENTO BÁSICO EM
BARBEIRAS - BA

13 0/6,0488 3400,3450
AÇÕES DE SAQUEAMENTO BAIXO EM
MUNICIPIOS DE MINAS GERAIS

SENADO FEDERAL
2101

ESPECIFICAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESS

MODERNIZAÇÃO, ASSESSORAMENTO DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, CCEU

MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINIS

Quarta-feira 15 18289

20117 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

ANEXO II

PROGRAMA DE HABITAT (CONTINUANDO)

ESPECIFICAÇÃO	UN	DO	10	100	100	TOTAL	PERSONAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
HABITAÇÃO E URBANISMO						2.301.042				2.301.042			
HABITAÇÃO						531.042				531.042			
HABITAÇÃO: URBANAS						531.042				531.042			
10.057.0316.3115						531.042				531.042			
REFORMA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS EM ÁREAS URBANAS E RURAIS													
10.057.0316.3115.2045						531.042				531.042			
RECORRER AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DA POPULAÇÃO COM BAIXA FAMILIAR, MENSAL DE ATÉ TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS, RESIDENTES EM ÁREAS SEM CONDIÇÕES DE SAUBERIDADE E SEGURANÇA, LOCALIZADAS EM BARRIÇOS COM ELEVADO PORCENTUAL DE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA, INTERMEDIANDO ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, RECREAÇÃO, ALIMENTAÇÃO, E IMPLEMENTANDO AÇÕES DE INTERMEDIARIAÇÃO PARA O AUMENTO DA CAPACIDADE DE GESTÃO URBANA.													
10.057.0316.3115.2045.1000						531.042				531.042			
CONCLUSÃO DE OBRAS ENTREGUES NOS EXERCÍCIOS DE 1997 E 1998 NO ÂMBITO DO PROGRAMA HABITAT-BRASIL						531.042				531.042			
URBANISMO						1.770.000				1.770.000			
PLANEJAMENTO URBANO						1.770.000				1.770.000			
10.058.0323.1421						1.770.000				1.770.000			
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO						1.770.000				1.770.000			
ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO, ATRAVÉS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE COMISSÃO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS, DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS E ADOÇÃO DAS DISPARIDADES URBANAS.													
10.058.0323.1421.0545						1.770.000				1.770.000			
CONCLUSÃO DE OBRAS ENTREGUES NOS EXERCÍCIOS DE 1997 E 1998 NO ÂMBITO DO PROGRAMA PRO-URBA						1.770.000				1.770.000			
TOTAL						2.301.042				2.301.042			
FISCAL						2.301.042				2.301.042			

R\$ 1,00

CREDITO ESTADUAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 8:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei nº 48, de 1999**, do Congresso Nacional, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R\$4.855.000,00 (quatro milhões, oitocentos e

cinquenta e cinco mil reais), para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos”.

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 86, de 1999-CN, concluiu pela aprovação do projeto.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 86, DE 1999-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 48, de 1999-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R\$ 4.855.000,00, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos".

RELATOR: Deputado EUNÍCIO OLIVEIRA

I – RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 1.067, de 1999-CN (nº 1.602/99, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional projeto de lei autorizando o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de **R\$ 4.855.000,00** (quatro milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil reais), para, em reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, atender às despesas constantes do Anexo I.

Os recursos necessários à abertura do crédito serão provenientes da incorporação parcial do excesso de arrecadação de recursos do Tesouro Nacional-Fundo de Estabilização Fiscal.

A Exposição de Motivos nº 480/MP, de 28 de outubro de 1999, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a proposição, informa que o crédito tem por objetivo “atender a despesas com assistência médica, auxílio alimentação aos servidores e indenização de transporte aos oficiais de justiça, em virtude de provimento de cargos vagos, do aumento dos custos dos serviços médicos, bem como de alteração de natureza de despesa sem a inclusão na programação de gastos para o presente exercício”.

II - EMENDAS

Ao presente projeto de lei não foram apresentadas emendas, no prazo regimental.

III – VOTO

Desse modo, considerando que o projeto de lei não colide com o Plano Plurianual em vigor, Lei nº 9.276, de 9 de maio de 1996, e com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1999, não ferindo, tampouco, a quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos, e que seu detalhamento acha-se conforme às exigências legais e aos princípios da boa técnica orçamentária, SOMOS PELA APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 48, DE 1999-CN, NA FORMA PROPOSTA PELO PODER EXECUTIVO.

Sala da Comissão, em de dezembro de 1999.



Deputado EÚNCIO OLIVEIRA

Relator

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Quinta Reunião Extraordinária, em 14 de dezembro de 1999, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado EUNÍCIO OLIVEIRA, favorável nos termos do **Projeto de Lei nº 48/99-CN**. Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados, Jovair Arantes, Primeiro Vice-Presidente, João Coser, Terceiro Vice-Presidente, Alberto Goldman, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Armando Abílio, B. Sá, Ben-hur Ferreira, Carlos Melles, César Bandeira, Cleonânicio Fonseca, Damião Feliciano, Danilo de Castro, Deusdeth Pantoja, Djalma Paes, Dr. Benedito Dias, Eliseu Moura, Eunício Oliveira, Eurípedes Miranda, Félix Mendonça, Fernando Coruja, Freire Júnior, Givaldo Carimbão, Gonzaga Patriota, João Leão, João Ribeiro, João Tota, Jorge Alberto, Jorge Khoury, José Chaves, José Lourenço, José Melo, José Priante, José Thomaz Nonô, Laura Carneiro, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Negromonte, Milton Monti, Nelson Meurer, Neuton Lima, Norberto Teixeira, Osvaldo Reis, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Henry, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Ricardo Barros, Santos Filho, Silas Brasileiro, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Wilson Braga, Wilson Santos; e Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Romero Jucá, Segundo Vice-Presidente, Antônio Carlos Valadares, Eduardo Siqueira Campos, Jonas Pinheiro, Lúcio Alcântara, Luiz Estevão, Luiz Otávio, Luzia Toledo, Mauro Miranda, Moreira Mendes, Ney Suassuna, Ramez Tebet, Tião Viana.

Sala de Reuniões, em 14 de dezembro de 1999.



Senador GILBERTO MESTRINHO
Presidente



Deputado EUNÍCIO OLIVEIRA
Relator

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 48, DE 1999-CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R\$ 4.855.000,00, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R\$ 4.855.000,00 (quatro milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da incorporação parcial do excesso de arrecadação de recursos do Tesouro Nacional – Fundo de Estabilização Fiscal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 1999.

[illegible]

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 9:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei nº 49, de 1999**, do Congresso Nacional, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de R\$5.400.000,00 (cinco milhões, quatrocentos mil reais) para os fins que especifica”.

Ao projeto de lei foram apresentadas duas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 81, de 1999-CN, concluiu pela aprovação do projeto e rejeição das emendas apresentadas.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 81, DE 1999-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 49, de 1999-CN, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de R\$5.400.000,00, para os fins que especifica”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputada **Laura Carneiro**

1 – Apreciação

1.1. Histórico

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 da Constituição, submete à apreciação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 1.068, de 1999-CN (nº 1.603/99, na origem), o Projeto de Lei nº 049, de 1999-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de R\$5.400.000,00.

A Exposição de Motivos nº 465/MP, de 27 de outubro de 1999, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha e instrui a proposição, informa que o crédito ora pleiteado se destina à manutenção das últimas cinco embarcações remanescentes do patrimônio da extinta Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro – LLOYDBRAS, de acordo com a Lei nº 9.617/98, e que tais despesas correrão à conta de recursos obtidos a

partir da venda de parte do patrimônio dessa Companhia.

Lida na Sessão do Congresso Nacional de 3-11-99 e distribuída em avulsos, a matéria encontra-se tramitando na Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde foi aberto prazo para emendas, de acordo com o art. 166, § 2º da Constituição, no período de 11 a 18-11-99 e designado este Parlamentar como Relator da matéria.

1.2. Análise

Consoante consta das informações que instruem a Mensagem, o crédito em questão visa atender despesas com combustíveis, vigilância, conservação, limpeza, reparos, salários do Administrador das últimas embarcações da Lloydbrás. As mencionadas embarcações foram objeto de arresto pela Justiça Federal e a Advocacia Geral da União – AGU só permite a realização dos leilões pelo Administrador após resolvidas todas as pendências judiciais, o que implica a realização dos referidos gastos. Logo, a frustração desse crédito resulta na impossibilidade de prosseguimento do processo de liquidação da Empresa.

Coerentemente com a natureza das despesas pretendidas pelo Poder Executivo, a totalidade dos recursos tratados no crédito encontra-se na modalidade de aplicação 90 (“Aplicação Direta”) e a natureza de despesa 3 (“Outras Despesas Correntes”), conforme indicado no respectivo demonstrativo de programa de trabalho.

A Exposição de Motivos informa ainda que os recursos necessários ao atendimento da solicitação são provenientes do excesso de arrecadação oriundos da venda de parte do patrimônio da extinta Companhia (Lei nº 9.617, de 2 de abril de 1998). Em cumprimento ao disposto no § 7º do art. 12 da Lei nº 9.692, o Executivo demonstra o referido excesso no quadro abaixo:

(Valores R\$1,00)

Descrição	Fonte	Previsão LOA/99	Reestimativa	Excesso Arrec.
Alienação de Outros Bens Móveis	150	0	5.400.000	5.400.000
Total		0	5.400.000	5.400.000

Por último, cabe ressaltar que o Projeto de Lei nº 20/99-CN (proposta de Lei Orçamentária para 2000)

também prevê a alocação de recursos em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para dar prosseguimento ao processo de liquidação da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro – LLOYDBRAS (Programa de Trabalho 04.122.0794.0374.0001). Para o exercício financeiro de 2000, tais créditos montam em R\$3.340.000,00.

1.3. Das Emendas

Duas foram as emendas apresentadas ao PL nº 049/9-CN. Uma de autoria do Deputado **Ciro Nogueira**, cujo objetivo foi atender o “Setor de Saneamento em Regeneração – Piauí”; e outra do Deputado **Rommel Feijó**, que buscou propiciar “Ações de Defesa Civil em Barbalha – Ceará”.

Em que pese o mérito e a relevância da proposição apresentada pelo Deputado **Rommel Feijó**, esta Relatoria não pode acolhê-la devido à ação não se encontrar abrangida pelo programa de trabalho da unidade orçamentária objeto do presente crédito adicional. As “Ações de Defesa Civil” não mais integram o programa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, havendo passado, a partir do início do ano, para o programa de trabalho do Ministério da Integração Nacional.

De forma semelhante, não foi possível também acatar a proposição do Deputado **Ciro Nogueira**, uma vez que a “Modernização do Setor de Saneamento” encontra-se atualmente vinculada à Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano, na Presidência da República, não fazendo parte portanto do programa de trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Como ficou evidenciado, tais unidades orçamentárias não se acham abrangidas pelo crédito adicional em análise, não podendo portanto serem contempladas com alocações, segundo estabelece o inciso II do art. 47 do Regimento Interno da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

2 – Voto do Relator

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais ou legais pertinentes à matéria.

Em que pese o mérito e a relevância das emendas apresentadas, propõe esta Relatoria que não sejam as mesmas admitidas por contrariarem o inciso II do art. 47 do Regimento Interno da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Diante do exposto, voto pela aprovação do PL nº 49-CN, de 1999, na forma proposta pelo Poder Executivo.

É o Relatório.

Sala da Comissão, de novembro de 1999. –
Deputada **Laura Carneiro**, Relatora.

Conclusão

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Quinta Reunião Extraordinária, em 14 de dezembro de 1999 aprovou, por unanimidade, o Relatório da Deputada **Laura Carneiro**, favorável nos termos do Projeto de Lei nº 49/99-CN. Ao Projeto foram apresentadas 2 (duas) emendas, as quais foram declaradas inadmitidas.

Compareceram os Senhores Deputados, **Jovair Arantes**, Primeiro Vice-Presidente, **João Cósier**, Terceiro Vice-Presidente, **Alberto Goldman**, **Almir Sá**, **Anivaldo Vale**, **Antônio Carlos Konder Reis**, **Armando Abílio**, **B. Sá**, **Ben-Hur Ferreira**, **Carlos Meles**, **César Bandeira**, **Cleonânicio Fonseca**, **Damião Feliciano**, **Danilo de Castro**, **Deusdeth Pantoja**, **Djalma Paes**, **Dr. Benedito Dias**, **Eliseu Moura**, **Eunico Oliveira**, **Eurípedes Miranda**, **Félix Mendonça**, **Fernando Coruja**, **Freire Júnior**, **Givaldo Carimbão**, **Gonzaga Patriota**, **João Leão**, **João Ribeiro**, **João Tota**, **Jorge Alberto**, **Jorge Khoury**, **José Chaves**, **José Lourenço**, **José Melo**, **José Priante**, **José Thomaz Nonô**, **Laura Carneiro**, **Márcio Reinaldo Moreira**, **Mário Negromonte**, **Milton Monti**, **Nelson Meurer**, **Neuton Lima**, **Norberto Teixeira**, **Oswaldo Reis**, **Paulo Braga**, **Paulo Feijó**, **Paulo Mourão**, **Pedro Canedo**, **Pedro Chaves**, **Pedro Henry**, **Raimundo Gomes de Matos**, **Renato Vianna**, **Ricardo Barros**, **Santos Filho**, **Silas Brasileiro**, **Virgílio Guimarães**, **Waldemir Moka**, **Wilson Braga**, **Wilson Santos**; e Senadores **Gilberto Mestrinho**, Presidente, **Romero Jucá**, Segundo Vice-Presidente, **Antônio Carlos Valadares**, **Eduardo Siqueira Campos**, **Jonas Pinheiro**, **Lúcio Alcântara**, **Luiz Estevão**, **Luiz Otávio**, **Luzia Toledo**, **Mauro Miranda**, **Moreira Mendes**, **Ney Suassuna**, **Ramez Tebet**, **Tião Viana**.

Sala de Reuniões, em 14 de dezembro de 1999.
– Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente –
Deputada **Laura Carneiro**, Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão o projeto e as emendas. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.
As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam
queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado. Aprovado o projeto, ficam
prejudicadas as emendas.
A matéria vai à sanção.
É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 49, DE 1999-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão,
crédito especial no valor de R\$ 5.400.000,00, para
os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999) crédito especial no valor de R\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil reais), em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da incorporação de excesso de arrecadação, proveniente da venda de parte do ativo da extinta Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro – LLOYDBRAS.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
47101 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

MEIO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

R\$ 1,00
CREDIÇÃO ESPECIAL

ESPECIFICAÇÃO	E		ID	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	Juros e Enc. DA DÍVIDA	OUTROS DEP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMPROBIS FINANÇEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
	\$	P									
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			100		\$ 400.000			\$ 400.000			
ADMINISTRAÇÃO					\$ 400.000			\$ 400.000			
ADMINISTRAÇÃO GERAL					\$ 400.000			\$ 400.000			
03 007 0021 8184					\$ 400.000			\$ 400.000			
DESPESAS DE MANUTENÇÃO DE CORRENTES DA EXTINÇÃO DA											
COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO LLOYD BRASILEIRO-LLOYDBRAS											
ASSISTÊNCIA AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A											
LICITAÇÃO DA LLOYDBRAS											
03 007 0021 8185,0002					\$ 400.000			\$ 400.000			
LICITAÇÃO DA COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO LLOYD BRASILEIRO -					\$ 400.000			\$ 400.000			
LLOYDBRAS					\$ 400.000			\$ 400.000			
TOTAL FISCAL					\$ 400.000			\$ 400.000			

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 10:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei nº 50, de 1999**, do Congresso Nacional, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$5.949.717,00 (cinco milhões, novecentos e quarenta e nove mil, setecentos e dezessete reais), para os fins que especifica”.

Ao projeto de lei foi apresentada uma emenda.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 82, de 1999-CN, concluiu pela aprovação do projeto e rejeição da emenda apresentada.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 82, DE 1999-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 50, de 1999-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor global de R\$5.949.717,00 para os fins que especifica”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Anivaldo Vale**

I – Relatório

Com base no art. 61, § 1º, inciso II, b, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 1.069, de 1999-CN (nº 1.604/99, na origem), o Projeto de Lei nº 50, de 1999-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor global de R\$5.949.717,00 para os fins que especifica”.

A Exposição de Motivos nº 490/MPO, de 28 de outubro de 1999, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a proposição, informa que o crédito ora pleiteado visa permitir a inclusão no orçamento vigente de ações desenvolvidas pelos Órgãos e não previstas na Lei Orçamentária, conforme detalhamento a seguir:

R\$ 1,00

Órgão/programação	Suplemento	Origem dos recursos
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC	5.949.717	5.949.717
Contribuição a Entidades de Classes	446.151	0
Participação em Organismos Internacionais	649.440	0
Manutenção de Hospitais de Ensino/SUS	4.854.126	0
Cancelamento de Dotações Orçamentárias	0	1.095.591
Excesso de Arrecadação de Recursos Não-Financeiros		
Diretamente Arrecadados	0	3.517.626
Excesso de Arrecadação de Receita de Convênios	0	1.306.800
Excesso de Arrecadação de Recursos oriundos de Doações de Pessoas ou Instituições Privadas Nacionais	0	29.700
Total	5.949.717	5.949.717

Em sua Exposição de Motivos, o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão esclarece que o crédito em análise atenderá às seguintes finalidades, no âmbito do Ministério da Educação.

1 – Destinar recursos à Contribuição a Entidades Privadas e à Participação em Organismos Internacionais, que “possibilitarão ao Ministério honrar compromissos relativos ao pagamento de anuidades a entidades de classes e organismos internacionais”; e

2 – Possibilitar aos Hospitais de Ensino a prestação de serviços com recursos obtidos com a sua arrecadação própria, receita esta não prevista quando da elaboração da, então, proposta orçamentária.

Os recursos utilizados como contrapartida, de acordo com o quadro acima, são os seguintes:

- a) anulação parcial de dotações orçamentárias;
- b) excesso de arrecadação de recursos não-financeiros diretamente arrecadados;
- c) excesso de arrecadação decorrente de receita de convênios; e

d) excesso de arrecadação decorrente da inclusão de receitas de doações de pessoas ou Instituições Privadas Nacionais.

Dessa forma, pretende-se lançar mão de cancelamentos de algumas dotações, assim como do excesso de arrecadação, acima do previsto na lei orçamentária, para a obtenção dos recursos necessários.

Os quadros que indicam os excessos de arrecadação, encaminhados como anexos ao crédito, estão classificados em conformidade com o estabelecido nos arts. 3º, § 1º, inciso VI, e 12, § 7º da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e estão sintetizados abaixo:

R\$ 1,00

Natureza da Receita	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
1000.00.00	Receitas Correntes			5.484.636
1600.00.00	Receita de Serviços		3.517.636	
1600.05.01	Serviços Hospitalares	3.517.636		
1700.00.00	Transferências Correntes		1.937.310	
1710.00.00	Transferências Intragovernamentais		630.510	
1711.01.50	Transferência de Recursos do FEF	630.510		
1760.00.00	Transferência de Convênios		1.306.800	
1762.00.00	Transf. De Conv. Dos Estados/DF	712.800		
1.763.00.00	Transf. De Conv. De Municípios	594.000		
1900.00.00	Outras Receitas Correntes		29.700	
1990.00.00	Receitas Diversas		29.700	
1990.99.00	Outras Receitas	29.700		

Verifica-se que os excessos de arrecadação ultrapassam o valor total necessário para o crédito especial (em torno de R\$600 mil). O Ministro, em sua Exposição de Motivos, esclarece, no entanto, que esse recurso será utilizado por meio de crédito suplementar, a ser encaminhado ao Congresso Nacional.

Outro item a ser destacado é o cancelamento de R\$630,5 mil da dotação prevista para a concessão de

vales-transporte dos servidores da Universidade Federal de Goiás (UFGO), sem a inclusão desse recurso, como compensação, para a própria instituição. De acordo com o Ministério da Educação, esse cancelamento está sendo proposto pois a execução orçamentária da dotação em análise (Funcional Programática 08.078.0486.0003) prevista na LOA de 1999, que é de R\$1.946,92 mil, está bem inferior ao programado, ou melhor, 41,14% até 13-11-99. Isso permite o uso desses recursos para a finalidade proposta, sem prejuízo algum para a UFGO.

Lida na Sessão do Senado de 31-11-99, a Mensagem foi remetida à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que abriu prazo para emendas, de acordo com o art. 166, § 2º da Constituição (de 3 a 10-11-99) e designou este parlamentar para relatar a matéria, na forma regimental.

II – Emendas

Foi apresentada apenas uma emenda a esse crédito especial. Trata-se de emenda em que ilustre parlamentar pretende “apoiar o desenvolvimento de ações de assistência médica”, como também executar o controle de doenças no Hospital de Ensino da Universidade Federal do Paraná.

III – Voto do Relator

O exame da proposição, quanto à sua compatibilidade com o Plano Plurianual, mostra que esta se ajusta ao estabelecido pelo Plano.

Quanto à conformidade com as disposições da LDO, Lei nº 9.692/98, a percepção deste Relator é de que as inclusões de programações pretendidas por este crédito adicional não contrariam as vedações expressas em tal lei.

Constatou, igualmente, que a proposição não fere quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recurso e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios de boa técnica orçamentária.

Além disso, após a análise da única emenda apresentada, este Relator sugere a sua rejeição, muito embora reconheça sua extrema relevância. Isso se deve ao fato de essa proposição pretender utilizar-se da reserva de contingência como fonte de cancelamentos. A reserva não está contida no crédito adicional, não sendo, dessa forma, objeto do PL em estudo. Por outro lado, o cancelamento de qualquer outra dotação, visando atender a emenda, viria comprometer as ações propostas pelo Poder Executivo, neste final de exercício financeiro.

Em consequência, somos pela aprovação do PL nº 50/99-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo e pela rejeição da Emenda de nº 00001, apresentada à Universidade Federal do Paraná.

Sala da Comissão, 25 de novembro de 1999. —
Deputado Anivaldo Valé, Relator.

Conclusão

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Quinta Reunião Extraordinária, em 14 de dezembro de 1999, aprovou por unanimidade, o Relatório do Deputado Anivaldo Vale, favorável nos termos do Projeto de Lei nº 50/99-CN. Ao projeto foi apresentada 1 (uma) emenda, a qual foi rejeitada.

Compareceram os Senhores Deputados, Jovair Arantes, Primeiro Vice-Presidente, João Coser, Terceiro Vice-Presidente, Alberto Goldman, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Armando Abílio, B. Sá, Ben-hur Ferreira, Carlos Melles, César Bandeira, Cleonânio Fonseca, Damião Feliciano, Danilo de Castro, Deusdeth Pantoja, Djalma Paes, Dr. Benedito Dias, Eliseu Moura, Eunício Oliveira, Eurípedes Miranda, Félix Mendonça, Fernando Coruja, Freire Júnior, Givaldo Carimbão, Gonzaga Patriota, João Leão, João Ribeiro, João Tota, Jorge Alberto, Jorge Khoury, José Chaves, José Lourenço, José Melo, José Priante, José Thomaz Nonô, Laura Carneiro, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Negromonte, Milton Monti, Nelson Meurer, Neuton Lima, Norberto Teixeira, Osvaldo Reis, Paulo Braga,

Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Henry, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Ricardo Barros, Santos Filho, Silas Brasileiro, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Wilson Braga, Wilson Santos; e Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Romero Jucá, Segundo Vice-Presidente, Antônio Carlos Valadares, Eduardo Siqueira Campos, Jonas Pinheiro, Lúcio Alcântara, Luiz Estevão, Luiz Otávio, Luzia Toledo, Mauro Miranda, Moreira Mendes, Ney Suassuna, Ramez Tebet, Tião Viana.

Sala de Reuniões, 14 de dezembro de 1999.
Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente. —
Deputado **Anivaldo Vale**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) — Em discussão o projeto e a emenda. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o projeto, fica prejudicada a emenda.
Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 50, DE 1999-CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 5.949.717,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 5.949.717,00 (cinco milhões, novecentos e quarenta e nove mil, setecentos e dezessete reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de:

I - anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 1.095.591,00 (um milhão, noventa e cinco mil, quinhentos e noventa e um reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei;

II - excesso de arrecadação de recursos não-financeiros diretamente arrecadados, no valor de R\$ 3.517.626,00 (três milhões, quinhentos e dezessete mil, seiscentos e vinte e seis reais);

III - excesso de arrecadação decorrente de receita de convênios, no valor de R\$ 1.306.800,00 (um milhão, trezentos e seis mil e oitocentos reais); e

IV - excesso de arrecadação decorrente da inclusão de receitas de doações de pessoas ou Instituições Privadas Nacionais, no valor de R\$ 29.700,00 (vinte e nove mil e setecentos reais).

Art. 3º Em decorrência do disposto nos arts. 1º e 2º, ficam alteradas as receitas de diversas entidades do Ministério da Educação, na forma indicada nos Anexos III e IV desta Lei, nos montantes especificados.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

— **Brasília, de outubro de 1999.**

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26101 - MINISTERIO DA EDUCACAO

R\$ 1,00

MEIO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

CREDITO ESPECIAL

ESPECIFICACAO	E M F D	ID USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
EDUCACAO E CULTURA				630 510			630 510			
POLITICA EXTERIOR				630 510			630 510			
COOPERACAO INTERNACIONAL				630 510			630 510			
08 072 0411 2017				630 510			630 510			
PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS										
PROMOVER A PRESENCA DO GOVERNO BRASILEIRO NOS										
ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE SEU INTERESSE, POR										
RAIZES DE ORDEN POLITICA, SOCIAL, ECONOMICA,										
COMERCIAL, CULTURAL, CIENTIFICA E TECNOLÓGICA										
08 072 0411 2017 0265				630 510			630 510			
ORGANIZACAO DOS ESTADOS IBERO AMERICANOS PARA A										
EDUCACAO A CIENCIA E A CULTURA - DEI										
	F	72	0	630 510			630 510			
			199	630 510			630 510			
TOTAL FISCAL				630 510			630 510			

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26302 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE ALAGOAS

R\$ 1,00

MEIO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

CREDITO ESPECIAL

ESPECIFICACAO	E M F D	ID USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
EDUCACAO E CULTURA				1 500			1 500			
ENSINO MEIO				1 500			1 500			
FORMACAO PARA O SETOR SECUNDARIO										
08 043 0197 2496				1 500			1 500			
CONTRIBUICAO A ENTIDADES										
PAGAMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE										
CONTRIBUINTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE.										
08 043 0197 2496 0015				1 500			1 500			
CONSELHO DE DIRIGENTES DOS CENTROS FEDERAIS DE										
EDUCACAO TECNOLÓGICA - CONCEPT										
	F	50	0	1 500			1 500			
			112	1 500			1 500			
TOTAL FISCAL				1 500			1 500			

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26211 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE OURO PRETO

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

CREDITO ESPECIAL

R\$ 1,00

ESPECIFICACAO	E M	S D	O U	F I	FTE	TOTAL	PESSOA L E ENC. SOCIAIS	JUNCO E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INTERESSES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
EDUCACAO E CULTURA												
ENSINO MEDIO												
FORMACAO PARA O SETOR SECUNDARIO												
08 043 0197 7498						1.500			1.500			
PAGAMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE												
CONTRIBUINTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE						1.500			1.500			
ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1						1.500			1.500			
08 043 0197 2498 0015						1.500			1.500			
CONSELHO DE DIRIGENTES DOS CENTROS FEDERAIS DE												
EDUCACAO TECNOLÓGICA CONCEPE						1.500			1.500			
ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1						1.500			1.500			
TOTAL FISCAL						1.500			1.500			

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26213 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DA PARAIBA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

CREDITO ESPECIAL

R\$ 1,00

ESPECIFICACAO	E M	S D	O U	F I	FTE	TOTAL	PESSOA L E ENC. SOCIAIS	JUNCO E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INTERESSES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
EDUCACAO E CULTURA												
ENSINO MEDIO												
FORMACAO PARA O SETOR SECUNDARIO												
08 043 0197 7498						1.500			1.500			
PAGAMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE												
CONTRIBUINTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE						1.500			1.500			
ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1						1.500			1.500			
08 043 0197 2498 0015						1.500			1.500			
CONSELHO DE DIRIGENTES DOS CENTROS FEDERAIS DE												
EDUCACAO TECNOLÓGICA CONCEPE						1.500			1.500			
ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1						1.500			1.500			
TOTAL FISCAL						1.500			1.500			

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26314 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE PELOTAS

R\$ 1,00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

CREDITO ESPECIAL

ESPECIFICACAO	E	S	D	M	ID	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVENSI- OES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
	F	D			USO								
EDUCACAO E CULTURA													
ENSINO MEDIO							1 500			1 500			
FORMACAO PARA O SETOR SECUNDARIO							1 500			1 500			
08 043 0197 2486 CONTRIBUICAO A ENTIDADES							1 500			1 500			
PAGAMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE CONTRIBUINTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE													
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1							1 500			1 500			
08 043 0197 2486 0013 CONSELHO DE ORIENTANTES DOS CENTROS FEDERAIS DE CULTURA	F				500	112	1 500			1 500			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1							1 500			1 500			
TOTAL FISCAL							1 500			1 500			

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26324 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO

R\$ 1,00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

CREDITO ESPECIAL

ESPECIFICACAO	E	S	D	M	ID	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVENSI- OES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
	F	D			USO								
EDUCACAO E CULTURA													
ENSINO SUPERIOR							308 432			36 000	273 432		
ENSINO DE GRADUACAO							36 000			36 000			
08 044 0205 2486 CONTRIBUICAO A ENTIDADES							36 000			36 000			
PAGAMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE CONTRIBUINTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE													
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 2							15 900			15 900			
08 044 0205 2486 0005 CONSELHO DE REITORIA DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS - 1	F				500	112	15 900			15 900			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1							15 900			15 900			
08 044 0205 2486 0019 ASSOCIACAO NACIONAL DOS ORIENTANTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANOIES	F				500	112	19 600			19 600			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1							19 600			19 600			
08 044 0205 2486 0071 ASSOCIACAO NACIONAL DE PESQUISA E POS GRADUACAO EM ENSINO - ANPEP	F				500	112	500			500			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1							500			500			
Saude							273 432				273 432		
ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA							273 432				273 432		
08 075 0428 4928 MANUTENCAO DE HOSPITAL DE ENSINO/SUS							273 432				273 432		
MANUTENCAO DE HOSPITAL DE AGUAS DE ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLÓGICA EM MEDICINA AMBULATORIAL E DE INTERNAÇÃO, SEM COM O SERVIÇO DE CONTROLE DE QUALIDADE, SEM SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO E PARASITARIAS, OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E ENCARGOS							273 432				273 432		
08 075 0428 4928 0001 MANUTENCAO DE HOSPITAL DE ENSINO/SUS	F				500	250	273 432				273 432		
TOTAL FISCAL							308 432			36 000	273 432		
TOTAL FISCAL SECUNDARIO							273 432			36 000	273 432		

CREDITO ESPECIAL

ESPECIFICAÇÃO	S 6	M 8	ID F D	FIL USO	TOTAL	PESSOA E ENC. SOCIAIS	JUNTOS E ENC. DA DIVIDA	DIFERENÇA COMENTARIOS	INVESTIMENTOS	INVERSA FINANCIAS	ADICIONAÇÃO DA DIVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA											
ENSINO SUPERIOR					32 400			32 400			
ENSINO DE GRADUAÇÃO					32 400			32 400			
DE 044 0205 2017					2 400			2 400			
PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS											
- PROMOVER A PRESENCIA DO GOVERNO BRASILEIRO NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE SEU INTERESSE PARA O FOMENTO DA COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.											
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADES) = 1											
DE 044 0205 2017 0238					400			400			
UNIVERSIDADE UNIVERSITÁRIA INTEGRAL... ..					2 400			2 400			
ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADES) = 1					2 400			2 400			
DE 044 0205 - 498					32 300			32 300			
CONTRIBUIÇÃO ÀS ENTIDADES											
- PAGAMENTO ÀS ENTIDADES NA ALIQUOTA DE 0,4% SOBRE O CONTRIBUTIVO INSTITUCIONAL DA ENTIDADE											
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADES) = 2											
DE 044 0205 2486 0003					12 000			12 000			
CONSELHO DE REitores DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS					12 000			12 000			
LIMPO					12 000			12 000			
ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADES) = 1					12 000			12 000			
DE 044 0205 2496 0013					18 000			18 000			
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS INSTITUCIONAIS					18 000			18 000			
REPRESENTANTE DO ENSINO SUPERIOR - AMPLIOS					18 000			18 000			
ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADES) = 1					18 000			18 000			
TOTAL					32 400			32 400			

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26238 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

R\$ 1,00

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICACAO	E	M	ID	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
	F	D	USO								
EDUCACAO E CULTURA					118 500	118 500		118 500			
ENSINO SUPERIOR					118 500	118 500		118 500			
ENSINO DE GRADUACAO					118 500	118 500		118 500			
08 044 0205 2017					6 930	6 930		6 930			
PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS											
PROPORVER A PRESENCIA DO GOVERNO BRASILEIRO NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE SEU INTERESSE POR RAZOES DE ORDEN POLITICA, SOCIAL, ECONOMICA, COMERCIAL, CULTURAL, CIENTIFICA E TECNOLÓGICA											
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 2											
08 044 0205 2017 0239					5 430	5 430		5 430			
ORGANIZACAO UNIVERSITARIA INTERNACIONAL					5 430	5 430		5 430			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1											
08 044 0205 2017 0250					1 500	1 500		1 500			
ASSOCIACAO NACIONAL DE UNIVERSIDADES					1 500	1 500		1 500			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1											
08 044 0205 2496					111 570	111 570		111 570			
CONTRIBUICAO A ENTIDADES											
PAGAMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE CONDOMINIO DE PROPRIEDADE											
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 2											
08 044 0205 2496 0005					46 000	46 000		46 000			
CONSELHO DE REITOR DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS					46 000	46 000		46 000			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1											
08 044 0205 2496 0011					6 000	6 000		6 000			
CONSELHO DE DIRETORES TECNICOS DAS UNIVERSIDADES					6 000	6 000		6 000			
FEDERAIS CONECTUP					6 000	6 000		6 000			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1											
08 044 0205 2496 0017					1 800	1 800		1 800			
FUNDAÇÃO INTERUNIVERSITARIA DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE TRABALHO					1 800	1 800		1 800			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1											
08 044 0205 2496 0019					47 000	47 000		47 000			
ASSOCIACAO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANOIES					47 000	47 000		47 000			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1											
08 044 0205 2496 0051					1 120	1 120		1 120			
ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO MEDICA - ABEM					1 120	1 120		1 120			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1											
08 044 0205 2496 0055					9 000	9 000		9 000			
REDE DE TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - REDETEC					9 000	9 000		9 000			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1											
08 044 0205 2496 0059					650	650		650			
ASSOCIACAO NACIONAL DE PROGRAMA DE GRADUACAO EM ADMINISTRACAO - ANOPAD					650	650		650			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1											
TOTAL FISCAL					118 500	118 500		118 500			

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26239 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS
CREDITO ESPECIAL
R\$ 1,00

ESPECIFICACAO	EM FOLHA	10 FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNCO E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
EDUCACAO E CULTURA			23 000			23 000			
ENSINO SUPERIOR			23 000			23 000			
ENSINO DE GRADUACAO			23 000			23 000			
08 044 0209 2017 PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS			2 000			2 000			
PROPOSTA A PRESENCIA DO GOVERNO ACQUISICAO NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE SEU INTERESSE PARA RAZES DE ORDEM POLITICA, SOCIAL, ECONOMICA, COMERCIAL, CULTURAL, CIENTIFICA E TECNOLÓGICA									
08 044 0209 2017 0239 ORGANIZACAO UNIVERSITARIA INTERAMERICANA - OUI	F	72	2 000			2 000			
		0	2 000			2 000			
			21 000			21 000			
08 044 0209 2496 CONTRIBUICAO A ENTIDADES									
PAGAMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE CONTRIBUINTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE									
08 044 0209 2496 0005 CONTRIBUICAO DAS REITORIAS DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS CNUB	F	250	12 000			12 000			
		0	12 000			12 000			
			12 000			12 000			
08 044 0209 2496 0019 ASSOCIACAO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUCOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANIFES	F	50	9 000			9 000			
		0	9 000			9 000			
			9 000			9 000			
TOTAL FISCAL			23 000			23 000			

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26241 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS
CREDITO ESPECIAL

ESPECIFICACAO	E	M	S	D	ID	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JORNOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
EDUCACAO E CULTURA													
SAUDE													
ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA													
OR 078 0428 4828													
MANUTENCAO DE HOSPITAL DE ENSINO/SUS													
APoiar o desenvolvimento de ações de assistência médica e odontológica em regime ambulatorial e de internação, sem caráter de emergência, e de diagnóstico, tratamento, prevenção e controle de doenças transmissíveis e endêmicas.													
OR 078 0428 4828 0001													
MANUTENCAO DE HOSPITAL DE ENSINO/SUS													
	3	90			0	250	1 663 870 1 663 870 1 663 870			1 663 870 1 663 870 1 663 870			
TOTAL							1 663 870			1 663 870			

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS
CREDITO ESPECIAL

ESPECIFICACAO	E	M	S	D	ID	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JORNOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
EDUCACAO E CULTURA													
SAUDE													
ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA													
OR 078 0428 4828													
MANUTENCAO DE HOSPITAL DE ENSINO/SUS													
Apoiar o desenvolvimento de ações de assistência médica e odontológica em regime ambulatorial e de internação, sem caráter de emergência, e de diagnóstico, tratamento, prevenção e controle de doenças transmissíveis e endêmicas.													
- ALUNO EM PRATICA HOSPITALAR TREINADO (PESSOA) - 600													
OR 078 0428 4828 0001													
MANUTENCAO DE HOSPITAL DE ENSINO/SUS													
- ALUNO EM PRATICA HOSPITALAR TREINADO (PESSOA) - 600													
	3	90			0	250	1 104 167 1 104 167 1 104 167			1 008 846 1 008 846 1 008 846	95 321 95 321 95 321		
TOTAL							1 104 167			1 008 846	95 321		

R\$ 1,00

R\$ 1,00

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO 26303 - FACULDADE DE CIENCIAS AGRARIAS DO PARA ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)									
ESPECIFICACAO	E S P E	M D P	Q D P	FTE UNO	TOTAL	PERSONAL E ENC. SOCIAIS	JORNOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS
EDUCACAO E CULTURA									
ENSINO SUPERIOR									
ENSINO DE EDUCACAO									
00.044.0000.2000					20.000			20.000	
CONTRIBUICAO A ENTIDADES									
PAGAMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE									
CONTRIBUTANTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE.									
00.044.0000.2000.0012					20.000			20.000	
CONSELHO DOS SERVIDORES DAS ESCOLAS FUNDAMENTAIS -									
CONSELHO									
00.044.0000.2000.0013					15.000			15.000	
ASSOCIACAO NACIONAL DOS SERVIDORES DAS INSTITUCOES									
PROFESSORES DE ENSINO SUPERIOR - ASSOCIACAO									
00.044.0000.2000.0014					15.000			15.000	
CONTRIBUICAO A ENTIDADES									
PAGAMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE									
CONTRIBUTANTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE.									
00.044.0000.2000.0020					20.000			20.000	
SECCAO DE TELEVISAO DAS UNIVERSIDADES DO RIO DE									
JANEIRO - OUT									
TOTAL FISCAL					20.000			20.000	

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO 26303 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)									
ESPECIFICACAO	E S P E	M D P	Q D P	FTE UNO	TOTAL	PERSONAL E ENC. SOCIAIS	JORNOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS
EDUCACAO E CULTURA									
ENSINO SUPERIOR									
ENSINO DE EDUCACAO									
00.044.0000.2000					20.000			20.000	
CONTRIBUICAO A ENTIDADES									
PAGAMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE									
CONTRIBUTANTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE.									
00.044.0000.2000.0020					20.000			20.000	
SECCAO DE TELEVISAO DAS UNIVERSIDADES DO RIO DE									
JANEIRO - OUT									
TOTAL FISCAL					20.000			20.000	

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26284 - ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE MOSSORO

R\$ 1,00

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICACAO	E	M	S	D	F	O	ID	FTE	TOTAL	PESSOA. E INC. SOCIAIS	JUNTOS E INC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. COMPLEMENT	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
50 E CULTURA															
ENSINO SUPERIOR															
ENSINO DE GRADUACAO															
06 044 0205 2486															
CONTRIBUICAO A ENTIDADES															
PASSAGEM A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE CONTRIBUINTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE.															
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 2															
06 044 0205 2486 0013															
CONSELHO DOS DIRIGENTES DAS ESCOLAS FEDERAIS															
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1															
06 044 0205 2486 0019															
ASSOCIACAO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUCOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANODIFES															
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1															
TOTAL FISCAL									9 532			9 532			

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26288 - FUNDAO UNIVERSITARIA DO RIO DE JANEIRO

R\$ 1,00

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICACAO	E	M	S	D	F	O	ID	FTE	TOTAL	PESSOA. E INC. SOCIAIS	JUNTOS E INC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. COMPLEMENT	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
SOCIEDADE E CULTURA															
SAUDE															
ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA															
06 078 0429 4629															
MANUTENCAO DE HOSPITAL DE ENSINO/RES															
APLICA O DESENVOLVIMENTO DE ACOES DE ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLÓGICA EM REGIME AMBULATORIAL E DE ATENDIMENTO EM CONSULTORIO E CONTROLE DE ATIVIDADES DE ENFERMAGEM E FARMACIAS, OUTRAS TRANSATIVAS E ENFERMAGAS															
- MATERIAL, PESSOAL, EQUIPAMENTO (UNIDADE) - 4															
06 078 0429 4629 0001															
MANUTENCAO DE HOSPITAL DE ENSINO/RES															
- MATERIAL, PESSOAL, EQUIPAMENTO (UNIDADE) - 4															
TOTAL SECUNDARIA									29 700				29 700		

**26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26270 - FUNDAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS**

ANEXO I -

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E CREDITO ESPECIAL

R\$ 1,00

ESPECIFICACAO	EM F O D	NO ID	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
EDUCACAO E CULTURA				1 306 800			956 800	310 000		
SAUDE				1 306 800			956 800	310 000		
ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA				1 306 800			956 800	310 000		
08 078 0428 4828				1 306 800			956 800	310 000		
MANTENCAO DE HOSPITAL DE ENSINO/MUS										
APOLIA O DESENVOLVIMENTO DE ACOES DE ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLÓGICA EM REGIME AMBULATORIAL E DE INTERNAÇÃO, SEM COMO REGISTRO O CONTROLE DE ATIVIDADES DE DIAGNOSTICO, PREVENCAO E PARASITARIAS.										
- ALUNO EM PRATICA HOSPITALAR TREINADO (PESSOA) - 624							956 800	310 000		
08 078 0428 4828 0001	3	90		1 306 800			956 800	310 000		
MANTENCAO DE HOSPITAL DE ENSINO/MUS										
- ALUNO EM PRATICA HOSPITALAR TREINADO (PESSOA) - 624							956 800	310 000		
TOTAL SEGURIDADE				1 306 800			956 800	310 000		

**26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26271 - FUNDAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA**

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E CREDITO ESPECIAL

R\$ 1,00

ESPECIFICACAO	EM F O D	NO ID	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
EDUCACAO E CULTURA				42 415			42 415			
ENSINO SUPERIOR				42 415			42 415			
ENSINO DE GRADUACAO				42 415			42 415			
08 044 0205 2496				42 415			42 415			
PARAUMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE CONTRIBUINTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE.										
- ENTIDADES BENEFICIA (UNIDADE) - 4										
08 044 0205 2496 0008	F	50		28 320			28 320			
CONSELHO DE REITORIA DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS -										
- ENTIDADE BENEFICIA (UNIDADE) - 1										
08 044 0205 2496 0018	F	50		11 822			11 822			
ASSOCIACAO NACIONAL DOS QUINCENTES DAS INSTITUCOES										
- ENTIDADE BENEFICIA (UNIDADE) - 1										
08 044 0205 2496 0037	F	50		11 822			11 822			
ASSOCIACAO NACIONAL DE POS-GRADUACAO E PESQUISA EM										
- ENTIDADE BENEFICIA (UNIDADE) - 1										
08 044 0205 2496 0099	F	50		1 715			1 715			
ASSOCIACAO NACIONAL DE POS-GRADUACAO E PESQUISA EM										
- ENTIDADES BENEFICIA (UNIDADE) - 1										
08 044 0205 2496 0099	F	50		548			548			
LETRAS E LINGUAGENS - AMOELL										
- ENTIDADES BENEFICIA (UNIDADE) - 1										
08 044 0205 2496 0099	F	50		548			548			
TOTAL FISCAL				42 415			42 415			

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
26272 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	E	S	M	ID.	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JANOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. COMPLEMENTARES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	ADORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
	F	D	D	USO								
EDUCAÇÃO E CULTURA												
ENSINO SUPERIOR						67 921			67 921			
ENSINO DE GRADUAÇÃO						67 921			67 921			
08 044 0205 2017						7 600			7 600			
PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS												
PROMOVER A PRESEÇA DO GOVERNO BRASILEIRO NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE SEU INTERESSE, POR MEIO DE COMISSÃO POLITICA, SOCIAL, ECONOMICA, CULTURAL, CIENTIFICA E TECNOLÓGICA.												
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 2												
08 044 0205 2017 02 20						5 700			5 700			
PROMOVER A PRESEÇA DO GOVERNO BRASILEIRO NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE SEU INTERESSE, POR MEIO DE COMISSÃO POLITICA, SOCIAL, ECONOMICA, CULTURAL, CIENTIFICA E TECNOLÓGICA.						5 700			5 700			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1						5 700			5 700			
08 044 0205 2017 02 20						1 900			1 900			
PROMOVER A PRESEÇA DO GOVERNO BRASILEIRO NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE SEU INTERESSE, POR MEIO DE COMISSÃO POLITICA, SOCIAL, ECONOMICA, CULTURAL, CIENTIFICA E TECNOLÓGICA.						1 900			1 900			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1						1 900			1 900			
08 044 0205 2017 02 20						60 321			60 321			
PROMOVER A PRESEÇA DO GOVERNO BRASILEIRO NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE SEU INTERESSE, POR MEIO DE COMISSÃO POLITICA, SOCIAL, ECONOMICA, CULTURAL, CIENTIFICA E TECNOLÓGICA.						60 321			60 321			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1						60 321			60 321			
08 044 0205 2017 02 21						26 000			26 000			
ASSOCIAÇÃO UNIVERSITARIA IBEROAMERICANA DE POSTGRADO - AUIP						26 000			26 000			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1						26 000			26 000			
08 044 0205 2496						901			901			
CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES						901			901			
PRESTAMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE CONTRIBUINTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE						901			901			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 4						901			901			
08 044 0205 2496 0008						26 000			26 000			
CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS						26 000			26 000			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1						26 000			26 000			
08 044 0205 2496 0011						901			901			
CONSELHO DE DIRETORES TÉCNICOS DAS UNIVERSIDADES						901			901			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1						901			901			
08 044 0205 2496 0017						2 874			2 874			
FUNDAÇÃO INTERUNIVERSITARIA DE ESTUDOS E PESQUISA						2 874			2 874			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1						2 874			2 874			
08 044 0205 2496 0019						10 546			10 546			
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIRETORES DAS INSTITUIÇÕES						10 546			10 546			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1						10 546			10 546			
08 044 0205 2496 0021						70 546			70 546			
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIRETORES DAS INSTITUIÇÕES						70 546			70 546			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1						70 546			70 546			
TOTAL						267 921			267 921			

48 1 00

CREDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RS 1.00

CREDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
26277 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

CONCITO ESPECIAL

SECURITY IN TERMS AS FORTHES & THAWSON/GRUENGLAS

Quarta-feira 15 18317

28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
28337 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CASTANHAL - PA

MEIO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

CRÉDITO ESPECIAL

ESPECIFICACAO	E	M	ID	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JORNAL E ENC. DA DIVISAO	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVISAO
	F	D	0	000							
EDUCACAO E CULTURA					2 000			2 000			
ENSINO MEDIO					2 000			2 000			
FORMACAO PARA O SETOR PRIMARIO					2 000			2 000			
04 043 0196 2006					2 000			2 000			
CONTRIBUICAO A ENTIDADES											
PARA O SETOR PRIMARIO											
CONTRIBUICAO INSTITUCIONAL DA ENTIDADE											
ENTIDADE BENEFICIARIA (UNIDADE) * 1											
04 043 0196 2006 0000					2 000			2 000			
CONTRIBUICAO A ENTIDADES					2 000			2 000			
CONTRIBUICAO INSTITUCIONAL DA ENTIDADE					2 000			2 000			
ENTIDADE BENEFICIARIA (UNIDADE) * 1					2 000			2 000			
TOTAL FISCAL					2 000			2 000			

28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
28337 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE URUTAI - GO

MEIO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

CRÉDITO ESPECIAL

ESPECIFICACAO	E	M	ID	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JORNAL E ENC. DA DIVISAO	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVISAO
	F	D	0	000							
EDUCACAO E CULTURA					2 000			2 000			
ENSINO MEDIO					2 000			2 000			
FORMACAO PARA O SETOR PRIMARIO					2 000			2 000			
04 043 0196 2006					2 000			2 000			
CONTRIBUICAO A ENTIDADES											
PARA O SETOR PRIMARIO											
CONTRIBUICAO INSTITUCIONAL DA ENTIDADE											
ENTIDADE BENEFICIARIA (UNIDADE) * 1											
04 043 0196 2006 0000					2 000			2 000			
CONTRIBUICAO A ENTIDADES					2 000			2 000			
CONTRIBUICAO INSTITUCIONAL DA ENTIDADE					2 000			2 000			
ENTIDADE BENEFICIARIA (UNIDADE) * 1					2 000			2 000			
TOTAL FISCAL					2 000			2 000			

GOV - MINISTERIO DA EDUCACAO
26343 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CODO - MA

PROGRAMA DE TRABALHO (SLIP EMPLACACAO)

ESPECIFICACAO	L M		FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNCO E ENC. DA DIVIDA	OUTROS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
	S	D								
EDUCACAO E CULTURA										
ENSINO MEDIO				2 000						
FORMACAO PARA O SETOR PRIMARIO				2 000						
OS 043 0196 2495				2 000						
CONTRIBUICAO A ENTIDADE:										
PAGAMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE CONTRIBUINTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE.										
ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE):										
OS 043 0196 2495 0000				2 000						
CONSELHO DE DIRETORES DAS ESCOLAS AGROTECNICAS				2 000						
ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE):										
TOTAL FISICA				2 000						

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26343 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CODO - MA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

ESPECIFICACAO	L M		FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNCO E ENC. DA DIVIDA	OUTROS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
	S	D								
EDUCACAO E CULTURA										
ENSINO MEDIO				2 000						
FORMACAO PARA O SETOR PRIMARIO				2 000						
OS 043 0196 2495				2 000						
CONTRIBUICAO A ENTIDADES										
PAGAMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE CONTRIBUINTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE.										
ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE):										
OS 043 0196 2495 0000				2 000						
CONSELHO DE DIRETORES DAS ESCOLAS AGROTECNICAS				2 000						
ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE):										
TOTAL FISICA				2 000						

CREDITO ESPECIAL

RS 100

[illegible]

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26211 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE OURO PRETO

R\$ 1,00

ANEXO II.

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICACAO	E S O	M D	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JANOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. COMPLEMENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
EDUCACAO E CULTURA				1.800			1.800			
ENSINO MEDIO				1.800			1.800			
FORMACAO PARA O SETOR SECUNDARIO				1.800			1.800			
04.043.0197.2004				1.800			1.800			
CONDOMENIO E MANUTENCAO DO ENSINO				1.800			1.800			
ASSISTENCIA A MANUTENCAO E O DESENVOLVIMENTO DAS										
AÇÕES DO ENSINO.										
04.043.0197.2004.0024	F	80	0	1.800			1.800			
CONDOMENIO E MANUTENCAO DO ENSINO			112	1.800			1.800			
TOTAL FISCAL				1.500			1.500			

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26212 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DA PARAIBA

R\$ 1,00

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICACAO	E S O	M D	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JANOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. COMPLEMENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
EDUCACAO E CULTURA				1.500			1.500			
ENSINO MEDIO				1.500			1.500			
FORMACAO PARA O SETOR SECUNDARIO				1.500			1.500			
04.043.0197.2004				1.500			1.500			
CONDOMENIO E MANUTENCAO DO ENSINO				1.500			1.500			
ASSISTENCIA A MANUTENCAO E O DESENVOLVIMENTO DAS										
AÇÕES DO ENSINO.										
04.043.0197.2004.0024	F	90	0	1.500			1.500			
CONDOMENIO E MANUTENCAO DO ENSINO			112	1.500			1.500			
TOTAL FISCAL				1.500			1.500			

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 26214 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE PELOTAS									
MEIO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
ESPECIFICAÇÃO	E P	M P	ID. FTE USO	TOTAL	PERSONAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMPOSIÇÕES FINANCEIRAS
EDUCAÇÃO E CULTURA				1.000			1.000		
ENSINO MÉDIO				1.000			1.000		
FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDÁRIO				1.000			1.000		
04 043 0197 2005 CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO				1.000			1.000		
ASSEMBLEIA A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO.				1.000			1.000		
04 043 0197 2005 0024 CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	F	900	0 112	1.000			1.000		
TOTAL FISCAL				1.000			1.000		

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 26234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO									
MEIO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
ESPECIFICAÇÃO	E P	M P	ID. FTE USO	TOTAL	PERSONAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMPOSIÇÕES FINANCEIRAS
EDUCAÇÃO E CULTURA				36.000			36.000		
ENSINO SUPERIOR				36.000			36.000		
ENSINO DE GRADUAÇÃO				36.000			36.000		
04 044 0209 2005 CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO				36.000			36.000		
ASSEMBLEIA A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO.				36.000			36.000		
04 044 0209 2005 0024 CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	F	900	0 112	36.000			36.000		
TOTAL FISCAL				36.000			36.000		

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
26235 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	E	S	D	F	D	USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JARGOS E ENC DA DIVIDA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA								662 910			662 910			
ENSINO SUPERIOR								32 400			32 400			
ENSINO DE GRADUAÇÃO								32 400			32 400			
OR 044 0205 2085								32 400			32 400			
ASSISTÊNCIA A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO														
- ENTIDADE BENEFICÍCIA (UNIDADE) = 4								32 400			32 400			
OR 044 0205 2085 0034								32 400			32 400			
CONDOMÍNIO E MANUTENÇÃO DO ENSINO								32 400			32 400			
- ENTIDADE BENEFICÍCIA (UNIDADE) = 4								32 400			32 400			
OR 044 0205 2085 0034								32 400			32 400			
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR								630 510			630 510			
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL								630 510			630 510			
OR 078 0485 4085								630 510			630 510			
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIÇO PÚBLICO														
PROPOSIÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS								630 510			630 510			
RECEBIMENTO DOS ALIMENTOS / REPERCUTEM EM OUTROS PARÂMETROS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA								630 510			630 510			
OR 078 0485 4085 0034								630 510			630 510			
CONCESSÃO DE VALE TRANSPORTE								630 510			630 510			
OR 078 0485 4085 0034								630 510			630 510			
TOTAL FISCAL								662 910			662 910			

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
26235 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	E	S	D	F	D	USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JARGOS E ENC DA DIVIDA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA								118 500			118 500			
ENSINO SUPERIOR								118 500			118 500			
ENSINO DE GRADUAÇÃO								118 500			118 500			
OR 044 0205 2085								118 500			118 500			
CONDOMÍNIO E MANUTENÇÃO DO ENSINO								118 500			118 500			
ASSISTÊNCIA A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO														
OR 044 0205 2085 0034								118 500			118 500			
CONDOMÍNIO E MANUTENÇÃO DO ENSINO								118 500			118 500			
OR 044 0205 2085 0034								118 500			118 500			
TOTAL FISCAL								118 500			118 500			

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO ESPECIAL

R\$ 1,00

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26239 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICACAO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUIZOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTO	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
	USO							
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	23 000	23 000			23 000			
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS MOVEIS	23 000	23 000			23 000			
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS E BENS MOVEIS	23 000	23 000			23 000			
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS E BENS MOVEIS E BENS IMOVEIS E BENS MOVEIS	23 000	23 000			23 000			
TOTAL	43 000	43 000			43 000			

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARAI

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICACAO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUIZOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTO	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
	USO							
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	23 000	23 000			23 000			
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS MOVEIS	23 000	23 000			23 000			
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS E BENS MOVEIS	23 000	23 000			23 000			
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS E BENS MOVEIS E BENS IMOVEIS E BENS MOVEIS	23 000	23 000			23 000			
TOTAL	43 000	43 000			43 000			

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26253 - FACULDADE DE CIENCIAS AGRARIAS DO PARA

R\$ 1,00

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

CREDITO ESPECIAL

ESPECIFICACAO	E F	D O	ID USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
EDUCACAO E CULTURA					20 000			20 000			
ENSINO SUPERIOR					20 000			20 000			
ENSINO DE GRADUACAO					20 000			20 000			
08 044 0205 2085					20 000			20 000			
COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO											
ASSESSORAR A MANUTENCAO E O DESENVOLVIMENTO DAS											
AÇOES DO ENSINO											
08 044 0208 2085 0034	F		90	0	20 000			20 000			
COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO				250	20 000			20 000			
TOTAL FISCAL					20 000			20 000			

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26256 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

R\$ 1,00

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

CREDITO ESPECIAL

ESPECIFICACAO	E F	D O	ID USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
EDUCACAO E CULTURA					20 000			20 000			
ENSINO SUPERIOR					20 000			20 000			
ENSINO DE GRADUACAO					20 000			20 000			
08 044 0205 2085					20 000			20 000			
COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO											
ASSESSORAR A MANUTENCAO E O DESENVOLVIMENTO DAS											
AÇOES DO ENSINO											
08 044 0208 2085 0034	F		90	0	20 000			20 000			
COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO				250	20 000			20 000			
TOTAL FISCAL					20 000			20 000			

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26284 - ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE MOSSORO

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICACAO	E F	D O	ID. UNO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
EDUCACAO E CULTURA											
ENSINO SUPERIOR					9.962			9.962			
ENSINO DE GRADUACAO					9.962			9.962			
06.044.0205.2005					9.962			9.962			
CONDOMENIO E MANUTENCAO DO ENSINO											
ASSISTENCIA A MANUTENCAO E O DESENVOLVIMENTO DAS											
AÇOES DO ENSINO.					9.962			9.962			
06.044.0205.2005.0024					9.962			9.962			
CONDOMENIO E MANUTENCAO DO ENSINO					9.962			9.962			
TOTAL FISCAL				112	9.962			9.962			

R\$ 1,00

CREDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26271 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICACAO	E F	D O	ID. UNO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
EDUCACAO E CULTURA											
ENSINO SUPERIOR					42.415			42.415			
ENSINO DE GRADUACAO					42.415			42.415			
06.044.0205.2005					42.415			42.415			
CONDOMENIO E MANUTENCAO DO ENSINO											
ASSISTENCIA A MANUTENCAO E O DESENVOLVIMENTO DAS											
AÇOES DO ENSINO.					42.415			42.415			
06.044.0205.2005.0024					42.415			42.415			
CONDOMENIO E MANUTENCAO DO ENSINO					42.415			42.415			
TOTAL FISCAL				250	42.415			42.415			

R\$ 1,00

CREDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
26372 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO

R\$ 1,00

CREDITO ESPECIAL

MEIO II

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	E M	Q D	U S	Q D	FTE	TOTAL	PESSOA E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. COMPLEMENTES	INVESTIMENTOS	INVERSES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA						67 921			67 921			
ENSINO SUPERIOR						67 921			67 921			
ENSINO DE GRADUAÇÃO						67 921			67 921			
04 044.0205.2005						67 921			67 921			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO						67 921			67 921			
ASSISTÊNCIA A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS						67 921			67 921			
AÇÕES DO ENSINO.						67 921			67 921			
04 044.0205.2005.0024						67 921			67 921			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO					112	67 921			67 921			
TOTAL FISCAL						67 921			67 921			

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
26374 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

R\$ 1,00

CREDITO ESPECIAL

MEIO II

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	E M	Q D	U S	Q D	FTE	TOTAL	PESSOA E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. COMPLEMENTES	INVESTIMENTOS	INVERSES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA						24 400			24 400			
ENSINO SUPERIOR						24 400			24 400			
ENSINO DE GRADUAÇÃO						24 400			24 400			
04 044.0205.2005						24 400			24 400			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO						24 400			24 400			
ASSISTÊNCIA A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS						24 400			24 400			
AÇÕES DO ENSINO.						24 400			24 400			
04 044.0205.2005.0024						24 400			24 400			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO					240	24 400			24 400			
TOTAL FISCAL						24 400			24 400			

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
26277 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

R\$ 1,00
CREDITO ESPECIAL

MEIO II

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	E M	D O	ID USO	FTE	TOTAL	PESSOA E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. COMPLEMENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					9 692			9 692			
ENSINO SUPERIOR					9 692			9 692			
ENSINO DE GRADUAÇÃO					9 692			9 692			
08 044 0205 2085					9 692			9 692			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO											
ASSISTÊNCIA A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS											
AÇÕES DO ENSINO.											
08 044 0208 2085 0034	F	90	0	112	9 692			9 692			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO					9 692			9 692			
TOTAL FISCAL					9 692			9 692			

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
26311 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CASTANHAL - PA

R\$ 1,00
CREDITO ESPECIAL

MEIO II

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	E M	D O	ID USO	FTE	TOTAL	PESSOA E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. COMPLEMENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					2 000			2 000			
ENSINO MEDIO					2 000			2 000			
FORMAÇÃO PARA O SETOR PRIMARIO					2 000			2 000			
08 043 0186 2085					2 000			2 000			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO											
ASSISTÊNCIA A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS											
AÇÕES DO ENSINO.											
08 043 0196 2085 0034	F	90	0	112	2 000			2 000			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO					2 000			2 000			
TOTAL FISCAL					2 000			2 000			

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26337 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE URUTAI - GO

R\$ 1,00

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

CREDITO ESPECIAL

ESPECIFICACAO	E			TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
	S	D	USO							
EDUCACAO E CULTURA										
ENSINO MEDIO										
FORMACAO PARA O SETOR PRIMARIO				2 000			2 000			
043 0186 2088				2 000			2 000			
CONSERVACAO E MANUTENCAO DO ENSINO				2 000			2 000			
043 0186 2088				2 000			2 000			
ASSISTENCIA A MANUTENCAO E O DESENVOLVIMENTO DAS ACOES DO ENSINO.										
043 0186 2088 0031				2 000			2 000			
CONSERVACAO E MANUTENCAO DO ENSINO				2 000			2 000			
043 0186 2088 0031				2 000			2 000			
TOTAL FISCAL				2 000			2 000			

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26339 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SAO GABRIEL DA CACHEIRA - AM

R\$ 1,00

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

CREDITO ESPECIAL

ESPECIFICACAO	E			TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
	S	D	USO							
EDUCACAO E CULTURA										
ENSINO MEDIO										
FORMACAO PARA O SETOR PRIMARIO				2 000			2 000			
043 0186 2088				2 000			2 000			
CONSERVACAO E MANUTENCAO DO ENSINO				2 000			2 000			
043 0186 2088				2 000			2 000			
ASSISTENCIA A MANUTENCAO E O DESENVOLVIMENTO DAS ACOES DO ENSINO										
043 0186 2088 0031				2 000			2 000			
CONSERVACAO E MANUTENCAO DO ENSINO				2 000			2 000			
043 0186 2088 0031				2 000			2 000			
TOTAL FISCAL				2 000			2 000			

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26345 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CODO - MA

R\$ 1,00

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

CREDITO ESPECIAL

ESPECIFICACAO	E M S D F O	ID USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
EDUCACAO E CULTURA				2.000			2.000			
ENSINO MEDIO				2.000			2.000			
FORMACAO PARA O SETOR PRIMARIO				2.000			2.000			
06 043 0196 2008				2.000			2.000			
COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO				2.000			2.000			
APOIO A MANUTENCAO E O DESENVOLVIMENTO DAS										
AÇÕES DO ENSINO										
06 043 0196 2008 0021	F	30	0	2.000			2.000			
COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO			112	2.000			2.000			
TOTAL FISCAL				2.000			2.000			

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26345 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DO RIO DO SUL - SC

R\$ 1,00

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

CREDITO ESPECIAL

ESPECIFICACAO	E M S D F O	ID USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
EDUCACAO E CULTURA				2.000			2.000			
ENSINO MEDIO				2.000			2.000			
FORMACAO PARA O SETOR PRIMARIO				2.000			2.000			
06 043 0196 2008				2.000			2.000			
COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO				2.000			2.000			
APOIO A MANUTENCAO E O DESENVOLVIMENTO DAS										
AÇÕES DO ENSINO										
06 043 0196 2008 0021	F	30	0	2.000			2.000			
COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO			112	2.000			2.000			
TOTAL FISCAL				2.000			2.000			

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) **Item 11:**

Discussão, em turno único, do Projeto de **Lei nº 55, de 1999**, do Congresso Nacional, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$10.959.846,00 (dez milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos”.

Ao projeto de lei foram oferecidas trezentas e sessenta e uma emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 94, de 1999-CN, concluiu pelo desmembramento do projeto em 55-A e 55-B.

É a seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 94, DE 1999-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre Projeto de Lei nº 55, de 1999-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$11.579.846,00, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Senador **Sebastião Rocha**

I – Apreciação

I.1 – Histórico

O Presidente da República, no uso da prerrogativa que lhe confere o caput do art. 61 da Constituição Federal, mediante a Mensagem nº 1.074, de 1999-CN (nº 1.609/99, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 55, de 1999-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$11.579.846,00, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos”.

A proposição tem por objetivo reforçar dotações, na lei orçamentária vigente – Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999 – de Unidades Orçamentárias de

Órgãos distintos, objeto de exame particularizado, conforme abaixo:

U.O 36211 – Fundação Nacional de Saúde – FNS.

Nos termos da Exposição de Motivos, o crédito proposto, no valor de R\$5.397.403,00, visa “complementar as dotações da Fundação para atendimento de despesas relativas a reformas de seu prédio, a contribuição à previdência privada, a assistência médica e odontológica a servidores, bem como o prosseguimento das ações do subprojeto Estruturação do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde – VIGISUS”.

No prazo regimental, foram apresentadas 43 emendas à programação dessa Unidade Orçamentária, perfazendo um valor total de R\$19.740.000,00.

U.O 42101 – Ministério da Cultura – MC.

Na Unidade Orçamentária supra está prevista suplementação, no valor de R\$530.000,00, com finalidade de atender a seguinte programação:

1 – 08.048.0247.3427.0004 – Implantação de Biblioteca em Independência – CE (R\$150.000,00);

2 – 08.048.0247.3427.0128 – Apoio a Biblioteca em Porto Alegre – RS (R\$200.000,00);

3 – 08.048.0247.4516.0004 – Desenvolvimento de Ações e Serviços Culturais em Marechal Floriano – ES (R\$80.000,00); e

4 – 08.048.0247.4516.0038 – Realização de Festival de Música Gaúcha e Nativista e Poesia em Santana do Livramento – RS (R\$100.000,00).

No prazo regimental foram apresentadas 58 emendas, num total de R\$4.458.000,00.

U.O 42202 – Fundação Biblioteca Nacional – FBN.

A suplementação, nessa Unidade Orçamentária, no valor de R\$192.356,00, tem por finalidade reforçar dotação destinada a “Manutenção dos Serviços de Administração Geral”, com vistas a assegurar as condições de manutenção e funcionamento do órgão.

Não foram apresentadas emendas à programação da Fundação Biblioteca Nacional.

U.O 42201 – Fundação Casa de Rui Barbosa – FRB.

Nessa Unidade Orçamentária, a suplementação, no valor de R\$9.500,00, visa atender a despesas, previstas em lei, com a “Contribuição para a Formação do Patrimônio do Servidor Público”.

Não foram apresentadas emendas à programação da Unidade Orçamentária.

U.O 42204 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Aqui, a suplementação, no valor de R\$716.419,00, visa atender a despesas com a “Preservação e Difusão de Museus, Casas Históricas e Cinematecas”, “Participação em Organismos Internacionais – Fundo do Patrimônio Mundial”, “Federação Internacional dos Arquivos e Filmes”, “Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais” e “Prestação de Benefício ao Servidor Público – Concessão de Vale-Transporte”.

Foram apresentadas 11 emendas, no prazo regimental, à programação dessa Unidade Orçamentária, totalizando R\$990.000,00.

U.O 42902 – Fundo Nacional de Cultura – FNC.

O crédito suplementar, no valor de R\$1.603.839,00, visa reforçar dotação sob o título “Preservação e Promoção da Arte e da Cultura”, em apoio a projetos de iniciativa de instituições públicas e privadas, sem fins lucrativos.

Foram apresentadas 92 emendas, no prazo regimental, num montante de R\$12.210.000,00, à programação dessa Unidade Orçamentária.

U.O 51202 – Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto – INDESP.

Nessa Unidade Orçamentária, a suplementação, no valor de R\$3.130.329,00, tem por objetivo transferir recursos financeiros a Estados e ao Distrito Federal, em virtude de imposição legal.

Foram, no prazo regimental, apresentadas 156 emendas, num total de R\$27.992.000,00, à programação desta U.O.

Os recursos necessários à efetivação das suplementações em análise decorrerão:

1 – do cancelamento de dotações orçamentárias, no valor de R\$6.781.161,00 (seis milhões, setecentos e oitenta e um mil, cento e sessenta e um reais);

2 – do excesso de arrecadação de receitas vinculadas do Tesouro Nacional, no valor de R\$4.130.329,00 (quatro milhões, cento e trinta mil, trezentos e vinte e nove reais); e

3 – do excesso de arrecadação de receitas não-financeiras diretamente arrecadadas, no valor de R\$668.356,00 (seiscentos e sessenta e oito mil, trezentos e cinquenta e seis reais), totalizando o valor global da suplementação.

Conforme esclarece a Exposição de Motivos, a solicitação de abertura dos créditos, via projeto de lei, decorre da necessidade de suplementação de

dotação alocadas a subprojetos/subatividades, à conta de remanejamentos que extrapolam o limite da autorização concedida ao Poder Executivo no art. 6º da Lei nº 9.789, de 1999 – lei orçamentária anual – e de incorporação de excesso de arrecadação.

Demais disso, enfatiza que “Os remanejamentos propostos não acarretarão prejuízos à execução das programações objeto de cancelamento, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício”.

É o relatório.

1.2 – Análise

Nos termos do art. 41, inciso I, da Lei nº 4.320/64, os créditos suplementares tem por finalidade reforçar dotações orçamentárias que se tornaram insuficientes no decorrer da execução do programa de trabalho de um órgão ou unidade.

Dentro dessa ótica, e levando em conta a imperfeição do sistema de planejamento, o Poder Legislativo fez incluir no texto da lei orçamentária vigente – como sempre o faz – autorização para que o Poder Executivo proceda à suplementação de dotações até o limite de vinte por cento do valor de cada subatividade e de até dez por cento do valor de cada subprojeto, nas condições que especifica (Lei nº 9.789/1999, art. 6º).

Como no caso presente as suplementações extrapolam os limites da autorização, conforme esclarece a Exposição de Motivos, o que justifica o referendado do Congresso Nacional.

Do exame a que procedemos na proposta, constatamos que ela encontra-se formulada de acordo com as disposições constitucionais e regimentais, havendo, entretanto, algumas impropriedades de ordem legal que podem ser objeto de correção, para permitir sua regular tramitação.

As impropriedades detectadas dizem respeito à natureza dos créditos que alteram a programação da U.O. 42101 – Ministério da Cultura – e da U.O. 42204 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Na primeira U.O., suplementam-se despesas de custeio (GND-3) e de investimento (GND-4) para as quais não existem previsão no vigente orçamento. Na segunda U.O., suplementam-se despesa de investimento GND-4 para a qual, também, não existe previsão no vigente orçamento.

Note-se que, nos termos do art. 41, inciso I, da Lei nº 4.320/64, os créditos suplementares destinam-se ao reforço de dotações orçamentárias

que, no curso da execução, se mostraram insuficientes para a consecução dos objetivos determinados.

No domínio do direito orçamentário, a doutrina consagra o entendimento de que

“a dotação orçamentária corresponde a cada detalhamento de despesa incluído no orçamento público (LOA ou crédito adicional), sob a forma de item do programa de trabalho de uma unidade orçamentária, objetivando a realização de um determinado fim (projeto, atividade, subprojeto ou subatividade). Cada dotação deve ser expressa com suficiente especificidade para não ser confundida com as demais, estabelecer o montante da disponibilidade e os limites para a realização de cada tipo de despesa (...)” – Sanches, O. M. In, *Dicionário de Orçamento, Planejamento e Áreas Afins*. Ed. Prisma. Brasília, 1997, p. 91.

Ora, se a lei estipula que se suplementam dotações orçamentárias e se estas correspondem a detalhamento, em nível de item, do programa de trabalho, não nos parece adequado que se tome como referência, para suplementação, a subatividade ou o subprojeto, como parece entenderem os técnicos do Poder Executivo, à luz da proposição em exame.

Em reforço a esse entendimento, vale lembrar que, no art. 6º, a LDO/99 estabelece que as dotações orçamentárias correspondem ao detalhamento por grupo de despesa (GND).

Parece, pois, evidente que não há como falar em suplementação dos GND para os quais não haja previsão de despesa, porquanto não se suplementa (ou reforça) o que não existe.

Em tais casos, a norma legal aponta como solução a abertura de crédito especial. Com efeito, nos termos do art. 41, inciso II, da citada Lei nº 4.320/64, os créditos especiais destinam-se a atender despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

Diante de tais circunstâncias – e atento às disposições do art. 12, § 4º, da Lei nº 9.692, de 27-7-98 (LDO/99), segundo as quais “cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional” –, entendemos conveniente proceder-se ao desmembramento deste projeto em dois: um para crédito suplementar e outro para especial, da seguinte forma:

1. Projeto de Lei nº 55-A, de 1999-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$10.959.846,00 para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos; e

2. Projeto de Lei nº 55-B, de 1999-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito especial no valor global de R\$620.000,00 para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Esse procedimento encontra amparo nas disposições do § 1º do art. 66 do Regulamento Interno desta Comissão que prescreve, *ipsis verbis*:

“O desdobramento de projeto de crédito adicional em projetos autônomos poderá ser autorizado, mediante deliberação do Plenário da Comissão Mista, a requerimento de qualquer de seus membros efetivos, sempre que tal for conveniente para adequada apreciação da matéria”.

1.3. – Da Apreciação das Emendas

Foram apresentadas ao projeto 360 emendas, perfazendo um total de R\$65.390.000,00, resumidas no quadro abaixo:

Unidade Orçamentária	Nº emendas	Valor
36211 – FNS	43	19.740.000,00
42902 – FNC	92	12.210.000,00
51202 – INDESP	156	27.992.000,00
42204 – IPHAN	11	990.000,00
42101 – MC	58	4.458.000,00
Total	360	65.390.000,00

Do total foram inadmitidas 271 emendas, por contrariarem disposições constitucionais, legais ou regimentais, conforme consta do anexo I deste parecer, 88 foram rejeitadas pelas razões adiante expendidas e 1 foi considerada prejudicada.

Observe-se, por oportuno, que a Emenda nº 340, de autoria do Deputado Pinheiro Lamdim, refere-se ao PL nº 59/1999-CN e foi, inadvertidamente, incluída no rol das que pretendem alterar a programação prevista neste projeto. Por isso, foi encaminhada cópia ao relator daquele projeto.

Comporta esclarecer que as emendas apresentadas alterando a programação do crédito

para o Indesp foram todas inadmitidas, tendo em vista que se trata de transferência compulsória de recursos para as Secretarias de Esportes dos Estados e do Distrito Federal, por imposição do art. 6º, § 2º, da Lei nº 8.615, de 24 de março de 1998, portanto, não passível de alteração. Nos demais casos, o foram, ou por criarem subprojetos novos, ou por se referirem a Unidade Orçamentária não contemplada no projeto (Emenda nº 00014), ou, ainda, por resultarem em aumento de despesa do projeto, o que é vedado pelas disposições constitucionais do art. 63, inciso I.

No que concerne às emendas rejeitadas, a despeito de reconhecermos a legitimidade dos pleitos, seu acolhimento, a nosso juízo, resultaria na perda de eficiência alocativa dos recursos, haja vista que nas ações contempladas não se prevê a expansão destas, mas tão-somente o aporte de recursos adicionais.

Registre-se que a Emenda nº 239, de autoria do Deputado Efraim Moraes, foi considerada prejudicada, tendo em vista que o projeto indicado não comporta a ação pretendida. A emenda refere-se a “saneamento básico em pequenas localidades”, enquanto a funcional indicada pelo Parlamentar refere-se a “sistema de coleta e tratamento de resíduos sólidos”.

Finalmente, cumpre-nos o dever de dar conhecimento a este colegiado que, por meio do Ofício nº 1.557 Gabpre/Funasa, datado de 30 de novembro, próximo passado, a Fundação Nacional de Saúde, na pessoa do seu Vice-Presidente, informa que não mais dispõe de tempo hábil, no corrente ano, para proceder a licitação que viabilize a reforma do prédio, conforme pretensão constante do PL.

Em razão disso, encarece seja alterada a prioridade de suplementação para as ações de “Saneamento Básico em Pequenas Localidades e em Áreas Rurais”, com a finalidade de “suprir a carência de serviços de saneamento, encontrada em diversos municípios da Federação, especialmente aquelas relacionadas ao abastecimento de água, esgotamento e melhorias sanitárias domiciliares, fato este constatado pela grande demanda de pleitos para celebração de convênios” com aquela Fundação.

Por força da alteração de prioridade do órgão, e por sua solicitação, estamos apresentando a emenda de relator em anexo, por entendermos ser essa a forma mais justa e democrática para utilização dos recursos “sobrantes”, haja vista que, em se tratando de projeto genérico, em tese, todos

os municípios do País, indistintamente, terão oportunidades de se beneficiarem, via convênio, da suplementação.

Também, levamos em consideração o fato de que, quando do prazo para apresentação de emendas, não dispúnhamos da informação, para o eventual encaminhamento de pleitos.

II – Voto do Relator

Conforme mencionado anteriormente, não é possível proceder-se à suplementação de grupos de despesas para os quais não há previsão de gastos na vigente lei orçamentária.

Assim, estamos propondo o desmembramento do Projeto de Lei nº 55, de 1999-CN, em duas proposições, a saber:

1. Projeto de Lei nº 55-A, de 1999-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$10.959.846,00 para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos, ao qual integram as seguintes emendas:

– Inadmitidas: 5, 8 a 17, 19 a 21, 23, 25 a 29, 32, 33, 35, 36, 41 a 61, 63 a 83, 85 a 164, 167 a 190, 211, 213 a 235, 241, 243 a 266, 268 a 270, 274 a 293, 295 a 307, 326 a 331, 334, 336, 339, 342 a 344, 348, 349, 356 e 357;

– Rejeitadas: 39, 40, 62, 84, 197, 236 a 238, 240, 242, 267, 332, 333, 335, 337, 338, 341, 345, 346, 347, 350 a 355, 358 a 361; e

– Prejudicadas: 239.

2. Projeto de Lei nº 55-B, de 1999-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor global de R\$620.000,00 para os fins que especifica, ao qual integram as seguintes emendas, todas rejeitadas: 1 a 4, 6, 7, 18, 22, 24, 30, 31, 34, 37, 38, 165, 166, 191 a 196, 198 a 210, 212, 271 a 273, 294, 308 a 325.

Diante do exposto, e tendo em vista a constitucionalidade, juridicidade e legalidade da matéria, além do seu inquestionável mérito, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 55-A, de 1999-CN, com as alterações decorrentes da emenda de relator, nos termos do substitutivo; e pela aprovação do Projeto de Lei nº 55-B, de 1999-CN, também na forma que consta do substitutivo.

Sala da Comissão, de novembro de 1999. – Senador **Sebastião Rocha**, Relator.

Conclusão

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Quinta Reunião Extraordinária, em 14 de dezembro de 1999, aprovou, por unanimidade, Relatório do Senador Sebastião Rocha, que propõe o desmembramento do Projeto de Lei nº 55/99-CN. Aprovou ainda, por unanimidade, o Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 55-A/99-CN que contempla a programação dos Ministérios da Saúde, da Cultura e do Esporte e Turismo. Aprovou, também, o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 55-B/99-CN, que contempla a programação do Ministério da Cultura, o qual incorpora uma emenda de Relator. Ao Projeto foram apresentadas 360 emendas, das quais as de nºs 5, 8 a 17, 19 a 21, 23, 25 a 29, 32, 33, 35, 36, 41 a 61, 63 a 83, 85 a 164, 167 a 190, 211, 213 a 235, 241, 243 a 266, 268 a 270, 274 a 293, 295 a 307, 326 a 331, 334, 336, 339, 342 a 344, 348, 349, 356 e 357, declaradas inadmitidas; as de nºs 39, 40, 62, 84, 197, 236 a 238, 240, 242, 267, 332, 333, 335, 337, 338, 341, 345, 346, 347, 350 a 355, 358 a 361, rejeitadas; e a de nº 239, prejudicada; pertencem ao Projeto de Lei nº 55-A/99. As Emendas de nºs 1 a 4, 6, 7, 18, 22, 24, 30, 31, 34, 37, 38, 165, 166, 191 a 196, 198 a 210, 212, 271 a 273, 294, 308 a 325, pertencem ao Projeto de Lei nº 55-B, as quais foram rejeitadas.

Compareceram os Senhores Deputados, Jovair Arantes, Primeiro Vice-Presidente, João Coser, Terceiro Vice-Presidente, Alberto Goldman, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Armando Abílio, B. Sá, Ben-Hur Ferreira, Carlos Melles, César Bandeira, Cleonânio Fonseca, Damião Feliciano, Danilo de Castro, Deusdeth Pantoja, Djalma Paes, Dr. Benedito Dias, Eliseu Moura, Eunício Oliveira, Eurípedes Miranda, Félix Mendonça, Fernando Coruja, Freire Júnior, Givaldo Carimbão, Gonzaga Patriota, João Leão, João Ribeiro, João Tota, Jorge Alberto, Jorge Khoury, José Chaves, José Lourenço, José Melo, José Priante, José Thomaz Nonô, Laura Carneiro, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Negromonte, Milton Monti, Nelson Meurer, Neuton Lima, Norberto Teixeira, Osvaldo Reis, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Henry, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Ricardo Barros, Santos Filho, Silas Brasileiro, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Wilson Braga, Wilson Santos; e Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Romero Jucá, Segundo Vice-Presidente, Antônio Carlos Valadares, Eduardo Siqueira Campos, Jonas Pinheiro, Lúcio Alcântara, Luiz Estevão, Luiz Otávio, Luzia To-

ledo, Mauro Miranda, Moreira Mendes, Ney Suassuna, Ramez Tebet, Tião Viana.

Sala de Reuniões, 14 de dezembro de 1999. – Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente – Senador **Sebastião Rocha**, Relator.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apresenta a Redação Final do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 55-A/99-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$10.959.846,00, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos”.

Sala de Reuniões, de dezembro de 1999. – Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente – Senador **Sebastião Rocha**, Relator.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apresenta a Redação Final do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 55-B/99-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito especial no valor global de R\$620.000,00, para os fins que especifica”.

Sala de Reuniões, de dezembro de 1999. – Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente – Senador **Sebastião Rocha**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão o Projeto de Lei nº 55-A. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei nº 55-A, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº. 55-A, DE 1999 – CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 10.959.846,00 para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº. 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor dos Ministérios da Saúde, da Cultura e do Esporte e Turismo crédito suplementar no valor global de R\$ 10.959.846,00 (dez milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e quarenta e seis reais), para atender às programações constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º. Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de:

I – cancelamento de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 6.251.161,00 (seis milhões, duzentos e cinquenta e um mil, cento e sessenta e um reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei;

II – incorporação do excesso de arrecadação de receitas vinculadas do Tesouro Nacional, no montante de R\$ 4.130.329,00 (quatro milhões, cento e trinta mil, trezentos e vinte e nove reais);

III – incorporação de excesso de arrecadação de receitas não-financeiras diretamente arrecadadas, no montante de R\$ 578.356,00 (quinhentos e setenta e oito mil, trezentos e cinquenta e seis reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º. Em decorrência do disposto nos arts. 1º e 2º, ficam alteradas as receitas da Fundação Biblioteca Nacional, do Instituto do Patrimônio Histórico

[illegible]

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL - SESSÃO CONJUNTA

13 1 (12)

SURFEMNAP

CREDIT SUPPLEMENT

Dezembro de 1999

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

[illegible]

42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA
42204 - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

PROGRAMA DE TRILHAO (IMPLEMENTAÇÃO)										CREDITO SUPLEMENTAR		
ESPECIFICAÇÃO	E	F	M	D	II	TOTAL	PESSOAL E INCISIVOS	PRET. E FANC. TA. JUBIA	VALORES DE SP. CERRADOS	RECURSOS DE ORIGEM ASSIMILADA	INVESTIMENTOS	AMORTIZAÇÃO
EDUCACIONAL E CULTURAL	5	0	1000	111								
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						626.419			626.419			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			
08.018.02.06.0002 FUNDAÇÃO INSTITUTO ARTISTICO ALEXANDRE GUERREIRO 1.000.000.000 1.000.000.000						306.000			306.000			

51200 - INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE - INDESP
 ANEXO I
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	EM F D USO	10 FTE	TOTAL	PERSONAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA									
EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES									
DESPORTO AMADOR									
OR 046 0234 4329									
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL									
TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS ÀS SECRETARIAS DE ESPORTE DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL, EM CREDÍTO EQUIVALENTES QUE TENHAM ATRIBUIÇÕES SEMELHANTES, PARA APLICAÇÃO NO FOMENTO DO DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE									
MANUTENÇÃO DA FERRAMENTA ATLETICA (UNIDADE) - 27			3 130 329			3 130 329			
OR 046 0234 4329 0001									
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL									
MANUTENÇÃO DA FERRAMENTA ATLETICA (UNIDADE) - 27			3 130 329			3 130 329			
TOTAL			3 130 329			3 130 329			

42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA
 42201 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA
 ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	EM F D USO	10 FTE	TOTAL	PERSONAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES									
CULTURA									
DIFUSÃO CULTURAL									
OR 046 0247 2908									
PROGRAMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES CULTURAIS									
DESENVOLVER SISTEMAS DE INFORMAÇÕES QUE ATENDEAM SIMULTANEAMENTE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, A ATUALIZAÇÃO DE AGENTES E CONSUMIDORES CULTURAIS, A MANUTENÇÃO DA EQUIPAGEM DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES									
EVENTO REALIZADO (UNIDADE) - 1			9 500			9 500			
PESSOA TREINADA (PESSOA) - 15			9 500			9 500			
SISTEMA DE DADOS CULTURAIS (UNIDADE) - 1			9 500			9 500			
SISTEMA DE DADOS CULTURAIS (UNIDADE) - 1			9 500			9 500			
OR 046 0247 2908 0003									
PROCESSAMENTO TÉCNICO E DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CULTURAIS									
EVENTO REALIZADO (UNIDADE) - 1			9 500			9 500			
PESSOA TREINADA (PESSOA) - 15			9 500			9 500			
SISTEMA DE DADOS CULTURAIS (UNIDADE) - 1			9 500			9 500			
SISTEMA DE DADOS CULTURAIS (UNIDADE) - 1			9 500			9 500			
TOTAL			9 500			9 500			

125 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS EM DINHEIRO E EM VALORES EM ESPÉCIE

RECURSOS EM DINHEIRO E EM VALORES EM ESPÉCIE

125 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

42902 - FUNDO NACIONAL DE CULTURA

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO		E	S	O	M	IO	FTE	T O T / L	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
		F	D			USO								
EDUCAÇÃO F CULTURA								603 839				603 839		
CULTURA								1.003 839				603 839		
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA								603 839				603 839		
08 046 0031 4450								703 839				603 839		
PRESERVAÇÃO E PROMOÇÃO DA ARTE E DA CULTURA														
APOIAR FINANCIERAMENTE PROJETOS DE INICIATIVA DE														
UNIDADES CULTURAIS, COM PROJETOS DE PRESERVAÇÃO														
LUTRATIOS, NOTARIOS PARA PRESERVAÇÃO														
OU DISPOSIÇÕES DA ARTE E DA CULTURA, DANDO CUMPRIMENTO														
AS DISPOSIÇÕES DA LEI 8.313, DE 21 DE DEZEMBRO DE														
1997, QUE INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A														
CULTURA														
- EVENTO APOIADO (UNIDADE) * 10														
- BIBLIOTECA EQUIPADA (UNIDADE) * 5														
- BIBLIOTECA EQUIPADA (UNIDADE) * 8														
- BIBLIOTECA ADEQUADA (UNIDADE) * 3														
- BIBLIOTECA CONSTRUÍDA (UNIDADE) * 3														
- ESPECTACULO APOIADO (UNIDADE) * 5														
- FESTIVAL DE AUTORES BRASILEIROS EDITADO (UNIDADE) * 2														
- FESTIVAL REALIZADO (UNIDADE) * 7														
- TITULO DE AUTOR BRASILEIRO EDITADO (UNIDADE) * 8														
- MUSEU OTIMIZADO (UNIDADE) * 12														
- MUSEU RESTAURADO (UNIDADE) * 5														
- ESPACO CENTO RECUPERADO (UNIDADE) * 9														
- CENTRO CULTURAL MODERNIZADO (UNIDADE) * 3														
- CENTRO CULTURAL OTIMIZADO (UNID) * 10														
- CENTRO CINEMATOGRAFICO PRESERVADO (UNID) * 5														
- CENTRO CULTURAL REFORMADO (UNID) * 10														
08 046 0031 4450 0003														
PRESERVAÇÃO E PROMOÇÃO DA ARTE E DA CULTURA														
- EVENTO APOIADO (UNIDADE) * 10								603 839				603 839		
- BIBLIOTECA EQUIPADA (UNIDADE) * 5								320 000				320 000		
- BIBLIOTECA ADEQUADA (UNIDADE) * 3								320 000				320 000		
- BIBLIOTECA CONSTRUÍDA (UNIDADE) * 3								320 000				320 000		
- ESPECTACULO APOIADO (UNIDADE) * 5								283 839				283 839		
- FESTIVAL DE AUTORES BRASILEIROS EDITADO (UNIDADE) * 2								283 839				283 839		
- FESTIVAL REALIZADO (UNIDADE) * 7								283 839				283 839		
- TITULO DE AUTOR BRASILEIRO EDITADO (UNIDADE) * 8								283 839				283 839		
- MUSEU OTIMIZADO (UNIDADE) * 12								283 839				283 839		
- MUSEU RESTAURADO (UNIDADE) * 5								283 839				283 839		
- ESPACO CENTO RECUPERADO (UNIDADE) * 9								283 839				283 839		
- CENTRO CULTURAL MODERNIZADO (UNIDADE) * 3								283 839				283 839		
- CENTRO CULTURAL OTIMIZADO (UNID) * 10								283 839				283 839		
- CENTRO CINEMATOGRAFICO PRESERVADO (UNID) * 5								283 839				283 839		
- CENTRO CULTURAL REFORMADO (UNID) * 10								283 839				283 839		
TOTAL FISCAL								6.03 839				603 839		
AS QUANTIDADES DAS														
NOTAS REFERENCIAIS														

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

R\$ 1,00

[illegible]

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

[illegible]

CREDITO SUPPLEMENTAR

REQUIREMENTS IN ORDER TO BE ELIGIBLE FOR

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

RS1 00

CREDITO SUPPLEMENTARI

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

AS QUANTIDADES DAS METAIS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

ANEXO III

ACRESCIM

51000 - MINISTERIO DO ESPORTE E TURISMO
 51202 - INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO - INDESP

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	SEG			3.130.32
1200.00.00 RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	SEG		3.130.329	
1210.00.00 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	SEG		3.130.329	
1210.11.02 CONTRIBUIÇÃO DO ADICIONAL A RECEITA DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS PARA O INDESP	SEG	3.130.329		
TOTAL SEGURIDADE				3.130.32

ANEXO III

ACRESCIM

42000 - MINISTERIO DA CULTURA
 42902 - FUNDO NACIONAL DE CULTURA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			1.000.000
1700.00.00 TRANSFERENCIAS CORRENTES	FIS		1.000.000	
1710.00.00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		1.000.000	
1711.01.32 TRANSFERENCIA DA CONTRIBUIÇÃO SOBRE A ARRECAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS REGIONAIS	FIS	237.000		
1711.01.33 TRANSFERENCIA DAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE OS PREMIOIS DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	FIS	763.000		
TOTAL FISCAL				1.000.000

ANEXO 11

ACRESCIT

42000 - MINISTERIO DA CULTURA
42202 - FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS			(R\$ 1,00)
E S P E C I F I C A Ç Ã O		ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	FIS			192.35
1600.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	FIS		166.311	
1600.01.99	OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS	FIS	44.137		
1600.13.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	FIS	122.174		
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		26.045	
1900.00.00	RECEITAS DIVERSAS	FIS		26.045	
1900.99.00	OUTRAS RECEITAS	FIS	26.045		
TOTAL FISCAL					192.35

ANEXO III	ACRESCIMO
-----------	-----------

42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA
42204 - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO E ARTÍSTICO NACIONAL

RECEITA				
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS				
ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000 00 00 RECEITAS CORRENTES	FIS			486 25C
11 30 RECEITA PATRIMONIAL	FIS		46 150	
1310 00 00 RECEITAS IMOBILIARIAS	FIS		46 150	
1311 00 00 ALUGUEIS	FIS	46 150		
1600 00 00 RECEITA DE SERVIÇOS	FIS		249 659	
1600 13 00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	FIS	789		
1600 19 00 SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURA	FIS	248 870		
1700 00 00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	FIS			
1710 00 00 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS			
1711 01 01 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	83 270		
1900 00 00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		107 173	
1920 00 00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	FIS		15 966	
1922 00 00 RESTITUIÇÕES	FIS	15 966		
1990 00 00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		91 307	
1990 99 00 OUTRAS RECEITAS	FIS	91 397		
TOTAL FISCAL				486 25C

ANEXO IV	RECEITA
----------	---------

42000 - MINISTERIO DA CULTURA
42204 - INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS			(R\$ 1,00)
E S P E C I F I C A Ç Ã O		ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	FIS			16.982
1600.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	FIS		16.982	
1600.01.02	SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	FIS	16.982		
TOTAL FISCAL					16.982

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 12:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei nº 55-B, de 1999**, do Congresso Nacional, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito especial no valor global de R\$620.000,00 (seiscentos e vinte mil reais), para os fins que especifica”.

Ao projeto de lei foram oferecidas trezentos e sessenta e uma emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 94, de 1999-CN, concluiu pelo desmembramento do projeto em 55-A e 55-B.

Em discussão o Projeto de Lei nº 55-B. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº. 55-B, DE 1999 – CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito especial no valor global de R\$ 620.000,00 para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento Fiscal União (Lei nº. 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor do Ministério da Cultura, crédito especial no valor global de R\$ 620.000,00 (seiscentos e vinte mil reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º. Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão:

I - do cancelamento de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 530.000,00 (quinhentos e trinta mil reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei;

II – da incorporação do excesso de arrecadação de receitas não-financeiras diretamente arrecadadas, no montante de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), conforme indicado no Anexo III desta Lei.

Art. 3º. Em decorrência do disposto nos arts. 1º e 2º, ficam alteradas as receitas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na forma dos Anexos III desta Lei.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília.

42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA

42101 - MINISTÉRIO DA CULTURA

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO					RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS							R\$ 00
ESPECIFICAÇÃO	ESF	MOD	PROJETO	UNID	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	CRÉDITO ESPECIAL
EDUCAÇÃO E CULTURA					530 000			180 000	350 000			
CULTURA					530 000			180 000	350 000			
DIFUSÃO CULTURAL					530 000			180 000	350 000			
08 048 0247 3427					350 000				350 000			
IMPLANTAR BIBLIOTECAS EM MUNICÍPIOS												
IMPLANTAR BIBLIOTECAS EM MUNICÍPIOS QUE NÃO DISPÕEM DESSAS INSTALAÇÕES E NAS PERIFÉRIAS DAS CAPITAIS ASSIM COMO ADAPTAR, AMPLIAR E EQUIPAR BIBLIOTECA EXISTENTE E EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS DE ATENDIMENTO DE ACORDO A PERMITIR E INCENTIVAR O ACESSO DA POPULAÇÃO A PRODUÇÃO INTELLECTUAL												
BIBLIOTECA ATENDIDA (UNIDADE) = 1												
BIBLIOTECA ATENDIDA (UNIDADE) = 1												
08 048 0247 3427 0004	F	40	0	100	150 000				150 000			
IMPLANTAR BIBLIOTECA EM					150 000				150 000			
INDEPENDÊNCIA - CE					150 000				150 000			
BIBLIOTECA IMPLANTADA (UNIDADE) = 1					150 000				150 000			
08 048 0247 3427 0128	F	50	0	100	200 000				200 000			
APOIO A BIBLIOTECA EM PORTO ALEGRE - RS					200 000				200 000			
BIBLIOTECA ATENDIDA (UNIDADE) = 1					200 000				200 000			
BIBLIOTECA ATENDIDA (UNIDADE) = 1					200 000				200 000			
08 048 0247 4516					180 000			180 000				
DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES E INTERMEDIÁRIO DE BENS E SERVIÇOS CULTURAIS												
FORMAR ACESSÍVEIS A COMUNIDADE OS BENS E SERVIÇOS CULTURAIS RESGUARDAR O EMPLAÇO DE CRIAÇÃO A PRODUÇÃO O INTERCAMBIO E A DIFUSÃO CULTURAL, INCLUSIVE A PARTICIPAÇÃO DE PRODUTORES ARTISTAS, TÉCNICOS E GRUPOS CULTURAIS EM EVENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, PROMOVER E INCENTIVAR A CRIAÇÃO E A DIFUSÃO DE OBRAS DE ARTE E CULTURAIS												
EVENTO APOIADO (UNIDADE) = 1												
LIVRO CO-EDITADO (EXEMPLAR) = 10 000												
08 048 0247 4516 0004	F	40	0	100	80 000			80 000				
DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES E SERVIÇOS CULTURAIS EM					80 000			80 000				
MARÉCHAL FLORIANO - ES					80 000			80 000				
LIVRO CO-EDITADO (EXEMPLAR) = 10 000					80 000			80 000				
08 048 0247 4516 0038	F	90	0	100	100 000			100 000				
REALIZAÇÃO DE FESTIVAL DE MÚSICA GAUCHA E NATIVISTA E POESIA EM SANTANA DO LIVRAMENTO - RS					100 000			100 000				
EVENTO APOIADO (UNIDADE) = 1					100 000			100 000				
EVENTO APOIADO (UNIDADE) = 1					100 000			100 000				
TOTAL FISCAL					530 000			180 000	350 000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA
42204 - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL										R\$ 1,00	
PROGRAMA DE TRABALHO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS										CREDITO ESPECIAL	
ESPECIFICAÇÃO		E S O F	M O D	ID USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INTERESSES FINANÇEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	
EDUCAÇÃO E CULTURA						90 000				90 000			
CULTURA						90 000				90 000			
PATRIMONIO HISTORICO ARTISTICO E ARQUEOLOGICO						90 000				90 000			
08 049 0246 4802										90 000			
PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DE MUSEUS CASAS HISTORICAS E CINEMATÉCAS						90 000				90 000			
IDENTIFICAR CONSERVAR E DIFUNDIR ACERVOS HISTÓRICOS GARANTINDO O ACESSO A ESSES BENS													
· CINEMATÉCA PRESERVADA (UNIDADE) = 1						90 000				90 000			
· MUSEU CONSERVADO (UNIDADE) = 9						90 000				90 000			
· CASA HISTÓRICA CONSERVADA (UNID) = 2						90 000				90 000			
08 048 0246 4802 0001										90 000			
PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DE MUSEUS CASAS HISTÓRICAS E CINEMATÉCAS						90 000				90 000			
· CINEMATÉCA PRESERVADA (UNIDADE) = 1						90 000				90 000			
· MUSEU CONSERVADO (UNIDADE) = 9						90 000				90 000			
CASA HISTÓRICA CONSERVADA (UNID) = 2						90 000				90 000			
TOTAL FISCAL						90 000				90 000			
AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL													

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

[illegible]

ANEXO III

ACRÉSCIMO

42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA

42204 - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO E ARTÍSTICO NACIONAL

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS					(R\$ 1,00)
ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA	
1000 00 00 RECEITAS CORRENTES	FIS				90 000
1. 30 RECEITA PATRIMONIAL	FIS				
1310 00 00 RECEITAS IMOBILIARIAS	FIS				
1311 00 00 ALUGUEIS	FIS				
1600 00 00 RECEITA DE SERVIÇOS	FIS		90 000		
1600 13 00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	FIS				
1600 19 00 SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURA	FIS	90 000			
1700 00 00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	FIS				
1710 00 00 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS				
1711.01 01 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOUREIRO NACIONAL	FIS				
1900 00 00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS				
1920 00 00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	FIS				
1922.00 00 RESTITUIÇÕES	FIS				
1990 00 00 RECEITAS DIVERSAS	FIS				
1990 99 00 OUTRAS RECEITAS	FIS				
TOTAL FISCAL					90 000

ANEXO III

ACRÉSCIMO

42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA

42204 - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			90.000
1600.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	FIS		90.000	
1600.19.00 SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	FIS	90.000		
TOTAL FISCAL				90.000

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 13:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei nº 57, de 1999**, do Congresso Nacional, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$12.112.000,00

(doze milhões, cento e doze mil reais), para os fins que especifica".

Ao projeto de lei foram oferecidas noventa e cinco emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 91, de 1999-CN, concluiu favoravelmente ao projeto.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 91, DE 1999-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 57, de 1999-CN, que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 12.112.000,00, para os fins que especifica".

Autor: **Poder Executivo**

Relator: **Deputado JOSÉ LOURENÇO**

I - RELATÓRIO

O Presidente da República, nos termos do art. 61 da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 1.076, de 1999-CN, (nº 1.611/99, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o projeto de lei que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 12.112.000,00 (doze milhões, cento e doze mil reais), para atender ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER.

A Exposição de Motivos nº 463/MP do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão informa que o pleito objetiva viabilizar a execução de obras rodoviárias emergenciais na BR-230, no estado do Pará, bem como a restauração da BR-367/BA, no trecho compreendido entre Santa Cruz de Cabralia e o entroncamento com a BR-101 (Eunápolis), o que permitirá maior conforto e segurança ao usuário que se dirigir às localidades onde serão realizadas as atividades comemorativas relativas aos 500 anos do descobrimento do Brasil.

Esclarece ainda a citada Exposição que os recursos necessários à viabilização do crédito são oriundos de:

	(R\$)
- cancelamento de dotações do próprio órgão	10.000.000
. fonte 100	5.400.000
. fonte 115	1.400.000
. fonte 199	3.200.000
- ingresso de recursos de operação de crédito externa	2.112.000

Ainda segundo a Exposição, a anulação parcial de dotações proposta não trará prejuízo à execução das programações originalmente previstas, visto que foi decidida após avaliação das possibilidades de dispêndio nessas rubricas até o final do exercício.

O acompanhamento da execução orçamentária e financeira, acumulada até 13/11/99, elaborado pela CONOF/CD, a partir de dados SIAFI/PRODASEN, (Quadro I) mostra que:

- a) há saldo disponível para cancelamento (autorizado – empenhado) nas dotações propostas para anulação parcial;
- b) os cancelamentos propostos correspondem, em média, a 19 % dos saldos disponíveis.

No prazo regimental, foram apresentadas 95 emendas ao projeto de lei em questão, relacionadas abaixo, e cuja análise encontra-se no Quadro II – Demonstrativo das Decisões sobre as Emendas Propostas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Da análise do projeto, verificamos, inicialmente, que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que toca à sua compatibilidade ao Plano Plurianual (Lei nº 9.275/95) e à sua conformidade às disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1999 (Lei nº 9.692/98).

Apesar de reconhecer a importância das iniciativas encaminhadas pelas emendas, a seguir relacionadas, não foi possível o seu acolhimento por motivos de ordem técnica ou legal. Assim, propomos sejam:

- a) **inadmitidas** as de nºs 00044 a 00063, por conflitarem com o art. 47, inciso II, alínea “b”, do Regulamento Interno desta Comissão, o qual determina que as emendas a projeto de lei de crédito adicional não poderão ser admitidas, no caso de crédito especial, quando criarem subprojetos ou subatividades novos em **unidade orçamentária não contemplada no projeto de lei;**
- b) **rejeitadas** as de nºs 00001, 00002, 00006, 00007, 00010, 00011, 00015, 00017 a 00019, 00024, 00029, 00037, 00038, 00040, 00042, 00066, 00071, 00072, 00086, 00088, 00089, 00092, por conflitarem com o art. 41, inciso II, da Lei 4.320/64, o qual classifica os créditos adicionais, definindo os especiais como aqueles destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica. Os subprojetos, propostos pelas emendas supracitadas, constam da Lei Orçamentária para o exercício de 1999, devendo ser, portanto, matéria de créditos suplementares;

- c) **rejeitada** a emenda nº 00008 por conflitar com o art. 41, § 3º, inciso III do Regulamento Interno desta Comissão, o qual estabelece que as emendas a projetos de lei de créditos adicionais que proponham inclusão ou acréscimo de valor somente poderão ser aprovadas pela Comissão caso não sejam constituídas de várias ações que devam ser objeto de emendas distintas;
- d) **rejeitada** a emenda nº 00043 por inadequação técnica, uma vez que o trecho proposto pela emenda faz parte de rodovia estadual, ação que não está incluída na esfera de competência do DNER, unidade orçamentária beneficiada pelo crédito em análise.

Quanto às demais emendas, não obstante o mérito e a relevância das proposições, optamos pelo seu não acolhimento, com vistas a evitar a descaracterização do crédito proposto bem como a pulverização na alocação dos recursos.

Apenas para ilustrar a dificuldade encontrada por esta Relatoria no intuito de atender aos remanejamentos, pleiteados por meio das emendas: enquanto os recursos de livre movimentação disponíveis compreendem valores da ordem de R\$ 10 milhões, as emendas passíveis de aprovação alcançam valores de cerca de R\$ 116 milhões, ou seja, um montante total 11,6 vezes superior ao volume disponível para remanejamento.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 57/99-CN na forma proposta pelo Poder Executivo, pela inadmissibilidade das emendas de nºs 00044 a 00063 e pela rejeição das demais emendas propostas.

Sala da Comissão, em de de 1999.


Deputado JOSÉ LOURENÇO
Relator

QUADRO I - Demonstrativo da Disponibilidade das Dotações Canceladas pelo PL

Func. Programática	Título	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo Disponível = (Aut. - Emp)	Cancelamento Proposto	Valores em R\$	
								Cancelamento / Saldo Disponível	
16.088.0535.1202.0016	ELIMINAÇÃO DE PONTOS CRÍTICOS NO ESTADO DE ALAGOAS	6.407.505	2.359.168	1.140.885	1.140.885	4.048.337	800.000	19,8%	
16.088.0535.1202.0023	ELIMINAÇÃO DE PONTOS CRÍTICOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	5.517.395	2.325.600	1.782.494	1.529.455	3.191.795	500.000	15,7%	
16.088.0535.1202.0029	ELIMINAÇÃO DE PONTOS CRÍTICOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	3.270.614	15.268	0	0	3.255.546	500.000	15,4%	
16.088.0537.1204.0068	BR-230/PA - CONSTRUÇÃO DO TRECHO - DIVISA PAITO - ITAITUBA DO SUL	2.625.000	505.000	0	0	2.120.000	1.000.000	47,2%	
16.088.0537.1204.0090	BR-367/MG - CONSTRUÇÃO DO TRECHO - ALMENARA - ENTR. MG-308	3.750.000	1.349.999	0	0	2.400.001	500.000	20,8%	
16.088.0537.1204.0114	CONSTRUÇÃO DO ANEL EXPRESSO DE FORTALEZA - CE	7.150.000	4.500.000	3.000.000	3.000.000	2.650.000	1.000.000	37,7%	
16.088.0537.1204.0298	BR-230/TO - DIVISA MATO - DIVISA TO/PA	9.750.000	3.500.000	1.999.995	1.999.995	6.250.000	1.000.000	16,0%	
16.088.0537.1204.0721	BR-402/MA - ROSARIO - DIVISA MA/PI	4.250.000	0	0	0	4.250.000	1.000.000	23,5%	
16.088.0537.1204.0908	BR-159/PA - ENTRONCAMENTO BR-230 (AL TAMIARA) - DIVISA PAMAT	7.000.000	0	0	0	7.000.000	500.000	7,1%	
16.088.0537.1204.1643	BR-401/RR - BOA VISTA - BONFIM (FRONTEIRA GUANA)	9.480.000	5.500.000	5.489.999	5.489.999	3.980.000	1.000.000	25,3%	
16.088.0537.1296.0024	BR-101/RJ - ADEQUAÇÃO DO ANEL VIÁRIO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	4.500.000	0	0	0	4.500.000	1.000.000	22,2%	
16.088.0539.1205.0070	BR-116/MG - RESTAURAÇÃO DO TRECHO DIVISA BAMB - DIVISA MG/RJ	8.116.065	1.400.000	0	0	6.716.065	700.000	10,4%	
16.088.0539.1205.1394	BR-135/PI - DIVISA MA/PI - DIVISA PI/BA	6.500.000	3.500.000	0	0	3.000.000	500.000	16,7%	
TOTAL						53.341.744	10.000.000	18,7%	

Fonte: SIAF/PRODASEN Elaborado por COFFICD

QUADRO II - Demonstrativo de Decisões sobre as Emendas Propostas

EMENDA	AUTOR	UO	FUNC. PROG. LOA/99	TÍTULO	VALOR (R\$)	PARCER	JUSTIFICAÇÃO
00001	Hercliano Anghinelli	DNER	16 088 0539 1205 0002	BR-116/MG - RESTAURAÇÃO DO TRECHO KM 793 AO KM 819	2 000 000	Rejeitada	Conflita com o art. 41, II da Lei 4 320/64, que tipifica os créditos adicionais. O subprojeto proposto consta da LOA 99, devendo ser matéria de crédito suplementar.
00002	Hercliano Anghinelli	DNER	16 088 0539 1205 0082	BR-459/MG - RESTAURAÇÃO DO TRECHO ITAUBA / ENT. BR-381	2 000 000	Rejeitada	Conflita com o art. 41, II da Lei 4 320/64, que tipifica os créditos adicionais. O subprojeto proposto consta da LOA 99, devendo ser matéria de crédito suplementar.
00003	Francisco Rodrigues	DNER		BR-210/RR - CONSERVAÇÃO ROTINEIRA, PREVENTIVA E EMERGENCIAL	3 200 000	Rejeitada	Insuficiência de recursos.
00004	Wendelton F. Aguiar	DNER		BR-174/MT - OBRAS EMERGENCIAIS NO TRECHO NOVA XAVANTINA A CAVARAN/MT	300 000	Rejeitada	Insuficiência de recursos.
00005	Wendelton F. Aguiar	DNER		BR-364/MT - OBRAS EMERGENCIAIS NO TRECHO ALTO ARAGUAIÁ / SERRA DA PETROVINA	200 000	Rejeitada	Insuficiência de recursos.
00006	Basílio Villani	DNER	16 088 0539 2435 0020	CONSERVAÇÃO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL NO PARANÁ	1 000 000	Rejeitada	Conflita com o art. 41, II da Lei 4 320/64, que tipifica os créditos adicionais. O subprojeto proposto consta da LOA 99, devendo ser matéria de crédito suplementar.
00007	Basílio Villani	DNER	16 088 0539 1202 0032	ELIMINAÇÃO DE PONTOS CRÍTICOS NO ESTADO DO PARANÁ	1 000 000	Rejeitada	Conflita com o art. 41, II da Lei 4 320/64, que tipifica os créditos adicionais. O subprojeto proposto consta da LOA 99, devendo ser matéria de crédito suplementar.
00008	Maro Negromonte	DNER		RESTAURAÇÃO DA BR-110 NOS TRECHOS CIRCA RIBEIRA DO POMBAI, CICERO DANTAS A ANTAS, JEREMOABO A PAULO AFONSO	5 000 000	Rejeitada	Conflita com o art. 41, § 3º, III do regulamento interno da CNPOF
00009	Maro Negromonte	DNER		RESTAURAÇÃO DA BR-116 NO TRECHO EUCLIDES DA CUNHA A IBO	3 000 000	Rejeitada	Insuficiência de recursos
00010	Pedro Novais	DNER	16 088 0539 1205 7752	RESTAURAÇÃO DE OUTROS TRECHOS NO MARANHÃO	3 000 000	Rejeitada	Conflita com o art. 41, II da Lei 4 320/64, que tipifica os créditos adicionais. O subprojeto proposto consta da LOA 99, devendo ser matéria de crédito suplementar.
00011	Pedro Novais	DNER	16 088 0537 1204 1586	BR-135/MA - PONTE SOBRE O ESTREITO DOS MOSQUITOS	3 000 000	Rejeitada	Conflita com o art. 41, II da Lei 4 320/64, que tipifica os créditos adicionais. O subprojeto proposto consta da LOA 99, devendo ser matéria de crédito suplementar.
00012	Dr. Benedito Dias	DNER		RESTAURAÇÃO DA BR-156 TRECHO MACAPÁ / SANTANA / PORTO GRANDE	7 000 000	Rejeitada	Insuficiência de recursos
00013	Ibervê Ferreira	DNER		BR-226/RN - CONST. E PAVIMENTAÇÃO TRECHO ENTRONCAMENTO DA BR-304, KM 33,3 AO KM 125,7 DA BR-226	9 200 000	Rejeitada	Insuficiência de recursos
00014	Marcelo Teixeira	DNER	16 088 0537 1204 0114	CANCELAR O CANCELAMENTO "CONSTRUÇÃO DO ANEL EXPRESSO DE FORTALEZA - CE"	1 000 000	Rejeitada	Insuficiência de recursos
00015	Mauro Miranda	DNER	16 088 0537 1204 0192	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	1 000 000	Rejeitada	Conflita com o art. 41, II da Lei 4 320/64, que tipifica os créditos adicionais. O subprojeto proposto consta da LOA 99, devendo ser matéria de crédito suplementar.
00016	Ayrton Xerez	DNER		BR-116/RJ - ADEQUAÇÃO DO CONTOURNO DE RESENDE - RJ	5 000 000	Rejeitada	Insuficiência de recursos
00017	Geovan Freijas	DNER	16 088 0537 1204 0192	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	1 000 000	Rejeitada	Conflita com o art. 41, II da Lei 4 320/64, que tipifica os créditos adicionais. O subprojeto proposto consta da LOA 99, devendo ser matéria de crédito suplementar.
00018	Pedro Chaves	DNER	16 088 0537 1204 0192	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	1 000 000	Rejeitada	Conflita com o art. 41, II da Lei 4 320/64, que tipifica os créditos adicionais. O subprojeto proposto consta da LOA 99, devendo ser matéria de crédito suplementar.
00019	Luiz Olavio	DNER	16 088 0537 1204 0200	BR-222/PA - DIV. MAPA - ENT. BR-158	5 000 000	Rejeitada	Conflita com o art. 41, II da Lei 4 320/64, que tipifica os créditos adicionais. O subprojeto proposto consta da LOA 99, devendo ser matéria de crédito suplementar.
00020	Moreira Mendes	DNER		BR-174/RO - CONSTRUÇÃO DO TRECHO VILHENA - DUISIA ROMANT	4 500 000	Rejeitada	Insuficiência de recursos
00021	Saraiva Felipe	DNER		CONTROLE DE VELOCIDADE NAS RODOVIAS FEDERAIS	100 000	Rejeitada	Insuficiência de recursos

QUADRO II - Demonstrativo de Decisões sobre as Emendas Propostas

EMENDA	AUTOR	UO	FUNC. PROG. LOAS99	TÍTULO	VALOR (R\$)	PARERER	JUSTIFICAÇÃO
00022	Gonzaga Patrícia	DNER		CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA BR-428PE TRECHO LAGOA GRANDE A SANTA MARIA DA BOA VISTA	2 000 000	Rejeitada	Inutilidade de recursos
00023	Gonzaga Patrícia	DNER		CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA BR-116PE TRECHO SALGUEIRO A BELEM DO SÃO FRANCISCO (TREVO DO IBO)	2 000 000	Rejeitada	Inutilidade de recursos
00024	Zenaldo Coutinho	DNER	16 088 0537 1204 0200	BR-222PA - DIV. MAPA - ENT. BR-158	5 000 000	Rejeitada	Conflicta com o art. 41, II da Lei 4 320/64, que tipifica os créditos adicionais. O subprojeto proposto consta da LOA 99, devendo ser matéria de crédito suplementar.
00025	Philemon Rodrigues	DNER		CONTROLE DE VELOCIDADE NAS RODOVIAS	100 000	Rejeitada	Inutilidade de recursos
00026	José Rocha	DNER		BR-0308A - CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO SÃO FRANCISCO	2 000 000	Rejeitada	Inutilidade de recursos
00027	Jorge Khoury	DNER		BR-407BA - CONSTRUÇÃO DE ANEL RODOVIÁRIO EM JUAZEIRO - BA	4 000 000	Rejeitada	Inutilidade de recursos
00028	Antônio do Valle	DNER		CONTROLE DE VELOCIDADE NAS RODOVIAS	100 000	Rejeitada	Inutilidade de recursos
00029	Serafim Venzon	DNER	16 088 0537 1204 0004	CONSTRUÇÃO DE ACESSO NA BR-101 EM BALNEÁRIO DO CAMBORIU - SC	400 000	Rejeitada	Conflicta com o art. 41, II da Lei 4 320/64, que tipifica os créditos adicionais. O subprojeto proposto consta da LOA 99, devendo ser matéria de crédito suplementar.
00030	Zeze Perrella	DNER		CONTROLE DE VELOCIDADE NAS RODOVIAS	100 000	Rejeitada	Inutilidade de recursos
00031	Oswaldo Reis	DNER		BR-153/TO - DUPLICAÇÃO DO TRECHO URBANO DE ARAQUANÁ	3 000 000	Rejeitada	Inutilidade de recursos
00032	Oswaldo Reis	DNER		BR-153/TO - CONSTRUÇÃO DE VADUTO EM GURUPI - TO	1 000 000	Rejeitada	Inutilidade de recursos
00033	Oswaldo Reis	DNER		BR-153/TO - CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RAMAL DE ACESSO A ARAQUANÁ	2 000 000	Rejeitada	Inutilidade de recursos
00034	Nelson Meurer	DNER		RESTAURAÇÃO DA BR-158 - TRECHO SALTO SANTO A PR-281 QUE LIGA O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO E CHOPINZINHO	500 000	Rejeitada	Inutilidade de recursos
00035	Aracely de Paula	DNER		CONTROLE DE VELOCIDADE NAS RODOVIAS	100 000	Rejeitada	Inutilidade de recursos
00036	Aracely de Paula	DNER		BR-262MG - RESTAURAÇÃO DO KM 511 AO KM 550	2 000 000	Rejeitada	Inutilidade de recursos
00037	Aracely de Paula	DNER	16 088 0537 1204 0042	BR-262MG - CONSTRUÇÃO DO ACESSO A TOBATI	600 000	Rejeitada	Conflicta com o art. 41, II da Lei 4 320/64, que tipifica os créditos adicionais. O subprojeto proposto consta da LOA 99, devendo ser matéria de crédito suplementar.
00038	Aracely de Paula	DNER	16 088 0537 1204 0032	BR-146MG - CONSTRUÇÃO DO TRECHO ARAXÁ - PATOS DE MINAS	2 000 000	Rejeitada	Conflicta com o art. 41, II da Lei 4 320/64, que tipifica os créditos adicionais. O subprojeto proposto consta da LOA 99, devendo ser matéria de crédito suplementar.
00039	Armando Abilio	DNER		BR-426PB - ENTRONCAMENTO BR-361 (PLANICO) - ENTRONCAMENTO PB-356 (NOVA CLINDA)	1 000 000	Rejeitada	Conflicta com o art. 41, II da Lei 4 320/64, que tipifica os créditos adicionais. O subprojeto proposto consta da LOA 99, devendo ser matéria de crédito suplementar.
00040	Armando Abilio	DNER	16 088 0537 1295 0223	BR-230PB - ENTRONCAMENTO BR-101 - ENTRONCAMENTO BR-104/08 - PB-095 (CAMPINA GRANDE)	3 000 000	Rejeitada	Conflicta com o art. 41, II da Lei 4 320/64, que tipifica os créditos adicionais. O subprojeto proposto consta da LOA 99, devendo ser matéria de crédito suplementar.
00041	Márcio Renato Moreira	DNER		CONSTRUÇÃO DO TREVO DE ACESSO - SETE LAGOS - INHUMA - FORTUNA DE MINAS	7 000 000	Rejeitada	Inutilidade de recursos
00042	Márcio Renato Moreira	DNER		BR-040MG - BELO HORIZONTE - SETE LAGOS - TREVO CURVELO - ACESSO AO CEASA	2 000 000	Rejeitada	Inutilidade de recursos
00043	Ronaldo Caiado	DNER		CONSTRUÇÃO DA RODOVIA ENTRE NOVA AMÉRICA E MOZARLÂNDIA - GO 334 - NO ESTADO DE GOIÁS	1 000 000	Rejeitada	O trecho proposto faz parte de rodovia estadual, que não está incluída na esfera de competência do DNER
00044	Cleuber Carneiro	DNOCs		ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM COMUNIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE GUARACAMA - MG	50 000	Inadmitida	Conflicta com o art. 47, II, "b" do regulamento interno da CNP/OF
00045	Cleuber Carneiro	DNOCs		ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM COMUNIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE MIRAVANIA - MG	50 000	Inadmitida	Conflicta com o art. 47, II, "b" do regulamento interno da CNP/OF

QUADRO II - Demonstrativo de Decisões sobre as Emendas Propostas

EMENDA	AUTOR	UO	FUNC. PROG. LOA/99	TÍTULO	VALOR (R\$)	PARCER	JUSTIFICAÇÃO
00046	Cleuber Carneiro	DNOCs		ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM COMUNIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE IBIRACATU - MG	50 000	Inadmitida	Conflita com o art. 47, II, "b" do regulamento Interno da CNPROF
00047	Cleuber Carneiro	DNOCs		ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM COMUNIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE CHAPADA GALCIA-MG	50 000	Inadmitida	Conflita com o art. 47, II, "b" do regulamento Interno da CNPROF
00048	Cleuber Carneiro	DNOCs		ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM COMUNIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE JOSENOPOIS - MG	50 000	Inadmitida	Conflita com o art. 47, II, "b" do regulamento Interno da CNPROF
00049	Cleuber Carneiro	DNOCs		ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM COMUNIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ - MG	50 000	Inadmitida	Conflita com o art. 47, II, "b" do regulamento Interno da CNPROF
00050	Cleuber Carneiro	DNOCs		ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM COMUNIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE PADRE CARVALHO-MG	50 000	Inadmitida	Conflita com o art. 47, II, "b" do regulamento Interno da CNPROF
00051	Cleuber Carneiro	DNOCs		ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM COMUNIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINA - MG	50 000	Inadmitida	Conflita com o art. 47, II, "b" do regulamento Interno da CNPROF
00052	Cleuber Carneiro	DNOCs		ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM COMUNIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE LAGOA DOS PATOS-MG	50 000	Inadmitida	Conflita com o art. 47, II, "b" do regulamento Interno da CNPROF
00053	Cleuber Carneiro	DNOCs		ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM COMUNIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE BURITZEIRO - MG	50 000	Inadmitida	Conflita com o art. 47, II, "b" do regulamento Interno da CNPROF
00054	Cleuber Carneiro	DNOCs		ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM COMUNIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE CLARO DOS POZOS-MG	50 000	Inadmitida	Conflita com o art. 47, II, "b" do regulamento Interno da CNPROF
00055	Cleuber Carneiro	DNOCs		ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM COMUNIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE MARABELA - MG	50 000	Inadmitida	Conflita com o art. 47, II, "b" do regulamento Interno da CNPROF
00056	Cleuber Carneiro	DNOCs		ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM COMUNIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE JANUÁRIA - MG	50 000	Inadmitida	Conflita com o art. 47, II, "b" do regulamento Interno da CNPROF
00057	Cleuber Carneiro	DNOCs		ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM COMUNIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE JURAMENTO - MG	50 000	Inadmitida	Conflita com o art. 47, II, "b" do regulamento Interno da CNPROF
00058	Cleuber Carneiro	DNOCs		ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM COMUNIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE JANUÁRIA - MG	50 000	Inadmitida	Conflita com o art. 47, II, "b" do regulamento Interno da CNPROF
00059	Cleuber Carneiro	DNOCs		ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM COMUNIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO ROMÃO - MG	50 000	Inadmitida	Conflita com o art. 47, II, "b" do regulamento Interno da CNPROF
00060	Cleuber Carneiro	DNOCs		ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM COMUNIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE GLAUCILÂNDA - MG	50 000	Inadmitida	Conflita com o art. 47, II, "b" do regulamento Interno da CNPROF
00061	Cleuber Carneiro	DNOCs		ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM COMUNIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO ITAMBE - MG	50 000	Inadmitida	Conflita com o art. 47, II, "b" do regulamento Interno da CNPROF
00062	Cleuber Carneiro	DNOCs		ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM COMUNIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA LAGOA - MG	50 000	Inadmitida	Conflita com o art. 47, II, "b" do regulamento Interno da CNPROF
00063	Cleuber Carneiro	DNOCs		ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM COMUNIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE BONITO DE MINAS - MG	50 000	Inadmitida	Conflita com o art. 47, II, "b" do regulamento Interno da CNPROF
00064	João Magalhães	DNER		CONTRÔLE DE VELOCIDADE NAS RODOVIAS FEDERAIS	100 000	Rejeitada	Inexistência de recursos
00065	Carlieta Pinheiro	DNER		BR-158 - PAVIMENTAÇÃO DO TRECHO PORTO ALEGRE DO NORTE - CONPRISA	2 000 000	Rejeitada	Inexistência de recursos
00066	Jaimes Martins	DNER	16 088 0539 1205 0012	BR-494MG - RESTAURAÇÃO DO TRECHO BR-262 - ELETROCALCAMENTO COM 1MG-050	1 000 000	Rejeitada	Conflita com o art. 41, II da Lei 4 320/64, que tipifica os créditos adicionais. O subprojeto proposto consta da LOA 99, devendo ser
00067	João Coser	DNER		DUPLOCAÇÃO DA PONTE DE ACESSO AO CAS DE CAPULABA - PORTO DE UTOBRIA	2 000 000	Rejeitada	Inexistência de recursos
00068	João Coser	DNER		RESTAURAÇÃO DA BR-153 TRECHO PARISO DO TOCANTINS A GUARÁ	800 000	Rejeitada	Inexistência de recursos
00069	Igor Avallino	DNER		BR-381MG - ACESSO A TRÊS CORAÇÕES	4 000 000	Rejeitada	Inexistência de recursos
00070	Dênio de Castro	DNER			4 000 000	Rejeitada	Inexistência de recursos
00071	Iteltonio Cordeiro	DNER	16 088 0537 1204 0048	BR-364MG - CONSTRUÇÃO DE IM ANEL VIÁRIO NO TRECHO RIO BRANCO - CRUZEIRO DO SUL	1 000 000	Rejeitada	Conflita com o art. 41, II da Lei 4 320/64, que tipifica os créditos adicionais. O subprojeto proposto consta da LOA 99, devendo ser matéria de crédito suplementar.

QUADRO II - Demonstrativo de Decisões sobre as Emendas Propostas

EMENDA	AUTOR	LO	FUNC. PROG. LOAS98	TÍTULO	VALOR (R\$)	PARECER	JUSTIFICAÇÃO
00072	Alcione Albayde	DNER		BR-356RJ - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA EM ITALIAVA RJ	200 000	Rejeitada	Conflita com o art. 41, II da Lei 4.320/64, que tipifica os créditos adicionais. O subprojeto proposto consta da LOA 99, devendo ser matéria de crédito suplementar.
00073	Alcione Albayde	DNER		BR-356RJ - CONSTRUÇÃO DO TRECHO CAMPOS / SÃO JOÃO DA BARRA	2.000 000	Rejeitada	Insuficiência de recursos
00074	Giovanni Queiroz	DNER		CANCELAR O CANCELAMENTO "BR-158PA - ENTORNCAMENTO BR-230 (ALTAMIRA) - DMSA PMAT -	500 000	Rejeitada	Insuficiência de recursos
00075	Giovanni Queiroz	DNER		CANCELAR O CANCELAMENTO "BR-230PA - CONSTRUÇÃO DO TRECHO DMSA PATO - ITATUBA"	1.000 000	Rejeitada	Insuficiência de recursos
00076	Carlos Bezerra	DNER		BR-163MT - TRAVESSIA URBANA DE SORISO	2.000 000	Rejeitada	Insuficiência de recursos
00077	Carlos Bezerra	DNER		BR-163MT - TRAVESSIA URBANA DE LUCAS DO RIO VERDE	1.000 000	Rejeitada	Insuficiência de recursos
00078	Carlos Bezerra	DNER		BR-163MT - TRAVESSIA URBANA DE SINOP	2.000 000	Rejeitada	Insuficiência de recursos
00079	Carlos Bezerra	DNER		BR-163MT - TRAVESSIA URBANA DE PORTO ALEGRE DO NORTE	2.000 000	Rejeitada	Insuficiência de recursos
00080	Carlos Bezerra	DNER		BR-163MT - TRAVESSIA URBANA DE GUARANTÁ DO NORTE	1.000 000	Rejeitada	Insuficiência de recursos
00081	Carlos Bezerra	DNER		BR-364MT - TRAVESSIA URBANA DE COMODORO	3.000 000	Rejeitada	Insuficiência de recursos
00082	Saulo Pedrosa	DNER		BR-242BA - CONSTRUÇÃO DE ANEL RODOVIÁRIO EM BARRERAS - BA	4.000 000	Rejeitada	Insuficiência de recursos
00083	Antonio Jorge	DNER		BR-242TO - CONSTRUÇÃO DO TRECHO TAGUATINGA - PARANÁ	1.500 000	Rejeitada	Insuficiência de recursos
00084	Antonio Jorge	DNER		BR-153ITO - RESTAURAÇÃO DO TRECHO ALVORADA - GURUPI	1.500 000	Rejeitada	Insuficiência de recursos
00085	Antonio Jorge	DNER		BR-242ITO - CONSTRUÇÃO DO TRECHO PEIXE - PARANÁ	1.500 000	Rejeitada	Insuficiência de recursos
00086	Efraim Mouras	DNER	16 088 0537 1296 0223	BR-230PB - ENTORNCAMENTO BR-101 - ENTORNCAMENTO BR-104/408 - PB-095 (CAMPINA GRANDE)	4.000 000	Rejeitada	Insuficiência de recursos
00087	Pinheiro Landim	DNER		BR-226CE - CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DO TRECHO JAGUARIBE - SOLOMOPOLE	2.000 000	Rejeitada	Insuficiência de recursos
00088	Wilson Braga	DNER	16 088 0537 1296 0223	BR-230PB - ENTORNCAMENTO BR-101 - ENTORNCAMENTO BR-104/408 - PB-095 (CAMPINA GRANDE)	4.000 000	Rejeitada	Conflita com o art. 41, II da Lei 4.320/64, que tipifica os créditos adicionais. O subprojeto proposto consta da LOA 99, devendo ser matéria de crédito suplementar.
00089	Wilson Braga	DNER	16 088 0537 1296 0223	BR-230PB - ENTORNCAMENTO BR-101 - ENTORNCAMENTO BR-104/408 - PB-095 (CAMPINA GRANDE)	4.000 000	Rejeitada	Conflita com o art. 41, II da Lei 4.320/64, que tipifica os créditos adicionais. O subprojeto proposto consta da LOA 99, devendo ser matéria de crédito suplementar.
00090	Alberto Fraga	DNER		CONSTRUÇÃO DO ANEL VIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL - DF	3.000 000	Rejeitada	Insuficiência de recursos
00091	Makio Sa	DNER		RESTAURAÇÃO DA BR-226/RN - TRECHO CURAIS NOVOS - DMSA RNCE	2.000 000	Rejeitada	Insuficiência de recursos
00092	Ney Suassuna	DNER	16 088 0537 1296 0223	BR-230PB - ENTORNCAMENTO BR-101 - ENTORNCAMENTO BR-104/408 - PB-095 (CAMPINA GRANDE)	4.000 000	Rejeitada	Conflita com o art. 41, II da Lei 4.320/64, que tipifica os créditos adicionais. O subprojeto proposto consta da LOA 99, devendo ser matéria de crédito suplementar.
00093	Nair Xavier Lobo	DNER		BR-251 - BRASÍLIA / JUAÍ ENTRE DISTRITO DE SOUZA LIMA ATE ENTRADA FAZENDA STIVA	1.500 000	Rejeitada	Insuficiência de recursos
00094	Nair Xavier Lobo	DNER		CONSTRUÇÃO BR-235 TRECHO PEDRO AFRONSO (TO) ATE A DMSA COM O ESTADO DO MARANHÃO	6.000 000	Rejeitada	Insuficiência de recursos
00095	Nair Xavier Lobo	DNER		BR-060GO - LTS 01/02 - TRECHO GOIÂNIA - ACRELINA	3.000 000	Rejeitada	Insuficiência de recursos

**CONGRESSO NACIONAL***Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização*

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Quinta Reunião Extraordinária, em 14 de dezembro de 1999, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado **JOSÉ LOURENÇO**, favorável nos termos do **Projeto de Lei nº 57/99-CN**. Ao Projeto foram apresentadas 95 (noventa e cinco) emendas, das quais foram declaradas inadmitidas as de nºs 044 a 063 e rejeitadas as demais.

Compareceram os Senhores Deputados, Jovair Arantes, Primeiro Vice-Presidente, João Coser, Terceiro Vice-Presidente, Alberto Goldman, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Armando Abílio, B. Sá, Ben-hur Ferreira, Carlos Melles, César Bandeira, Cleonânio Fonseca, Damião Feliciano, Danilo de Castro, Deusdeth Pantoja, Djalma Paes, Dr. Benedito Dias, Eliseu Moura, Eunício Oliveira, Eurípedes Miranda, Félix Mendonça, Fernando Coruja, Freire Júnior, Givaldo Carimbão, Gonzaga Patriota, João Leão, João Ribeiro, João Tota, Jorge Alberto, Jorge Khoury, José Chaves, José Lourenço, José Melo, José Priante, José Thomaz Nonô, Laura Carneiro, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Negromonte, Milton Monti, Nelson Meurer, Neuton Lima, Norberto Teixeira, Osvaldo Reis, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Henry, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Ricardo Barros, Santos Filho, Silas Brasileiro, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Wilson Braga, Wilson Santos; e Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Romero Jucá, Segundo Vice-Presidente, Antônio Carlos Valadares, Eduardo Siqueira Campos, Jonas Pinheiro, Lúcio Alcântara, Luiz Estevão, Luiz Otávio, Luzia Toledo, Mauro Miranda, Moreira Mendes, Ney Suassuna, Ramez Tebet, Tião Viana.

Sala de Reuniões, em 14 de dezembro de 1999.

Senador GILBERTO MESTRINHO

Presidente

Deputado JOSÉ LOURENÇO

Relator

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 57, DE 1999-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 12.112.000,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 12.112.000,00 (doze milhões, cento e doze mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de:

I - anulação parcial de dotações no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), indicadas no Anexo II desta Lei; e

II - ingresso de operação de crédito externa no valor de R\$ 2.112.000,00 (dois milhões, cento e doze mil reais);

Art. 3º Em decorrência do disposto nos arts. 1º e 2º, fica alterada a receita do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, na forma indicada no Anexo III desta Lei, no montante especificado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de outubro de 1999.

30000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
30001 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

20201 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

11 6267

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS				
ESPECIFICAÇÃO	E	S	P	IB	PTE	TOTAL	PERSONAL E INC. SOCIAIS	JANOS E INC. DA DIVISA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INTERESSES FINANCEIROS	AMORTIZAÇÃO DA DIVISA		
CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS						7.000.000				7.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS PERMITIR AVANÇOS NA IMPLEMENTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE DIVERSAS RODOVIAIS, COM ÊNFASE NAS INTERVIÇÕES E AMPLIAÇÃO DA SEGURANÇA E DA CAPACIDADE DE TRÁFEGO, COM A CONSEQUENTE AUMENTO DOS CUSTOS OPERACIONAIS.	F	50	0	100		6.000.000				6.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.0037.1204.0000 CONSTRUÇÃO DO TETO DO TETO ON-220/PA - CONSTRUÇÃO DO TETO DIVISA PA/TO - ITAIPAVA						1.000.000				1.000.000				
10.000.														

ANEXO III

ACRESCIMO

39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
39201 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS			(R\$ 1,00)
E S P E C I F I C A Ç ã O		ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	FIS			2.112.000
2400.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	FIS		2.112.000	
2410.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		2.112.000	
2411.01.30	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CREDITO	FIS	2.112.000		
TOTAL FISCAL					2.112.000

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Item 14:

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei nº 58, de 1999**, do Congresso Nacional, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor R\$23.000.000,00 (vinte e três milhões de

reais), para reforço de dotação constante do orçamento vigente".

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 83, de 1999-CN, concluiu pela aprovação do projeto.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 83, DE 1999-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 58, de 1999-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor de R\$ 23.000.000,00, para reforço de dotação constante do orçamento vigente".

RELATOR: Deputado CESAR BANDEIRA

I – RELATÓRIO

Ó Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 1.077, de 1999-CN (nº 1.612/99, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional projeto de lei autorizando o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor de **R\$ 23.000.000,00** (vinte e três milhões de reais), para, em reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, atender às despesas constantes do Anexo I.

Os recursos necessários à abertura do crédito serão provenientes do excesso de arrecadação de recursos do Tesouro Nacional.

A Exposição de Motivos nº 482/MP, de 28 de outubro de 1999, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a proposição, informa que o crédito tem por objetivo complementar a recomposição do orçamento do Ministério das Relações Exteriores, face a desvalorização da moeda nacional que reduziu, segundo informa, a capacidade de gasto do órgão, tendo em vista que grande de suas despesas é realizada em moeda estrangeira.

II - EMENDAS

Ao presente projeto de lei não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

III – VOTO

Desse modo, considerando que o projeto de lei não colide com o Plano Plurianual em vigor, Lei nº 9.276, de 9 de maio de 1996, e com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1999, não ferindo, tampouco, a quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos, e seu detalhamento achasse conforme às exigências legais e aos princípios da boa técnica orçamentária, **SOMOS PELA APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 58, DE 1999-CN, na FORMA PROPOSTA PELO PODER EXECUTIVO.**

Sala da Comissão, em 30 de novembro de 1999.



Deputado **CÉSAR BANDEIRA**

Relator

**CONGRESSO NACIONAL***Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização*

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Quinta Reunião Extraordinária, em 14 de dezembro de 1999, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado **CÉSAR BANDEIRA**, favorável nos termos do **Projeto de Lei nº 58/99-CN**. Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados, Jovair Arantes, Primeiro Vice-Presidente, João Coser, Terceiro Vice-Presidente, Alberto Goldman, Almir Sá. Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Armando Abílio, B. Sá, Ben-hur Ferreira, Carlos Melles, César Bandeira, Cleonânio Fonseca, Damião Feliciano, Danilo de Castro, Deusdeth Pantoja, Djalma Paes, Dr. Benedito Dias, Eliseu Moura, Eunício Oliveira, Eurípedes Miranda, Félix Mendonça, Fernando Coruja, Freire Júnior, Givaldo Carimbão, Gonzaga Patriota, João Leão, João Ribeiro, João Tota, Jorge Alberto, Jorge Khoury, José Chaves, José Lourenço, José Melo, José Priante, José Thomaz Nonô, Laura Carneiro, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Negromonte, Milton Monti, Nelson Meurer, Neuton Lima, Norberto Teixeira, Osvaldo Reis, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Henry, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Ricardo Barros, Santos Filho, Silas Brasileiro, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Wilson Braga, Wilson Santos; e Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Romero Jucá, Segundo Vice-Presidente, Antônio Carlos Valadares, Eduardo Siqueira Campos, Jonas Pinheiro, Lúcio Alcântara, Luiz Estevão, Luiz Otávio, Luzia Toledo, Mauro Miranda, Moreira Mendes, Ney Suassuna, Ramez Tebet, Tião Viana.

Sala de Reuniões, em 14 de dezembro de 1999.



Senador GILBERTO MESTRINHO
Presidente



Deputado CÉSAR BANDEIRA
Relator

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão o projeto (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, nos termos d parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, contra o voto dos Deputados João Coser e Giovanni Queiroz.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permancer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto gravado:

PROJETO DE LEI Nº 58, DE 1999-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor de R\$ 23.000.000,00, para reforço de dotação constante do orçamento vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor de R\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

36000 - MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
36101 - MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

R\$ 1,00
CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	EM R\$	EM Dólar US\$	10. FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSES FINANCEIRAS	ADOTILIZAÇÃO DA DIVIDA
RELACOES EXTERIORES				23 000 000			19 800 000	3 200 000		
POLITICA EXTERIOR				23 000 000			19 800 000	3 200 000		
RELACOES DIPLOMATICAS				23 000 000			19 800 000	3 200 000		
12.072 0410.2060				23 000 000			19 800 000	3 200 000		
EXECUÇÃO DA POLITICA EXTERIOR										
ASSISTENCIA O FUNCIONAMENTO E A ORGANIZACAO DA										
REDE DE POSTOS NO EXTERIOR, GARANTIA A PROTECCAO A										
SAUDE DE SEUS FUNCIONARIOS E SERVIDORES E DEFENSA										
DE INTERESSES DE PESSOAS FISICAS E JURIDICAS										
DE INTERESSES DE PESSOAS FISICAS E JURIDICAS										
- EMBAIXADA E REPAT. CONSULADO MANTIDA (UNIDADE) - 165				23 000 000			19 800 000	3 200 000		
12.072 0410.2060.0001				23 000 000			19 800 000	3 200 000		
ASSISTENCIA O FUNCIONAMENTO E A ORGANIZACAO DA										
REDE DE POSTOS NO EXTERIOR, GARANTIA A PROTECCAO A										
SAUDE DE SEUS FUNCIONARIOS E SERVIDORES E DEFENSA										
DE INTERESSES DE PESSOAS FISICAS E JURIDICAS										
DE INTERESSES DE PESSOAS FISICAS E JURIDICAS										
- EMBAIXADA E REPAT. CONSULADO MANTIDA (UNIDADE) - 165				23 000 000			19 800 000	3 200 000		
TOTAL FISCAL				23 000 000			19 800 000	3 200 000		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSICAO ATUAL

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 15:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei nº 64, de 1999**, do Congresso Nacional, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$58.781.391,00 (cinquenta e oito milhões, setecentos e oitenta e um mil,

trezentos e noventa e um reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento".

Ao projeto de lei foram apresentadas setenta e três emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 93, de 1999-CN, concluiu pela apresentação de substitutivo.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 93, DE 1999-CN

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei nº 64, de 1999 - CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 58.781.391,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento."

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Deputado Osvaldo Reis

I - RELATÓRIO

O senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, através da Mensagem nº 1.083, de 1999-CN (nº 1.618/99, na origem), o Projeto de Lei nº 64, de 1999 - CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 58.781.391,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento".

A Exposição de Motivos nº 478/MP, de 28 de outubro de 1999, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a proposição, informa que o crédito destina-se ao atendimento de diversas despesas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, no intuito de permitir o desenvolvimento das ações a seguir relacionadas:

- Implementação de medidas inadiáveis com vistas a evitar os danos do bug do milênio, além de suprir as necessidades de manutenção dos equipamentos de informática no corrente exercício;
- Complementação do desenvolvimento de estudos voltados para a segurança do trânsito, restauração e concessões de rodovias;
- Fiscalização da concessão de rodovias;
- Regularização das indenizações e desapropriações devidas, que têm sido postergadas desnecessariamente;
- Continuidade das obras de construção e pavimentação das rodovias BR - 153/PA e BR - 163/MT e conservação em trechos rodoviários da região Norte;
- Retomada das obras de restauração da BR - 319/AM, além de outros trechos extremamente deteriorados nas rodovias BR-364/RO e BR -290/RS.

Informa o senhor Ministro do Planejamento e Orçamento que os recursos que possibilitarão a abertura do crédito advêm de excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas (fonte 250, no valor de RS 35.510.000,00 – trinta e cinco milhões, quinhentos e dez reais) e remanejamento de outras dotações orçamentárias, sem prejuízo da programação do Ministério.

II - EMENDAS

Ao PL nº 64/99 foram apresentadas setenta e três emendas de autoria de vários parlamentares, todas destinadas à unidade orçamentária Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, sendo que destas, doze pretendem alocar recursos para subprojetos não constantes da Lei Orçamentária Anual em vigor, as quais seriam apropriadas caso o projeto de lei em análise fosse especial.



III - VOTO DO RELATOR

Os termos em que o crédito suplementar foi instituído não fere nenhum dispositivo constitucional.

O exame da proposição quanto à sua compatibilidade com a Lei nº 9.275, de 09 de maio de 1995 - Plano Plurianual 1995-1999 - mostra que esta se ajusta ao estabelecido pelo Plano.

Quanto à conformidade com as disposições da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - as modificações pretendidas por este crédito adicional não contrariam as vedações expressas em tal Lei.

Constatou-se igualmente, que a proposição não fere quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios de boa técnica orçamentária.

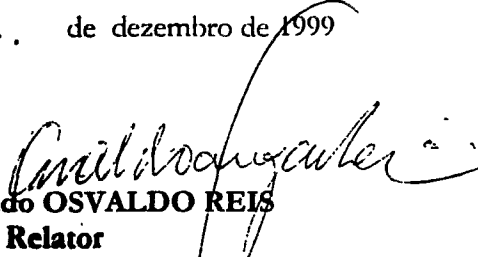
Considero como **inadmitidas** as Emendas 00018, 00020, 00027, 00042, 00045, 00049, 00050, 00056, 00064, 00065, 00066, 00067, por pretenderem alocar recursos a subprojetos não constantes da Lei nº 9.798, de 23 de fevereiro de 1999 e suas modificações, sendo, portanto, matéria de crédito especial, o que faço com base no art. 47, inciso I, alínea "a" do Regulamento Interno da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em consequência, **somos pela aprovação** do PL nº 64/99-CN, na forma do Substitutivo apresentado, **pela aprovação** das emendas de nº 00002, 00013, 00023, 00033, 00034, 00035, 00054 e 00059, **pela aprovação parcial das emendas** 00006, 00010, 00014, 00015, 00016, 00017, 00019, 00021, 00022, 00026, 00028, 00036, 00038, 00039, 00043, 00044, 00046, 00051, 00052, 00053, 00055, 00062, 00068, 00069 e 00072 e **pela rejeição**, no mérito das demais emendas.

Como consequência da aprovação das emendas 00013, 00023, 00033, 00034 e 00035, o valor do crédito será reduzido em R\$ 3.100.000,00 (três milhões e cem mil reais), com o conseqüente valor total de R\$ 55.681.391,00.

Em anexo, apresentamos os quadros demonstrativos relativos à execução orçamentária dos subprojetos constantes do projeto de lei de crédito suplementar, os pareceres às emendas apresentadas e o espelho das emendas apresentadas, que constituem parte integrante deste Parecer.

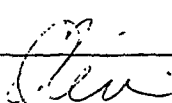
Sala da Comissão, de dezembro de 1999

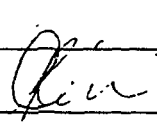

Deputado OSVALDO REIS
Relator

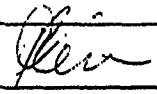
Categorias de Programação Constantes do PL Nº 64, de 1999	Percentual de Execução até 26/11/99	Cancelamentos Efetuados
16.007.0021.4900.0004 - Ações de Informática	70,45	4.310.020
16.088.0535.4370.0001 - Desenvolvimento de Estudos para a Segurança do Trânsito	19,45	
16.088.0535.4460.0001 - Fiscalização da Concessão da BR-040/RJ/MG - Rio de Janeiro - Petrópolis - Juiz de Fora	98,53	
16.088.0535.4460.0002 - Fiscalização da Concessão da BR-116/RJ/SP - Rodovia Presidente Dutra	98,39	
16.088.0535.4460.0003 - Fiscalização da Concessão da BR-116/RJ - Rio de Janeiro - Teresópolis - Além Paraíba	99,92	
16.088.0535.4460.0004 - Fiscalização da Concessão da Ponte Rio - Niterói	81,51	
16.088.0535.4460.0005 - Fiscalização da Concessão da BR-290/RS - Osório - Porto Alegre	91,8	
16.088.0535.4460.0006 - Desenvolvimento de Estudos para a Concessão de Rodovias Federais	86,6	
16.088.0535.4460.0017 - Fiscalização da Concessão Delegada ao Estado do Rio Grande do Sul	77,69	
16.088.0537.1204.0912 - BR-153/PA - Marabá - Divisa PA/TO	53,49	
16.088.0537.1204.1552 - BR-163/MT - Construção do Trecho Entrocamento MT-320 - Divisa MT/PA	89,58	5.000.000
16.088.0537.2424.0001 - Indenização e Desapropriação de Imóveis	99,94	8.000.000
16.088.0538.2425.0002 - Conservação de Rodovias Federais	59,64	7.000.000
16.088.0539.1205.0063 - BR-290/RS - Osório - Uruguaiana	26,80	

16.088.0539.1205.0153 – BR-364/RO – Divisa MT/RO – Divisa RO/AC	28,87	
16.088.0539.1205.7675 – BR-319/AM - Restauração do Trecho Manaus – Divisa AM/RO	0,00	3.200.000
16.088.0539.4375.0001 – Desenvolvimento de Estudos para Restauração de Rodovias	22,88	

PARECERES ÀS EMENDAS APRESENTADAS

Emenda Nº	Parecer	Valor Aprovado
0001	Rejeitada	
00002	Aprovada	2.000.000
00003	Rejeitada	
00004	Rejeitada	
00005	Rejeitada	
00006	Aprovada Parcialmente	500.000
00007	Rejeitada	
00008	Rejeitada	
00009	Rejeitada 	
00010	Aprovada Parcialmente	500.000
00011	Rejeitada	
00012	Rejeitada	
00013	Aprovada (Cancela cancelamento)	(100.000)
00014	Aprovada Parcialmente	400.000
00015	Aprovada Parcialmente	300.000
00016	Aprovada Parcialmente	300.000
00017	Aprovada Parcialmente	2.000.000

00018	Inadmitida, Art. 47, I, a do Regulamento Interno da CMPOFF	
00019	Aprovada Parcialmente	800.000
00020	Inadmitida, Art. 47, I, a do Regulamento Interno da CMPOFF	
00021	Aprovada Parcialmente	2.000.000
00022	Aprovada Parcialmente	700.000
00023	Aprovada (Cancela cancelamento)	(200.000)
00024	Rejeitada	
00025	Rejeitada	
00026	Aprovada Parcialmente	700.000
00027	Inadmitida, Art. 47, I, a do Regulamento Interno da CMPOFF	
00028	Aprovada Parcialmente	700.000
00029	Rejeitada	
00030	Rejeitada	
00031	Rejeitada	
00032	Rejeitada 	
00033	Aprovada	(600.000)
00034	Aprovada	(1.700.000)
00035	Aprovada	(500.000)
00036	Aprovada Parcialmente	3.000.000
00037	Rejeitada	
00038	Aprovada Parcialmente	300.000
00039	Aprovada Parcialmente	500.000
00040	Rejeitada	

00041	Rejeitada	
00042	Inadmitida, Art. 47, I, a do Regulamento Interno da CMPOFF	
00043	Aprovada Parcialmente	700.000
00044	Aprovada Parcialmente	500.000
00045	Inadmitida, Art. 47, I, a do Regulamento Interno da CMPOFF	
00046	Aprovada Parcialmente	500.000
00047	Rejeitada	
00048	Rejeitada	
00049	Inadmitida, Art. 47, I, a do Regulamento Interno da CMPOFF	
00050	Inadmitida, Art. 47, I, a do Regulamento Interno da CMPOFF	
00051	Aprovada Parcialmente	700.000
00052	Aprovada Parcialmente	400.000
00053	Aprovada Parcialmente	700.000
00054	Aprovada 	210.000
00055	Aprovada Parcialmente	2.000.000
00056	Inadmitida, Art. 47, I, a do Regulamento Interno da CMPOFF	
00057	Rejeitada	
00058	Rejeitada	
00059	Aprovada	2.000.000
00060	Rejeitada	
00061	Rejeitada	

00062	Aprovada Parcialmente	300.000
00063	Rejeitada	
00064	Inadmitida, Art. 47, I, a do Regulamento Interno da CMPOFF	
00065	Inadmitida, Art. 47, I, a do Regulamento Interno da CMPOFF	
00066	Inadmitida, Art. 47, I, a do Regulamento Interno da CMPOFF	
00067	Inadmitida, Art. 47, I, a do Regulamento Interno da CMPOFF	
00068	Aprovada Parcialmente	500.000
00069	Aprovada Parcialmente	500.000
00070	Rejeitada	
00071	Rejeitada	
00072	Aprovada Parcialmente	500.000
00073	Rejeitada	

SUBSTITUTIVO AO PL Nº 64, DE 1999-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 55.681.391,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

*Aprovado
A Sanção
Em 14.12.99*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.798, de 23 de fevereiro de 1999), em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 55.681.391,00 (cinquenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e um mil, trezentos e noventa e um reais) para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º. Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de:


I – remanejamento de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 20.171.391,00 (vinte milhões, cento e setenta e um mil, trezentos e noventa e um reais), indicadas no Anexo II desta Lei;

II – excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas, valor de R\$ 35.510.000,00 (trinta e cinco milhões, quinhentos e dez mil reais).

Art. 3º. Em decorrência do disposto nos arts 1º e 2º, fica alterada a receita do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, na forma indicada nos Anexos III e IV desta Lei, no montante especificado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de dezembro de 1999



Deputado OSVALDO REIS
Relator

MEMO

CREDITO SUPPLEMENTAR

[illegible]

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
39201 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

ESPECIFICAÇÃO	E	M	ID	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JORNAL E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
16 086 0537 1204 0913 - DIVISÃO PA/TO - MANUTENÇÃO DE REDE RODoviARIA PAVIMENTADA (KM) * 2	F	20	0	100	960.000				960.000		
16 086 0537 1204 1552 - CONSTRUÇÃO DO TRECHO BR-163/MT - DIVISÃO MT/PA	F	30	0	100	2.000.000				2.000.000		
16 086 0537 1204 1554 - TRECHO RODoviARIO PAVIMENTADO (KM) * 2	F	40	0	100	2.000.000				2.000.000		
16 086 0537 1204 1554 - CONSTRUÇÃO DE ACESSO A BLUMENAU - TRECHO RODoviARIO PAVIMENTADO (KM) * 18	F	40	0	100	400.000				400.000		
16 086 0537 1205 - RECONSTRUÇÃO DE CAPACIDADE DE RODOVIAS	F	50	0	250	500.000				500.000		
16 086 0537 1205 0215 - OBRA DE ARTE ESPECIAL EXECUTADA (M) * 67	F	30	0	250	2.000.000				2.000.000		
16 086 0537 1205 0223 - BR-200/PA - ENTONCIMENTO BR-101 - ENTONCIMENTO BR-200/PA - OBRA DE ARTE ESPECIAL (M) * 25	F	30	0	250	2.000.000				2.000.000		
16 086 0538 2425 - CONSERVAÇÃO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL	F	90	0	250	1.810.000				1.810.000		
16 086 0538 2425 0017 - CONSERVAÇÃO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL EM MINAS GERAIS	F	90	0	250	500.000				500.000		
16 086 0538 2425 0019 - CONSERVAÇÃO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL NA - VIA CONSERVADA (KM) * 844	F	90	0	250	210.000				210.000		
16 086 0538 2425 0020 - CONSERVAÇÃO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL NO PARANÁ	F	90	0	250	300.000				300.000		
16 086 0538 2425 0023 - CONSERVAÇÃO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL NO RIO DE JANEIRO	F	90	0	250	300.000				300.000		
16 086 0538 2425 0024 - CONSERVAÇÃO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL NO RIO GRANDE DO NORTE	F	90	0	250	500.000				500.000		
16 086 0539 1205 - RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS	F	90	0	250	10.295.326				10.295.326		

Revis

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
39201 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

R\$ 1,00
CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	EM F D	10 D USO	FTE	TOTAL	PERSONAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INTERESSES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS										
REESTABELECER AS CONDIÇÕES ORIGINAIS DE TRAFEGABILIDADE E SEGURANÇA DAS RODOVIAS, COM A RECONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE VEÍCULOS E DO NÚMERO DE ACIDENTES										
- TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) = 814	F	500	1	808 083				808 083		
BR-280/RS - OSORIO - UNICUIANA				808 083				808 083		
16 048 0539 1205 0076	F	30	0	2 000 000				2 000 000		
BR-282/ES - RESTAURAÇÃO DO TRECHO				2 000 000				2 000 000		
BR-282/ES - TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) = 72	F	30	0	2 000 000				2 000 000		
BR-282/ES - TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) = 72				2 000 000				2 000 000		
16 048 0539 1205 0082	F	30	0	2 000 000				2 000 000		
BR-282/ES - RESTAURAÇÃO DO TRECHO				2 000 000				2 000 000		
BR-282/ES - TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) = 1	F	30	0	2 000 000				2 000 000		
BR-282/ES - TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) = 1				2 000 000				2 000 000		
16 048 0539 1205 0183	F	30	0	877 280				877 280		
BR-284/RS - DIVISA MT/RS - DIVISA RO/AC				877 280				877 280		
BR-284/RS - TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) = 67	F	30	0	877 280				877 280		
BR-284/RS - TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) = 67				877 280				877 280		
16 048 0539 1205 7675	F	30	0	3 600 000				3 600 000		
BR-319/AM - RESTAURAÇÃO DO TRECHO MANAUS - DIVISA AM/RO				3 600 000				3 600 000		
BR-319/AM - TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) = 1	F	30	0	3 600 000				3 600 000		
BR-319/AM - TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) = 1				3 600 000				3 600 000		
16 048 0539 1205 7675	F	30	0	2 700 000				2 700 000		
BR-319/AM - RESTAURAÇÃO DO TRECHO MANAUS - DIVISA AM/RO				2 700 000				2 700 000		
BR-319/AM - TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) = 1	F	30	0	2 700 000				2 700 000		
BR-319/AM - TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) = 1				2 700 000				2 700 000		
16 048 0539 1205 7675	F	30	0	1 310 023				1 310 023		
BR-319/AM - RESTAURAÇÃO DO TRECHO MANAUS - DIVISA AM/RO				1 310 023				1 310 023		
BR-319/AM - TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) = 1	F	30	0	1 310 023				1 310 023		
BR-319/AM - TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) = 1				1 310 023				1 310 023		
16 048 0539 1205 7675	F	30	0	604 948				604 948		
BR-319/AM - RESTAURAÇÃO DO TRECHO MANAUS - DIVISA AM/RO				604 948				604 948		
BR-319/AM - TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) = 1	F	30	0	604 948				604 948		
BR-319/AM - TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) = 1				604 948				604 948		
16 048 0539 1205 7675	F	30	0	705 475				705 475		
BR-319/AM - RESTAURAÇÃO DO TRECHO MANAUS - DIVISA AM/RO				705 475				705 475		
BR-319/AM - TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) = 1	F	30	0	705 475				705 475		
BR-319/AM - TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) = 1				705 475				705 475		
16 048 0539 1205 7675	F	30	0	1 310 023				1 310 023		
BR-319/AM - RESTAURAÇÃO DO TRECHO MANAUS - DIVISA AM/RO				1 310 023				1 310 023		
BR-319/AM - TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) = 1	F	30	0	1 310 023				1 310 023		
BR-319/AM - TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) = 1				1 310 023				1 310 023		
16 048 0539 1205 7675	F	30	0	604 948				604 948		
BR-319/AM - RESTAURAÇÃO DO TRECHO MANAUS - DIVISA AM/RO				604 948				604 948		
BR-319/AM - TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) = 1	F	30	0	604 948				604 948		
BR-319/AM - TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) = 1				604 948				604 948		
16 048 0539 1205 7675	F	30	0	705 475				705 475		
BR-319/AM - RESTAURAÇÃO DO TRECHO MANAUS - DIVISA AM/RO				705 475				705 475		
BR-319/AM - TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) = 1	F	30	0	705 475				705 475		
BR-319/AM - TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) = 1				705 475				705 475		
TOTAL				88.681.381			20.216.085	35.465.326		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL.

R\$ 1,00

[illegible]

38000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
39201 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

ANEXO 11

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

R\$ 1,00
CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E	M	D	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
TRANSPORTE											
TRANSPORTE RODOVIARIO					19 211 391				19 211 391		
CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS					16 000 000				16 000 000		
15 088 0537 1204					11 100 000				11 100 000		
CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS											
- PERMITIR, ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE DRENAGEM, AUMENTAR A CAPACIDADE DE CIRCULAÇÃO E AUMENTAR A SEGURANÇA E A CONFIABILIDADE DAS RODOVIAS, COM A CONSEQUENTE REDUÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS.											
- TRECHO RODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) * 708											
- TRECHO RODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) * 25											
- TRECHO RODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) * 1											
- SISTEMA VIÁRIO CONSTRUÍDO (UNIDADE) * 1											
15 088 0537 1204 0018					500 000				500 000		
BR-282/MS - CONSTRUÇÃO DO TRECHO					500 000				500 000		
ENTR. BR-485 (C FLORIDO) - ENTR. BR-153 (BOA SORTE)					500 000				500 000		
TRECHO RODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) * 5					500 000				500 000		
15 088 0537 1204 0046					100 000				100 000		
BR-364/AC E ANEL VIÁRIO NO TRECHO					100 000				100 000		
- TRECHO RODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) * 35					100 000				100 000		
- SISTEMA VIÁRIO CONSTRUÍDO (UNIDADE) * 1					100 000				100 000		
15 088 0537 1204 0058					800 000				800 000		
BR-116/DF - CONSTRUÇÃO DO TRECHO					800 000				800 000		
TRACALATUBA - CALÇEPIE					800 000				800 000		
TRECHO RODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) * 25					800 000				800 000		
15 088 0537 1204 0070					900 000				900 000		
INTERLIGAÇÃO DAS BR-020/070/050/040/DF					900 000				900 000		
- TRECHO RODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) * 34					900 000				900 000		
15 088 0537 1204 0090					500 000				500 000		
BR-381/MS - CONSTRUÇÃO DO TRECHO SALTO DA DIVISA					500 000				500 000		
BR-381/MS - CONSTRUÇÃO DO TRECHO SALTO DA DIVISA					500 000				500 000		
- TRECHO RODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) * 27					500 000				500 000		
15 088 0537 1204 0092					600 000				600 000		
BR-421/RO - ARIQUEMS - GUARARA-MIRIM - NOVA MARMORE					600 000				600 000		
TRECHO RODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) * 30					600 000				600 000		
15 088 0537 1204 0128					100 000				100 000		
BR-353/MS - CONSTRUÇÃO DO TRECHO					100 000				100 000		
- TRECHO RODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) * 36					100 000				100 000		
15 088 0537 1204 0146					700 000				700 000		
GUARARAPES/GOVERNADOR VALADARES (ANEL					700 000				700 000		
RODOVIÁRIO)/RESPEIXADOR/ATIMES					700 000				700 000		
- TRECHO RODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) * 2					700 000				700 000		
15 088 0537 1204 0877					1 100 000				1 100 000		
BR-355/MS - BR-355/MS - BR-355/MS					1 100 000				1 100 000		
- TRECHO RODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) * 62					1 100 000				1 100 000		
15 088 0537 1204 0882					200 000				200 000		
BR-421/RO - ARIQUEMS - GUARARA-MIRIM - NOVA MARMORE					200 000				200 000		
- TRECHO RODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) * 108					200 000				200 000		
15 088 0537 1204 0721					500 000				500 000		
BR-402/PA - ROSÁRIO - DIVISA PA/PI					500 000				500 000		
TRECHO RODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) * 30					500 000				500 000		
15 088 0537 1204 0783					500 000				500 000		
BR-497/MS - PONTE SOBRE O RIO PARANAÍBA EM					500 000				500 000		
BR-497/MS - PONTE SOBRE O RIO PARANAÍBA EM					500 000				500 000		
- OBR DE ARTE ESPECIAL, EXECUTADA (M) * 55					500 000				500 000		

[illegible]

16 028 0537.1204.0208	BR-101/PA - ESTACIONAMENTO BR-230 (ALTAMIRA) - DIVISA PA/PA	F	30	0	100	000	1 100 000	1 100 000
- TRECHO ROODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) = 35					100	000	1 100 000	1 100 000
16 028 0537.1204.0911	BR-225/TO - DIVISA TO/PA - DIVISA TO/PA	F	30	0	100	000	1 000 000	1 000 000
- TRECHO ROODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) = 23					100	000	1 000 000	1 000 000
16 028 0537.1204.1548	BR-157/PA - CONSTRUÇÃO DO TRECHO ALMEIRAMA - TRECHO ROODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) = 2	F	30	0	100	000	700 000	700 000
16 028 0537.1204.1882	BR-101/PA - CONSTRUÇÃO DO TRECHO PORTO CAMARGO - TRECHO ROODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) = 62	F	30	0	100	000	1 200 000	1 200 000
16 028 0537.1204.1819	BR-229/RS - RESERVIOS - COLATINA - TRECHO ROODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) = 1	F	30	0	100	000	1 200 000	1 200 000
16 028 0537.1204.1226	POSSIBILITAR O AUMENTO DA CAPACIDADE DE TRAFEGOS ATRAVES DA IMPLANTACAO DE MELHORAMENTOS E DIFICULDADES DE SEQUENTOS ROODOVIARIOS SALTADOS, COM TRANSFERENCIA DE VEICULOS PARA O LADO DA DIREITA DE TRAFEGABILIDADE E SEGURANCA E AUMENTO DO CUSTO DE OPERACAO DOS VEICULOS E DO MORTO DE ACIDENTES - OBRAS DE MANUTENCAO ESPECIAL ELETUTIVA (M) = 67	F	30	0	100	000	4 500 000	4 500 000
16 028 0537.1204.0014	BR-212/PA - ADEQUACAO DO TRECHO ROODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) = 10	F	30	0	100	000	100 000	100 000
16 028 0537.1204.0034	BR-101/PA - ADEQUACAO DO ANEL VIARIO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 16	F	40	0	100	000	100 000	100 000
16 028 0537.1204.0032	BR-060/GO - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-060 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 21	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0036	BR-153/GO - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-153 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 24	F	30	0	100	000	100 000	100 000
16 028 0537.1204.0012	BR-050/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-050 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 18	F	30	0	100	000	400 000	400 000
16 028 0537.1204.0032	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-040 - GO-070 (CONT. SUDESTE) - ROODOVIA ADEQUADA (KM) = 27	F	30	0	100	000	200 000	200 000
16 028 0537.1204.0012	BR-040/MS - ADEQUACAO DO TRECHO CONTORNO NOROCCENTE BR-0							

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
39201 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

MEIO 11

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	E		FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNCO E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INTERESSES FINANCIARIAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
	F	D								
16 008 0537 1205 7501 BR-060/20 - CONTORNO SUDESTE EM GOIATAMA (RESTRITO METROPOLITANA) - RODOVIA ADEQUADA (KM) = 11	F	30	0	100 000 100 000 100 000 100 000				100 000 100 000 100 000 100 000		
16 008 0537 1205 7602 BR-115/20 - SETE LAGOAS - TREVO CARVALHO - ACESSO AO SÍTIO - RODOVIA ADEQUADA (KM) = 1	F	90	0	1 000 000 1 000 000 1 000 000 1 000 000				1 000 000 1 000 000 1 000 000 1 000 000		
16 008 0537 1205 7603 BR-060/20 - DIVISA DE/20 - ENTRONCAMENTO BR-153 (AMAPOLIS) - RODOVIA ADEQUADA (KM) = 23	F	90	0	100 000 100 000 100 000 100 000				100 000 100 000 100 000 100 000		
16 008 0537 1205 7616 BR-115/20 - ADEQUAÇÃO DO CONTORNO DE CASTANHAL - SANTA LUZIA - RODOVIA ADEQUADA (KM) = 21	F	90	0	200 000 200 000 200 000 200 000				200 000 200 000 200 000 200 000		
16 008 0537 1205 7630 BR-055/20 - ADEQUAÇÃO DO TRECHO ENTRONCAMENTO PA-391 - RODOVIA ADEQUADA (KM) = 9	F	90	0	100 000 100 000 100 000 100 000				100 000 100 000 100 000 100 000		
16 008 0537 1205 7635 BR-153/20 - ENTRONCAMENTO GO-431 (PIRENEPOLIS) - ENTRONCAMENTO BR-060 (AMAPOLIS) - RODOVIA ADEQUADA (KM) = 13	F	90	0	100 000 100 000 100 000 100 000				100 000 100 000 100 000 100 000		
16 008 0537 1205 7641 BR-376/PR - CONTORNO SUL DE CARITIBA - RODOVIA ADEQUADA (KM) = 10	F	90	0	500 000 500 000 500 000 500 000				500 000 500 000 500 000 500 000		
16 008 0537 1205 7642 BR-101/AL - DIVISA MT/GO - PORTO VELHO - RODOVIA ADEQUADA (KM) = 1	F	90	0	200 000 200 000 200 000 200 000				200 000 200 000 200 000 200 000		
RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS				3 211 391				3 211 391		
16 008 0539 1205 RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS				3 211 391				3 211 391		
RESTAURAR AS CONDIÇÕES ORIGINAIS DE TRANSEABILIDADE E SEGURANÇA DAS RODOVIAS, COM A CONSERVAÇÃO DOS VEÍCULOS E DO NÚMERO DE ACIDENTES - TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) = 814	F	90	2	1 827 600 1 827 600 1 827 600 1 827 600				1 827 600 1 827 600 1 827 600 1 827 600		
16 008 0539 1205 0013 - TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) = 74	F	90	2	498 626 498 626 498 626 498 626				498 626 498 626 498 626 498 626		
16 008 0539 1205 0027 BR-103/GO - DIVISA TO/GO - DIVISA GO/MG - TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) = 97	F	90	2	1 827 600 1 827 600 1 827 600 1 827 600				1 827 600 1 827 600 1 827 600 1 827 600		
16 008 0539 1205 0030 BR-376/AM - RESTAURAÇÃO DO TRECHO KM 165 - KM370	F	30	0	200 000 200 000 200 000 200 000				200 000 200 000 200 000 200 000		
16 008 0539 1205 0078 BR-115/MG - RESTAURAÇÃO DO TRECHO - TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) = 200	F	90	0	216 065 216 065 216 065 216 065				216 065 216 065 216 065 216 065		
16 008 0539 1205 00816 BR-115/PA - ENTRONCAMENTO BA-093 - ENTRONCAMENTO BR-115/PA-250 - TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) = 2	F	30	2	70 000 70 000 70 000 70 000				70 000 70 000 70 000 70 000		
16 008 0539 1205 1394	F			100 000				100 000		

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
39201 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

ANEXO 11

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	EM F D	10. FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
BR-135/P1 - DIVISA MA/P1 - DIVISA PI/BA - TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) = 104	30	0	100 000				100 000		
16 088 0539 1205 1398 BR-185/PA - DIVISA SP/PR - DIVISA PR/SC - TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) = 19	30	2	174 100				174 100		
16 088 0539 1205 7405 BR-330/BA - RESTAURAÇÃO DO TRECHO - JEQUIE - UBAITABA - TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) = 3	30	2	125 000				125 000		
TOTAL FISCAL		100	19 211 391				19 211 391		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

R\$ 1,00
CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ANEXO 111

ACRESCIMTO

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
39201 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESPORAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			39.326.085
1300.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	FIS		35.610.000	
1310.00.00 RECEITAS IMOBILIARIAS	FIS		35.610.000	
1312.00.00 ARRENDAMENTOS	FIS	35.610.000		
1700.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	FIS		3.816.065	
1710.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTRA-GOVERNAMENTAIS	FIS		3.816.065	
1711.01.01 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	2.597.163		
1711.01.50 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL	FIS	1.218.902		
TOTAL FISCAL				39.326.085

[Handwritten signature]

ANEXO IV	
REDUÇÃO	

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
39201 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS		(R\$ 1,00)
ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			2.856.056
2400.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	FIS		2.856.056	
2410.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		2.856.056	
2411.01.01 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ORDINARIOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	1.637.163		
2411.01.50 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL	FIS	1.218.902		
TOTAL FISCAL				2.856.056



CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Quinta Reunião Extraordinária, em 14 de dezembro de 1999, **APROVOU**, contra os votos dos Deputados Giovanni Queiroz, Fernando Coruja e Pedro Henry, o Relatório do Deputado OSVALDO REIS, favorável ao **Projeto de Lei nº 64/99-CN**, nos termos do Substitutivo apresentado. Ao Projeto foram apresentadas 73 (setenta e três) emendas, das quais foram **declaradas inadmitidas** as de nºs 018, 020, 027, 042, 045, 049, 050, 056, 064 a 067; **aprovadas integralmente** as de nºs 002, 013, 023, 033 a 035, 054 e 059; **parcialmente** das de nºs 006, 010, 014 a 017, 019, 021, 022, 026, 028, 036, 038, 039, 043, 044, 046, 051 a 053, 055, 062, 068, 069 e 072; e **rejeitadas** as de nºs 001, 003, 004, 005, 007 a 009, 011, 012, 024, 025, 029 a 032, 037, 040, 041, 047, 048, 057 e 058, 60 e 061, 063, 070, 071 e 073. **APROVOU, ainda, PARCIALMENTE**, por unanimidade: **com o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, a emenda de nº 003, de autoria do Deputado Francisco Rodrigues, através do **Destaque nº 001**, do Deputado Almir Sá, cancelando da subatividade 16.007.0021.4900.0004 – Ações de Informática; **com o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)**, a emenda de nº 048, de autoria do Deputado Paes Landim, através do **Destaque nº 005**, do mesmo autor, cancelando do subprojeto 16.088.0538.1205.7675 – BR-319/AM – Restauração do trecho Manaus – Divisa AM/RO; **com o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)**, a emenda nº 061, de autoria do Deputado Ildelfonso Cordeiro, através do **Destaque nº 006**, do Senador Tião Viana, cancelando do subprojeto 16.088.0538.1205.7675 – BR-319/AM – Restauração do trecho Manaus – Divisa AM/RO; **com o valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)**, a emenda de nº 050, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, através do **Destaque nº 007**, do mesmo autor, cancelando da subatividade 16.007.0021.4900.0004 – Ações de Informática.

Compareceram os Senhores Deputados, Jovair Arantes, Primeiro Vice-Presidente, João Coser, Terceiro Vice-Presidente, Alberto Goldman, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Armando Abílio, B. Sá, Ben-hur Ferreira, Carlos Melles, César Bandeira, Cleonânio Fonseca, Damião Feliciano, Danilo de Castro, Deusdeth Pantoja, Djalma Paes, Dr. Benedito Dias, Eliseu Moura, Eunício Oliveira, Eurípedes Miranda, Félix Mendonça, Fernando Coruja, Freire Júnior, Givaldo Carimbão, Gonzaga Patriota, João Leão, João Ribeiro, João Tota, Jorge Alberto, Jorge Khoury, José Chaves, José Lourenço, José Melo, José Priante, José Thomaz Nonô, Laura Carneiro, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Negromonte, Milton Monti, Nelson Meurer, Neuton Lima, Norberto Teixeira, Osvaldo Reis, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Henry, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Ricardo Barros, Santos Filho, Silas Brasileiro, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Wilson Braga, Wilson Santos; e Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Romero Jucá, Segundo Vice-Presidente, Antônio Carlos Valadares, Eduardo Siqueira Campos, Jonas Pinheiro, Lúcio Alcântara, Luiz Estevão, Luiz Otávio, Luzia Toledo, Mauro Miranda, Moreira Mendes, Ney Suassuna, Ramez Tebet, Tião Viana.

Sala de Reuniões, em 14 de dezembro de 1999.

Senador GILBERTO MESTRINHO
Presidente


Deputado OSVALDO REIS
Relator

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão o projeto e o substitutivo.

O SR. JOÃO COSER (PT – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOÃO COSER (PT – ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, este Projeto depende de uma análise mais detalhada por parte do Congresso Nacional porque, lamentavelmente, no Brasil começaram a privatizar as estradas com o argumento de economia de recursos. Mas estamos aprovando todos os anos recursos para a fiscalização das concessões extremamente elevados.

No ano passado, na época do debate do Orçamento, discutiu-se esta questão que agora volta como crédito neste Projeto de R\$58 milhões, quantia bastante significativa para o desenvolvimento de estudo de concessão e, principalmente, para o processo de fiscalização das concessões. Para a BR-040, foram destinados R\$1,443 milhão; para a BR-116, mais R\$2,07 milhões; e assim sucessivamente.

Portanto, objetivamos refletir sobre esse processo de concessões de estradas e sobre o seu custo para o País. Hoje, na Comissão de Orçamento, debatendo este Projeto, analisamos a quantidade de engenheiros que se poderia colocar em cada uma dessas rodovias em tempo permanente, com salários extremamente respeitadas, de fazer inveja a qualquer Parlamentar, para fazer a fiscalização dessas estradas. O custo desses contratos de fiscalização está extremamente elevado.

Nossa posição, evidentemente, é contrária a esse tipo de procedimento, e ainda constam recursos de indenizações de terrenos para o Ministério dos Transportes.

Sr. Presidente, lamentavelmente, hoje a Comissão de Orçamento não aprovou – solicitamos verificação de **quorum** e encerrou-se a reunião – um requerimento para que o Tribunal de Contas da União fiscalizasse as áreas desapropriadas pelo Ministério dos Transportes. Trata-se de uma obrigação do TCU que, infelizmente, teve o apoio do Líder do Governo, Deputado Alberto Goldman. Mas a maioria da Comissão, naquele momento, não permitiu a aprovação do requerimento do Deputado Virgílio Guimarães, da nossa Bancada, que objetivava analisar o custo dessas desapropriações consideradas muito altas por de-

núncias públicas. Sabemos de alguns casos extremamente graves.

Nosso voto é contrário a este Projeto específico, porque não concordamos com esse tipo de procedimento que gera um custo alto no processo de fiscalização. Exigimos também uma análise mais detalhada das desapropriações.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, temos discutido algumas questões interessantes, como o fato de o Governo não pagar o que deve a nós, do Congresso Nacional, e a todos os brasileiros. Aqui, representamos o Brasil.

O caso agora é mais grave. Por exemplo, R\$7 milhões foram destinados à área de informática do Ministério dos Transportes no Orçamento; gastaram R\$6,3 milhões e estão pedindo R\$15 milhões. Ou seja, eles tinham R\$7 milhões, gastaram R\$6 milhões e estão pedindo mais R\$15 milhões! Sr. Presidente, no mínimo, deve haver alguma maracutaia por trás disso! É o que me parece, ao pedirem R\$15 milhões no último mês, quando demoraram o ano todo para gastar R\$6 milhões. No mínimo, é preocupante.

Hoje discutimos muito essa questão, e, segundo o Deputado João Coser, para a empresa fiscalizar a concessão de rodovia – o Deputado Adelmo Leão vira até o rosto, porque, mesmo sendo governista, não tem como defender essa matéria indefensável –, estão pagando, em média, R\$15 mil por km/ano. O DNER paga R\$3 mil para conservar uma rodovia, enquanto estão pagando R\$15 mil para fiscalizar a concessão. E quem vai fiscalizar a empresa contratada para fiscalizar a concessão da rodovia? Deveria ser o Ministério dos Transportes. Mas acredito que eles não querem nada, que vão terceirizar novamente para que alguém fiscalize a empresa contratada para fiscalizar a concessão da rodovia.

Sr. Presidente, virou brincadeira de mau gosto! O Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, paga R\$50 mil por km/ano para fiscalizar a concessão da ponte. Estão assaltando o Brasil na nossa cara,

e o Congresso Nacional, às vezes, aplaude, vota, sabendo de tudo o que denunciávamos. Outras vezes o fizemos e, lamentavelmente, não fomos levados a sério, até que o ilustre Presidente propôs a CPI do Judiciário. Então, afloraram as denúncias e comprovaram-se as fraudes e os desvios de que tanto falávamos.

Já nos propusemos – e vamos fazê-lo – a pedir informações e cópias de todos os contratos das fiscalizações das concessões de rodovia, porque isso é, no mínimo, uma brincadeira de mau gosto.

Sr. Presidente, o PDT vota contra este Projeto, com clareza, porque denunciávamos esses fatos há mais de três anos. O Senador Carlos Patrocínio sabe disso. Fizemos as contas e mostramos que estão assaltando o País na nossa cara. O PDT vota contra, não será cúmplice e não estará no banco para prestar depoimento em nenhuma CPI, a não ser como testemunha de que essa denúncia foi trazida a plenário em tempo hábil, de se cercar essa sangria que se pratica contra o patrimônio público.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, repetiremos o que discutimos na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para o conhecimento de toda esta Casa.

O Deputado Giovanni Queiroz, apesar de ter ouvido tudo o que expusemos naquela Comissão, continua fazendo o seu discurso. Trata-se claramente de um discurso oposicionista, lícito, legítimo e que faz parte do seu papel. No entanto, S. Ex^a faz uma comparação indevida, e é preciso estabelecer a diferença. S. Ex^a compara o custo da conservação de uma estrada – conservação não é restauração nem manutenção; é conservação da estrada –, que se encontra na base de R\$3 mil por quilômetro, com o custo de fiscalização de uma concessão – não se trata de concessão para conservação de estrada.

Sr. Presidente, a concessão da Via Dutra, por exemplo, de 400km, daria R\$1,2 milhão. É claro que a fiscalização não incide apenas sobre a conservação, mas também sobre um investimento de US\$400 milhões no qual estão inclusos os

serviços de conservação, manutenção, restauração, duplicação, adequação, pontes, viadutos e obras.

Portanto, essa comparação é indevida, o que não quer dizer que os contratos realizados de fiscalização sejam por mim considerados absolutamente ilícitos. Não os conheço. Não os posso referendar nem dizer que há algo por trás disso. Não! Eles devem ser verificados, e é papel desta Casa verificar e fiscalizar.

Apoiarei e apóio qualquer conduta no sentido da análise dos contratos realizados. Porém, a comparação feita pelo Deputado Giovanni Queiroz não tem o menor sentido.

O SR. JOSÉ ANTONIO (Bloco/PSB – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO (Bloco/PSB – MA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a posição do Bloco PSB/PCdoB é contrária ao Projeto.

Não convencidos dos argumentos do Deputado Alberto Goldman, mas convencidos dos argumentos irrefutáveis do Deputado Giovanni Queiroz, registramos nosso voto contrário a este Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo, que tem preferência regimental, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, contra os votos dos Deputados Giovanni Queiroz, João Coser, Miro Teixeira e Fernando Coruja.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o substitutivo aprovado:

SUBSTITUTIVO AO PL Nº 64, DE 1999-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 55.681.391,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.798, de 23 de fevereiro de 1999), em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 55.681.391,00 (cinquenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e um mil, trezentos e noventa e um reais) para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º. Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de:


I – remanejamento de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 20.171.391,00 (vinte milhões, cento e setenta e um mil, trezentos e noventa e um reais), indicadas no Anexo II desta Lei;

II – excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas, valor de R\$ 35.510.000,00 (trinta e cinco milhões, quinhentos e dez mil reais).

Art. 3º. Em decorrência do disposto nos arts 1º e 2º, fica alterada a receita do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, na forma indicada nos Anexos III e IV desta Lei, no montante especificado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de dezembro de 1999


Deputado OSVALDO REIS
Relator

	R\$	1,00
CREDITO SUPLEMENTAR		
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS		

[illegible]

PROG

\$1.00

[illegible]

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RS 1,00

CREDITO SUPPLEMENTAR

NECESSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	U	M	ID	FTE	TOTAL	PESSOAL E E.C. SOCIAIS	JRMS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. COMPLEMENTES	INVESTIMENTOS	INVERSES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
	F	D	ISO								
16 088 0537 1204 0913 - DIVISA PA/TO - VAMORLÂNDIA	F			100	960 000				960 000		
- TRECHO RODUVIÁRIO PAVIMENTADO (KM) * 2		30	0		2 000 000				2 000 000		
					2 000 000				2 000 000		
					2 000 000				2 000 000		
16 088 0537 1204 1582 BR-163/MT - CONSTRUÇÃO DO TRECHO	F			100	4 000 000				4 000 000		
- TRECHO RODUVIÁRIO PAVIMENTADO (KM) * 2		30	0		4 000 000				4 000 000		
					4 000 000				4 000 000		
					4 000 000				4 000 000		
16 088 0537 1204 1584 BR-163/MT - CONSTRUÇÃO DE ACESSO A BARRAGEM	F			100	400 000				400 000		
- TRECHO RODUVIÁRIO PAVIMENTADO (KM) * 16		40	0		400 000				400 000		
					400 000				400 000		
					400 000				400 000		
16 088 0537 1205 ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DE RODUVIAS	F			100	2 500 000				2 500 000		
POSSIBILITAR O ALIMENTO DA CAPACIDADE DO TRAFEGO											
ANALISAR O DESEMPENHO DE VEICULOS EM TRAFEGO											
DETERMINAR O NIVEL DE SATISFACAO DOS USUARIOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA CAPACIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											
CONSEGUIR O AUMENTO DA SEGURANCA E A REDUÇÃO DOS CUSTOS											
CONSEGUIR O AUMENTO DA VELOCIDADE DE TRAFEGO											

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
39201 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

MEIO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

R\$ 1 00
CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSO DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E	M	D	U	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS												
REESTABELECER AS CONDIÇÕES ORIGINAIS DE INTEGRALIDADE E SEGURANÇA DAS RODOVIAS, COM A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO OPERACIONAL DOS VEÍCULOS E DO NÚMERO DE ACIDENTES	F	90				808 053 808 053 808 053				808 053 808 053 808 053		
- TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) * 814												
BR-290/RJ - OSORIO - UNICRIATAMA	F	90				2 000 000 2 000 000 2 000 000				2 000 000 2 000 000 2 000 000		
BR-290/RJ - OSORIO - UNICRIATAMA	F	90				2 000 000 2 000 000 2 000 000				2 000 000 2 000 000 2 000 000		
16 088 0539 1205 0076	F	90				2 000 000 2 000 000 2 000 000				2 000 000 2 000 000 2 000 000		
BR-262/ES - RESTAURAÇÃO DO TRECHO	F	90				2 000 000 2 000 000 2 000 000				2 000 000 2 000 000 2 000 000		
BR-262/ES - RESTAURAÇÃO DO TRECHO DE VITORIA	F	90				2 000 000 2 000 000 2 000 000				2 000 000 2 000 000 2 000 000		
- TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) * 72												
16 088 0539 1205 0082	F	90				2 000 000 2 000 000 2 000 000				2 000 000 2 000 000 2 000 000		
BR-469/MS - RESTAURAÇÃO DO TRECHO	F	90				2 000 000 2 000 000 2 000 000				2 000 000 2 000 000 2 000 000		
ITALONA - ENTA BR-381	F	90				2 000 000 2 000 000 2 000 000				2 000 000 2 000 000 2 000 000		
- TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) * 1												
16 088 0539 1205 0153	F	90				577 250 577 250 577 250				577 250 577 250 577 250		
BR-384/RO - DIVISA MT/RO - DIVISA RO/AC	F	90				577 250 577 250 577 250				577 250 577 250 577 250		
- TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) * 67												
16 088 0539 1205 7675	F	90				3 600 000 3 600 000 3 600 000				3 600 000 3 600 000 3 600 000		
BR-319/AM - RESTAURAÇÃO DO TRECHO MANAUS - DIVISA AM/RO	F	90				3 600 000 3 600 000 3 600 000				3 600 000 3 600 000 3 600 000		
- TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO (KM) * 1												
16 088 0539 4376	F	90				2 700 000 2 700 000 2 700 000				2 700 000 2 700 000 2 700 000		
DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS PARA RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS	F	90				1 310 023 1 310 023 1 310 023				1 310 023 1 310 023 1 310 023		
FORNECER SUPORTE TÉCNICO PARA O PLANEJAMENTO E A RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS	F	90				604 548 604 548 604 548				604 548 604 548 604 548		
- ESTUDO REALIZADO (UNIDADE) * 36												
16 088 0539 4376 0001	F	90				705 475 705 475 705 475				705 475 705 475 705 475		
DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS PARA RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS	F	90				705 475 705 475 705 475				705 475 705 475 705 475		
- ESTUDO REALIZADO (UNIDADE) * 36												
TOTAL FISCAL						65 681 391			20 216 065	35 465 326		

AS QUANTIDADES DAS UNIDADES REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
39101 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECIBEND. DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	E S F D	M D	ID	FTE	TOTAL	PESSOAL E EMPL. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
TRANSPORTE											
TRANSPORTE HIDROVIAVEL					960 000				960 000		
PORTOS E TERMINAIS MARITIMOS					960 000				960 000		
16.090.0563.1560					960 000				960 000		
CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REQUERIMENTO DE INSTALAÇÕES PORTUARIAS											
EXECUTAR OBRAS, SERVIÇOS OU INSTALAÇÕES QUE REPRESENTEM O APROVEITAMENTO MELHORIA DAS OBRAS EXISTENTES DE CARACTERES DE PORTOS, NAVIOS, CAMINHOS E TRENS, TRANSPORTES INTERNOS E ARMAZENAGEM DOS PRODUTOS NOS PORTOS											
- OBRAS REALIZADAS (UNIDADE) : 1											
16.090.0563.1560.0061					960 000				960 000		
AMPLIAÇÃO DOS MOLDES DO PORTO DE RIO GRANDE E DRAZENAGEM DO CANAL DE NAVEGAÇÃO DO RIO GRANDE					960 000				960 000		
- OBRAS REALIZADAS (UNIDADE) : 1					960 000				960 000		
TOTAL FISCAL					960 000				960 000		

AS QUANTIDADES DAS NET'S REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

18402 Quarta-feira 15

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL - SESSÃO CONJUNTA

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR

ESPECIFICAÇÃO	EM FOLHA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL	PERSONAL E ENV. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
16.088.0537.1304.0909 BR-156/PZ - ENFONCAMENTO BR-230 (ALTIMIRA) - DIVISA SA/MT - TRECHO RODOVIÁRIO PAVIMENTADO (KM) - 36	F	90	0	1 100 000 1 100 000 1 100 000 1 100 000 1 100 000				1 100 000 1 100 000 1 100 000 1 100 000 1 100 000		
16.088.0537.1304.0911 BR-230/TO - DIVISA TO/MA - DIVISA TO/PA - TRECHO RODOVIÁRIO PAVIMENTADO (KM) - 25	F	250	0	1 000 000 1 000 000 1 000 000 1 000 000 1 000 000				1 000 000 1 000 000 1 000 000 1 000 000 1 000 000		
16.088.0537.1304.1548 LUI 28/P/MC - CONSTRUÇÃO DO LUI CIDO ALPIMANIA SALTIO DA UIVIVISA - TRECHO RODOVIÁRIO PAVIMENTADO (KM) - 2	F	100	0	700 000 700 000 700 000 700 000 700 000				700 000 700 000 700 000 700 000 700 000		
16.088.0537.1304.1562 BR-487/PI - CONSTRUÇÃO DO TRECHO PORTO CANARAO - TRECHO RODOVIÁRIO PAVIMENTADO (KM) - 62	F	300	0	1 200 000 1 200 000 1 200 000 1 200 000 1 200 000				1 200 000 1 200 000 1 200 000 1 200 000 1 200 000		
16.088.0537.1304.1573 BR-230/PI - RESERVENÇAO - COLATIA - TRECHO RODOVIÁRIO PAVIMENTADO (KM) - 1	F	300	0	600 000 600 000 600 000 600 000 600 000				600 000 600 000 600 000 600 000 600 000		
16.088.0537.1396 ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DE RODOVIAS	F	300	0	4 900 000				4 900 000		
POSSIBILITAR O AUMENTO DA CAPACIDADE DO TRAFEGO ATUAL E DA INFLUENCIA DE INTERMEDIARIAS E DEDUÇÃO DE SEGUROS RODOVIARIOS SALTADOS, COM A CONSEQUENTE MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE CIRCULAÇÃO E AUMENTO DO NÚMERO DE AUTOS OPERACIONAIS, AUMENTO DO NÚMERO DE ACIDENTES - OBRA DE ARTE ESPECIAL EXECUTADA (M) - 67	F	300	0	600 000 600 000 600 000 600 000 600 000				600 000 600 000 600 000 600 000 600 000		
16.088.0537.1396.0014 BR-232/PE - ADEQUAÇÃO DO TRECHO RECIFE/CARUARU - PE - RODOVIA ADEQUADA (KM) - 10	F	300	0	100 000 100 000 100 000 100 000 100 000				100 000 100 000 100 000 100 000 100 000		
16.088.0537.1396.0024 BR-101/RJ - ADEQUAÇÃO DO ANEL VIARIO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RODOVIA ADEQUADA (KM) - 16	F	400	0	100 000 100 000 100 000 100 000 100 000				100 000 100 000 100 000 100 000 100 000		
16.088.0537.1396.0032 BR-040/MS - ADEQUAÇÃO DO TRECHO CONTORNO ADEQUADO BR-450 - DO 070 (CONF. SUDESTE) - RODOVIA ADEQUADA (KM) - 21	F	300	0	200 000 200 000 200 000 200 000 200 000				200 000 200 000 200 000 200 000 200 000		
16.088.0537.1396.0038 BR-153/GO - ADEQUAÇÃO DO TRECHO APARECIDA DE GOIANIA - ITUMBARA - RODOVIA ADEQUADA (KM) - 24	F	300	0	100 000 100 000 100 000 100 000 100 000				100 000 100 000 100 000 100 000 100 000		
16.088.0537.1396.0040 BR-050/MG - ADEQUAÇÃO DO TRECHO BR-050/MG - DIV. MG/SP E TRECHO KM 73 AO KM 85 - RODOVIA ADEQUADA (KM) - 10	F	300	0	400 000 400 000 400 000 400 000 400 000				400 000 400 000 400 000 400 000 400 000		
16.088.0537.1396.0052 BR-230/PI - ADEQUAÇÃO DO TRECHO SANTA EMILIA - RODOVIA ADEQUADA (KM) - 27	F	300	0	200 000 200 000 200 000 200 000 200 000				200 000 200 000 200 000 200 000 200 000		
16.088.0537.1396.0073 BR-050/MG - DIVISA GO/MG - DIVISA MG/SP - RODOVIA ADEQUADA (KM) - 1	F	300	0	1 000 000 1 000 000 1 000 000 1 000 000 1 000 000				1 000 000 1 000 000 1 000 000 1 000 000 1 000 000		
16.088.0537.1396.7500 BR-353/116/RJ - CONTORNO RODOVIÁRIO DE VOLTA REDONDA - RODOVIA ADEQUADA (KM) - 1	F	300	0	500 000 500 000 500 000 500 000 500 000				500 000 500 000 500 000 500 000 500 000		

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
39201 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

R\$ 1 00

ESPECIFICAÇÃO	E	S	O	M	ID	FTE	T O T A L	PESSOAL E E.C. SOCIAIS	Juros e ENC da Dívida	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
16 088 0537 1286 7501 BR-060/GO - CONTO DO SUDESTE EM GOIANIA (RECEITO METROPOLITANA) - 11	F	30	0	100	0	100	100 000	100 000			100 000		
- RODOVIA ADEQUADA (KM) - 11							100 000	100 000			100 000		
16 088 0537 1286 7502 BR-040/MG - BELA MONTANHA - SETE LAGOS - TREVO ENTRONCAMENTO BR-040/050	F	30	0	100	0	100	1 000 000	1 000 000			1 000 000		
- RODOVIA ADEQUADA (KM) - 1							1 000 000	1 000 000			1 000 000		
16 088 0537 1286 7503 BR-153/GO - DIVISA DF/GO - ENTRONCAMENTO BR 153 (AMAPOLIS)	F	30	0	100	0	100	100 000	100 000			100 000		
- RODOVIA ADEQUADA (KM) - 0,9							100 000	100 000			100 000		
16 088 0537 1286 7516 BR-116/BA - ADEQUAÇÃO DO CONTO DO DE VITORIA DA CONQUISTA	F	30	0	100	0	100	200 000	200 000			200 000		
- RODOVIA ADEQUADA (KM) - 21							200 000	200 000			200 000		
16 088 0537 1286 7530 BR-167/PA - ADEQUAÇÃO DO TRECHO ENTRONCAMENTO PA 391 ENTRONCAMENTO BR 050 (AMAPOLIS)	F	30	0	100	0	100	100 000	100 000			100 000		
- RODOVIA ADEQUADA (KM) - 9							100 000	100 000			100 000		
16 088 0537 1286 7535 BR-153/GO - ENTRONCAMENTO GO 431 (PIRILHOPOLIS)	F	30	0	100	0	100	100 000	100 000			100 000		
- RODOVIA ADEQUADA (KM) - 13							100 000	100 000			100 000		
16 088 0537 1286 7641 BR-375/PA - CONTO DO SU. DE CURITIBA	F	30	0	100	0	100	500 000	500 000			500 000		
- RODOVIA ADEQUADA (KM) - 10							500 000	500 000			500 000		
16 088 0537 1286 7642 BR-017/RO - DIVISA MX/RO - PONTO VELHO	F	30	0	100	0	100	200 000	200 000			200 000		
- RODOVIA ADEQUADA (KM) - 1							200 000	200 000			200 000		
16 088 0539 1205 7642 RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS	F	30	0	100	0	100	3 211 391	3 211 391			3 211 391		
16 088 0539 1205 7643 RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS	F	30	0	100	0	100	3 211 391	3 211 391			3 211 391		
16 088 0539 1205 0013 BR-040/PA - DIVISA PE/PA - DIVISA AL/SE	F	30	0	100	0	100	1 827 600	1 827 600			1 827 600		
- TRECHO RODOVIARIO RESTAURADO (KM) - 74							1 827 600	1 827 600			1 827 600		
16 088 0539 1205 0037 BR-153/GO - DIVISA TO/GO - DIVISA GO/MG	F	30	0	100	0	100	498 626	498 626			498 626		
- TRECHO RODOVIARIO RESTAURADO (KM) - 97							498 626	498 626			498 626		
16 088 0539 1205 0070 BR-219/AM - RESTAURAÇÃO DO TRECHO	F	30	0	100	0	100	200 000	200 000			200 000		
- TRECHO RODOVIARIO RESTAURADO (KM) - 100							200 000	200 000			200 000		
16 088 0539 1205 0076 BR-116/GO - RESTAURAÇÃO DO TRECHO	F	30	0	100	0	100	216 065	216 065			216 065		
- TRECHO RODOVIARIO RESTAURADO (KM) - 200							216 065	216 065			216 065		
16 088 0539 1205 0916 BR-420/BA - ENTRONCAMENTO BA-033 - ENTRONCAMENTO	F	30	0	100	0	100	70 000	70 000			70 000		
- TRECHO RODOVIARIO RESTAURADO (KM) - 2							70 000	70 000			70 000		
16 088 0539 1205 1394	F	30	0	100	0	100	100 000	100 000			100 000		

38000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
38201 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

R\$ 1,00
CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S T I M A D A			T O T A L	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JURIS E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
	F	I	D							
BR-126/P1 - DIVISA MA/P1 - DIVISA P1/DA - TRECHO RODUVIARIO RESTAURADO (KM) - 1,54	40	0	100	100 000 100 000 100 000				100 000 100 000 100 000		
16 088 0539 1205 1385 BR-126/P2 - DIVISA SP/PR - DIVISA PR/SC - TRECHO RODUVIARIO RESTAURADO (KM) - 1,3	40	2	100	174 100 174 100 174 100				174 100 174 100 174 100		
16 088 0539 1205 7495 BR-230/BA - RESTAURAÇÃO DO TRECHO JEQUIE - UBAITABA - TRECHO RODUVIARIO RESTAURADO (KM) - 3	30	2	100	125 000 125 000 125 000				125 000 125 000 125 000		
TOTAL FISCAL				19 211 391				19 211 391		

AS QUANTIDADES DAS MESAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

ANEXO III

ACRESCIMO

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
39201 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			39.326.065
1300.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	FIS		35.510.000	
1310.00.00 RECEITAS IMOBILIARIAS	FIS		35.510.000	
1312.00.00 ARRENDAMENTOS	FIS	35.510.000		
1700.00.00 TRANSFERENCIAS CORRENTES	FIS		3.816.065	
1710.00.00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		3.816.065	
1711.01.01 TRANSFERENCIA DE RECURSOS ORDINARIOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	2.597.163		
1711.01.50 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL	FIS	1.218.902		
TOTAL FISCAL				39.326.065



ANEXO IV

REDUÇÃO

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
39201 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			2.856.065
2400.00.00 TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	FIS		2.856.065	
2410.00.00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		2.856.065	
2411.01.01 TRANSFERENCIA DE RECURSOS ORDINARIOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	1.637.163		
2411.01.50 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL	FIS	1.218.902		
TOTAL FISCAL				2.856.065

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 16:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 66, de 1999, do Congresso Nacional, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$76.022.300,00 (setenta e seis milhões, vinte e dois mil, trezentos reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento”.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 84, de 1999-CN, concluiu pela aprovação do projeto.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 84, DE 1999-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 66, de 1999-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$76.022.300,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento”.

Relator: Deputado **Santos Filho**

I – Relatório

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal por meio da Mensagem nº 1.085, de 1999-CN (nº 1.620/99, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional projeto de lei autorizando o

Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$76.022.300,00 (setenta e seis milhões, vinte e dois mil e trezentos reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

Os recursos necessários à abertura do crédito suplementar serão provenientes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional (Fonte 144).

II – Voto

A Exposição de Motivos (E.M.) nº 475, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que integra a Mensagem, explica que o crédito suplementar, pleiteado pelo Ministério da Fazenda, visa a atender a concessão de empréstimos no âmbito do programa de financiamento a estados e DF, que tem como objetivo permitir a necessária adaptação destes governos ao cumprimento da Lei nº 9.424/96, que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF.

Explica a E.M. que a insuficiência orçamentária ocorre em função do desequilíbrio verificado entre as dotações constantes no atual orçamento e as perdas de receita imputadas às unidades da Federação, decorrentes da instituição do Fundef. Recorda a E.M. que a Lei nº 9.424 autoriza os estados e o DF, a contratarem operação de crédito junto ao Governo Federal, como forma de se ressarcirem daquelas perdas de receita, na forma determinada pela Resolução do Senado Federal nº 38/99 e da Lei nº 9.846/99.

Os recursos oferecidos como lastro ao crédito ora solicitados serão provenientes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional (Fonte 144).

Nenhuma emenda foi apresentada ao projeto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 66, de 1999-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, de dezembro de 1999. – Deputado **Santos Filho**, Relator.

**CONGRESSO NACIONAL***Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização*

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Quinta Reunião Extraordinária, em 14 de dezembro de 1999, **APROVOU**, contra o voto do Deputado João Coser, o Relatório do Deputado **SANTOS FILHO**, favorável nos termos do **Projeto de Lei nº 66/99-CN**. Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados, Jovair Arantes, Primeiro Vice-Presidente, João Coser, Terceiro Vice-Presidente, Alberto Goldman, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Armando Abílio, B. Sá, Ben-hur Ferreira, Carlos Melles, César Bandeira, Cleonânio Fonseca, Damião Feliciano, Danilo de Castro, Deusdeth Pantoja, Djalma Paes, Dr. Benedito Dias, Eliseu Moura, Eunício Oliveira, Eurípedes Miranda, Félix Mendonça, Fernando Coruja, Freire Júnior, Givaldo Carimbão, Gonzaga Patriota, João Leão, João Ribeiro, João Tota, Jorge Alberto, Jorge Khoury, José Chaves, José Lourenço, José Melo, José Priante, José Thomaz Nonô, Laura Carneiro, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Negromonte, Milton Monti, Nelson Meurer, Neuton Lima, Norberto Teixeira, Osvaldo Reis, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Henry, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Ricardo Barros, Santos Filho, Silas Brasileiro, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Wilson Braga, Wilson Santos; e Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Romero Jucá, Segundo Vice-Presidente, Antônio Carlos Valadares, Eduardo Siqueira Campos, Jonas Pinheiro, Lúcio Alcântara, Luiz Estevão, Luiz Otávio, Luzia Toledo, Mauro Miranda, Moreira Mendes, Ney Suassuna, Ramez Tebet, Tião Viana.

Sala de Reuniões, em 14 de dezembro de 1999.



Senador GILBERTO MESTRINHO
Presidente



Deputado SANTOS FILHO
Relator

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 66, DE 1999-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 76.022.300,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999) crédito suplementar no valor de R\$ 76.022.300,00 (setenta e seis milhões, vinte e dois mil e trezentos reais), em favor de Operações Oficiais de Crédito, para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, no montante especificado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 1999.

74000 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
74101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

PRF - TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS
CRÉDITO SUPLEMENTAR

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EM F	NO D	NO ID	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INTERESSES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO											
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA											
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA											
03 008 0031 3509					76 022 300					76 022 300	
RESTITUIÇÃO A ESTADOS E DISTRITO FEDERAL											
03 008 0031 3509					76 022 300					76 022 300	
RESTITUIÇÃO A ADMINISTRAÇÃO DOS GOVERNOS ESTADUAIS E DO DISTRITO FEDERAL, A IMPLANTAÇÃO DA LEI Nº. 9424/96, DE 24/12/96, SEM COMO NO DESENVOLVIMENTO DE OUTRAS AÇÕES NOS TEMPOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE											
03 008 0031 3509 0001	F	90	0	144	434 800					434 800	
AÇÕES COMPLEMENTARES A IMPLANTAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 9424/96, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO					434 800					434 800	
03 008 0031 3509 0002	F	90	0	144	434 800					434 800	
AÇÕES COMPLEMENTARES A IMPLANTAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 9424/96, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO					434 800					434 800	
03 008 0031 3509 0003	F	90	0	144	434 800					434 800	
AÇÕES COMPLEMENTARES A IMPLANTAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 9424/96, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO					434 800					434 800	
03 008 0031 3509 0004	F	90	0	144	434 800					434 800	
AÇÕES COMPLEMENTARES A IMPLANTAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 9424/96, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO					434 800					434 800	
03 008 0031 3509 0005	F	90	0	144	434 800					434 800	
AÇÕES COMPLEMENTARES A IMPLANTAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 9424/96, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO					434 800					434 800	
03 008 0031 3509 0006	F	90	0	144	434 800					434 800	
AÇÕES COMPLEMENTARES A IMPLANTAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 9424/96, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO					434 800					434 800	
03 008 0031 3509 0007	F	90	0	144	434 800					434 800	
AÇÕES COMPLEMENTARES A IMPLANTAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 9424/96, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO					434 800					434 800	
03 008 0031 3509 0008	F	90	0	144	434 800					434 800	
AÇÕES COMPLEMENTARES A IMPLANTAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 9424/96, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO					434 800					434 800	
03 008 0031 3509 0009	F	90	0	144	434 800					434 800	
AÇÕES COMPLEMENTARES A IMPLANTAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 9424/96, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO					434 800					434 800	
03 008 0031 3509 0010	F	90	0	144	434 800					434 800	
AÇÕES COMPLEMENTARES A IMPLANTAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 9424/96, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO					434 800					434 800	
03 008 0031 3509 0011	F	90	0	144	434 800					434 800	
AÇÕES COMPLEMENTARES A IMPLANTAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 9424/96, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO					434 800					434 800	
03 008 0031 3509 0012	F	90	0	144	434 800					434 800	
AÇÕES COMPLEMENTARES A IMPLANTAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 9424/96, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO					434 800					434 800	
03 008 0031 3509 0013	F	90	0	144	434 800					434 800	
AÇÕES COMPLEMENTARES A IMPLANTAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 9424/96, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO					434 800					434 800	
03 008 0031 3509 0014	F	90	0	144	434 800					434 800	
AÇÕES COMPLEMENTARES A IMPLANTAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 9424/96, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO					434 800					434 800	
03 008 0031 3509 0015	F	90	0	144	434 800					434 800	
AÇÕES COMPLEMENTARES A IMPLANTAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 9424/96, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO					434 800					434 800	
03 008 0031 3509 0016	F	90	0	144	434 800					434 800	
AÇÕES COMPLEMENTARES A IMPLANTAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 9424/96, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO					434 800					434 800	

74000 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
74101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

ANEXO I

R\$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	EM F	IN F	NO F	OUTRO F	FTS (US\$)	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. NA DIVIDA	CUTAS RECP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMPOSIÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
LEI Nº. 9424/96, NO ESTADO DE MINHOÇA					0	1.600.000					1.600.000	
02 008.0031 3509 0017					0	1.600.000					1.600.000	
ACÓES COMPLEMENTARES A IMPLANTAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DA					0	2.172.000					2.172.000	
LEI Nº. 9424/96, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL					0	2.172.000					2.172.000	
02 008.0031 3509 0018					0	2.172.000					2.172.000	
ACÓES COMPLEMENTARES A IMPLANTAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DA					0	1.854.000					1.854.000	
LEI Nº. 9424/96, NO ESTADO DE SANTA CATARINA					0	1.854.000					1.854.000	
02 008.0031 3509 0019					0	1.854.000					1.854.000	
ACÓES COMPLEMENTARES A IMPLANTAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DA					0	5.483.000					5.483.000	
LEI Nº. 9424/96, NO ESTADO DE SERGIPE					0	5.483.000					5.483.000	
02 008.0031 3509 0020					0	5.483.000					5.483.000	
ACÓES COMPLEMENTARES A IMPLANTAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DA					0	1.418.000					1.418.000	
LEI Nº. 9424/96, NO ESTADO DE TOCANTINS					0	1.418.000					1.418.000	
02 008.0031 3509 0020					0	1.418.000					1.418.000	
TOTAL FISCAL						76.022.300					76.022.300	

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 17:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei nº 74, de 1999**, do Congresso Nacional, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$336.102.046,00 (trezentos e trinta e seis milhões, cento e dois mil, quarenta e dois

reais), para reforço de dotações consignadas orçamento vigente”.

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 85, de 1999-CN, concluiu pela aprovação do projeto.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 85, DE 1999-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMPOF sobre o Projeto de Lei nº 74/99-CN que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 336.102.046,00, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente.”

AUTOR: PODER EXECUTIVO

RELATOR: SENADOR JOSÉ ALENCAR

I - RELATÓRIO

I.1. Histórico

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, mediante a Mensagem nº 1.093, de 1999-CN (nº 1.628/99, na origem), de 29 de outubro de 1999, submeteu ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 74/99-CN, que objetiva abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 336.102.046,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.

A Exposição de Motivos nº 472/MP, de 28 de outubro de 1999, do Exmo. Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a Mensagem, informa que o crédito adicional pleiteado visa a promover ajustes nos orçamentos vigentes das unidades envolvidas, conforme a seguir discriminado:

Ministério da Defesa

- Fundo do Ministério da Defesa (ex-Fundo do EMFA).....R\$ 10.000.000,00

Comando da Aeronáutica

- Fundo AeronáuticoR\$ 5.860.513,00

- Fundo AeroviárioR\$ 2.938.324,00

Comando da Marinha

- Administração Direta.....	R\$ 8.535.984,00
- Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo.....	R\$ 11.595.672,00
- Fundo Naval	R\$297.171.553,00
Total	R\$336.102.046,00

As suplementações solicitadas destinam-se a alcançar os seguintes objetivos:

Ministério da Defesa**Fundo do Ministério da Defesa**

Atender a despesas com manutenção, aquisição de mobiliário e auxílio refeição do Ministério da Defesa.

Comando da Aeronáutica**Fundo Aeronáutico**

Atender a despesas com a aquisição de viaturas e material especial, execução de obras de infra-estrutura e manutenção de equipamento especial para proteção ao voo em todas as organizações do sistema DACTA.

Fundo Aeroviário

Viabilizar a aquisição de material destinado ao ensino profissional de tripulantes, técnicos e especialistas civis.

Comando da Marinha**Administração Direta**

Promover o controle de avarias em exercícios de manobras, a proteção, segurança e socorro à navegação, assim como a aquisição de sobressalentes de máquinas, motores e peças eletrônicas para os navios empregados na patrulha, além de lanchas, radares e equipamentos de comunicação.

Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo

Cobrir despesas com adestramento e qualificação profissional dos alunos da Escola da Marinha Mercante.

Fundo Naval

Custear gastos com adestramento, manutenção e investimentos das Organizações Militares.

Informa, ainda, a referida Mensagem Ministerial que o acréscimo de despesa decorrente do crédito solicitado será coberto mediante a incorporação de superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 1998.

Não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei em análise.

I.2. Análise da Matéria

A solicitação de crédito adicional em análise atende plenamente às determinações constitucionais e legais aplicáveis à matéria - art. 167, incisos V e VI da Constituição; art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64. Conforma-se, ainda, a presente solicitação às orientações, limitações e vedações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1999 (Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998).

Além do mais, a proposta foi plenamente justificada e afigura-se meritória, em face dos objetivos pretendidos, todos inerentes às atribuições constitucionais e legais da Instituição.

Os controles desta Comissão Mista de Orçamentos comprovam a existência de saldo no Superávit Financeiro obtido no exercício de 1998 (inicialmente publicado no Diário Oficial da União de 21 de julho de 1999, Seção 1, página 69), em valor suficiente para atender às despesas decorrentes da aprovação do presente crédito suplementar.

Nada há, dessa forma, que impeça ou desaconselhe a aprovação do Projeto de Lei em comento.

II - VOTO

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 74/99-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, em de novembro de 1999.


Senador JOSÉ ALENCAR
Relator

Senador GILBERTO MESTRINHO
Presidente

**CONGRESSO NACIONAL***Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização*

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Quinta Reunião Extraordinária, em 14 de dezembro de 1999, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Senador **JOSÉ ALENCAR**, favorável nos termos do **Projeto de Lei nº 74/99-CN**. Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados, Jovair Arantes, Primeiro Vice-Presidente, João Coser, Terceiro Vice-Presidente, Alberto Goldman, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Armando Abílio, B. Sá, Ben-hur Ferreira, Carlos Melles, César Bandeira, Cleonânio Fonseca, Damião Feliciano, Danilo de Castro, Deusdeth Pantoja, Djalma Paes, Dr. Benedito Dias, Eliseu Moura, Eunício Oliveira, Eurípedes Miranda, Félix Mendonça, Fernando Coruja, Freire Júnior, Givaldo Carimbão, Gonzaga Patriota, João Leão, João Ribeiro, João Tota, Jorge Alberto, Jorge Khoury, José Chaves, José Lourenço, José Melo, José Priante, José Thomaz Nonô, Laura Carneiro, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Negromonte, Milton Monti, Nelson Meurer, Neuton Lima, Norberto Teixeira, Osvaldo Reis, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Henry, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Ricardo Barros, Santos Filho, Silas Brasileiro, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Wilson Braga, Wilson Santos; e Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Romero Jucá, Segundo Vice-Presidente, Antônio Carlos Valadares, Eduardo Siqueira Campos, Jonas Pinheiro, Lúcio Alcântara, Luiz Estevão, Luiz Otávio, Luzia Toledo, Mauro Miranda, Moreira Mendes, Ney Suassuna, Ramez Tebet, Tião Viana.

Sala de Reuniões, em 14 de dezembro de 1999.



Senador GILBERTO MESTRINHO
Presidente



Senador JOSÉ ALENCAR
Relator

**CONGRESSO NACIONAL***Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização*

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO apresenta a Redação Final do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 74/99-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 336.102.046,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente”.

Sala de Reuniões, em de dezembro de 1999. _



Senador GILBERTO MESTRINHO
Presidente



Senador JOSÉ ALENCAR
Relator

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 74, DE 1999-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 336.102.046,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 336.102.046,00 (trezentos e trinta e seis milhões, cento e dois mil, quarenta e seis reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de incorporação de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 1998.

Art. 3º Em decorrência do disposto nos arts. 1º e 2º, ficam alteradas as receitas do Fundo do Ministério da Defesa, do Fundo Aeronáutico, do Fundo Aeroviário, do Fundo Naval e do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo, na forma indicada no Anexo II desta Lei, nos montantes especificados.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

52000 - MINISTERIO DA DEFESA
52901 - FUNDO DO MINISTERIO DA DEFESA

MEIO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS
CREDITO SUPLEMENTAR
R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	E	M	D	U	U	FTE	TOTAL	PERSONAL E ENC. SOCIAIS	JORNOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA							10 000 000			7 000 000	3 000 000		
ADMINISTRAÇÃO							9 800 000			6 800 000	3 000 000		
ADMINISTRAÇÃO GERAL							9 500 000			6 500 000	3 000 000		
06 007 0001 4800							9 500 000			6 500 000	3 000 000		
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL													
06 007 0001 4800 0005													
ASSISTÊNCIA AS COMISSÕES NECESSARIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO CENSO, VOLUNTARIEDADE, AÇÃO DE RECLAMAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INVESTIMENTOS, TRANSPORTES, SERVIÇOS, REPARAÇÃO, REFORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMÓVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC													
06 007 0001 4800 0005													
MANUTENÇÃO DO ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS													
06 007 0001 4800 0005													
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR							9 500 000			6 500 000	3 000 000		
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL							9 500 000			6 500 000	3 000 000		
06 078 0048 4089							9 500 000			6 500 000	3 000 000		
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO							500 000			500 000			
06 078 0048 4089 0005							500 000			500 000			
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O BENEFÍCIO DE VÍZIO, O BENEFÍCIO DE FÉRIAS, O BENEFÍCIO DE VÍZIO-TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO / REFÊCIO, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA													
06 078 0048 4089 0005													
AUXÍLIO REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO													
06 078 0048 4089 0005													
TOTAL FISCAL							10 000 000			7 000 000	3 000 000		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA
52811 - FUNDOS AERONÁUTICO

MEIO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

R\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	EM R\$	AN O	ID. DO PROG	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNCS E ENC. DA DIVISA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INTERESSES FINANCEIROS	AMORTIZAÇÃO DA DIVISA
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA					5.880.813			4.806.827	1.073.986		
DEFESA AEREA					121.000				121.000		
OPERAÇÕES AEREAS					121.000				121.000		
06.026.0160.1006					121.000				121.000		
VEICULOS DE SUPERFICIE DE TRACÇÃO MECANICA											
DOTAM O MINISTÉRIO DOS MEIOS DE TRANSPORTE DE SUPERFICIE NECESSARIOS AO CUMPRIMENTO DA SUA MISSÃO CONSTITUCIONAL.											
06.026.0160.1004.0004	F	90	0		121.000				121.000		
AQUISIÇÃO DE VEICULOS DE SUPERFICIE DE TRACÇÃO MECANICA					121.000				121.000		
TRANSPORTE AEREO					282						
CONTROLE E SEGURANÇA DO TRAFEGO AEREO					5.738.513			4.806.827	932.686		
06.087.0824.1014					5.738.513			4.806.827	932.686		
SISTEMA DE CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO-SISCEA					932.686				932.686		
POSSIBILITAR A COERENCIA TOTAL DO ESPACO AEREO BRASILEIRO, DESDESENVOLVENDO A CAPACIDADE DE ACEPLAR, TRATAR, PROCESSAR E TRANSMITIR DADOS DE UNIDADES TATICAS DE CONTROLE DO ESPACO AEREO DE UNIDADES TATICAS DE DEFESA AEREA E CONTROLE DE TRAFEGO AEREO											
06.087.0024.1014.0027	F	90	0		932.686			4.806.827	932.686		
INSTALACÃO, IMPLANTACÃO E AMPLIACÃO DO SISTEMA DACTA					932.686				932.686		
06.087.0024.4843					292						
DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE AEROSPACIAL BRASILEIRO					4.806.827			4.806.827			
ASSEMBLAR O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE AEROSPACIAL BRASILEIRO ATRAVES DA AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPECIALIZADOS PARA PROTEÇÃO AO VOO					4.806.827			4.806.827			
06.087.0024.4843.0001	F	90	0		4.806.827			4.806.827			
DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE AEROSPACIAL BRASILEIRO					4.806.827			4.806.827			
TOTAL FISCAL					5.880.813			4.806.827	1.073.986		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

52000 - MINISTERIO DA DEFESA
52012 - FUNDO AERONAVIARIO

R\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

MEIO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	E	M	ID	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNTOS E ENC. DA DIVISÃO	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVISÃO
EDUCAÇÃO E CULTURA					2 938 324			2 938 324			
ENSINO MEDIO					2 938 324			2 938 324			
FORMAÇÃO PARA O SETOR TERCIANRIO					2 938 324			2 938 324			
OS 043 0198 2048					2 938 324			2 938 324			
EQUIPAMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL, AERONAUTICO											
PROFISSIONAL, A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE, DESTINADO AOS ENSINOS PROFISSIONAL, DE TRIPULANTES, TÉCNICOS E ESPECIALISTAS CIVIS NECESSÁRIOS AO APOIO E PROTEÇÃO A NAVEGAÇÃO AEREA, INSTRUÇÃO AERONAUTICA E AVIAÇÃO CIVIL.											
OS 043 0198 2048 0001					2 938 324			2 938 324			
EQUIPAMENTOS DIDÁTICOS					2 938 324			2 938 324			
	F	300	0	292							
TOTAL FISCAL					2 938 324			2 938 324			

52000 - MINISTERIO DA DEFESA
52131 - COMANDO DA MARINHA

R\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

MEIO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	E	M	ID	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNTOS E ENC. DA DIVISÃO	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVISÃO
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA					8 535 984			3 000 000	5 535 984		
DEFESA NAVAL					8 535 984			3 000 000	5 535 984		
OPERAÇÕES NAVAIS					8 535 984			3 000 000	5 535 984		
OS 027 0183 2092					8 535 984			3 000 000	5 535 984		
PATRULHA COSTEIRA											
EXERCER A POLÍCIA NAVAL, VIGILAR O CONTROLE, NO QUE INTERESSA A SEGURANÇA NACIONAL, QUANTO AO USO DO MAR TERRITORIAL E ZONA CONTÍGUA DAS ÁGUAS TERRESTRES DE MARINHA, MANUTENÇÃO DOS PONTÕES, RIOS, LAGOAS E CANAIS											
OS 027 0183 2092 0001					8 535 984			3 000 000	5 535 984		
CONTROLE DE MEIOS					8 535 984			3 000 000	5 535 984		
	F	90	0	192							
TOTAL FISCAL					8 535 984			3 000 000	5 535 984		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL.

[illegible]

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

Dezembro de 1999

52000 - MINISTERIO DA DEFESA
52831 - FUNDO NAVAL

R\$ 1,00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS
CREDITO SUPLEMENTAR

ESPECIFICAÇÃO	E M		FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JARGOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
	F	M								
06 027 0183 2220 COORDENACAO DAS ACOES DA FORÇA NAVAL				60 000 000			50 000 000	10 000 000		
06 027 0183 2229 0001 ATENCAO AS NECESSIDADES DE COMENTES DE SITUAÇÕES INVESTIMENTOS, INICIATIVAS E OUTROS RELACIONADAS COM A ORÇAMENTO E TRIBUTACAO DAS FORÇAS NAVAIS	F			60 000 000 60 000 000 60 000 000 60 000 000			50 000 000 50 000 000 50 000 000 50 000 000	10 000 000 10 000 000 10 000 000 10 000 000		
06 027 0183 2229 0001 MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DA FORÇA NAVAL			292							
TOTAL FISCAL				297 171 553			225 000 000	72 171 553		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSICAO ATUAL.

ANEXO II

ACRESCIMO

52000 - MINISTERIO DA DEFESA
52912 - FUNDO AEROVIARIO

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS			(R\$ 1,00)
E S P E C I F I C A Ç Ã O		ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	FIS			2.938.324
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		2.938.324	
1990.00.00	RECEITAS DIVERSAS	FIS		2.938.324	
1990.05.99	SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	2.938.324		
TOTAL FISCAL					2.938.324

ANEXO II

ACRESCIMO

52000 - MINISTERIO DA DEFESA
52931 - FUNDO NAVAL

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS			(R\$ 1,00)
E S P E C I F I C A Ç Ã O		ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	FIS			225.000.000
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		225.000.000	
1990.00.00	RECEITAS DIVERSAS	FIS		225.000.000	
1990.05.99	SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	225.000.000		
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	FIS			72.171.553
2500.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		72.171.553	
2580.00.00	SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		72.171.553	
2580.99.00	SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	72.171.553		
TOTAL FISCAL					297.171.553

ANEXO II

ACRESCIMO

62000 - MINISTERIO DA DEFESA

52932 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL MARITIMO

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS			(R\$ 1,00)
E S P E C I F I C A Ç Ã O		ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	FIS			11.596.672
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		11.596.672	
1990.00.00	RECEITAS DIVERSAS	FIS		11.596.672	
1990.06.99	SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	11.596.672		
TOTAL FISCAL					11.596.672

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 18:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei n.º 76, de 1999**, do Congresso Nacional, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 1999, em favor da Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S. A – Eletrosul e de Fumas Centrais Elétricas S. A., crédito

especial no valor total de R\$466.853.100,00, para os fins que especifica".

As emendas ao Projeto de Lei não foram apresentadas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 87, de 1999-CN, concluiu pela aprovação do projeto.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 87, DE 1999-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 76, de 1999-CN, que "abre ao Orçamento de Investimento para 1999, em favor da Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. – ELETROSUL e de FURNAS Centrais Elétricas S.A., crédito especial no valor de R\$ 466.853.100,00, para os fins que especifica".

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado WILSON SANTOS

I – RELATÓRIO

Por meio da Mensagem nº 1.095, de 1999-CN (nº 1.630/99, na origem), o Presidente da República, nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submete à apreciação do Congresso Nacional o projeto de lei que abre ao Orçamento de Investimento para 1999, em favor da Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. – ELETROSUL e de FURNAS Centrais Elétricas S.A., crédito especial no valor de R\$ 466.853.100,00, para os fins que especifica.

A Exposição de Motivos nº 471/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão informa que referido crédito se constitui de:

- a) R\$ 410.620.320,00, em favor de FURNAS.
- b) R\$ 56.232.780,00, em favor da ELETROSUL.

O crédito em favor de FURNAS se destina à incorporação da Usina Hidrelétrica de Manso, bem como de outros bens, direitos e obrigações a ela pertinentes, transferida da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE, por força do disposto na Resolução CND nº 02/99, de 3.2.1999, alterada pela Resolução CND nº 04/99, de 30.3.1999, ambas do Conselho Nacional de Desestatização, que aprova operações de reestruturação de FURNAS, para o fim de viabilizar a sua desestatização.

Segundo a Exposição de Motivos, os recursos necessários à cobertura das despesas decorrentes da inclusão do subprojeto proposto são de geração da própria empresa, de aumento do Patrimônio Líquido (Tesouro) e de operações de crédito internas.

O crédito em favor da ELETROSUL, por sua vez, se destina à implantação, no Estado do Rio Grande do Sul, dos seguintes empreendimentos: Subestação Santo Ângelo, localizada no Município de Santo Ângelo, e banco de capacitores na Subestação de Gravataí, localizada no Município de Gravataí, para atendimento ao disposto na Resolução nº 41, de 11.3.1999, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Ainda consoante a Exposição de Motivos, os recursos necessários à implementação dos empreendimentos, nesse caso, originam-se de cancelamento em outro subprojeto da própria empresa e de repasses da controladora (ELETROBRÁS).

Não foram apresentadas emendas ao projeto de lei em exame no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Do exame do projeto, depreende-se que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em especial, no que se refere à sua compatibilidade com o Plano Plurianual (Lei nº 9.275, de 9.5.95) e com o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1999 (Lei nº 9.692, de 27.7.98).

Pelo exposto, somos **favoráveis** à aprovação do Projeto de Lei nº 76, de 1999-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, em de novembro de 1999.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Wilson Santos', is written over a faint, circular official stamp or seal.

Deputado WILSON SANTOS

Relator

**CONGRESSO NACIONAL***Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização*

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Quinta Reunião Extraordinária, em 14 de dezembro de 1999, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado **WILSON SANTOS**, favorável nos termos do **Projeto de Lei nº 76/99-CN**. Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados, Jovair Arantes, Primeiro Vice-Presidente, João Coser, Terceiro Vice-Presidente, Alberto Goldman, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Armando Abílio, B. Sá, Ben-hur Ferreira, Carlos Melles, César Bandeira, Cleonânio Fonseca, Damião Feliciano, Danilo de Castro, Deusdeth Pantoja, Djalma Paes, Dr. Benedito Dias, Eliseu Moura, Eunício Oliveira, Eurípedes Miranda, Félix Mendonça, Fernando Coruja, Freire Júnior, Givaldo Carimbão, Gonzaga Patriota, João Leão, João Ribeiro, João Tota, Jorge Alberto, Jorge Khoury, José Chaves, José Lourenço, José Melo, José Priante, José Thomaz Nonô, Laura Carneiro, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Negromonte, Milton Monti, Nelson Meurer, Neuton Lima, Norberto Teixeira, Osvaldo Reis, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Henry, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Ricardo Barros, Santos Filho, Silas Brasileiro, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Wilson Braga, Wilson Santos; e Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Romero Jucá, Segundo Vice-Presidente, Antônio Carlos Valadares, Eduardo Siqueira Campos, Jonas Pinheiro, Lúcio Alcântara, Luiz Estevão, Luiz Otávio, Luzia Toledo, Mauro Miranda, Moreira Mendes, Ney Suassuna, Ramez Tebet, Tião Viana.

Sala de Reuniões, em 14 de dezembro de 1999.



Senador GILBERTO MESTRINHO
Presidente



Senador WILSON SANTOS
Relator

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr.^{as} e Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr.^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 76, DE 1999-CN

Abre ao Orçamento de Investimento para 1999, em favor da Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. - ELETROSUL e de FURNAS Centrais Elétricas S.A., crédito especial no valor total de: R\$ 466.853.100,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 9 789, de 23 de fevereiro de 1999) crédito especial no valor total de R\$ 466 853.100,00 (quatrocentos e sessenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e três mil e cem reais), em favor da Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. – ELETROSUL e de FURNAS Centrais Elétricas S.A., para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são oriundos de cancelamento em outro projeto, de repasses da controladora, de geração própria, de aumento do patrimônio líquido e de operações de crédito internas, conforme indicado nos Anexos II, III, IV e V desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CREDITO ESPECIAL		ANEXO	INVESTIMENTO
		ANEXO	SUPLEMENTAÇÃO
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	
32225.090510267.5137	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	466.853.100	
	EMPRESA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELETRICA DO SUL DO BRASIL S.A. - ELETROSUL	56.232.780	
	EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELETRICA SUPRIR A CRESCENTE DEMANDA DE ENERGIA ELETRICA POR PARTE DO MERCADO DE CONSUMO EM EXPANSÃO, MEDIANTE O AJUSTE DAS CARENCIAS DE TRANSMISSÃO NAS SUBESTAÇÕES E LINHAS NA AREA DE CONCESSÃO DA EMPRESA	56.232.780	
	SIST TRANSMISSÃO-RS: SE STD. ANGELO-525/230 KV: BANCO CAPACITORES- 100 MVAR(SE GRAYATAI) RES. ANEEL 41/99 - SUBESTAÇÃO IMPLANTADA (UNIDADE) = 1 - BANCO DE CAPACITORES IMPLANTADO (UNIDADE)= 1	56.232.780	
	FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S/A	410.620.320	
32228.090510263.3257	USINA HIDRELETRICA MANSO PROMOVER O APROVEITAMENTO MULTIPLO, COM A IMPLANTAÇÃO DE 4 UNIDADES GERADORAS DE 52,15 MW, FUNDAMENTAL PARA ATENDIMENTO DO MERCADO DE ENERGIA ELETRICA DO ESTADO DO MATO GROSSO, EM ESPECIAL DA REGIÃO POLARIZADA POR SINOP E ALTA FLORESTA	410.620.320	
32228.090510263.3257.0001	USINA HIDRELETRICA MANSO - USINA HIDRELETRICA CONSTRUIDA (UNIDADE) = 1	410.620.320	
T O T A L			466.853.100

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL.

R\$ 1,00

CREDITO ESPECIAL		ANEXO	INVESTIMENTO
		ANEXO	CANCELAMENTO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
32225.090510267.5137	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	26.232.780
	EMPRESA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELETRICA DO SUL DO BRASIL S.A. - ELETROSUL	26.232.780
	EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELETRICA SUPRIR A CRESCENTE DEMANDA DE ENERGIA ELETRICA POR PARTE DO MERCADO DE CONSUMO EM EXPANSÃO, MEDIANTE O AJUSTE DAS CARENCIAS DE TRANSMISSÃO NAS SUBESTAÇÕES E LINHAS NA AREA DE CONCESSÃO DA EMPRESA.	26.232.780
	SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELETRICA - LINHA DE TRANSMISSÃO IMPLANTADA (KM) = 4 - SUBESTAÇÃO AMPLIADA (UNIDADE) = 5	26.232.780
32225 090510267.5137.0010		
T O T A L		26.232.780

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

ANEXO III	
ANEXO	ACRESCIMO

32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 32225 - EMPRESA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELETRICA DO SUL DO BRASIL S A - ELETROSUL

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	
CONTROLADORA	36.175.389
TOTAL	36.175.389

ANEXO IV	
ANEXO	REDUÇÃO

32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 32225 - EMPRESA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELETRICA DO SUL DO BRASIL S.A. - ELETROSUL

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECURSOS PROPRIOS	6.175.389
TOTAL	6.175.389

ANEXO V	
ANEXO	ACRESCIMO

32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 32228 - FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S/A

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECURSOS PROPRIOS	312.034.881
RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO	
TESOURO	9.150.000
OPERAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	
INTERNAS	89.435.439
TOTAL	410.620.320

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 19:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei n.º 80, de 1999**, do Congresso Nacional, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 1999, em favor de diversas empresas do Grupo Petrobrás, crédito suplementar no valor total de R\$1.300.234.022,00, e reduz o Orçamento de Investimento da empresa Petrobrás

Internacional S.A. – Braspetro, no valor de R\$206.032.800,00, para os fins que especifica”.

Ao Projeto de Lei foi apresentada uma emenda.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 88, de 1999-CN, concluiu pela aprovação do projeto e rejeição da emenda apresentada.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 88, DE 1999-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 80, de 1999-CN, que “*abre ao Orçamento de Investimento para 1999, em favor de diversas empresas do Grupo PETROBRÁS, crédito suplementar no valor total de R\$ 1.300.234.022,00 e reduz o Orçamento de Investimento da empresa Petrobrás Internacional S.A – BRASPETRO, no valor global de R\$ 206.032.800,00, para os fins que especifica.*”

Autor: Poder Executivo

Relator: Senador Mauro Miranda

1 - RELATÓRIO

1.1 - Histórico

O Excelentíssimo Sr. Presidente da República, no uso da prerrogativa que lhe confere o *caput* do art. 61 da Constituição Federal, mediante a Mensagem nº 1.099, de 1999-CN (nº 1.634/99, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 80, de 1999-CN.

A referida Mensagem visa abrir ao Orçamento de Investimento das empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R\$ 1.300.234.022,00 (um bilhão, trezentos milhões, duzentos e trinta e quatro mil e vinte e dois reais), em favor das seguintes empresas componentes do Grupo Petrobrás:

	R\$1,00
Petróleo Brasileiro S.A - PETROBRÁS	790.750.681
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil - TBG	148.535.259
Braspetro Oil Service Company - BRASOIL	318.823.872
Petrobrás Distribuidora S.A - BR	42.124.210
Total	1.300.234.022

Passemos à análise individual das empresas contempladas, conforme as informações constante da Exposição de Motivos EM nº 505/MP, que encaminhou a solicitação em tela.

A Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS está solicitando crédito no valor de R\$ 790.750.681,00, visando ao reordenamento da sua carteira de investimentos diretos no exercício financeiro de 1999, em função, principalmente, da não concretização de parcerias financeiras previstas inicialmente na modalidade de “Project Finance”, por razões conjunturais adversas a essa operação. Diante disso, e considerando a missão institucional da Petrobrás de atendimento da demanda de petróleo e derivados, a Empresa viu-se compelida a realizar por sua conta própria os empreendimentos previstos para serem realizados em parcerias. Os recursos necessários são oriundos de cancelamentos em outros subprojetos, de operações de crédito externas e de geração própria da Empresa.

A suplementação para a Transportadora Brasileira Gasoduto Brasil-Bolívia S.A. - TBG, no valor de R\$ 148.535.259,00 objetiva dar continuidade às obras em andamento, para cumprimento dos compromissos assumidos anteriormente com os sócios privados. Os recursos necessários à execução dos investimentos propostos são oriundos de aumento do patrimônio líquido, de operações de crédito externas, de repasses da controladora (PETROBRÁS) e de outras fontes de longo prazo.

No Grupo Braspetro, que atua exclusivamente no exterior, o reordenamento da carteira de investimentos, em função das oportunidades de negócio no ambiente internacional, indica necessidade de suplementação líquida ao Orçamento de Investimento da Braspetro Oil Service Company – BRASOIL, no montante de R\$ 56.032.800,00, e de redução na dotação da Petrobrás Internacional S.A. – BRASPETRO, no valor de R\$ 206.032.800,00.

O crédito solicitado para a BRASOIL, no valor total de R\$ 318.823.872,00, destina-se à exploração e desenvolvimento de jazidas de petróleo no exterior e à conversão de navios em unidades flutuantes de produção. Os recursos necessários são oriundos de cancelamento em outros subprojetos e de geração própria da Empresa.

O crédito de R\$ 42.124.210,00 proposto para a Petrobrás Distribuidora S.A. – BR objetiva ampliar os investimentos na manutenção e melhoria de sua rede de clientes de distribuição, bem como na infra-estrutura operacional, com vistas a aumentar sua competitividade no mercado de sua atuação, por meio de ações que reflitam diretamente em benefício dos consumidores. Os recursos necessários são oriundos de cancelamentos em outros subprojetos da própria Empresa.

Quanto à emenda apresentada, somos pela sua rejeição, devido à manifestação técnica contrária da PETROBRÁS. Além disso, a proposta do plano plurianual 2000/20003 contempla recursos da ordem de R\$ 400.000,00 para a implantação do gasoduto Aracati-Iguatu, sinalizando que no planejamento estratégico da Empresa este ramal dutoviário ainda não é prioritário. Na proposta orçamentária para o próximo exercício, apesar do pequeno aporte previsto no montante de R\$ 100.000,00, não foi apresentada nenhuma emenda, seja individual ou de bancada.

O crédito suplementar prevê, também, o cancelamento de R\$ 206.032.800,00 (duzentos e seis milhões, trinta e dois mil e oitocentos reais) na dotação da Petrobrás Internacional S.A – BRASPETRO, devido ao reordenamento da carteira de investimentos, em função das oportunidades de negócio no ambiente internacional.

Ao Projeto foi apresentada uma emenda no prazo regimental.

É o relatório.

1.2 - Análise

Em conformidade com o § 1º do art. 166 da Carta Magna, cabe a esta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização examinar e emitir parecer aos projetos de lei relativos aos créditos adicionais.

O envio da Proposição está em consonância com o preceito constitucional disposto no inciso V do art. 167, determinando que a abertura de crédito suplementar requer autorização legislativa e indicação dos recursos correspondentes. Os recursos necessários à viabilização do crédito em tela decorrerão de geração própria das companhias mencionadas, do cancelamento de ações constantes do orçamento vigente, de recursos para aumento do patrimônio líquido e de operações de crédito de longo prazo, consoante demonstrado nos Aexos II, III e IV deste Projeto.

O crédito está alicerçado na legislação vigente, especialmente os mandamentos da Lei nº 4.320/64 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/99 – Lei nº 9.692, de 27.07.1999), que em seus artigos 44 a 46 prescreve as diretrizes específicas do Orçamento de Investimento.

O quadro seguinte resume o desiderato da proposição ora examinada.

Em R\$1,00

Empresa	Despesa		Receita	
	Anexo I (acrécimo)	Anexo II (cancelamento)	Anexo III (acrécimo)	Anexo IV (cancelamento)
Petróleo Brasileiro S.A - PETROBRÁS	790.750.681	473.549.468	354.739.632	37.538.419
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil - TBG	148.535.259	0	318.429.980	169.894.721
Braspetro Oil Service Company - BRASOIL	318.823.872	262.791.072	59.902.800	3.870.000
Petrobrás Distribuidora S.A - BR - BRASPETRO	42.124.210	42.124.210	0	0
Total	1.300.234.022	984.497.550	733.072.412	211.303.140
Petrobrás Internacional S.A	0	206.032.800	0	206.032.800

2 - VOTO

Diante do exposto, tendo em vista a constitucionalidade, juridicidade, mérito e técnica legislativa da proposição, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 80, de 1999-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, em

Senador Mauro Miranda
Relator

**CONGRESSO NACIONAL***Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização*

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Quinta Reunião Extraordinária, em 14 de dezembro de 1999, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Senador **MAURO MIRANDA**, favorável nos termos do **Projeto de Lei nº 80/99-CN**. Ao Projeto foi apresentada 01 (uma) emenda, a qual foi rejeitada.

Compareceram os Senhores Deputados, Jovair Arantes, Primeiro Vice-Presidente, João Coser, Terceiro Vice-Presidente, Alberto Goldman, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Armando Abílio, B. Sá, Ben-hur Ferreira, Carlos Melles, César Bandeira, Cleonânicio Fonseca, Damião Feliciano, Danilo de Castro, Deusdeth Pantoja, Djalma Paes, Dr. Benedito Dias, Eliseu Moura, Eunício Oliveira, Eurípedes Miranda, Félix Mendonça, Fernando Coruja, Freire Júnior, Givaldo Carimbão, Gonzaga Patriota, João Leão, João Ribeiro, João Tota, Jorge Alberto, Jorge Khoury, José Chaves, José Lourenço, José Melo, José Priante, José Thomaz Nonô, Laura Carneiro, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Negromonte, Milton Monti, Nelson Meurer, Neuton Lima, Norberto Teixeira, Osvaldo Reis, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Henry, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Ricardo Barros, Santos Filho, Silas Brasileiro, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Wilson Braga, Wilson Santos; e Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Romero Jucá, Segundo Vice-Presidente, Antônio Carlos Valadares, Eduardo Siqueira Campos, Jonas Pinheiro, Lúcio Alcântara, Luiz Estevão, Luiz Otávio, Luzia Toledo, Mauro Miranda, Moreira Mendes, Ney Suassuna, Ramez Tebet, Tião Viana.

Sala de Reuniões, em 14 de dezembro de 1999.



Senador GILBERTO MESTRINHO
Presidente



Senador MAURO MIRANDA
Relator

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão o projeto.

O SR. JOÃO COSER (PT – ES) – Sr. Presidente, pela ordem, apenas para uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Ex.^a tem a palavra.

O SR. JOÃO COSER (PT – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex.^a está se referindo ao Projeto de Lei nº 80/99?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Exatamente, ao Projeto de Lei nº 80/99, que passa a ser o item 14 da pauta.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr.^{as} e Srs. Deputados que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr.^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 80, DE 1999-CN

Abre ao Orçamento de Investimento para 1999, em favor de diversas empresas do Grupo PETROBRÁS, crédito suplementar no valor total de R\$ 1 300 234 022,00 e reduz o Orçamento de Investimento da empresa Petrobrás Internacional S A - BRASPETRO, no valor global de R\$ 206 032.800,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 9 789, de 23 de fevereiro de 1999) crédito suplementar no valor total de R\$ 1 300.234 022,00 (um bilhão, trezentos milhões, duzentos e trinta e quatro mil e vinte e dois mil reais), em favor de diversas empresas do Grupo PETROBRÁS, para atender a programação constante do Anexo I desta Lei

Art. 2º Os recursos necessários a execução do disposto no artigo anterior são oriundos de cancelamento em outros projetos, de repasses da controladora, de geração própria e de operações de crédito externas, conforme indicado nos Anexos II, III e IV desta Lei.

Art. 3º Fica reduzido o Orçamento de Investimento (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), relativamente à dotação orçamentária da empresa Petrobrás Internacional S.A. - BRASPETRO do Grupo PETROBRÁS, constante do Anexo II desta Lei, no valor global de R\$ 206.032.800,00 (duzentos e seis milhões, trinta e dois mil e oitocentos reais).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

CREDITO SUPLEMENTAR		ANEXO	INVESTIMENTO SUPLEMENTAÇÃO
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	
	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	1.300.234.022	
	PETROLEO BRASILEIRO S/A	790.760.681	
32230.090520135 4946	COORDENAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS RECURSOS DA INFORMAÇÃO	1.259.818	
32230.090520135 4946 0001	MANUTENÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS RECURSOS DE INFORMATICA	1.259.818	
32230.090520290 3485	PRODUÇÃO DE PETROLEO E GAS NATURAL NA REGIÃO NORDESTE	20.559.000	
32230.090520290 3485 0002	DESENVOLVIMENTO DOS DEMAIS CAMPOS DA REGIÃO NORDESTE	20.559.000	
32230.090520290 3486	PRODUÇÃO DE PETROLEO E GAS NATURAL NA REGIÃO SUDESTE	306.372.000	
32230.090520290 3486 0001	DESENVOLVIMENTO DO CAMPO DE MARLIM (RJ)*	32.499.000	
32230.090520290 3486 0002	DESENVOLVIMENTO DO CAMPO DE MARLIM SUL (RJ)	205.190.000	
32230.090520290 3486.0005	DESENVOLVIMENTO DOS DEMAIS CAMPOS DA REGIÃO SUDESTE	68.683.000	
32230.090520290 3488	PRODUÇÃO DE PETROLEO E GAS NATURAL NA REGIÃO NORTE	155.784.000	
32230.090520290 3488 0001	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE RIO URUCU / LESTE DO RIO URUCU (AM)	151.212.000	
32230.090520290 3488 0003	DESENVOLVIMENTO DOS-DEMAIS CAMPOS DA REGIÃO NORTE	4.572.000	
32230.090520290 4947	MANUTENÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETROLEO	2.922.000	
32230.090520290 4947 0001	MANUTENÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO	2.922.000	
32230.090520347 4908	RACIONALIZAÇÃO DO USO DE ENERGIA	53.385	
32230.090520347 4908 0001	RACIONALIZAÇÃO DO USO DE ENERGIA	53.385	
32230.090520347 5044	AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DO PARQUE DE REFINO DE PETROLEO	190.831.308	
32230.090520347 5044 0002	OUTRAS AMPLIAÇÕES E OTIMIZAÇÕES NAS REFINARIAS	14.686.020	
32230.090520347 5044 0004	UNIDADES DE HIDROTRATAMENTO DE CORRENTES INSTAVEIS EM DIVERSAS REFINARIAS	14.747.916	
32230.090520347 5044 0005	UNIDADE DE COQUEAMENTO RETARDADO DA REFINARIA DE PAULÍNIA - REPLAN (SP)	36.252.575	
32230.090520347 5044 0009	UNIDADES DE CRAQUEAMENTO (SP)	64.246.366	
32230.090520347 5044 0014	LUBRIFICANTES NAFTENICOS (CE)	12.515.885	
32230.090520347 5044 0024	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE PROPENO NO ESTADO DE SÃO PAULO	850.019	
32230.090520347 5044 0122	UNIDADE DE CRAQUEAMENTO NA REFINARIA ALBERTO PASQUALINE (RS)	1.899.427	
32230.090520347 5044 0125	UNIDADE DE DESTILAÇÃO ATMOSFERICA NA REFINARIA DE MANAUS (AM)	45.633.100	
32230.090520565 5163	MANUTENÇÃO DA INFRA ESTRUTURA OPERACIONAL DE TRANSPORTE MARITIMO	120.000	
32230.090520565 5163 0001	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE TRANSPORTE MARITIMO	120.000	
32230.090520580 5090	CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS E DUTOS DE PETROLEO E DERIVADOS	112.829.170	
32230.090520580 5090.0008	POLIDUTO REPLAN (SP) / BRASILIA (DF)	6.402.180	
32230.090520580 5090 0031	OLEODUTO URUCU/SOLIMÕES (AM)	7.403.000	
32230.090520580 5090 0041	SISTEMA ESCOAMENTO GAS NATURAL LIQUIDO URUCU/MANAUS/ PORTO VELHO - (AM/RO)	99.024.010	
	BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY	318.823.872	
32232.090520289 5154	EXPLORAÇÃO DE PETROLEO NO EXTERIOR	79.601.900	
32232.090520289 5154 0001	DESENVOLVIMENTO DE JAZIDAS PETROLIFERAS E FACILIDADES DE PRODUÇÃO	25.584.400	
32232.090520289 5154 0002	EXPLORAÇÃO DE PETROLEO	54.017.500	
32232.090520290.5281	MODERNIZAÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL	239.221.972	

CREDITO SUPLEMENTAR	ANEXO	INVESTIMENTO
	ANEXO	SUPLEMENTAÇÃO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
32232.090520290.5281.0007	CONVERSÃO DE NAVIO EM PLATAFORMA MARITIMA	239.221 972
	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A	42.124 210
32239.110520353 5020	AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL	5 562 424
32239.110520353.5020.0005	AMPLIAÇÃO E MELHORIAS EM BASES E DEPOSITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTIVEIS	5.562 424
32239.110520353.5025	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE CLIENTES DE DISTRIBUIÇÃO	36.661.786
32239 110520353.5025.0001	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE CLIENTES	36.661.786
	TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLIVIA-BRASIL S A	148 535.259
32271.090520580.5090	CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS E DUTOS DE PETROLEO E DERIVADOS	148.535 259
32271 090520580.5090.0019	CONSTRUÇÃO DO GASODUTO BOLIVIA/BRASIL DE 2 500 MM	148.535 259
TOTAL		1 300.234 022

CREDITO SUPLEMENTAR	ANEXO	INVESTIMENTO
	ANEXO	CANCELAMENTO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	984.497 550
	PETROLEO BRASILEIRO S/A	473.549.468
32230.090520021 6010	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	1 729.120
32230.090520021.6010.0001	MANUTENÇÃO DA AREA ADMINISTRATIVA	1.729.120
32230.090520021.6028	ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA	100.000
32230.090520021.6028.0017	ESTUDO DE VIABILIDADE DA IMPLANTAÇÃO DE REFINARIA NA AMAZONIA ORIENTAL	100.000
32230.090520055.6085	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	4 953.342
32230.090520055.6085.0006	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	4 953 342
32230.090520136.4946	COORDENAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS RECURSOS DA INFORMAÇÃO	2.312.960
32230.090520136 4946.0002	MANUTENÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES	2.312.960
32230.090520289.6084	EXPLORAÇÃO DE PETROLEO	79.218.000
32230.090520289.6084.0002	IDENTIFICAÇÃO DE PROSPECTOS	25.165 000
32230.090520289.6084.0003	DESCOBERTA E DELIMITAÇÃO DE ACUMULAÇÕES	54.053.000
32230.090520290.3485	PRODUÇÃO DE PETROLEO E GAS NATURAL NA REGIÃO NORDESTE	8 170 000
32230.090520290.3485.0001	DESENVOLVIMENTO DO CAMPO DE PESCADA/ARABAIANA (RN)	8.170.000
32230.090520290.3487	PRODUÇÃO DE PETROLEO E GAS NATURAL NA REGIÃO SUL	1 854.000
32230.090520290.3487.0002	DESENVOLVIMENTO DOS DEMAIS CAMPOS DA REGIÃO SUL	1 854.000
32230.090520290.4947	MANUTENÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETROLEO	22.685.000

CREDITO SUPLEMENTAR	ANEXO II	INVESTIMENTO
ANEXO		CANCELAMENTO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
32230.090520290.4947.0002	MANUTENÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA LOGISTICA DE SEGURANÇA INDUSTRIAL E DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	22.685.000
32230.090520290.4943	OTIMIZAÇÃO OPERACIONAL DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE OLEO E GAS	131.795.000
32230.090520290.4948.0001	OTIMIZAÇÃO OPERACIONAL DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE OLEO E GAS	131.795.000
32230.090520347.3448	CONSTRUÇÃO DE HIDRELETRICAS EM REGIME DE PARCERIA	100.000
32230.090520347.3448.0001	CONSTRUÇÃO DE HIDRELETRICAS	100.000
32230.090520347.5044	AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DO PARQUE DE REFINO DE PETROLEO	111.816.769
32230.090520347.5044.0001	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DA REFINARIA LANDULPHO ALVES (BA)	2.471.287
32230.090520347.5044.0016	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE REFORMA CATALITICA E ISOMERIZAÇÃO NA REFINARIA DE PAULÍNIA (SP)	583.375
32230.090520347.5044.0017	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE LUBRIF SUPER-ELEVADO INDICE DE VISCOSIDADE E DE MTBE NA REFIN LANDULPHO ALVES(BA)	1.166.749
32230.090520347.5044.0018	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE PROCESSAMENTO DE GAS NATURAL NA REFINARIA PRESIDENTE BERNARDES (SP)	583.375
32230.090520347.5044.0019	AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE DA UNIDADE DE CRAQUEAMENTO CATALITICO DA REFINARIA HENRIQUE LAGE (SP)	4.666.996
32230.090520347.5044.0021	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE MTBE NA REFINARIA ALBERTO PASQUALINE (RS)	116.675
32230.090520347.5044.0022	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE HIDROCRAQUEAMENTO CATALITICO DA REFINARIA DUQUE DE CAXIAS (RJ)	1.166.749
32230.090520347.5044.0023	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE PROPENO NA REFINARIA PRESIDENTE GETULIO VARGAS (PR)	411.825
32230.090520347.5044.0025	AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE CRAQUEAMENTO CATALITICO DA REFINARIA PRESIDENTE GETULIO VARGAS (PR)	45.601.264
32230.090520347.5044.0116	UNIDADE DE CRAQUEAMENTO CATALITICO NA REF LANDULFO ALVES MATARIFE-RLAM (BA)	34.348.624
32230.090520347.5044.0117	CONSTRUIR REFINARIA DE PETROLEO NO NORDESTE	116.675
32230.090520347.5044.0119	IMPLANTAÇÃO DO POLO GAS QUIMICO DO RIO DE JANEIRO (RJ)	14.662.375
32230.090520347.5044.0123	UNIDADE DE COQUEAMENTO RETARDADO NA REFINARIA ALBERTO PASQUALINE (RS)	3.093.784
32230.090520347.5044.0124	UNIDADE DE ALQUILAÇÃO NA REFINARIA ALBERTO PASQUALINE (RS)	183.234
32230.090520347.5044.0126	UNIDADE DE PROPENO NA REFINARIA GABRIEL PASSOS - MG	583.375
32230.090520347.5044.0127	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE HIDROTREATAMENTO DE INSTAVEIS NA REFINARIA GABRIEL PASSOS (MG)	583.375
32230.090520347.5044.0128	UNIDADE DE REFORMA CATALITICA NA REFINARIA GABRIEL PASSOS - MG	583.375
32230.090520347.5044.0129	UNIDADE DE GERAÇÃO DE HIDROGENIO NA REFINARIA GABRIEL PASSOS (MG)	583.375
32230.090520347.5044.0130	AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA FABRICA DE FERTILIZANTES NITROGENADOS	276.932
32230.090520347.5044.0132	UNIDADE CALCINADORA DE COQUE NA REFINARIA GABRIEL PASSOS - MG	116.675
32230.090520347.5044.0133	AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA TERMoeLETRICO	116.675
32230.090520347.6050	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO	65.668.804
32230.090520347.6050.0001	CONTINUIDADE E FLEXIBILIDADE OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO	52.492.021

CREDITO SUPLEMENTAR	ANEXO II	INVESTIMENTO
	ANEXO	CANCELAMENTO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
32230.090520347.6050.0004	AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	13.376.783
32230.090520353.3516	SISTEMA OPERACIONAL DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS	5.803.493
32230.090520353.3516.0001	MELHORIAS NO SISTEMA OPERACIONAL DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS MARÍTIMOS	5.803.493
32230.090520580.5090	CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS E DUTOS DE PETRÓLEO E DERIVADOS	19.759.790
32230.090520580.5090.0004	CONSTRUÇÃO DE OUTROS DUTOS	2.259.790
32230.090520580.5090.0006	CONSTRUÇÃO DE GASODUTO - TRECHO APACATI - IGUATU - CE	100.000
32230.090520580.5090.0030	CONSTRUÇÃO DE BASE DE SÃO GONÇALVES - RJ	7.000.000
32230.090520580.5090.0034	BASE JUIZ DE FORA (MG)	100.000
32230.090520580.5090.0042	GASODUTO BARRA DO FURADO-CABIUNAS-GASÇAB II (RJ)	710.000
32230.090520580.5090.0043	UNIDADE RECUPERADORA DE LÍQUIDOS CABIUNAS (RJ)	4.500.000
32230.090520580.5090.0044	ETANODUTO CABIUNAS-REDUC (RJ)	690.000
32230.090520580.5090.0045	GASODUTO CABIUNAS (RJ) - TUBARÃO (ES)	3.100.000
32230.090520580.5090.0092	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESCOAMENTO DE GAS NATURAL NO ESTADO DO PARA	100.000
32230.090520580.5090.0095	GASODUTO PILAR/CABO (PE)	100.000
32230.090520580.5090.0096	AMPLIAÇÃO DO GASODUTO CABIUNAS (RJ)	1.100.000
32230.090520580.6049	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE TERMINAIS E DUTOS	17.383.190
32230.090520580.6049.0001	CONTINUIDADE E FLEXIBILIDADE OPERACIONAL DE TERMINAIS E DUTOS	17.383.190
	BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY	262.791.072
32232.090520289.5154	EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NO EXTERIOR	50.404.000
32232.090520289.5154.0003	ADQUIRIR INTERESSES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NO EXTERIOR	50.404.000
32232.090520290.5261	MODERNIZAÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL	212.387.072
32232.090520290.5281.0006	MELHORIA E MODERNIZAÇÃO DE PLATAFORMA MARÍTIMA	212.387.072
	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A	42.124.210
32239.110520021.6010	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	28.308.906
32239.110520021.6010.0309	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	28.308.906
32239.110520353.5026	AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE FABRICAÇÃO E ACONDICIONAMENTO DE PRODUTOS	13.815.304
32239.110520353.5026.0001	AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE FABRICAÇÃO E ACONDICIONAMENTO DE PRODUTOS	13.815.304
	PETROBRAS INTERNACIONAL S/A	206.032.800
32241.090520289.5154	EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NO EXTERIOR	206.032.800
32241.090520289.5154.0001	DESENVOLVIMENTO DE JAZIDAS PETROLÍFERAS E FACILIDADES DE PRODUÇÃO	60.332.000
32241.090520289.5154.0002	EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO	96.916.800
32241.090520289.5154.0003	ADQUIRIR INTERESSES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NO EXTERIOR	48.784.000
TOTAL		984.497.550

ANEXO III	
ANEXO	ACRESCIMO

3000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
3230 - PETROLEO BRASILEIRO S/A

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECURSOS PROPRIOS	185.159.878
OPERAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO EXTERNAS	169.579.754
TOTAL	354.739.632

ANEXO III	
ANEXO	ACRESCIMO

32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
32232 - BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECURSOS PROPRIOS	59.902.800
TOTAL	59.902.800

ANEXO III	
ANEXO	ACRESCIMO

32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
32271 - TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLIVIA-BRASIL S A

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO	
CONTROLADORA	13.908.240
OUTRAS FONTES	13.363.455
OPERAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	179.067.934
OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	
CONTROLADORA	20.014.296
OUTRAS ESTATUTARIAS	92.075.055
TOTAL	318.429.980

ANEXO IV	
ANEXO	REDUÇÃO

32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
32230 - PETROLEO BRASILEIRO S/A

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
OPERAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO INTERIAS	37.538.419
TOTAL	37.538.419

ANEXO IV	
ANEXO	REDUÇÃO

32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
32232 - BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
OPERAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO EXTERNAS	3.870.000
TOTAL	3.870.000

ANEXO IV	
ANEXO	REDUÇÃO

32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
32241 - PETROBRAS INTERNACIONAL S/A

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECURSOS PROPRIOS	10.896.800
OPERAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO EXTERNAS	195.135.000
TOTAL	206.032.800

ANEXO	
REDUÇÃO	

32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
32271 - TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLIVIA-BRASIL S A

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS		(R\$ 1,00)
ESPECIFICAÇÃO		VALOR
OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO		
OUTRAS FONTES		169.894.721
TOTAL		169.894.721

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 20:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei nº 83, de 1999**, do Congresso Nacional, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$12.458.518.000,00, para reforço de

dotações consignadas no vigente orçamento".

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas. A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 89, de 1999-CN, concluiu pela aprovação do projeto.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 89, DE 1999-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 83, de 1999-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$12.458.518.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento".

RELATOR: Deputado JOÃO LEÃO

I – RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 1.102, de 1999-CN (nº 1.637/99, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional projeto de lei autorizando o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em

favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 12.458.518.000.00 (Doze bilhões, quatrocentos e cinquenta e oito milhões, quinhentos e dezoito mil reais).

Os recursos necessários à abertura do crédito suplementar serão provenientes do excesso de arrecadação na Fonte 188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional.

II – VOTO

A Exposição de Motivos (E.M.) nº 495, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que integra a Mensagem, explica que o crédito suplementar pleiteado pelo Ministério da Fazenda, justifica-se em decorrência da crise financeira internacional do Sudeste Asiático, que teve início no final de 1997. Naquela ocasião o Tesouro Nacional viu-se obrigado a manter um elevado nível de reserva de liquidez para suprir suas necessidades de financiamento, afim de dotar a gestão da dívida pública de flexibilidade adicional. Para tanto fizeram-se freqüentes emissões de títulos, acima do nível normalmente requerido.

De outra parte, desde fevereiro deste ano, e seguindo diretriz governamental, parcialmente consubstanciada na Medida Provisória nº 1.852, o Tesouro Nacional gradativamente vem realizando a substituição dos títulos do BACEN por títulos de sua emissão, o que também leva a um aumento de seus títulos em mercado. No entanto os custos desta emissão adicional, são, em boa parte,

compensados pelo aumento da remuneração das disponibilidades do Tesouro na Conta Única, que a União mantém no BACEN - esta remuneração aumenta na mesma medida em que cresce o saldo na conta única em virtude das emissões mencionadas.

Assim, os recursos oferecidos como lastro ao crédito solicitado, que se destina integralmente à amortização da dívida pública mobiliária federal, provém da incorporação do excesso de arrecadação na Fonte 188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional, cuja arrecadação reestimada para 1999 é de cerca de R\$ 19,1 bilhões frente a apenas R\$ 6,7 bilhões, previstos no orçamento do corrente ano.

Nenhuma emenda foi apresentada ao projeto.

Diante do exposto, votamos pela **aprovação do Projeto de Lei nº 83, de 1999-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.**

Sala da Comissão, em de novembro de 1999.


Dep. JOÃO LEÃO

Relator

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Quinta Reunião Extraordinária, em 14 de dezembro de 1999, **APROVOU**, contra os votos dos Deputados João Coser, Fernando Coruja, Djalma Paes e Giovanni Queiroz, o Relatório do Deputado JOÃO LEÃO, favorável nos termos do **Projeto de Lei nº 83/99-CN**. Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados, Jovair Arantes, Primeiro Vice-Presidente, João Coser, Terceiro Vice-Presidente, Alberto Goldman, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Armando Abílio, B. Sá, Ben-hur Ferreira, Carlos Melles, César Bandeira, Cleonânicio Fonseca, Damião Feliciano, Danilo de Castro, Deusdeth Pantoja, Djalma Paes, Dr. Benedito Dias, Eliseu Moura, Eunício Oliveira, Eurípedes Miranda, Félix Mendonça, Fernando Coruja, Freire Júnior, Givaldo Carimbão, Gonzaga Patriota, João Leão, João Ribeiro, João Tota, Jorge Alberto, Jorge Khoury, José Chaves, José Lourenço, José Melo, José Priante, José Thomaz Nonô, Laura Carneiro, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Negromonte, Milton Monti, Nelson Meurer, Neuton Lima, Norberto Teixeira, Osvaldo Reis, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Henry, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Ricardo Barros, Santos Filho, Silas Brasileiro, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Wilson Braga, Wilson Santos; e Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Romero Jucá, Segundo Vice-Presidente, Antônio Carlos Valadares.

Eduardo Siqueira Campos, Jonas Pinheiro, Lúcio Alcântara, Luiz Estevão, Luiz Otávio, Luzia Toledo, Mauro Miranda, Moreira Mendes, Ney Suassuna, Ramez Tebet, Tião Viana.

Sala de Reuniões, em 14 de dezembro de 1999.



Senador GILBERTO MESTRINHO
Presidente



Deputado JOÃO LEÃO
Relator

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO apresenta a Redação Final do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 83/99-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 12.458.518.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento".

Sala de Reuniões, em de dezembro de 1999.



Senador GILBERTO MESTRINHO
Presidente



Deputado JOÃO LEÃO
Relator

17. em 20.03
15/12/99
195315
4639

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 12.458.518.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), crédito suplementar no valor de R\$ 12.458.518.000,00 (doze bilhões, quatrocentos e cinquenta e oito milhões, quinhentos e dezoito mil reais), em favor de Encargos Financeiros da União, para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da incorporação de excesso de arrecadação de Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em de dezembro de 1999

Senador Antônio Carlos Magalhães
Presidente

ENADOC
PLN 83/99
20/18

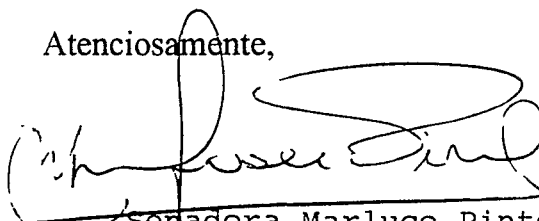
Ofício nº 782 (CN)

Brasília, em 16 de dezembro de 1999.

Senhor Ministro,

Encaminho a Vossa Excelência a Mensagem nº 243, de 1999 (CN), do Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei nº 83, de 1999-CN, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 12.458.518.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento”.

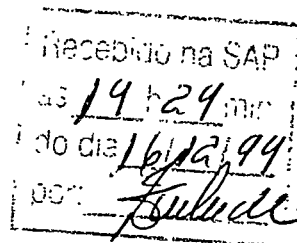
Atenciosamente,



Senadora Marluce Pinto
Primeiro-Secretário, em exercício

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Pedro Parente
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da
Presidência da República
ess/pln99083

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
Subsecretaria do Expediente
PIN N.º 83/90
Fls. 21

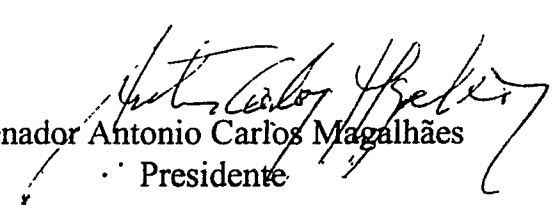


Mensagem nº 243 (CN)

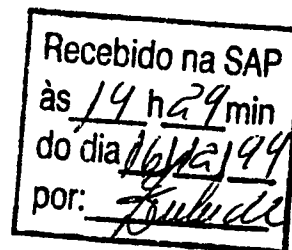
Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sanção de Vossa Excelência o Projeto de Lei nº 83, de 1999-CN, aprovado pelo Congresso Nacional, em sessão conjunta realizada no dia 14 de dezembro do corrente ano, e encaminhado através da Mensagem nº 1.637, de 1999 (PR), que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 12.458.518.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento”.

Congresso Nacional, em 16 de dezembro de 1999


Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
Subsecretaria de Expediente
PIN N.º 83/99
Fis. 22



Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 12.458.518.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

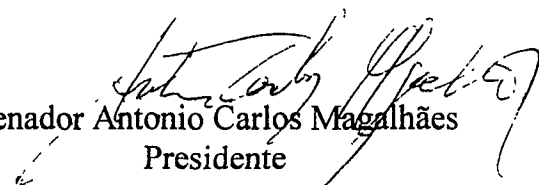
O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), crédito suplementar no valor de R\$ 12.458.518.000,00 (doze bilhões, quatrocentos e cinquenta e oito milhões, quinhentos e dezoito mil reais), em favor de Encargos Financeiros da União, para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da incorporação de excesso de arrecadação de Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 16 de dezembro de 1999


Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente

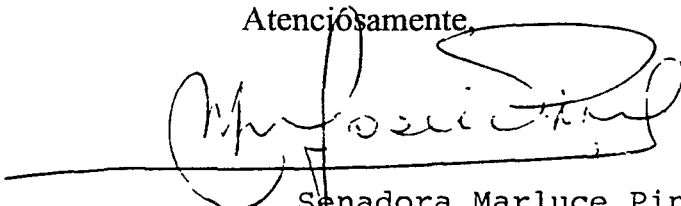
Ofício nº 783 (CN)

Brasília, em 16 de dezembro de 1999.

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, para os fins constantes do art. 66 da Constituição Federal, o Projeto de Lei nº 83, de 1999-CN, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 12.458.518.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento”.

Atenciosamente,



Senadora Marluce Pinto
Primeiro-Secretário, em exercício

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Ubiratan Aguiar
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados
ess/pln99083

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Congressista João Coser.

O SR. JOÃO COSER (PT – ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex.^a, quando faz a leitura dos números da dívida, tem que falar um b, pois sempre são bilhões.

Lamentavelmente, votamos um e este é o segundo. São mais doze bilhões para os custos da dívida. Este País é rico, brilhante e seu povo, que trabalha muito e paga muitos tributos, está vendo 50% de toda essa contribuição sendo canalizados para o sistema financeiro internacional, para os banqueiros internacionais, para o FMI, o que cria, evidentemente, especulação também no Brasil.

Portanto, ao votarmos um projeto dessa natureza, o fazemos com muita tristeza. São doze milhões para pagamentos de custos da dívida interna que fariam muito bem se estivessem sendo aplicados no saneamento básico, na agricultura brasileira, na educação e na saúde.

Quando se vota aqui um refinanciamento de uma dívida dos agricultores ou um projeto para beneficiar a micro e a pequena empresa, o Governo age como se estivessemos quase cometendo um crime contra a sociedade, e faz o discurso de que é o povo que vai pagar aquela conta.

Os juros da dívida, essa é a conta cara. Ela não deixa nada para o cidadão, para nossos filhos nem para os nossos netos.

Temos que, de uma vez por todas, atuar no sentido de reduzir o pagamento de juros pelo País. Portanto, o voto do Partido dos Trabalhadores é contra os doze bilhões de crédito, porque não concordamos com a política desenvolvida pelo Governo Fernando Henrique Cardoso de privilegiar o capital, a especulação financeira. Os bancos nunca ganharam tanto dinheiro em nosso País como este ano.

Portanto, nosso voto é contrário à aprovação desse crédito, para que o Presidente da República mude sua política e negocie benefícios para nossa Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG) – Sr. Presidente, o companheiro João Coser já falou, portanto, pela celeridade, declino da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Deputado Fernando Coruja.

O SR. FERNANDO CORUJA (Bloco/PDT – SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também falo em nome do PDT.

Quando votamos os encargos da dívida e a possibilidade de refinanciamento da emissão de novos títulos, geralmente falamos de bilhões. Constatamos que, nos últimos cinco anos, a dívida interna do País saltou de 60 bilhões para mais de 400.

Às custas do bom propósito de combater a inflação – o Plano Real tem seu valor –, criamos outro problema extremamente grave, que será enfrentado por gerações e gerações, que é o aumento, em escalada, da dívida do País. Essa política de endividamento a ser votada – já passamos das 22 horas – parece que não influencia a vida das pessoas.

Quando discutimos aqui um pequeno orçamento para o setor agrícola, para a saúde, para a educação – temas que até empolgam –, não conseguimos aprová-los. Entretanto, esses valores estrondosos, que levarão gerações para serem pagos, são aprovados, doze, quinze, dezessete bilhões em emissão de novos títulos, tudo por uma política absolutamente equivocada.

Fazemos questão de, a todo instante, repetir esse discurso. Ele é importante, porque o Presidente da República, sociólogo, analista, que toda semana faz análise, faz observações sociológicas sobre o comportamento dos políticos no Congresso, não quer atender às necessidades da Nação. Sua Excelência tem uma postura fisiológica; entretanto, provoca um dano que não é pequeno à Nação, que vamos pagar por dezenas e dezenas de anos, muitos neste País irão pagar.

Por isso, dizemos “não”. O PDT diz “não” à política econômica do Governo, com a convicção de que o estrago feito pelo modelo econômico adotado não é nossa responsabilidade. E os denunciemos, dia após dia, porque sabemos que, a continuar essa escalada, o País demorará a retomar sua estabilidade.

Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Deputado José Antonio.

O SR. JOSÉ ANTONIO (PSB – MA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não vou repetir os discursos do Deputado João Coser e do Deputado Fernando Coruja, mas vou referendar, aderir às colocações e dizer que o próprio PSB e PC do B votam contra o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a

política que se está adotando é exatamente oposta à afirmativa dos Deputados da Oposição:

O que estamos querendo é exatamente diminuir a relação existente entre a dívida pública e o nosso PIB. Para isso, estamos emitindo papéis, não para aumentar a dívida, mas para rolar a dívida já existente. Não há criação de dívida nova. Se analisarmos o Orçamento do ano 2000, V. Ex^a vai verificar que buscamos um superávit, fazemos um esforço brutal para tê-lo, exatamente para diminuir a nossa dívida pública e não termos que emitir novos papéis para o pagamento de toda a dívida, ou seja, diminuir alguma coisa em relação ao PIB.

Portanto, a política é correta, é a política de diminuição da dívida pública. E esse é o esforço que o País está fazendo. A emissão de papéis é uma necessidade da própria legislação. Não podemos pagar uma dívida se não houver emissão de papéis ou novas dívidas para o pagamento daquela. Mas, no conjunto das dívidas da União, dos Estados e Municípios, a luta do País é para diminuir essa proporção, essa relação entre dívida pública e o PIB.

Só dessa forma evitaremos sempre os juros crescentes e estabelecer juros decrescentes e, com isso, movimentar a economia e retomar o crescimento que todos desejamos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado na Câmara dos Deputados, contra os votos do PDT, PT, PCdoB, PSB.

Em votação no Senado.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado no Senado contra o voto do Senador Tião Viana.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 83, DE 1999-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 12.458.518.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999) crédito suplementar no valor de R\$ 12.458.518.000,00 (doze bilhões, quatrocentos e cinquenta e oito milhões, quinhentos e dezoito mil reais), em favor de Encargos Financeiros da União, para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da incorporação de excesso de arrecadação de Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO
71101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

1.00

ESPECIFICAÇÃO	E S D F		ID	FTE	T O T A L	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
	M	D									
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					12 458 518 000						12 458 518 000
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA					12 458 518 000						12 458 518 000
DÍVIDA INTERNA					12 458 518 000						12 458 518 000
01 008 0031 2200					12 458 518 000						12 458 518 000
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL											
ATENDIMENTO AO PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÕES E ENCARGOS INTERNOS E/OU EXTERNOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL, OU AO SEU REFINANCIAMENTO											
03 008 0033 2300 4008					12 458 518 000						12 458 518 000
RESCATE DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL					12 458 518 000						12 458 518 000
TOTAL FISCAL					12 458 518 000						12 458 518 000

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 21:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei nº 84, de 1999**, do Congresso Nacional, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, crédito suplementar no valor de

R\$17.200.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 90, de 1999-CN, concluiu pela aprovação do projeto.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 90, DE 1999-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 84, de 1999-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, crédito suplementar no valor de R\$17.200.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento".

RELATOR: Deputado JOSÉ CHAVES

I – RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 1.103, de 1999-CN (nº 1.638/99, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional projeto de lei autorizando o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, crédito suplementar no valor de R\$ 17.200.000.000,00 (Dezessete bilhões e duzentos milhões de reais).

Os recursos necessários à abertura do crédito suplementar serão provenientes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional (Fonte 143).

II – VOTO

A Exposição de Motivos (E.M.) nº 511, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que integra a Mensagem, explica que o crédito suplementar, pleiteado pelo Ministério da Fazenda, justifica-se em decorrência da crise financeira internacional do Sudeste Asiático, que teve início no final de 1997. Naquela ocasião o Tesouro Nacional viu-se obrigado a manter um

elevado nível de reserva de liquidez para suprir suas necessidades de financiamento, afim de dotar a gestão da dívida pública de flexibilidade adicional. Para tanto fizeram-se freqüentes emissões de títulos, acima do montante normalmente requerido.

De outra parte, desde fevereiro deste ano, e seguindo diretriz governamental, parcialmente consubstanciada na Medida Provisória nº 1.852, o Tesouro Nacional gradativamente vem realizando a substituição dos títulos do BACEN por títulos de sua emissão, o que também leva a um aumento de seus títulos em mercado. No entanto os custos desta emissão adicional, são, em boa parte, compensados pela remuneração das disponibilidades do Tesouro na Conta Única que a União mantém no BACEN, a qual aumenta na mesma medida em que cresce o saldo na conta única em virtude das emissões adicionais mencionadas. Assim, foi encaminhado, ao Congresso Nacional o PL nº 83/99-CN, o qual incorpora, ao orçamento, um valor de cerca de R\$ 12.5 bilhões, financiado com recursos do excesso daquela remuneração (Fonte 188), e destinado à amortização da dívida mobiliária interna.

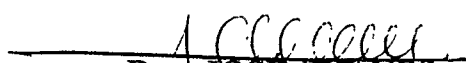
A Mensagem observa, ainda, que os títulos que vêm sendo emitidos, pelo Tesouro, em substituição às emissões antes realizadas pelo BACEN, são do tipo *Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT*, pós-fixados e indexados à taxa SELIC, bem como do tipo *Letras do Tesouro Nacional - LTN*, pré-fixados.

Finalmente, a Mensagem ressalta que o crédito em tela não provocará impacto sobre o refinanciamento e o resgate da dívida mobiliária interna, vez que não haverá necessidade de novas emissões, em virtude de que o excesso de recursos financeiros provenientes da emissão de títulos, hoje existente, será suficiente para suprir esse incremento, apenas orçamentário portanto, na Fonte 143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional, destinados exclusivamente ao Refinanciamento da Dívida Pública Federal.

Nenhuma emenda foi apresentada ao projeto.

Diante do exposto, votamos pela **aprovação do Projeto de Lei nº 84, de 1999-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.**

Sala da Comissão, em 30 de novembro de 1999.


Dep. JOSE CHAVES

Relator

**CONGRESSO NACIONAL***Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização*

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Quinta Reunião Extraordinária, em 14 de dezembro de 1999, **APROVOU**, contra os votos dos Deputados Giovanni Queiroz, João Coser e Djalma Paes, o Relatório do Deputado **JOSÉ CHAVES**, favorável nos termos do **Projeto de Lei nº 84/99-CN**. Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados, Jovair Arantes, Primeiro Vice-Presidente, João Coser, Terceiro Vice-Presidente, Alberto Goldman, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Armando Abílio, B. Sá, Ben-hur Ferreira, Carlos Melles, César Bandeira, Cleonânicio Fonseca, Damião Feliciano, Danilo de Castro, Deusdeth Pantoja, Djalma Paes, Dr. Benedito Dias, Eliseu Moura, Eunício Oliveira, Eurípedes Miranda, Félix Mendonça, Fernando Coruja, Freire Júnior, Givaldo Carimbão, Gonzaga Patriota, João Leão, João Ribeiro, João Tota, Jorge Alberto, Jorge Khoury, José Chaves, José Lourenço, José Melo, José Priante, José Thomaz Nonô, Laura Carneiro, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Negromonte, Milton Monti, Nelson Meurer, Neuton Lima, Norberto Teixeira, Osvaldo Reis, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Henry, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Ricardo Barros, Santos Filho, Silas Brasileiro, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Wilson Braga, Wilson Santos; e Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Romero Jucá, Segundo Vice-Presidente, Antônio Carlos Valadares, Eduardo Siqueira Campos, Jonas Pinheiro, Lúcio Alcântara, Luiz Estevão, Luiz Otávio, Luzia Toledo, Mauro Miranda, Moreira Mendes, Ney Suassuna, Ramez Tebet, Tião Viana.

Sala de Reuniões, em 14 de dezembro de 1999.



Senador GILBERTO MESTRINHO
Presidente



Deputado JOSÉ CHAVES
Relator

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão o projeto.

Concedo a palavra ao Deputado João Coser.

O SR. JOÃO COSER (PT – ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, o Deputado Alberto Goldman afirmou que a ação do Governo, agora, é no sentido de corrigir. "Antes tarde do que nunca", diz o ditado popular.

Lamentavelmente, a dívida que estamos pagando é decorrente de erros do Plano Real, dos quatro anos de uma economia estabilizada com base em uma âncora cambial que todo mundo sabia que estava levando o País a um nível de endividamento insuportável.

Portanto, Deputado Goldman, é verdade que o esforço do Governo, agora, na mudança desses títulos para o Tesouro Nacional, tem boa intenção. Há inclusive uma proposta que se aproxima da nossa. O que não quer dizer que ao rolar uma dívida estamos resolvendo os problemas. Resolvemos os problemas quando pagamos uma dívida. É verdade que a redução do déficit público pressupõe, lógico, emissão de menos títulos. A redução da emissão de papel significa não aumentar a dívida.

Reafirmo que, lamentavelmente, o endividamento do País foi consequência de um erro grave da política econômica do Governo nos últimos anos, a partir de janeiro, após a eleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso, pois a estabilidade na marra foi em função da busca da reeleição. Senão, aproximadamente dois anos antes das eleições, Sua Excelência teria feito uma desvalorização do real e tido um comportamento diferente. Não estaríamos no buraco em que nos encontramos atualmente. Teríamos conseguido salvar algumas pequenas e médias empresas. Hoje mesmo aprovamos um projeto criando o fundo de aval, que poderia ter sido criado há três anos. Com esse fundo, muitas empresas não teriam fechado. Poderíamos ter criado também uma série de outras alternativas. Lamentavelmente, o Governo demorou muito a perceber o equívoco cometido. Agora está tentando corrigi-lo.

Nosso voto é contrário, pois são mais R\$17 bilhões. Portanto, somam-se na noite de hoje, a última reunião do Congresso Nacional, mais R\$29 bilhões para a rolagem da dívida, pagamento de juros e troca de papéis.

O voto do Partido dos Trabalhadores é contrário.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, anteriormente eu falava nos R\$300 milhões de juros diários. Hoje, farei outra conta que o Líder do Governo na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização tem provocado. O Deputado Fernando Coruja disse que o Governo há cinco anos tinha uma dívida bruta de R\$63 bilhões. Que brutal dívida! Atualmente chega a R\$460 bilhões. Para fazer uma conta melhor, retira-se R\$60 bilhões, restam R\$400 bilhões, em cinco anos. Isso com a economia ajustada, para o bem do Brasil, como disse o nobre Líder do Governo na Comissão de Orçamento. Quatrocentos bilhões de reais acresceu-se à dívida, quando tomou assento na Presidência da República o Senhor Fernando Henrique Cardoso.

Foram quatrocentos bilhões, dos quais R\$100 bilhões vieram dos Estados e dos Municípios, produzidos também por essa política equivocada de juros escorchantes. Escorchantes! Ou não são, Deputado? Quarenta e novê por cento ao ano com moeda estável! Só a canalhice do brasileiro pode admitir isso! Isso é uma vergonha! Isso é um assalto oficializado à economia e ao povo brasileiro!

Muito bem, Sr. Presidente. São R\$300 bilhões, então, que se acumularam de dívida neste País. Quanto de investimento foi feito no País nesse período? Não chegou a R\$18 bilhões. Não chegou a R\$18 bilhões em cinco anos! Este ano mesmo, apenas R\$2,3 bilhões foram liberados até agora.

E aí, Sr. Presidente, são R\$60 bilhões por ano de endividamento. E o esforço é brutal para diminuir a relação dívida/PIB, que hoje é de 46% do PIB, ou seja, são R\$480 bilhões de dívidas em relação ao um PIB de R\$900 bilhões, o que representa 52%.

Sr. Presidente, isso não é razoável. Já ouvi vários companheiros desta Casa, de V. Ex^a e de homens do Governo, dizendo que o governo brasileiro tem que rever sua política de juros. Trata-se da usura institucionalizada. Há muitos anos existe uma lei na Inglaterra, a Usury Act, que leva à cadeia quem explora, por dinheiro, o bem-estar da sociedade e de um cidadão. No Brasil, a usura está institucionalizada, e é o Governo quem a estimula.

Depois vem falar em esforço. De quê? Será que vão continuar com o mesmo discurso? Por isso trocam os líderes na Comissão de Orçamento. O discurso deste ano será o mesmo do ano que vem, só que feito por outro deputado. Enquanto isso, aumenta o desemprego e a fome. V. Ex^a, Sr. Presidente, entrou

em uma campanha de combate à fome e à miséria e tem razão. Parabéns pela iniciativa e pela coragem de mostrar a realidade ao Brasil. Todos sentimos, mas poucos, com a autoridade de V. Ex^a, têm coragem de tomar uma providência.

O Brasil precisa fazer uma revisão intestina, por dentro, intrínseca. É preciso começar pelo Presidente da República. Temos que parar de aplaudir tudo o que nos aparece e fazer um pouco mais de reflexão para saber se estamos no caminho certo.

Sr. Presidente, o PDT vota contrariamente à matéria.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG) – Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães. Logo após, concederei a palavra ao Deputado Alberto Goldman.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Congressistas, gostaria de registrar, apesar do adiantado da hora, que o que falta para a educação, para a saúde, para a Previdência social, enfim, para os investimentos, está sendo jogado pelo ralo na ciranda financeira, nessa inserção irresponsável do Brasil na globalização financeira.

Sr. Presidente, hoje mesmo, na Comissão Mista de Orçamento, entramos com um requerimento pedindo para que o Tribunal de Contas da União verificasse as razões que levaram ao pagamento de indenizações por terrenos desapropriados para fins de construção, com importâncias de até dez vezes o valor de mercado. Este requerimento não prosperou na Comissão de Orçamento, ficou para o ano que vem, e, no entanto, o Brasil precisa de recursos. Não só temos que cuidar da moralização, mas também da preservação dos recursos. Não é só uma questão ética, mas de bem cuidar dos recursos para que eles dêem frutos para o País.

Ao vermos com que liberalidade o Governo Federal atende às demandas financeiras e aos recursos suplementares ao contrário das suplementações para investimento e custeio nas áreas sociais, percebemos que o é Governo perdulário onde é desnecessário, regiamente pagando a quem já tem muito, enquanto não faz nada para quem tudo precisa.

Portanto, Sr. Presidente, votaremos contrariamente a esta suplementação.

Quero reiterar o meu protesto contra a atitude tomada hoje à tarde pela Comissão Mista de Orçamento que sequer enviará ao Tribunal de Contas da União o pedido de verificação do escândalo que está nas paginas da imprensa de Minas Gerais, nos jornais **O Estado de Minas Gerais** e **Diário da Tarde**, e também na **Folha de S. Paulo**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Congressista Alberto Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, gostaria de contestar o discurso do Deputado Giovanni Queiroz.

S. Ex^a se esquece, em primeiro lugar, de que o número que citou, 63 milhões, de 4 a 5 anos atrás, referia-se à dívida pública da União. Hoje, são cerca de 500 bilhões de dívida do setor público global, envolvendo União, Estados e Municípios.

Lembro ao Deputado Giovanni Queiroz que, neste ano, no setor de Previdência, temos 45 bilhões de déficit, e este crescido, porque só paga juros, Sr. Presidente, quem gasta mais do que tem. E quando isso ocorre, no ano seguinte, é preciso pagar mais juros, porque se gastou mais, não se pagou o que deveria, o que leva ao pagamento de juros ainda maiores.

É isso que ocorre comigo, com V. Ex^a, ocorre com qualquer cidadão e com qualquer País, quando gasta mais do que tem e é obrigado a levantar recursos para cobrir aquele buraco, e, para isso, ele acaba pagando juros. E quanto maior o buraco, maiores são os juros.

Vários somatórios desses débitos foram sendo pagos durante esses anos. Há poucos dias, V. Ex^{as} aprovaram no Senado a rolagem da dívida do Estado do Rio de Janeiro, como o fizeram em outras oportunidades, para o Estado de São Paulo, Bahia, enfim, de todos os Estados deste País. Aprovaram também para várias cidades e capitais.

São dívidas que o Governo Federal tem assumido exatamente para viabilizar os governos municipais e estaduais. E há outras dívidas. Há a dívida dos ruralistas; do Sistema Financeiro da Habitação, o Fundo de Compensação das Variações Salariais.

São dezenas e dezenas de bilhões, e a Oposição vem aqui sempre pedir que o Governo Federal assumira essas dívidas. Depois que isto ocorre, conclui que a dívida e está muito alta, que o Governo está pagando muito em juros. Isso continuará ocorrendo enquanto promover esse tipo de política que a Oposição preconiza. O correto seria não fazer essa política nem

esse pedaço de política que o Governo Federal faz e que a Oposição preconiza. É não fazer absolutamente nada em relação àqueles que estão endividados e que têm a responsabilidade própria de cobrir seus buracos e não jogá-lo para o Governo Federal. Infelizmente a União tem assumido isso. Essa é uma das grandes e fundamentais razões da dívida que temos hoje.

Esperamos que, no futuro, possamos barrar, de uma vez por todas, o processo de jogar para a viúva maior, a União, o pagamento de todas as dívidas e parar de fazer buracos a mais, gastar mais do que podemos. Devemos gastar só o que ganhamos.

O SR. JOSÉ ANTONIO (PSB – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ ANTONIO (PSB – MA) Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registro o voto contrário do Bloco/PSB/PC do B quanto a essa política suicida de pagamento de juros, como acaba

de salientar o Deputado Giovanni Queiroz. Chegaremos ao suicídio com isso.

Por isso, Sr. Presidente, voto contrariamente aos argumentos lançados pela Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Continua em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação, na Câmara dos Deputados, nos termos do parecer.

As Sr^{as} e Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado contra o voto do PT, PSB e PDT.

Em votação, no Senado Federal.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado contra o voto do Senador Tião Viana.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 84, DE 1999-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, crédito suplementar no valor de R\$ 17.200.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), crédito suplementar no valor de R\$ 17.200.000.000,00 (dezessete bilhões e duzentos milhões de reais), em favor de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, no montante especificado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

75000 - REFINANCIAMENTO DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL
75101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	R\$		FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVESTIMENTOS FINANCEIRAS	AUTORIZAÇÃO DA DIVIDA
	1	2								
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	17	200	000	000						17 200 000 000
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	17	200	000	000						17 200 000 000
DIVIDA INTERNA	17	200	000	000						17 200 000 000
03 008 0033 2200	17	200	000	000						17 200 000 000
ADMINISTRAÇÃO DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL	17	200	000	000						17 200 000 000
ATENDER AO PAGAMENTO DE ANUIDADES E ENCARGOS INTERIORES E/OU EXTERIORES DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL, OU AO SEU REFINANCIAMENTO	17	200	000	000						17 200 000 000
03 008 0033 2200 0009	17	200	000	000						17 200 000 000
REFINANCIAMENTO DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL	17	200	000	000						17 200 000 000
TOTAL FISCAL	17	200	000	000						17 200 000 000

R\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimentos de urgência que serão lidos e votados em globo, pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 103, DE 1999-CN

Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, urgência para tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 9/99-CN, que "autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 do subprojeto 16.088.0537.1204.0174 – BR-364/AC – Rio Branco – Cruzeiro do Sul, da Unidade Orçamentária 39.201, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais)".

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 1999. –



Arthur Virgílio Neto

Deputado

Líder do Governo no Congresso Nacional

REQUERIMENTO Nº 104, DE 1999-CN

Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, urgência para tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 19/99-CN, que "autoriza a execução orçamentária consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 do subprojeto 16.088.0537.1204.0721 – BR-402/MA – Rosário – Divisa MA/PI, da Unidade Orçamentária 39.201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, no valor de R\$4.750.000,00 (quatro milhões, setecentos e cinquenta mil reais)".

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 1999. –



Arthur Virgílio Neto

Deputado

Líder do Governo no Congresso Nacional

Handwritten notes and signatures at the bottom of the page:

- Top left: "Hugo" and "PFL SENADO" with a large "20" and "5" next to it.
- Bottom left: "101" and "CB" with a signature.
- Bottom center: "49m" and a signature.
- Bottom right: "106 CB" and "3.99" with a signature.


REQUERIMENTO Nº 105, DE 1999-CN

Senhor Presidente do Congresso Nacional,

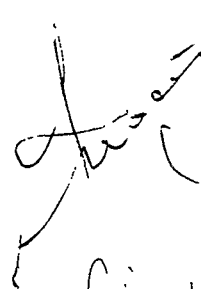
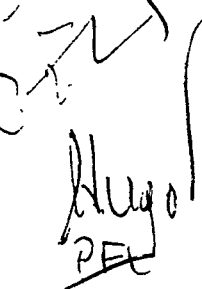
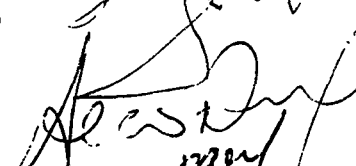
Nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, urgência para tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 11/99-CN, que "autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orça-

mento Fiscal da União para 1999 do subprojeto 04.054.0297.1267.0075 – Construção da Barragem de Pedra Redonda – Município de Conceição do Canindé – PI, da Unidade Orçamentária 44204 – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, no valor de R\$8.322.200,00 (oito milhões, trezentos e vinte e dois mil e duzentos reais)".

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 1999. –


Arthur Virgílio Neto
Deputado

Líder do Governo no Congresso Nacional

 106

Hugo 19/20 SF 49 CD
PEL SENADO
Jair 26 SF
Sergio 10 SF
PSDB 101 CD


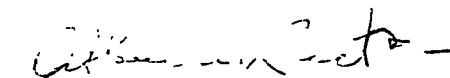
REQUERIMENTO Nº 106, DE 1999-CN

Senhor Presidente do Congresso Nacional,

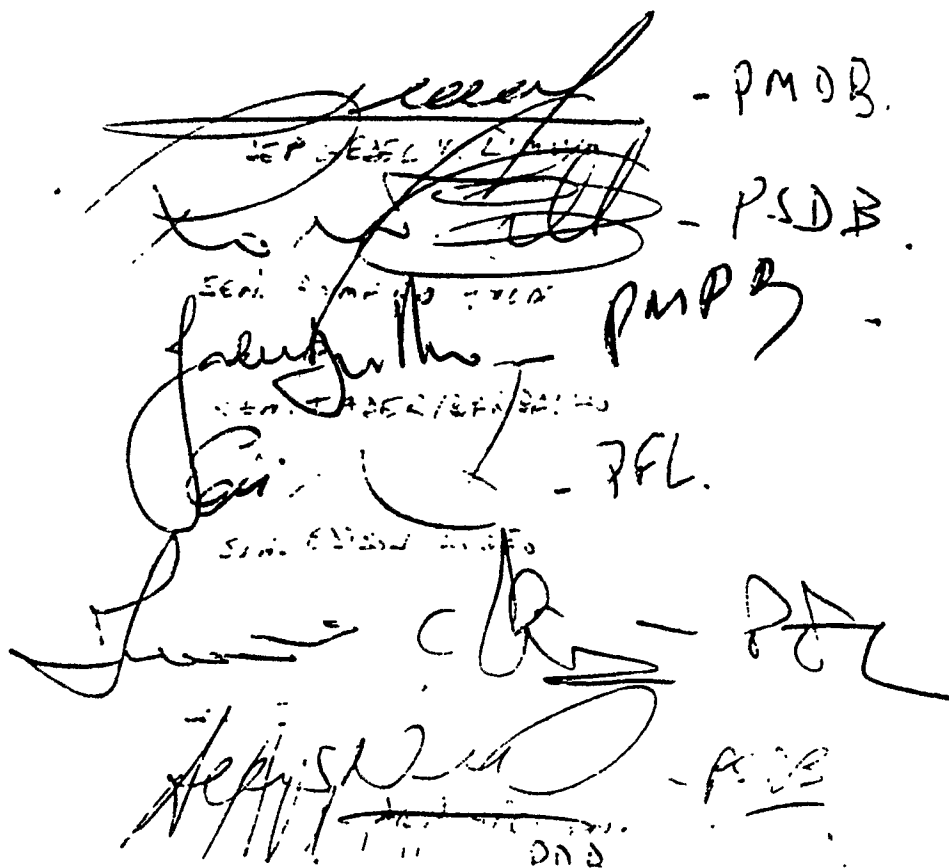
Nos termos do art. 115 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, urgência para tramitação do PDL nº 12/99-CN, que dispõe sobre a "ampliação do Terminal de Contêineres Margem Esquerda do Porto de

Santos, da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP".

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 1999. -

**Arthur Virgílio Neto****Deputado**

Líder do Governo no Congresso Nacional



- PMDB.
- PSDB.
- PMPB.
- PFL.
- PT.
- PPSB.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação os requerimentos de urgência, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e Srs. Deputados que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Em votação, no Senado Federal.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 22:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1999**, do Congresso Nacional, que "autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 do Subprojeto 16.088.0537.1204.0174 – BR-364-AC Rio Branco – Cruzeiro do Sul, da Unidade Orçamentária 39.201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem DNER, no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais)".

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação, no Senado Federal.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 1999-CN

Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 do subprojeto 16.088.0537.1204.0174 – BR-364/AC – Rio Branco–Cruzeiro do Sul, da Unidade Orçamentária 39.201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a executar a dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), do subprojeto 16.088.0537.1204.0174 – BR-364/AC – Rio Branco – Cruzeiro do Sul, da Unidade Orçamentária 39.201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais).

Art. 2º O Tribunal de Contas da União acompanhará e fiscalizará a aplicação dos recursos liberados nos termos do artigo anterior, informando qualquer irregularidade à Comissão de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 23:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1999**, do Congresso Nacional, que "autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 do Subprojeto 16.088.0537.1204.0721 – BR- 402/MA Rosário Divisa MA/PI, da Unidade Orçamentária 39.201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem DNER, no valor de R\$4.750.000,00 (quatro milhões, setecentos e cinquenta mil reais).

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, contra o voto do PT.

Em votação, no Senado Federal.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 10, DE 1999-CN**

Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 do subprojeto 16.088.0537.1204.0721 – BR-402/MA – Rosário–Divisa MA/PI, da Unidade Orçamentária 39.201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, no valor de R\$4.750.000,00 (quatro milhões, setecentos e cinquenta mil reais).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a executar a dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), do subprojeto 16.088.0537.1204.0721 – BR-402/MA – Rosário – Divisa MA/PI, da Unidade Orçamentária 39.201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, no valor de R\$4.750.000,00 (quatro milhões, setecentos e cinquenta mil reais).

Art. 2º O Tribunal de Contas da União acompanhará e fiscalizará a aplicação dos recursos liberados nos termos do artigo anterior, informando qualquer irregularidade à Comissão de que trata o art. 166, § 1º da Constituição Federal.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - **Item 24:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1999**, do Congresso Nacional, que "autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 do Subprojeto 04.054.0297.1267.0075. Construção da Barragem de Pedra Redonda - Município de Conceição do Canindé, Piauí, da Unidade Orçamentária 44204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas DNOCS, no valor de R\$8.322.200,00 (oito milhões, trezentos e vinte e dois mil e duzentos reais).

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, contra o votou do PT.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 11, DE 1999-CN**

Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 do subprojeto 04.054.0297.1267.0075 – Construção da Barragem de Pedra Redonda – Município de Conceição do Canindé – PI, da Unidade Orçamentária 44204 – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, no valor de R\$8.322.200,00 (oito milhões trezentos e vinte e dois mil e duzentos reais).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a executar a dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), no programa de trabalho 04.54.0297.1267.0075 – Construção da Barragem de Pedra Redonda – Município de Conceição do Canindé – PI, da Unidade Orçamentária 44.204 – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, no valor de R\$8.322.200,00 (oito milhões trezentos e vinte e dois mil e duzentos reais).

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução orçamentária, na dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para o programa de trabalho 04.054.0297.1267.0075 – Construção da Barragem de Pedra Redonda – Município de Conceição do Canindé – PI, encaminhando ao Congresso Nacional relatórios até o dia 31 de outubro e 30 de dezembro do presente exercício financeiro.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 25:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1999**, do Congresso Nacional, que "amplia o Terminal de Contêineres Margem Esquerda do Porto de Santos, da Companhia Docas do Estado de São Paulo Codesp".

Em discussão o projeto.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Solicito a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer uma observação com relação a esse Projeto. Trata-se de matéria que vem sendo discutida há muito tempo nesta Casa. Havia um contrato para a construção desse terminal, que teve um aditivo considerado irregular pelo Tribunal de Contas. Então, a Companhia Docas do Estado de São Paulo o cancelou, em função das irregularidades constatadas pelo Tribunal. Essa liberação visa possibilitar obras emergenciais que estão sendo feitas para preservar os investimentos já feitos naquele terminal, que deve ser privatizado no próximo ano.

Quero reafirmar que nossa posição é favorável à liberação dos recursos para obras emergenciais. Não significa que eu tenha qualquer compromisso com a não-verificação, ou a verificação, do processo em si de obras emergenciais que estão sendo realizadas lá. Isso é uma questão contratual, é uma obra que parece estar sendo feita sem licitação. O Tribunal de Contas tem um papel a respeito disso, fará sua verificação. Não se trata, nesse momento, de nenhum juízo de valor a favor nem contra o processo em si das obras emergenciais; trata-se apenas de uma liberação de recursos para que obras emergenciais possam ser feitas.

O SR. JOÃO COSER (PT – ES) – Solicito a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOÃO COSER (PT – ES) Para discutir. Sem revisão do orador.) – Só gostaria de registrar que nosso voto será contrário. Até vou fazer uma brincadeira com o Deputado Alberto Goldman, porque o que há de positivo nesse projeto é a ampliação da margem esquerda, porque, no mais, é tudo muito complicado.

Então, nosso voto é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com os votos contrários do PT e do PSB.

Em votação, no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, contra o voto do Senador Tião Viana.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 1999-CN

Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 do subprojeto 16.090.0563.1700.0043 – Ampliação do Terminal de Contêineres Margem Esquerda do Porto de Santos, listado no Quadro II anexo à Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a executar a dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), do programa de trabalho 16.090.0563.1700.0043 – Ampliação do Terminal de Contêineres Margem Esquerda do Porto de Santos, da Unidade Orçamentária 39.101 – Ministério dos Transportes.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para o programa de trabalho liberado nos termos do artigo anterior, verificando se estão sendo adotadas as providências necessárias ao saneamento das irregularidades detectadas pela auditoria do Tribunal, encaminhando ao Congresso Nacional relatório até o dia 31 de março do próximo exercício financeiro.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Há um requerimento para a inclusão na Ordem do Dia desta sessão do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1999, do Congresso Nacional, sobre a BR-080, Uruaçu – Padre Bernardo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 107, DE 1999-CN

Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Requeremos, nos termos regimentais, a inclusão na Ordem do Dia desta presente sessão do PDN nº 7/99, que trata sobre a BR-080/GO – Uruaçu–Padre Bernardo.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 1999. – Deputado **Arthur Virgílio Neto**, Líder do Governo no CN.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento, na Câmara dos Deputados.

O SR. JOÃO COSER (PT – ES) – Sr. Presidente, qual é o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – É o projeto sobre a BR-080, o Projeto de Decreto Legislativo nº 07.

O SR. JOÃO COSER (PT – ES) – É sobre Araçuaí-Salinas, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – É sobre Uruaçu-Padre Bernardo.

O SR. JOÃO COSER (PT – ES) – Sr. Presidente, precisamos ter acesso à pauta, porque não sabemos do que se trata. Precisamos ter conhecimento. Alguém da assessoria da Mesa poderia nos fornecer uma cópia?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Esses são extrapauta.

O SR. JOÃO COSER (PT – ES) – Sr. Presidente, precisaríamos ter acesso a esse item. Os outros estão aqui na pauta extra.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG) – Sr. Presidente, essa pauta extra que aprovamos não está sendo seguida. Ela não foi esgotada. O projeto que trata da BR – 342/MG/Araçuaí-Salinas não foi votado. V. Ex^a saltou um, pelo menos, na pauta extra que foi distribuída ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O projeto da estrada de Salinas é o próximo.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG) – Então, incluíram mais um, antes de votar o outro?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Exatamente.

O SR. JOÃO COSER (PT – ES) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Se o Plenário permitir.

O SR. JOÃO COSER (PT – ES) – Sr. Presidente, o problema é sabermos o que estamos votando, porque não tivemos acesso a essa informação. Essa matéria não consta da extrapauta. Eu, particularmente, que tenho a responsabilidade de encaminhar em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, não sei do que se trata. Não posso votar a favor, concordando com um projeto que não sei do que trata. Se não tiver acesso a um documento para saber o que estamos votando, terei de manifestar-me contra por falta de informação e de conhecimento da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Comissão mandou hoje. Não posso dar mais nenhum esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 26:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1999**, do Congresso Nacional, como conclusão do Parecer nº 72 de 1999-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que "Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento da União para 1999 no programa de trabalho 16.088.0537.1204.0023 – BR – 080 – Uruaçu – Padre Bernardo, da Unidade Orçamentária 39201 – Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$600 mil (seiscentos mil reais)."

O parecer foi aprovado pela Comissão.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – O parecer foi aprovado pela Comissão? De quem é o parecer?

O SR. JOÃO COSER (PT – ES) – Pode votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação, no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 7, DE 1999-CN**

Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 no programa de trabalho 16.088.0537.1204.0023 – BR-080/GO – Uruaçu–Padre Bernardo, da Unidade Orçamentária 39201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, no valor de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a executar a dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), no programa de trabalho 16.088.0537.1204.0023 – BR-080/GO – Uruaçu–Padre Bernardo, da Unidade Orçamentária 39201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, no valor de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais).

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução orçamentária, na dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para o programa de trabalho 16.088.0537.1204.0023 – BR-080/GO – Uruaçu–Padre Bernardo, encaminhando ao Congresso Nacional relatórios até o dia 30 de dezembro do presente exercício financeiro.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento, que será lido pelo Sr. Primeiro Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 108, DE 1999-CN

Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Requeremos, nos termos regimentais, a inclusão do Projeto de Decreto Legislativo nº 8/99, do Congresso Nacional, que “autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999, do subprojeto 16.088.0537.1204.0662 – BR-342/MG – Araçuaí–Salinas, da Unidade Orçamentária 39201 – DNER”, na Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 1999. – Deputado **Arthur Virgílio Neto**, Líder do Governo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O parecer foi aprovado pela Comissão.

Deputado João Coser, V. Exª conhece esse projeto? V. Exª é Relator do vencido.

O SR. JOÃO COSER (PT – ES) – Conhecemos esse projeto que se encontra na pauta.

Votaremos contra o projeto, mas não temos nada contra a sua votação nesta oportunidade.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG) – A favor do projeto aprovado na Comissão, mas contra o seu texto original.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação...

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para reiterar que estou inscrito para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Esclareço que estamos no processo de votação do requerimento.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

As Srªs e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 27:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1999**, do Congresso Nacional, como conclusão do Parecer nº 77, de 199 – CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que “Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999, do subprojeto 16.088.0537.1204.0662 – BR-342/MG – Araçuaí – salinas, da Unidade Orçamentária 39.201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER.

Ao Projeto de Decreto Legislativo foi apresentada uma emenda.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 77, de 1999 – CN, concluiu pela aprovação do projeto incorporando o texto da Emenda nº 1.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de uma obra importante a ser realizada em uma região pobre de Minas Gerais, cuja realização vem passando por vários problemas ao longo de muitos anos.

Essa é uma daquelas obras que se encontrava sob exame do Tribunal de Contas e em relação à qual, em virtude dos novos dispositivos legais exigindo um decreto legislativo, de iniciativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, aprovado pelo Plenário desta Casa, para a liberação da execução dessas obras – um dispositivo correto –, conseguiu-se, apenas depois de muito esforço, superar os problemas existentes. Porém, trata-se de uma obra que foi licitada há muitos anos.

Nesse sentido, adotando uma linha de coerência, temos recomendado – posição do PT, dessa vez acolhida pela Comissão Mista de Orçamento – que, nesses casos, seja promovida uma tomada de preços, a fim de que, como não haverá uma nova licitação, pelo menos, os preços possam ser verificados.

Sei que vários Deputados desta Casa, ainda que concordem com esse dispositivo, que já aplicamos, por exemplo, ao ramal Barreiro do metrô de Belo Horizonte, estão preocupados com a realização da obra. Porém, pelo fato de estarmos no final do ano, sei que vários Deputados têm dúvida quanto à viabilidade de se promover uma verificação de preços em prazo exíguo, no final do ano, ainda para a liberação dos recursos.

Compreendo a posição dos nossos Colegas de Minas Gerais, vários deles aqui presentes; todavia, para manter uma linha de coerência com aquilo que o PT tem feito e apelando ao Governo para que faça esse procedimento em um curto espaço de tempo, mantemos o apoio nos termos do decreto legislativo aprovado na Comissão Mista de Orçamento, com uma emenda de minha autoria, sendo relatado o vencido pelo nobre Deputado João Coser.

Portanto, encaminho a favor do decreto legislativo, para ser aprovado pela Comissão Mista de

Orçamento, que preconiza, mesmo sendo final de ano, a realização de uma verificação de preços, a fim de que isso sirva de uma espécie de jurisprudência da Comissão para casos semelhantes.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, como Líder, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Romero Jucá, para contraditar.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR. Como Líder, para contraditar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, entendemos a preocupação do Deputado Virgílio Guimarães, mas queremos levantar duas questões: primeiro, que essa obra é extremamente importante, tendo sido de forma extenuada acompanhada pelo Tribunal de Contas da União. Várias fiscalizações foram feitas, relatórios foram apresentados, e o DNER está cumprindo as determinações dessa fiscalização.

Outra questão importante diz respeito à exigüidade do tempo. Sem dúvida nenhuma, como vamos aprovar a matéria hoje, devendo ser esse processo publicado ainda esta semana, não temos tempo hábil para, por exemplo, promover uma recomposição ou uma nova tomada de preços. Então, isso prejudicaria a obra.

Por conta de tudo isso, recomendamos a aprovação, nos termos em que foi aprovado na Comissão Mista de Orçamento, dando autorização para que a obra possa prosseguir por conta da sua importância.

O SR. JOÃO COSER (PT – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOÃO COSER (PT – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de informar ao ilustre Senador Romero Jucá que a Resolução nº 2, de 1995-CN, que trata da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no seu art. 31, dispõe:

Art. 31. O parecer da Comissão sobre as emendas será conclusivo e final, salvo requerimento, para que a emenda seja submetida a votos, assinado por um décimo dos Congressistas, apresentado à Mesa do Congresso até o dia anterior ao estabelecido para a discussão da matéria em plenário.

Portanto, esse requerimento não tem validade, a menos que os Deputados e Senadores tenham condições de cumprir esse dispositivo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Creio que o artigo que V. Ex^a citou refere-se mais a questões de crédito, enquanto que o caso aqui é de autorização para execução orçamentária já existente.

O SR. JOÃO COSER (PT – ES) – Mas, Sr. Presidente, trata-se de uma regra geral para créditos – e a matéria em questão refere-se a um crédito. Funciona na Comissão com a mesma tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Não, é diferente; o crédito já existe.

O SR. JOÃO COSER (PT – ES) – Aqui se está tratando de uma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Trata-se de uma autorização para execução desse orçamento, mas o crédito já existe.

O SR. JOÃO COSER (PT – ES) – Não sei se V. Ex^a leu, mas a discussão é sobre uma emenda. Trata-se de saber como as emendas são acolhidas nos projetos, haja vista que, na prática, não estamos contra o projeto. Nós, por exemplo, votaremos a favor. Todos são a favor do projeto. O debate, contudo, é sobre a emenda.

Não vou discutir com V. Ex^a; apenas reitero que a nossa interpretação é a de que a emenda teria que cumprir esse dispositivo para ser encaminhada. Do contrário, teria que ser aprovada como veio da Comissão.

REQUERIMENTO Nº 109, DE 1999-CN

Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Requeremos, nos termos do artigo 50 do Regimento Comum, destaque para votação da emenda nº 1, do Deputado Virgílio Guimarães, que acrescenta ao art. 1º do PDN 08/99 os seguintes incisos:

“I – a realização, por parte do DNER, ou o Órgão por ele delegado, no prazo de 30 dias, de estudos acurados para aferir preços que poderiam ser obtidos com a celebração de novos contratos e, na eventualidade da verificação da possibilidade de obtenção de preços mais favoráveis do que aqueles vigentes nos contratos que proceda à renegociação das condições financeiras, atualmente praticadas, devendo, ainda, enviar tal estudo ao Tribunal de Contas e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização;

II – a verificação, por parte do DNER, ou o órgão por ele delegado, da estrita ob-

servância das normas técnicas e do cronograma da obra, com comunicação bimestral do Tribunal de Contas da União, sob pena da suspensão do contrato.”

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 1999. – Deputado **Arthur Virgílio Neto**, Líder do Governo no Congresso Nacional.

É FOTOGRAFIA DE ASSINATURAS RET 0083

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento.

Votar-se-á primeiramente o projeto, depois a parte destacada.

Com a palavra o Deputado João Coser.

O SR. JOSÉ COSER (PT – ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar nosso voto contrário, por entendermos que os dispositivos da emenda cuidam da cautela que o Congresso deve ter quando da aprovação e autorização de créditos.

Na prática, estamos solicitando um acompanhamento da obra, com uma análise de seus custos; não estamos sequer pedindo que a mesma não seja executada, mas que se faça um acerto de contas a fim de se saber se a mesma está sendo paga com valores superiores aos encontrados no mercado; enfim, que o Tribunal de Contas da União acompanhe a execução da obra.

O nosso pedido, portanto, é de cautela.

Como temos maus precedentes, o voto do Partido dos Trabalhadores é contrário ao destaque da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Passa-se à votação do projeto, ressalvada a matéria destacada.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com o voto contrário do PT.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com a abstenção do Senador Tião Viana.

Em votação a parte destacada.

Quem vota "sim" mantém o texto; quem vota "não", rejeita o texto.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Foi mantido o texto da Comissão.

São os seguintes o projeto e a emenda aprovados:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 1999-CN

Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999, do subprojeto 16.088.0537.1204.0662 – BR-342/MG – Araçuaí-Salinas, da Unidade Orçamentária 39.201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a executar a dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), do subprojeto 16.088.0537.1204.0662 – BR-342/MG – Araçuaí-Salinas, da Unidade Orçamentária 39.201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, devendo, na seqüência, observar o seguinte:

I – a realização, por parte do DNER, ou o Órgão por ele delegado, no prazo de 30 dias, de estudos acurados para aferir preços que poderiam ser obtidos com a celebração de novos contratos e, na eventualidade da verificação da possibilidade de obtenção de preços mais favoráveis do que aqueles vigentes nos contratos, que proceda à renegociação das condições financeiras, atualmente praticadas, devendo, ainda, enviar tal estudo ao Tribunal de Contas e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização;

II – a fiscalização, por parte do DNER, ou o Órgão por ele delegado, da estrita observância das normas técnicas e do cronograma da obra, com comunicação bimestral ao Tribunal de Contas da União, sob pena da suspensão do contrato.

grama da obra, com comunicação bimestral ao Tribunal de Contas da União, sob pena da suspensão do contrato.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União acompanhará e fiscalizará a aplicação dos recursos liberados nos termos do artigo anterior, informando qualquer irregularidade à Comissão de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

EMENDA Nº 1

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a executar a dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), do subprojeto 16.088.0537.1204.0662 – BR-342/MG – Araçuaí-Salinas, da Unidade Orçamentária 39.201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, devendo observar o seguinte:

1. A realização, no prazo de 30 dias, de estudos acurados para aferir preços que poderiam ser obtidos com a celebração de novos contratos e, na eventualidade da verificação da possibilidade de obtenção de preços mais favoráveis do que aqueles vigentes nos contratos, que proceda à renegociação das condições financeiras, atualmente praticadas, devendo, ainda, enviar tal estudo ao Tribunal de Contas da União e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

2. A realização pelo Tribunal de Contas da União do acompanhamento da execução físico-financeira da obra, especialmente, quanto a efetiva aplicação dos recursos, devendo informar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização qualquer ocorrência que contenha indícios de irregularidades.

3. Verificação por parte do DER da estrita observância das normas técnicas e do cronograma da obra, com comunicação bimestral ao Tribunal de Contas da União, sob pena da suspensão do contrato.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 23 horas e 18 minutos).

(OS 10065/99)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

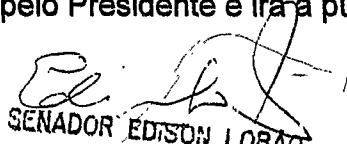
Ata da 3ª Reunião, realizada em 05/10/99.

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e noventa e nove, às quinze horas e trinta minutos, na sala n.º 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, reuniu-se a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória n.º 1.918-1, de 22 de setembro de 1.999, e publicada no dia 23 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias do crédito rural, de que trata a Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e de dívidas para o com o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFE, instituído pelo Decreto-Lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986, que foram reescaladas no exercício de 1997, e dá outras providências". Presentes os Senhores Parlamentares: José Fogaça, Jonas Pinheiro, Juvêncio Dias, Carlos Melles, Waldemir Moka, Luís Carlos Heinze, Carlos Batata, Moacir Micheletto, Xico Graziano, João Grandão, Silas Brasileiro e Ronaldo Caiado. Por motivo justificado, deixaram de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente Deputado Carlos Melles, declarou aberto os trabalhos e fez exposição sobre o andamento das conversações que poderão servir de base para o Projeto de Lei de Conversão. A seguir, concedeu a palavra ao Senhor Senador José Fogaça, relator da matéria. S. Exa. Declinou da palavra manifestando o desejo de omitir a sua opinião logo após as manifestações dos representantes das entidades de classes convidadas. Para discutirem a matéria e apresentarem sugestões usaram a palavra os Senhores: Dejandir Del Pasquali, Rivaci Speratto, Manoel Bertone, João Paulo Kohowisk, Rui Polidoro, Humberto Santa Cruz, João Umbelino e o Senhor Deputado Ronaldo Caiado. Dando continuidade aos trabalhos a matéria foi discutida pelos Senhores Deputados Silas Brasileiro, Waldemir Moka e Luiz Carlos Heinze, que apresentou proposta, ficando a mesma para ser discutida em reunião futura a ser definida. Ainda usou a palavra para discutir a matéria o Senhor Deputado João Grandão. A seguir a Presidência concedeu a palavra ao Senador José Fogaça. Com a palavra S. Exa. Comunicou que em virtude dos Senhores Senadores estarem votando matéria de Emenda Constitucional e alguns deles já terem se dirigido para o Plenário do Congresso Nacional, não poderia se alongar na discussão da matéria e expondo o seu pensamento concordou com alguns pontos abordados na reunião. A seguir o Senhor Deputado Carlos Melles, convidou os Senhores membros da Comissão, bem como todos os convidados, para comparecerem a uma reunião informal da Comissão no dia 6 de outubro do corrente ano, às 10:00 horas, no plenário da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Nada mais havendo a tratar a Presidência declarou encerrada a reunião. E, para constar, eu Joaquim Balduino de Barros Neto, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que lida e aprovada será assinada pelo Presidente e irá à publicação.

PUBLIQUE-SE EM,
121/12199
Serviço de Comissões Mistas
do Senado Federal

Ata da 1ª Reunião, (instalação) realizada em 07/12/99.

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e noventa e nove, às dezoito horas e trinta minutos, na sala n.º 07, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, reuniu-se a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória n.º 1.928, de 25 de novembro de 1.999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que "Cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e dá outras providências". Presentes os Senhores Parlamentares: Edison Lobão, Carlos Patrocínio, Jádér Barbalho, Lúcio Alcântara, Sebastião Rocha, Moreira Mendes, Antônio Carlos Valadares, Ernandes Amorim, Manoel Castro, Ronaldo Cézar Coelho e Milton Monti. Por motivo justificado, deixaram de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente eventual, Deputado Manoel Castro, declarou aberto os trabalhos. A seguir comunicou aos Senhores membros que tendo havido acordo de Lideranças, foram indicados os nomes dos Senhores Senadores Edison Lobão para Presidente e Jádér Barbalho para Vice-Presidente e submeteu para aprovação do plenário os nomes de Ss. Exas.. Não havendo objeção aos nomes indicados, declarou ambos eleitos por aclamação. A seguir convidou os eleitos para tomarem assento à mesa e assumirem os seus respectivos cargos. Ao assumir a Presidência o Senhor Senador Edison Lobão, agradeceu a confiança que os membros da Comissão depositaram no seu nome e designou o Senhor Deputado Ronaldo Cézar Coelho para relatar a matéria. A seguir concedeu a palavra ao Senhor Deputado Ronaldo Cézar Coelho que comunicou ao plenário o curto espaço de tempo que dispunha para elaboração de um Projeto de Lei de Conversão, ficando o mesmo e a Admissibilidade para serem discutidos pelo Plenário do Congresso Nacional. Nada mais havendo a tratar a Presidência declarou encerrada a reunião. E, para constar, eu Joaquim Baldoino de Barros Neto, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que lida e aprovada será assinada pelo Presidente e irá à publicação.



SENADOR EDISON LOBÃO

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Primeira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Primeira Legislatura**ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO**
MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 1999.

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e noventa e nove, às dez horas e trinta e quatro minutos, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes das Pautas n.ºs 18, 19, 20 e 21/99. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Airtton Dipp, Alberto Goldman, Almir Sá, Anivaldo Vale, Ben-hur Ferreira, Carlos Melles, César Bandeira, Damião Feliciano, Danilo de Castro, Eurípedes Miranda, Félix Mendonça, Fernando Gonçalves, Iberê Ferreira, João Caldas, João Fassarella, Jorge Khoury, José Carlos Elias, José Lourenço, José Melo, José Priante, Jovair Arantes, Lael Varella, Nelson Meurer, Neuton Lima, Osvaldo Coêlho, Osvaldo Reis, Paulo Braga, Paulo Feijó, Pedro Chaves, Pedro Henry, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Santos Filho, Sérgio Miranda, Silas Brasileiro, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Wilson Braga e Wilson Santos; - **Senadores titulares:** Edison Lobão, Eduardo Siqueira Campos, Gilberto Mestrinho, José Alencar, Luiz Estevão, Luiz Otávio, Luiz Pontes, Mauro Miranda, Nabor Junior, Ramez Tebet, Romero Jucá, Sebastião Rocha e Tião Viana; - **Deputados suplentes:** Aracely de Paula, Aroldo Cedraz, B. Sá, Darcísio Perondi, Deusdeth Pantoja, Fatima Pelaes, Francisco Garcia, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, João Ribeiro, João Tota, Jorge Alberto, José Borba, Luciano Castro, Mário Negromonte, Milton Monti, Pedro Celso, Pedro Novais, Philemon Rodrigues, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Barros e Ricarte de Freitas. Foi registrado o comparecimento da Senadora Marluce Pinto, membro suplente. Foi registrada a ausência dos membros: - **Deputados titulares:** Antônio Carlos Konder Reis, Armando Abílio, Basílio Villani, Carlito Merss, Cleonânio Fonseca, Coriolano Sales, Djalma Paes, Eujácio Simões, Eunício Oliveira, Fernando Marroni, Freire Junior, Gonzaga Patriota, João Coser, João Leão, José Chaves, Laura Carneiro, Márcio Reinaldo Moreira, Nárcio Rodrigues, Nilson Mourão, Paes Landim, Paulo Mourão, Renato Vianna, Rommel Feijó e Vadão Gomes; - **Senadores titulares:** Antero Paes de Barros, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, Hugo Napoleão, Lúcio Alcântara, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcanti e Wellington Roberto. **ABERTURA:** Havendo número regimental, conforme o disposto no § 1º do art. 29 do Regimento Comum, o Presidente,

Senador Gilberto Mestrinho, declarou iniciada a reunião. Devido à inexistência de número regimental para deliberação, a apreciação da Décima Quinta Reunião Ordinária foi postergada. **EXPEDIENTE:** O Presidente acusou o recebimento dos seguintes expedientes: **a)** Correspondência interna: Ofício nº 376, de 10 de novembro, remetido pelo gabinete do Deputado Paulo Mourão, encaminhando justificativa de falta no período de 10 a 17/11/99. Correspondência externa: **1)** Aviso nº 1.124, de 16 de novembro, remetido pelo Ministro Iram Saraiva, Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 798/99, bem como o Relatório e Voto que a fundamentam, referente à execução orçamentária da construção e pavimentação da BR - 174 - divisa AM/RR - marco BV- 08. - Mensagens que encaminham ao Congresso Nacional nos termos do § 3º do art. 12 da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, cópias dos Decretos de 4 e 5 de novembro de 1999: **1)** Mensagem nº 1.114/99, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 1.498.837,00, em favor do Ministério da Defesa, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento"; **2)** Mensagem nº 1.115/99, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.268.181.126,00, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos"; **3)** Mensagem nº 1.116/99, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia e das Comunicações, crédito suplementar no valor global de R\$ 16.167.892,00, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos"; **4)** Mensagem nº 1.117/99, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor global de R\$ 2.849.000,00, em favor da Presidência da República e do Ministério da Justiça, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento"; **5)** Mensagem nº 1.118/99, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 11.567.075,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento"; **6)** Mensagem nº 1.119/99, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 55.762.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento". **II)** Distribuição de Projetos: Projeto de Lei nº 41/99-CN. Relator: Deputado Fernando Marroni (PMDB/TO); Projeto de Lei nº 42/99-CN. Relator: Deputado Freire Júnior (PMDB/TO); Projeto de Lei nº 43/99-CN. Relator: José Melo (PFL/TO); Projeto de Lei nº 44/99-CN. Relator: Deputado Waldemir Moka (PMDB/MS); Projeto de Lei nº 45/99-CN. Relator: Senador Lúcio Alcântara (PSDB/CE); Projeto de Lei nº 46/99-CN. Relator: Deputado Fernando Gonçalves (PTB/RJ); Projeto de Lei nº 47/99-CN. Relator: Deputado Danilo de Castro (PSDB/MG); Projeto

de Lei nº 48/99-CN. Relator: Deputado Eujácio Simões (PL/BA); Projeto de Lei nº 49/99-CN. Relator: Deputada Laura Carneiro (PFL/RJ); Projeto de Lei nº 50/99-CN. Relator: Deputado Anivaldo Vale (PSDB/PA); Projeto de Lei nº 51/99-CN. Relator: Deputado Antônio Carlos Konder Reis (PFL/SC); Projeto de Lei nº 52/99-CN. Relator: Deputado Pedro Chaves (PMDB/GO); Projeto de Lei nº 53/99-CN. Relator: Deputado Paulo Mourão (PSDB/TO); Projeto de Lei nº 54/99-CN. Relator: Deputado Virgílio Guimarães (PT/MG); Projeto de Lei nº 55/99-CN. Relator: Senador Sebastião Rocha (PDT/AP); Projeto de Lei nº 56/99-CN. Relator: Deputado Sérgio Miranda (PcdoB/MG); Projeto de Lei nº 57/99-CN. Relator: Deputado José Lourenço (PFL/BA); Projeto de Lei nº 58/99-CN. Relator: Deputado César Bandeira (PFL/MA); Projeto de Lei nº 59/99-CN. Relator: Senador Romero Jucá (PSDB/RR); Projeto de Lei nº 60/99-CN. Relator: Senador Eduardo Siqueira Campos (PFL/TO); Projeto de Lei nº 61/99-CN. Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti (PFL/RR); Projeto de Lei nº 62/99-CN. Relator: Deputado Damião Feliciano (PMDB/PB); Projeto de Lei nº 63/99-CN. Relator: Deputado Basílio Villani (PSDB/PR); Projeto de Lei nº 64/99-CN. Relator: Deputado Osvaldo Reis (PMDB/TO); Projeto de Lei nº 65/99-CN. Relator: Senador Luiz Otávio (PPB/PA); Projeto de Lei nº 66/99-CN. Relator: Deputado Santos Filho (PFL/PR); Projeto de Lei nº 67/99-CN. Relator: Senador Moreira Mendes (PFL/RO); Projeto de Lei nº 68/99-CN. Relator: Senador Edison Lobão (PFL/MA); Projeto de Lei nº 69/99-CN. Relator: Deputado Gonzaga Patriota (PSB/PE); Projeto de Lei nº 70/99-CN. Relator: Senador Nabor Júnior (PMDB/AC); Projeto de Lei nº 71/99-CN. Relator: Senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE); Projeto de Lei nº 72/99-CN. Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira (PPB/MG); Projeto de Lei nº 73/99-CN. Relator: Deputado Iberê Ferreira (PPB/RN); Projeto de Lei nº 74/99-CN. Relator: Senador José Alencar (PMDB/MG); Projeto de Lei nº 75/99-CN. Relator: Senador Antero Paes de Barros (PSDB/MT); Projeto de Lei nº 76/99-CN. Relator: Deputado Wilson Santos (PMDB/MT); Projeto de Lei nº 77/99-CN. Relator: Deputado Nárcio Rodrigues (PSDB/MG); Projeto de Lei nº 78/99-CN. Relator: Deputado Paulo Feijó (PSDB/RJ); Projeto de Lei nº 79/99-CN. Relator: Deputado Armando Abílio (PMDB/PB); Projeto de Lei nº 80/99-CN. Relator: Senador Mauro Miranda (PMDB/GO); Projeto de Lei nº 81/99-CN. Relator: Deputado Alberto Goldman (PSDB/SP); Projeto de Lei nº 82/99-CN. Relator: Deputado Eunício Oliveira (PMDB/CE); Projeto de Lei nº 83/99-CN. Relator: Deputado João Leão (PSDB/BA); Projeto de Lei nº 84/99-CN. Relator: Deputado José Chaves (PMDB/PE); e Projeto de Lei nº 85/99-CN. Relator: Senador Tião Viana (PT/AC). O Deputado José Lourenço fez comentários sobre o comparecimento do Ministro do Orçamento, Planejamento e Gestão, Dr. Martus Tavares, e do Secretário da Receita Federal, Dr. Everardo Maciel, em reuniões de audiência pública, bem como a recente

remessa de projetos de lei de créditos adicionais pelo Poder Executivo. Discutiram sobre o assunto exposto os Deputados Armando Abílio, Jovair Arantes e Giovanni Queiroz. O Deputado João Fassarella alegou insuficiência de número regimental e propôs o encerramento da reunião. O Presidente informou que havia quorum para abertura dos trabalhos e não havendo para deliberação. O Deputado João Fassarella ratificou ao Plenário a posição da Bancada do Partido dos Trabalhadores quanto à designação do Senador Luiz Estevão para o cargo de relator adjunto do Plano Plurianual 2000-2003. Comunicou, ainda, sua intenção de obstruir a apreciação das matérias da pauta até que o assunto seja resolvido. O Presidente anunciou a existência de número regimental para deliberação e, em seguida, passou à apreciação da Ata da Décima Quinta Reunião Ordinária, realizada em 18 de novembro de 1999. Havendo concordância do Plenário, o Presidente dispensou a leitura da Ata por ter sido distribuída antecipadamente através da Pauta. Não houve discussão e, conforme o estabelecido *na alínea "f" do artigo 9º do Regulamento Interno*, o Presidente declarou a Ata **aprovada**. **ORDEM DO DIA**. PAUTA Nº 18/99. Item único: **Projeto de Lei nº 11-B/99-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 76.000.000,00, para os fins que especifica." Relator: Senador Romero Jucá. Voto: Favorável, nos termos propostos no Substitutivo. O Relator comunicou ao Plenário que havia recebido as informações adicionais solicitadas anteriormente ao Ministério dos Transportes. O Presidente anunciou o encerramento da discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** contra os votos dos Deputados João Fassarella, Ben-Hur Ferreira, Fernando Marroni e Gilmar Machado, na representação da Câmara dos Deputados. Às onze horas e quatorze minutos, o Deputado João Fassarella pediu verificação de votação, com o apoio dos Deputados Ben-Hur Ferreira, Fernando Marroni, Gilmar Machado e Virgílio Guimarães, conforme o estipulado no *§ único do art. 29 da Resolução nº 02, de 1995, do Congresso Nacional*. O Senador Romero Jucá foi designado secretário e fez chamada nominal dos senhores deputados. Em seguida, o Presidente proclamou o seguinte resultado: 34 Deputados votantes; 26 votos SIM e 08 votos NÃO. Conforme o disposto *no caput do art. 14 do Regimento Comum*, e tendo sido apurada a legalidade da votação na representação da Câmara dos Deputados, o Presidente ratificou a aprovação da matéria naquela Casa e, para concluir a votação, o Presidente submeteu o Relatório à representação do Senado Federal, tendo sido **aprovado** por unanimidade. PAUTA Nº 19/99. Item 1 - **Projeto de Lei nº 22/99-CN** (remanescente da Pauta nº 17/99), que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 191.004.737,00, para reforço de dotações consignadas no vigente

orçamento". Relator: Senador Mauro Miranda. Voto: Pelo desmembramento do Projeto. Favorável ao Substitutivo, com as emendas acatadas pelo Relator, referente ao Projeto de Lei nº 22-A/99-CN e favorável ao Substitutivo referente ao Projeto de Lei nº 22-B/99-CN. O relator fez a apresentação do Relatório e comunicou a alteração do voto nos termos propostos no Substitutivo. O Presidente declarou inadmitida uma emenda listada pelo Relator, conforme o disposto no *art. 9º, letra "q" do Regulamento Interno da Comissão*. O Deputado Virgílio Guimarães apresentou questão de ordem acerca do apoio à verificação de votação ocorrida anteriormente. Na qualidade de secretário da chamada nominal, o Senador Romero Jucá teceu considerações acerca do assunto. O Presidente esclareceu que é necessária a presença dos parlamentares que deram apoio à verificação de votação no momento da chamada nominal e prosseguiu com a apreciação do Relatório ao Projeto de Lei nº 22/99-CN. O Deputado Gilmar Machado sugeriu o desmembramento do Projeto e obteve acatamento do relator. O Presidente esclareceu que a parte relativa ao Ministério do Meio Ambiente ficaria suspensa, constituída em Projeto de Lei nº 22-B/99-CN. Realizada a votação da parte geral do Relatório, tendo sido desmembrado em Projeto de Lei nº 22-A e 22-B/99-CN, o Presidente anulou esta votação, em virtude dos esclarecimentos fornecidos à Bancada do Partido dos Trabalhadores. Por conseguinte, não houve necessidade de desmembramento do Projeto. Em votação, o Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 22/99-CN foi **aprovado** por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 2 - **Projeto de Lei nº 29/99-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 1.019.077.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento". Relator: Deputado Osvaldo Coêlho. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. O relator fez a apresentação. Discutiram a matéria os Deputados Giovanni Queiroz, João Fassarella e Alberto Goldman. O Deputado Gilmar Machado fez encaminhamento contrário. Em votação, o Relatório foi **aprovado** contra os votos dos Deputados João Fassarella, Ben-Hur Ferreira, Gilmar Machado e Virgílio Guimarães, na representação da Câmara dos Deputados; e, por unanimidade, no Senado Federal. **Item 3 - Mensagem nº 343/99-CN**. Relatório acerca da execução orçamentária do subprojeto 16.088.0537.1204.0023 - **BR - 080/GO - Uruaçu - Padre Bernardo**, lista no Quadro II anexo à Lei nº 9.789, de 23/02/99. Relator: Deputado Jovair Arantes. Voto: Pela autorização da execução dos créditos orçamentários da dotação orçamentária consignada no Orçamento da União para 1999, no valor de R\$ 600.000,00, conforme Projeto de Decreto Legislativo apresentado. O relator fez a apresentação. O Deputado João Fassarella manifestou-se contrário e ratificou a posição do Partido dos

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Sras. e Srs. Parlamentares, havendo número regimental, declaro aberta a 16ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação de matérias constantes das Pautas nºs 18, 19, 20 e 21, de 1999.

Apreciação da ata da reunião anterior. (Pausa.)

Voltaremos à questão da ata posteriormente à leitura do expediente.

A Mesa acusa o recebimento dos seguintes expedientes:

Correspondência interna:

Ofício nº 376, de 10 de novembro, remetido pelo gabinete do Sr. Deputado Paulo Mourão, encaminhando justificativa de falta no período de 10 a 17 de novembro de 1999.

Correspondência externa:

Aviso nº 1.124, de 16 de novembro, remetido pelo Ministro Iram Saraiva, Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 798, de 1999, bem como o relatório e voto que a fundamentam, referente à execução orçamentária da construção e pavimentação da BR-174, divisa Amazonas-Roraima, marco BV-8.

Mensagens que encaminham ao Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, cópias dos Decretos de 4 e 5 de novembro de 1999:

Mensagem nº 1.114/99, que "abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de 1 milhão, 498 mil e 837 reais em favor do Ministério da Defesa, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento";

Mensagem nº 1.115/99, que "abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo, crédito suplementar no valor global de 1 bilhão, 268 milhões, 181 mil e 126 reais, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos".

Mensagem nº 1.116/99, que "abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia e das Comunicações, crédito suplementar no valor de 16 milhões, 167 mil e 892 reais, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos".

Mensagem nº 1.117/99, que "abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor global de 2 milhões e 849 mil reais, em favor da Presidência da República e do Ministério da Justiça, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento".

Mensagem nº 1.118/99, que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de 11 milhões, 567 mil e 75 reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento".

Mensagem 1.119/99, que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de 55 milhões e 762 mil reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento".

Distribuição de projetos:

Projeto de Lei nº 41/99. Relator: Deputado Fernando Marroni;

Projeto de Lei nº 42/99. Relator: Deputado Freire Júnior;

Projeto de Lei nº 43/99. Relator: Deputado José Melo;

Projeto de Lei nº 44/99. Relator: Deputado Waldemir Moka;

Projeto de Lei nº 45/99. Relator: Senador Lúcio Alcântara;

Projeto de Lei nº 46/99. Relator: Deputado Fernando Gonçalves;

Projeto de Lei nº 47/99. Relator: Deputado Danilo de Castro;

Projeto de Lei nº 48/99. Relator: Deputado Eujácio Simões;

Projeto de Lei nº 49/99. Relatora: Deputada Laura Carneiro;

Projeto de Lei nº 50/99. Relator: Deputado Anivaldo Vale;

Projeto de Lei nº 51/99. Relator: Deputado Antônio Carlos Konder Reis;

Projeto de Lei nº 52/99. Relator: Deputado Pedro Chaves;

Projeto de Lei nº 53/99. Relator: Deputado Paulo Mourão;

Projeto de Lei nº 54/99. Relator: Deputado Virgílio Guimarães;

Projeto de Lei nº 55/99. Relator: Senador Sebastião Rocha;

Projeto de Lei nº 56/99. Relator: Deputado Sérgio Miranda;

Projeto de Lei nº 57/99. Relator: Deputado José Lourenço;

Projeto de Lei nº 58/99. Relator: Deputado Cesar Bandeira;

Projeto de Lei nº 59/99. Relator: Senador Romero Jucá;

Projeto de Lei nº 60/99. Relator: Senador Eduardo Siqueira Campos;

Projeto de Lei nº 61/99. Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti;

Projeto de Lei nº 62/99. Relator: Deputado Damião Feliciano;

Projeto de Lei nº 63/99. Relator: Deputado Basílio Villani;

Projeto de Lei nº 64/99. Relator: Deputado Osvaldo Reis;

Projeto de Lei nº 65/99. Relator: Senador Luiz Otávio;

Projeto de Lei nº 66/99. Relator: Deputado Santos Filho;

Projeto de Lei nº 67/99. Relator: Senador Moreira Mendes;

Projeto de Lei nº 68/99. Relator: Senador Edison Lobão;

Projeto de Lei nº 69/99. Relator: Deputado Gonzaga Patriota;

Projeto de Lei nº 70/99. Relator: Senador Nabor Júnior;

Projeto de Lei nº 71/99. Relator: Senador Antônio Carlos Valadares;

Projeto de Lei nº 72/99. Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira;

Projeto de Lei nº 73/99. Relator: Deputado Iberê Ferreira;

Projeto de Lei nº 74/99. Relator: Senador José Alencar;

Projeto de Lei nº 75/99. Relator: Senador Antero Paes de Barros;

Projeto de Lei nº 76/99. Relator: Deputado Wilson Santos;

Projeto de Lei nº 77/99. Relator: Deputado Narcio Rodrigues;

Projeto de Lei nº 78/99. Relator: Deputado Paulo Feijó;

Projeto de Lei nº 79/99. Relator: Deputado Armando Abílio;

Projeto de Lei nº 80/99. Relator: Senador Mauro Miranda;

Projeto de Lei nº 81/99. Relator: Deputado Alberto Goldman;

Projeto de Lei nº 82/99. Relator: Deputado Eunício Oliveira;

Projeto de Lei nº 83/99. Relator: Deputado João Leão;

Projeto de Lei nº 84/99. Relator: Deputado José Chaves;

Projeto de Lei nº 85/99. Relator: Senador Tião Viana.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO - Sr. Presidente, quero chamar a atenção da Comissão para o fato de que recebemos aqui anteontem o Secretário da Receita Federal e, anteriormente, o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Martus Tavares, e o que vemos agora é uma enxurrada de créditos suplementares em função de excesso de receita.

Esta Comissão, que tem como meta maior elaborar o Orçamento da União, vê-se, por vezes, inviabilizada de atender a determinados setores da vida nacional por falta de recursos. O Governo Federal nos nega os recursos para que possamos fazer um orçamento para o setor básico. Ninguém pretende aqui fazer auto-estradas, como são feitas algumas, especialmente no sul do País, com créditos externos, que são pagos futuramente pelo Tesouro Nacional. Mas queríamos, pelos menos no Nordeste, dinheiro para tapar os buracos das estradas federais. No Norte o quadro é o mesmo. Queríamos recursos para esse elemento básico, para os diversos setores essenciais da vida da Nação. Entretanto, nos negam, dizem que não há.

Depois, o que se vê aqui são créditos suplementares para diversos setores sem uma ordenação, sem que isso tenha passado anteriormente pelo crivo do Congresso. Agora nos vemos forçados a aprovar créditos suplementares, muitas vezes para pagamento de folha. Ora, não compreendo como pode haver

necessidade de aumento de recursos para pessoal quando os salários não aumentaram. Vemos até — e vou votar contra — linha de crédito para pagar precatórios, Sr. Presidente! Isso demonstra falta de sensibilidade por esta Comissão e pelo Congresso Nacional.

Faço um apelo a V.Exa., Sr. Presidente, para que levemos ao Ministro do Orçamento a nossa surpresa: o Governo não tem dinheiro; no entanto, mandam para cá, para serem submetidos a nossa apreciação, créditos dessa ordem, que, somados, totalizam bilhões e bilhões de reais. É incompreensível que se tenha destinado, no Orçamento do próximo ano — que está na proposta deste ano —, 6 bilhões de reais para investimentos. Vou trazer para V.Exa. e para esta Casa a soma dos créditos suplementares, que totalizará muito mais do que isso.

É um absurdo, Sr. Presidente. Vejo até agora, entre o que já aprovamos, o que estamos aprovando e o que vai ser aprovado, uma orgia, e infelizmente o Congresso não tem maior controle. Eles montam tudo isso, mandam para cá e dizem: "Isso é emergência, é isto, é aquilo". Somos, portanto, obrigados a aprovar, sem um estudo mais aprofundado da realidade.

Apelo para todos no sentido de que tenhamos uma conversa séria com o Governo, para pôr ordem nessa bagunça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Continua franqueada a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Sr. Presidente, já se passaram mais de 40 minutos, ainda não há **quorum** para a sessão. Indico a V.Exa. a necessidade de encerrar a presente sessão por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado João Fassarella, a abertura foi feita no prazo regimental, com número regimental para a

abertura. Não estamos deliberando sobre a matéria da pauta ainda, estamos apenas discutindo problemas, porque é importante que se discuta. Agora mesmo o Deputado José Lourenço mencionou uma questão que é do interesse geral, em que chamou a atenção da Comissão para fatos que acontecem e que podem ter reflexo na vida da Comissão e na própria opinião pública no que diz respeito à nossa Comissão.

Então, é salutar que façamos a discussão, embora não se tenha número ainda para deliberação.

Continua franqueada a palavra.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Sr. Presidente, tenho acompanhado as reuniões desta Comissão por várias vezes e gostaria de lançar, a respeito do pedido de encerramento da reunião por falta de **quorum** feito pelo nobre colega, a idéia de que deveríamos esforçar-nos para que esta Comissão possa desempenhar seu trabalho. Sei que é culpa de nós mesmos, porque temos um número reduzido. Mas que possamos analisar a pauta, verificar as matérias onde há dúvida, controvérsia, alguma questão ainda a ser esclarecida, e aquilo que estiver pacífico, de acordo, em consenso, para avançarmos no sentido de dar eficácia a essas reuniões que estamos fazendo. Creio que não temos deliberado já há sete ou oito reuniões.

É a sugestão que faço aos nobres colegas da Comissão: avaliem aquilo que é consenso, em que não há nenhum empecilho, para que possamos deliberar o que for consensual.

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO - Sr. Presidente, infelizmente não presenciei toda a participação do Deputado José Lourenço, mas quero deixar registrada a preocupação, principalmente a nossa, que somos de Estado pobre. Ontem tive a oportunidade de ser recebido em audiência em dois Ministérios. Fui, acompanhado do Prefeito da Capital do meu Estado, Paraíba, o ex-Ministro Cícero de Lucena, discutir nesses Ministérios o problema das emendas de bancada. Infelizmente todos os Srs. Ministros estão dizendo que não há recursos para essas emendas. Entretanto, todos os dias recebemos aqui pedidos de créditos suplementares.

Quero deixar registrada a nossa preocupação porque, se existem recursos para serem liberados para determinadas funções, por que não existem recursos a serem empenhados no que diz respeito às emendas de bancada? Por exemplo, levamos a um dos Ministros a nossa preocupação no que diz respeito à construção de um canal na cidade de Campina Grande. Se essa obra for paralisada, vai-se ter um prejuízo muito grande. O total desse projeto gira em torno de 23 milhões de reais, e no Orçamento de 1999 conseguimos aprovar recursos na ordem de 8 milhões de reais, mas não existe autorização para fazer esse empenho.

Fica, portanto, registrada minha inquietação no que diz respeito à falta de recursos a serem empenhados para a liberação das emendas de bancada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Deputado João Fassarella.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Quero, até por obrigação e dever, reafirmar a posição da nossa bancada em relação ao andamento da Comissão de Orçamento neste momento.

Acho que toda a Casa é testemunha de que o procedimento adotado pela nossa bancada na análise da tramitação do Orçamento tem sido o de procurar fazer com que os trabalhos caminhem. Adotamos sempre a sugestão apresentada pelo ilustre Parlamentar que me antecedeu no sentido de que pudéssemos avaliar os projetos em torno dos quais existia o consenso; limpávamos a pauta em relação a

todas as matérias consensuais, ficando apenas matérias em torno das quais, por razões políticas ou posição partidária, tínhamos um posicionamento contrário. Mas isso era explicitado com bastante antecedência, para que, se houvesse a vontade política por parte da base de sustentação do Governo para viabilizar a aprovação daquelas matérias, fosse possível arregimentar a presença necessária para sua votação. Sempre foi esse o procedimento da nossa bancada. Nunca fizemos, ao longo de todos os anos em que estamos aqui, um processo de obstrução sistemático em relação a toda a pauta.

No entanto, adotamos essa posição agora, como manifestação do inconformismo da nossa bancada relativamente à indicação do Senador Luiz Estevão para uma das relatorias do PPA. Queremos dizer que essa posição não tem nada de pessoal em relação ao Senador Luiz Estevão.

Ontem saiu um relatório em que se pede a investigação das relações e do procedimento adotado pelo Senador e pelas suas empresas na relação entre a construção do TRT, em São Paulo, a Ikal e as empresas do Senador.

A nota oficial apresentada pelo Senador, dizendo que o que está sendo questionado são as relações comerciais dos dois grupos, das duas empresas, a Ikal e o Grupo OK, e não a pessoa do Senador, contém argumento muito frágil. Não se tem condições de separar a pessoa física, a figura do Senador, da sua atividade empresarial. Não há como fazer essa separação.

O Deputado Sérgio Naya foi cassado devido aos problemas trazidos principalmente nas suas relações com a sua empresa. Então, esse argumento não pode ser aceito. Achamos que não é bom para o desenrolar desta Comissão que um Senador que está neste momento sob investigação por parte de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, cujo relatório apresenta graves indícios de irregularidades praticadas por empresas de sua propriedade e, conseqüentemente, também por ele, aja como se isso não nos afetasse, como se isso não dissesse respeito à tranquilidade, à transparência e à segurança com que devemos conduzir nossos trabalhos.

Por essa razão, no início da sessão, por telefone, logo mantive contato com o Líder do nosso partido para trocarmos idéias a respeito da continuidade ou não desse procedimento. A posição que nos foi transmitida, tirada da coordenação da nossa bancada, foi a de que ainda manteríamos esse posicionamento.

Sabemos que existem créditos importantes e necessários, alguns envolvem até pagamento de pessoal. Temos plena consciência disso. Mas também temos plena consciência de que não é possível a Comissão simplesmente agir como se todas as questões relativas à CPI do Judiciário não existissem.

Deste modo, comunicamos a V.Exa. que a posição de nossa bancada é ainda de total obstrução em relação à pauta. Caso seja iniciado o processo de deliberação, logo no início da apreciação do primeiro projeto a ser discutido e votado apresentarei pedido de verificação, não como uma posição pessoal da bancada em relação à figura do Senador Luiz Estevão, mas como uma posição política do nosso partido em relação ao inconformismo da bancada. Entende-se que, nesse contexto, a participação do Senador Luiz Estevão numa importante relatoria causa prejuízos e cria embaraços para o melhor desempenho da Comissão.

São essas as explicações que queria dar a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Sr. Presidente, também para manifestar nossa preocupação na mesma linha do que disse o Deputado Armando Abílio sobre a liberação dos créditos e emendas de bancada. Sabemos das dificuldades da Comissão e de cada uma das bancadas estaduais durante todo o processo relativo às emendas, ou seja, apresentação, apreciação e, finalmente, liberação.

Nós, da bancada de Goiás, Estado que também tem emergência quanto às liberações de recursos do Orçamento, estamos perplexos, até o presente momento,

vendo todo o trabalho da bancada ir literalmente por água abaixo. As chuvas chegaram, e tudo o que já foi feito começa a rodar, considerando-se o trabalho anterior, as obras inacabadas. Por exemplo, ontem ou anteontem, citei no plenário desta Casa que em Goiânia dois rios atravessam a cidade: Cascavel e Botafogo. Há anos, o Governo Federal vem investindo, paulatinamente, com nossas emendas de bancada, recursos para terminar essas obras em Goiânia. Agora, as chuvas chegaram, nenhum recurso foi liberado, e todo o serviço feito começa a rodar. Estamos vendo nosso trabalho parlamentar rodando realmente. Há essa preocupação dos Deputados da Casa.

Esta Comissão precisava tomar uma posição. Dela que nasceram os recursos do Orçamento para Estados e Municípios. Tenho certeza de que todas as bancadas estão sofrendo os mesmos problemas da bancada de Goiás. Por exemplo, estamos com recursos no Ministério do Sr. Fernando Bezerra, que sequer dá adequada satisfação para que possamos saber como vamos proceder. Houve desentendimento entre ele e o ex-Ministro Ovídio de Ângelis, que nem é do nosso partido. Não estamos aqui para defender, absolutamente, relacionamento de Ministros, mas precisaria haver o mínimo respeito para com a população e a bancada, que estabeleceu recursos destinados aos Estados.

Nossa preocupação vai na mesma linha da do Deputado Armando Abílio. A Comissão, Sr. Presidente, também precisava fazer um expediente. Solicito que este seja feito aos Ministérios, pedindo seja dada uma posição referente às emendas de bancada já contingenciadas, algumas delas em até 70%, e estabelecido um cronograma de liberação dos recursos.

Não é possível que os Deputados, os Senadores, as bancadas fiquem trabalhando, como estamos fazendo agora, para conseguir costurar — vamos dizer assim — um orçamento exequível para o País, e no ano que vem os Ministros, a seu bel-prazer, não liberem os recursos, ficando realmente o nosso intuito sem ser realizado.

Sr. Presidente, também manifesto essa preocupação. Desta forma, solicito seja feito requerimento a todos os Ministérios, para que eles estabeleçam, como disse, cronograma de liberação das emendas já alocadas, que estão contingenciadas, segundo o Governo, prontas para serem liberadas, já com o programa apresentado.

O pior é que eles fazem as Prefeituras apresentarem projetos que custam muito caro para elas. Sabemos o estado em que se encontram as Prefeituras, do ponto de vista financeiro. Qualquer cidadão, ou consultoria, cobra 2, 3 mil de uma Prefeitura. Depois, não liberam o dinheiro, e a Prefeitura perde. Mandam apresentar novamente, e torna a perder. Mandam apresentar documento, e torna a perder. Nossa preocupação é nesse sentido.

Solicito à Presidência que tenha compreensão e nos ajude a todos, Deputados, que estamos trabalhando na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, V.Exa. tem sido generoso com nossos Parlamentares. Faço algumas análises na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O Deputado Carlos Melles participou do debate com o Dr. Everardo Maciel sobre receita orçamentária. S.Exa., que está lá atrás, queria só fazer uma observação, nobre Relator. O Dr. Everardo Maciel aqui esteve anteontem, e pudemos interpelá-lo, considerando-se que a receita proposta para o Orçamento do ano 2000 foi feita com base em parâmetros do mês de junho, conforme ele mesmo assegurou.

No entanto, V.Exa. já deve ter provocado o próprio Dr. Everardo para que fizesse uma revisão, em função de números da realidade e parâmetros de hoje. Isso vai influir, sim, sem dúvida alguma, na receita orçamentária para o ano 2000. Ele diz que não tem como avaliar quanto será arrecadado, quando começa a taxar

a remessa de lucros ou juros de empréstimos superiores a 8 bilhões, em oito anos. Acho que ele pode avaliar, num simples exercício, pelo menos aproximadamente, quanto a mais de receita V.Exa. poderá ter disponível. Não é verdade?

Estamos vendo que — não sei qual Deputado levantou essa questão — o crescimento da receita proposta para o ano que vem é muito pequeno, se considerarmos uma inflação projetada de 6 a 8% para o próximo ano. Entendo que V.Exa. terá uma fonte de recursos para melhor atender a demanda de emendas e adequações necessárias que temos que fazer ao Orçamento da União para o ano 2000. Daí minha observação no sentido de que não fiquemos apenas na fala do Dr. Everardo Maciel. Devemos avançar para buscar mais receita.

Com relação ao que foi apresentado pelos Deputados Armando Abílio e Jovair Arantes, digo que V.Exa. tem absoluta razão. O Governo Federal está mandando créditos para cá com excesso de arrecadação e ainda tem empenhado recursos desde 1998 a projetos de 1998, os quais até agora não pagou. Obras, às vezes feitas pelas Prefeituras, estão sendo sacrificadas. A Caixa Econômica autoriza a obra, e eles a fazem — Municípios do sul do Pará há seis meses terminaram a obra e até agora não receberam. Há excesso de arrecadação.

No Orçamento aprovado para este ano, sem falar nos créditos especiais ou suplementares remetidos para cá pelo Governo, até agora só 22% de investimentos foram executados. Então, tem absoluta razão em reclamar.

É importantíssima, por exemplo, a canalização do córrego Botafogo, em Goiânia, uma grande obra para a cidade. V.Exa., Deputado Jovair Arantes, reclama disso com absoluta razão. Até fico feliz, Deputado Carlos Melles, porque eu pensava que isso só acontecia com emendas de Parlamentares de oposição; mas, fiz um levantamento, e vi que acontece com as de todos. O Governo está segurando o dinheiro, fazendo caixa para produzir superávit primário. Ao mesmo tempo, faz o jogo orçamentário, mandando créditos para cá, dizendo que há excesso de arrecadação, e não paga a conta passada.

Sr. Presidente, chamo a atenção dos colegas Relatores dos créditos suplementares para isso. Em algumas situações, realmente é difícil atender emendas de Parlamentares, como no caso do INSS, da ação social ou coisa semelhante — foram quase mil emendas. Era difícil atender todos os Parlamentares com os recursos disponibilizados naquele crédito. O ilustre Senador Luiz Otávio, do Pará, está aqui e vai me ajudar a brigar por uma emenda nossa, pois é bom de briga.

Digo a V.Exa., Sr. Presidente, e aos nobres Relatores de créditos suplementares ou especiais que é necessário avaliar emenda por emenda. Temos o direito de rever os projetos do Governo, como revemos no Orçamento encaminhado as metas e propostas governamentais, e acrescentar ou modificar algumas aplicações de recursos. Sistemáticamente, os Relatores têm rejeitado todas as emendas, sem maior argumentação. Acho que devemos ter um pouco mais de consideração até com os próprios colegas que se debruçam sobre os créditos especiais e os estudam.

Tenho participado deste trabalho, tentando contribuir para melhorar, às vezes, o crédito suplementar, apresentando algumas emendas para meu próprio Estado. Como agora, no caso do INCRA. Estou pleiteando recurso para o sul do Pará. Estão lá 20% dos assentados brasileiros e 50% dos litígios possessórios e conflitos de terra. Então, temos direito de ser melhor aquinhoados com recursos para aquela Região.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A fim de que possamos atender a V.Exa., na votação do crédito, peço que conclua.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Já há **quorum**?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Já.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Eu até estava contribuindo com a Mesa, usando da palavra. Agradeço a atenção de V.Exa. para ratificar a necessidade de nós, Parlamentares, acatarmos, pelo menos apreciarmos com certo rigor, as emendas apresentadas aos créditos suplementares. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Havendo **quorum**, declaramos aprovada a ata da reunião anterior.

Passamos à Pauta nº 18/99:

Projeto de Lei nº 11-B, de 1999, que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de 76 milhões, para os fins que especifica.

Relator: Senador Romero Jucá.

Voto: Favorável, nos termos propostos no substitutivo.

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, apenas informo às Sras. e Srs. Parlamentares que eu havia desmembrado o projeto exatamente porque haviam pairado dúvidas sobre o recurso específico para o Porto de Santos. Havia orientação e decisão da Comissão no tocante à obra do TECON 2, terminal de contêineres, que tinha sido impugnada como irregular.

Pedimos informações ao Ministério e, depois de diligências, temos documentos demonstrando que esses recursos não serão utilizados especificamente nessas obras. E mais: que o contrato em questão, levantado pelo Tribunal de Contas, também comunicado por escrito, foi rescindido.

Sanam-se todas as irregularidades encontradas nessa questão. Portanto, meu parecer é positivo, recomendando a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão.

Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, fui um dos que discutiu a questão. Quero deixar claro o seguinte: para não parecer que a ação de retardamento tenha sido desta Comissão, o Relator, Senador Romero Jucá, havia enviado ofício ao Ministério no dia 2 de setembro. O ofício de resposta, que agora foi enviado, foi assinado no dia 13 de outubro. Portanto, levou um mês e meio para

que ofício de uma página fosse feito. É bom deixar claro que a responsabilidade pelo atraso não cabe ao Relator, evidentemente, nem a esta Comissão.

Ressalto um parágrafo da Informação nº 30, enviada ao Senador Romero Jucá, assinada pelo Chefe de Gabinete do Secretário-Executivo, Dr. Nelson Machado Fagundes. O parágrafo diz o seguinte:

Consultada a respeito, a CODESP, conforme expediente em anexo, indica a necessidade de alocação de recursos em obras emergenciais no TECON 2, de forma a executar obras essenciais, objetivando preservar os investimentos já realizados para posterior privatização, ressaltando, entretanto, que qualquer aplicação de recurso no projeto de ampliação do terminal de contêineres, margem esquerda do Porto de Santos, só poderá ser realizada após autorização específica da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização Nacional, conforme previsto no § 2º do art. 5º da Lei nº 9.789.

Como tinha alguma dúvida sobre essa redação, estive pessoalmente junto ao Secretário-Executivo do Ministério, Dr. Paulo Fontenele. A interpretação explícita dada por ele é de que esses recursos não são para serem utilizados na obra do TECON 2. Isso foi explicitado pelo Dr. Paulo Fontenele, inclusive na presença do Sr. Deputado Paulo Kobayashi, coordenador da bancada de São Paulo.

Nesses termos, e com essa interpretação, com esse entendimento, peço que a carta seja transcrita e o entendimento explicitado na ata.

Sou favorável à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Continua em discussão.

(Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer permaneçam como estão.

(Pausa.)

Aprovado na Câmara, contra quatro votos, dos Deputados João Fassarella, Ben-Hur Ferreira, Gilmar Machado e Fernando Marroni.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Peço verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Convido o Senador Romero Jucá para fazer a conferência.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, vou chamar à votação nominal na Câmara dos Deputados.

Partido da Frente Liberal, PFL.

Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

Deputado Carlos Melles.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - "Sim".

Deputado Cesar Bandeira.

Deputado Jorge Khoury.

Deputado José Lourenço.

Deputado José Melo.

Deputado Lael Varella.

Deputada Laura Carneiro.

Deputado Neuton Lima

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - "Sim", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Osvaldo Coelho.

Deputado Paes Landim.

Deputado Paulo Braga.

Deputado Santos Filho.

Deputado Wilson Braga.

Deputado Aracely de Paula.

Deputado Aroldo Cedraz.

Deputado Ciro Nogueira.

Deputado Deusdeth Pantoja.

Deputado Francisco Garcia.

Deputado Jaime Martins.

Deputado José Carlos Coutinho

Deputado José Thomaz Nonô.

Deputado Luciano Castro.

Deputado Luis Barbosa.

Deputado Paulo Marinho.

Deputado Sérgio Barcellos.

Deputada Zila Bezerra.

Há algum Deputado do PFL que deixou de ser chamado? (Pausa.)

PMDB.

Deputado Armando Abílio.

Deputado Damião Feliciano.

Deputado Eunício Oliveira.

Deputado Freire Júnior.

Deputado José Chaves.

Deputado José Priante.

Deputado Osvaldo Reis.

Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Voto com o Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Renato Vianna.

Deputado Silas Brasileiro.

Deputado Waldemir Moka.

Deputado Wilson Santos.

Deputado Alceste Almeida.

Deputado Darcísio Perondi.

Deputado João Henrique.

Deputado Jorge Alberto.

Deputado José Borba.

Deputado Milton Monti.

Deputado Norberto Teixeira.

Deputado Olavo Calheiros.

Deputado Pedro Novais.

Deputado Múcio Sá.

Deputado Philemon Rodrigues.

Deputado Ricardo Noronha.

Eu perguntaria se há algum Parlamentar do PMDB que não foi chamado?

(Pausa.)

PSDB.

Deputado Alberto Goldman.

Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - "Sim", Presidente.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Basílio Villani.

O SR. DEPUTADO DANILO DE CASTRO - "Sim", Presidente.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado João Leão.

Deputado Jovair Arantes.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Narcio Rodrigues.

Deputado Paulo Feijó.

Deputado Paulo Mourão.

Deputado Pedro Henry.

Deputado Roberto Rocha.

O SR. DEPUTADO ROBERTO ROCHA - "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Rommel Feijó.

Deputado Alexandre Santos.

Deputado B. Sá.

O SR. DEPUTADO B. SÁ - "Sim", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputada Fátima Pelaes.

Deputado João Almeida.

Deputado Julio Semeghini.

Deputada Lidia Quinan.

Deputado Marcus Vicente.

Deputado Mário Negromonte.

Deputado Pedro Canedo.

Deputado Sérgio Guerra.

Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Deputado Ricarte de Freitas.

Eu perguntaria se algum Parlamentar do PSDB deixou de ser chamado?

(Pausa.)

PT.

Deputado Ben-Hur Ferreira.

O Deputado Ben-Hur Ferreira estava presente e pediu verificação em apoioamento. Então, conta como voto "não". Se não, cai o apoioamento.

Vou computar o voto do Deputado Ben-Hur Ferreira como "não", tendo em vista que ele foi computado como voto de apoioamento. Ao não computar o voto dele, poderá cair o apoioamento. Então, para colaborar com a Liderança do PT, vamos contar como voto "não".

Deputado Carlito Merss.

Deputado Fernando Marroni. Também "não".

Deputado João Coser.

Deputado João Fassarella. "Não".

Deputado Nilson Mourão.

Deputado Virgílio Guimarães. Também "não".

Deputado Antonio Palocci.

Deputado Gilmar Machado.

Deputado João Grandão.

Deputado João Paulo.

Deputado José Pimentel.

Deputado Luiz Sérgio.

Deputado Pedro Celso.

Algum Parlamentar do Partido dos Trabalhadores deixou de ser chamado?

(Pausa.)

PPB.

Deputado Almir Sá.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ - "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Cleonânio Fonseca.

Deputado Iberê Ferreira.

O SR. DEPUTADO IBERÊ FERREIRA - "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - "Sim".

Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Deputado Nelson Meurer.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Roberto Balestra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Vadão Gomes.

Deputado Eliseu Moura.

Deputado João Tota.

Deputado Pedro Corrêa.

Deputado Ricardo Barros.

Algum Parlamentar do PPB deixou de ser chamado? (Pausa.)

PTB.

Deputado Félix Mendonça.

Deputado Fernando Gonçalves.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GONÇALVES - "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado José Carlos Elias.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ELIAS - "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Eduardo Paes.

Deputado Renildo Leal.

Deputado Nelson Marquezelli.

Algum Parlamentar do PTB deixou de ser chamado? (Pausa.)

PDT.

Deputado Aírton Dipp.

O SR. DEPUTADO AIRTON DIPP - "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Coriolano Sales.

Deputado Eurípedes Miranda.

O SR. DEPUTADO EURÍPEDES MIRANDA - "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Giovanni G. Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, quero votar "não", até porque o Tribunal de Contas alega ainda algumas irregularidades. Então, voto "não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Pompeo de Mattos.

Bloco Parlamentar PSB/PCdoB

Deputado Djalma Paes.

Deputado Gonzaga Patriota.

Deputado Sérgio Miranda.

Deputado Agnelo Queiroz.

Deputado Givaldo Carimbão.

Bloco Parlamentar PL/PST/PMN/PSL.

Eujácio Simões.

João Caldas.

Marcos Cintra.

Fazendo a chamada ao PFL.

O SR. DEPUTADO PHILEMON RODRIGUES - Pela ordem, Sr. Presidente. Quero retificar o meu voto, eu votei errado. É "sim" mesmo.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Philemon Rodrigues vota "sim".

Deputado José Lourenço.

Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Jorge Khoury, PFL. PMDB.

Deputado Philemon Rodrigues retifica para "sim".

PPB.

Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Osvaldo Coelho. PFL.

Algum Parlamentar membro da Comissão deixou de ser chamado? (Pausa.)
Vou apurar os votos. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Encerramos a votação, vamos fazer a apuração.

(Apuração da votação.)

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, o resultado: 26 votos "sim", 8 votos "não". Total de votantes: 34.

Votaram 34 Srs. Parlamentares: 26 "sim", e 8 "não". Portanto, o **quorum** foi atingido. O projeto foi aprovado na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Então, o projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Pauta nº 19.

Projeto de Lei nº 22/99 (remanescente da Pauta nº 17), que "abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de 191 milhões, 4 mil e 737 reais, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente".

Relator: Senador Mauro Miranda.

Voto: pelo desmembramento do projeto. Favorável ao substitutivo, com as emendas acatadas pelo Relator, referente ao Projeto de Lei nº 22-A/99 e favorável ao substitutivo referente ao Projeto de Lei nº 22-B/99.

Com a palavra o Senador Mauro Miranda, para apresentação do relatório.

O SR. SENADOR MAURO MIRANDA - Sr. Presidente, o relatório apresentado, que está sendo distribuído neste momento, é um relatório anterior, tendo em vista que o Ministro do Meio Ambiente pediu a retirada de um crédito que tinha pedido para ser incluído, de 3 milhões e 200. Em função disso, estamos...

Quanto aos outros itens, permanecem da mesma forma como estão estabelecidos nesse relatório já apresentado. O Governo Federal manda esse projeto para aprovação desta Casa, com relação ao Ministério dos Transportes, a fim de que seja aprovado o remanejamento de recursos pela administração direta para a Companhia de Navegação do São Francisco, para a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, para a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre, para a Companhia Brasileira de Trens Urbanos, a CBTU, para o Furo da Marinha Mercante e para a Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., a VALEC.

Além disso, nesse crédito há recursos para o Ministério do Meio Ambiente, destinados principalmente aos parques nacionais, sobretudo ao Parque Nacional do Descobrimento e do Pau-Brasil, e para os Ministérios de Minas e Energia e da Ciência e Tecnologia.

Fizemos as análises propostas e tivemos entendimentos diretos com o Ministro dos Transportes, que nos sugeriu algumas modificações. Dentre elas, consultado o Ministério do Planejamento, fizemos emendas modificativas com relação ao Ministério do Meio Ambiente. São quatro emendas relativas ao Ministério do Meio Ambiente. Quanto ao Ministério dos Transportes, também tivemos duas modificações que foram atendidas, especialmente com relação a São Paulo. A bancada federal desta Casa apresentou emenda para destinar recursos ao Metrô de São Paulo, o que tinha sido cancelado. Voltamos atrás no primeiro relatório apresentado pelo Deputado Alberto Goldman e, em entendimento com o Ministro Padilha, sanamos esse problema do relatório inicial.

Assim, Sr. Presidente, nosso voto é pela aprovação, diminuindo o crédito original de 191 milhões, 4 mil e 737 reais para 179 milhões, 828 mil e 737 reais.

No que diz respeito às emendas apresentadas, adotamos as seguintes decisões. Consideramos inadmitida a Emenda nº 1, por contrariar o art. 47, inciso I, alínea "a", do Regulamento Interno da Comissão. Rejeitamos as Emendas de nºs 2 a 28, especialmente dirigidas ao Ministério do Meio Ambiente, considerando que os recursos do Meio Ambiente eram escassos e que iriam descaracterizar especialmente a organização do Parque do Descobrimento, no Estado da Bahia.

Diante do exposto, tendo em vista a constitucionalidade, juridicidade e mérito da proposição, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 22, de 1999, com as alterações decorrentes das emendas de Relator em termos substitutivos, e todas as emendas alicerçadas nos pareceres ou nas sugestões dos Ministros dos Transportes e do Meio Ambiente, que estão anexadas ao meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Conforme exposto pelo Sr. Relator, ele voltou ao projeto original, não havendo, então, o desmembramento. Em face disso, e havendo só uma emenda rejeitada, declaro inadm~~issível~~ na forma do art. 9º, letra "q", do Regulamento Interno da Comissão.

Está em discussão a matéria.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, eu havia solicitado a suspensão, e foi aprovado pela Comissão o adiamento da discussão da matéria. O que se estava fazendo aqui era cancelar recursos que tinham sido colocados pela bancada de São Paulo para o trem metropolitano de São Paulo. E esse cancelamento estava alocando esses mesmos recursos para trens metropolitanos no Rio de Janeiro. Não tenho nada contra o fato de que o Rio de Janeiro tenha mais recursos para os seus trens metropolitanos. Acho que tem de ter mesmo. Agora, o que não tem sentido é cancelar os recursos que a bancada de São Paulo direcionou para os seus trens e colocar recursos numa emenda de outra bancada, ou em um plano de trabalho de outro Estado.

Devido a isso, estivemos, o coordenador da bancada, Deputado Paulo Kobayashi, e eu, no Ministério. Falamos com o Secretário-Executivo, Dr. Paulo Fontenele, que reconheceu o erro. Tinha havido de fato um erro. Não deveriam ter feito isso. Poderiam, sim, mas não deveriam ter feito isso. Reconheceu e sugeriu ao Relator que fizesse a mudança, voltando-se atrás, mas não em relação à totalidade, aos 100% que ele havia realocado, porque nós mesmos chegamos à conclusão, em contato com a Secretaria de São Paulo, de que não seria possível investir aqueles recursos na totalidade. Então, se não era possível investir na totalidade, também não adiantava deixá-lo morrer. Era preferível transferir para uma outra área. Nós, então, aceitamos transferir uma parte desses recursos para os trens metropolitanos do Rio de Janeiro.

Temos um crédito, portanto, com o Rio de Janeiro. Mas, uma boa parte disso, eu diria que praticamente 10 milhões de reais, ficou mantida para os trens de São Paulo. Serão utilizados nas estações, que estão agora em fase final, para o melhoramento do transporte de massa na Região Metropolitana de São Paulo.

Em face dessa mudança, cumprimento o Secretário-Executivo do Ministério dos Transportes, Dr. Paulo Fontenele, que foi competente, capaz e muito digno nas suas posições, como sempre. Conheço-o há muito tempo. Resolve-se dessa forma a questão. Portanto, meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Continua a discussão.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, fui informado pela assessoria há pouco — daí por que estou levantando esta questão — que na votação anterior meu voto foi computado como "não". Eu sequer estava em plenário.

Vou acabar de levantar a questão de ordem. Depois, se alguém quiser, pode contraditar-me, sem nenhum problema.

Eu sei que a intenção de quem secretariava a Mesa, ao fazê-lo, foi no sentido de não prejudicar o pedido de verificação feito pelo Deputado João Fassarella. Não houve, portanto, qualquer motivação dolosa no sentido de se querer realizar uma computação fraudulenta. Nada disso. Quero deixar, de pronto, esse meu reconhecimento. Mas, objetivamente, houve uma votação; eu não estava presente, e foi contado o meu voto.

Levanto a segunda questão de ordem, e não para contestar a apuração feita, mas porque me parece que quem faz o pedido de verificação necessariamente tem de estar presente e computado; se não, cai o pedido de verificação. Mas o Regulamento Interno desta Comissão fala em apoio. Tem de ter o apoio. O apoio, parece-me, pelo Regimento da Câmara, que se sobrepõe a esse, não deveria ser aplicado a essa regra. Mesmo se houver entendimento.

Quer dizer, a primeira questão de ordem que apresento a V.Exa. é esta: se àqueles que simplesmente apóiam aplica-se a norma geral de presença necessária e se também é aplicada àquele que faz o pedido de verificação.

A segunda questão, Sr. Presidente, não implica contestação do comportamento da Mesa. Não quero fazer extemporaneamente um pedido de recontagem, de reconsideração do resultado. Nessa hipótese, o que deveria prevalecer seria a queda do pedido de verificação, e não a computação do voto de quem não está presente.

Então, são as duas questões que apresento, até para que saibamos qual será o comportamento daqui para frente. Tanto para quem está presidindo os trabalhos, bem intencionado, fazendo da melhor maneira possível, como para quem está também, de maneira legítima, aplicando um instrumento de ação parlamentar que existe desde o início dos Parlamentos, que é a obstrução parlamentar. É legítimo, democrático, usual, tricentenário, aceito em outros Parlamentos. Cada um tem de saber como o pratica. Até para eventualmente não fazer como eu. Tomei uma atitude que poderia não ter o resguardo da Mesa da Casa, ou da praxe parlamentar, ou dos dispositivos legais.

Então, para encerrar, Sr. Presidente, são estas duas questões de ordem que levanto. Primeiro, ao se falar em apoio, aplicaríamos aos apoiadores a mesma norma que pacificamente se aplica a quem pede verificação? Segundo, havendo esse entendimento, e na ausência daqueles que apoiaram, não deveria automaticamente cair, aí sim, o pedido de verificação, e não a sua contagem em termos de voto?

É o que submeto à apreciação de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Para contraditar, tem a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, é extremamente importante a dúvida do Deputado, até para que atentemos para procedimentos futuros. É bem verdade que essa indagação agora não se aplica à matéria, porque é um processo que já foi votado, não se aplica mais. Mas é imensamente importante que fique claro isso.

Na verdade, quando computei o voto, levantamos a questão com a Liderança do PT e dissemos que, se não computássemos o voto, cairia o pedido de

verificação. No meu entender, se o Partido dos Trabalhadores não quisesse que fosse computado o apoio — que deve, sim, ser computado, pois só pode apoiar quem está presente; se não estiver presente, não pode dar apoio, porque conta como presença permanente durante o processo, e seria a figura da obstrução —, teria dito que estaria em obstrução, não contaria os votos, também não contaria o apoio.

Portanto, considerando importante para votações futuras essa questão, registro meu ponto de vista: o apoio se conta como presença efetivamente para garantir o processo de apuração de votos. Foi o que procurei fazer, com aquiescência, colocando essa questão claramente, cristalinamente, não só para a Liderança do PT, mas para todos os membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A questão levantada pelo nobre Deputado tem procedência. No entanto, ela não prejudicou o resultado final da apuração. Em primeiro lugar, porque a votação realizada, se não fosse computada, com a concordância do Líder do PT, a soma dos votos do apoio, cairia o pedido de verificação, como foi exposto.

Mas, a princípio, a Mesa decide que, nesse pedido de apoio, é necessário o pedido de verificação e, na verificação, é necessária a presença física de apoio, para que se caracterize efetivamente o número necessário à votação.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, evidentemente acolhemos a decisão de V.Exa. Vamos fazer um estudo mais detalhado dos dispositivos legais e, se for o caso, faremos por escrito um recurso à própria Mesa ou à Comissão de Constituição e Justiça do Senado, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - V.Exa. poderá submeter por escrito o requerimento...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - É uma decisão. Só para não parecer deslealdade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Para definir o processo.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - É para dizer que acolhemos, mas vamos debruçar-nos de maneira mais detalhada sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Correto.

Continua a discussão.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, é lógico que a responsabilidade do trabalho de acompanhamento é nossa, mas faço uma argumentação. Tínhamos um relatório, um trabalho anterior, e houve aqui alterações. Cheguei depois do horário, mas o relatório foi entregue agora.

O SR. SENADOR MAURO MIRANDA - Já tinha sido entregue há mais tempo, mas como o Ministro do Meio Ambiente...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Pois é, mas houve modificação do relatório original anteriormente entregue.

O SR. SENADOR MAURO MIRANDA - Possivelmente. Não sei a questão da secretaria, se ela entregou hoje ou antes. Mas eu entreguei no prazo adequado.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - O relatório inicial foi distribuído. Depois, ele o modificou e, em seguida, voltou atrás. Portanto, já era de conhecimento público o relatório oficial...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Não, o relatório original, mas não a modificação. A modificação foi entregue agora. Essa é a discussão que quero fazer, porque, quando tenho o relatório anteriormente, tenho condições de me preparar. Agora, quando me é entregue na hora, preciso de um prazo para poder, inclusive, emitir o meu parecer sobre a modificação feita.

Quero saber da secretaria por que só o recebi agora?

O SR. SENADOR MAURO MIRANDA - Eu não sei o caso da secretaria, mas V.Exa. tem razão. A única modificação que houve foi a questão do Ministério do Meio Ambiente, que informou não ter mais interesse no remanejamento de 3 milhões e 200 mil, tendo em vista que não dava tempo para gastar mais durante o

ano. Então, permaneceu da mesma forma. Em vez de desmembrarmos o relatório do meio ambiente em dois projetos, voltamos ao original. Dispensamos essa parte de 3 milhões e 200 mil porque o Ministro achou que não precisava mudar, pois não daria tempo de fazer os gastos durante o final de novembro e dezembro.

Então, a única modificação em que V.Exa. pode ter dúvida é a que se refere a esses 3 milhões e 200 mil, que o Ministro pede para que não sejam mais tocados. Tirei do desmembramento de um outro relatório, que seria...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - É exatamente sobre isso que eu queria ter informações. Porque o Secretário de Meio Ambiente em Minas Gerais tem importantes projetos em andamento que precisam de recursos. Eu não consegui entender. Quero saber quais foram as razões — desculpem-me, porque não consegui ler. Quais são as razões? Argumento com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Eu poderia esclarecer por que...

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, quero apresentar uma questão de ordem, que talvez poderia atender ao PT. Os outros créditos são importantes, inclusive um que diz respeito à navegação na Amazônia, algo extremamente importante. Devemos fazer como fiz no outro relatório. Podemos desmembrar esse item específico do Ministério do Meio Ambiente. Não seria votado. Fariamos o desmembramento para que o PT pudesse dar o seu parecer. E o restante do que não foi modificado seria votado normalmente. Aí teríamos condições de aprovar, atendendo a V.Exas., e fazer esse trabalho depois.

O SR. SENADOR MAURO MIRANDA - Obrigado pela sua demão, Senador. Peço somente uma consideração. Faço um apelo no sentido de que a aprovação ocorra especialmente com relação ao Parque do Descobrimento, na Bahia, porque vai atrasar demais esse negócio. Já está atrasado por causa do problema que tivemos aqui na Comissão. Se se esperar mais um pouco... As festividades já estão próximas. Acho que já discutimos demais sobre esse recurso para essa área. Conversei com o Secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais, o ex-Ministro

Murilo Badaró, que estava plenamente de acordo com relação a esse desmembramento. Conversamos também com o Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, que também concorda em atender as preocupações de Minas Gerais.

Então, tive esse cuidado de atender o ex-Ministro Murilo Badaró, que conversou com o Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho. Todos estão de acordo com esse relatório.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Mas não é o nosso Secretário de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado Gilmar Machado, apenas um esclarecimento.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Essa proposta que o Senador fez, inclusive interessante, é viável. Na verdade, no que se refere à questão ambiental, queremos discutir melhor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Poderemos também deixar essa matéria para o fim da pauta. Mas vou explicar o que aconteceu.

Eles queriam transferir esses 3 milhões e 200 mil para um centro de biotecnologia no Amazonas. Mas, alegando depois que não teriam tempo de fazer o planejamento de utilização da verba, era preferível que ficassem no Ministério mesmo. Esse atendimento é feito no País todo, inclusive Minas Gerais, porque a verba será do Gabinete do Ministro. Era do Ministro mesmo, não é?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Então, não haverá nenhum problema na distribuição da verba futura, porque aquela aplicação específica no centro de biotecnologia já ficou para outra época, acabou.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sim. Concordo com o encaminhamento apresentado pelo Senador Romero Jucá, que propõe esse desmembramento. Nessa questão ambiental, temos interesse, porque é um recurso importante. Há muitos projetos que queremos desenvolver, em que tem como gastar até o final do ano. Não consigo entender o Ministério dizer que não consegue

fazer projetos que já estão prontos. Inclusive, as universidades têm projetos apresentados lá. Temos discutido...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - É, da Pampulha. Tem uma série de projetos que podem. Faço, então, o encaminhamento para que possamos continuar, fazendo esse desmembramento. Depois acertamos essa questão do meio ambiente, para encontrarmos uma forma.

O SR. SENADOR MAURO MIRANDA - Sr. Presidente, acato a sugestão de S.Exa., pedindo ao Deputado que se inteire aqui logo — quem sabe, até antes do final da reunião — de todo o processo, pessoalmente, com as notas do próprio Ministério, para discutirmos conjuntamente

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Claro. É porque eu não tive acesso a isso antes.

O SR. SENADOR MAURO MIRANDA - Quem sabe podemos voltar no sentido do adiantamento desse projeto também e...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Se desmembrar, é melhor.

O SR. SENADOR MAURO MIRANDA - Então, aceito o desmembramento e vou tentar discutir com o Deputado a segunda parte.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Fica desmembrado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Suspensa a discussão desse processo. Enquanto V.Exas. discutem e chegam a um acordo...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, é o contrário. A proposta é a seguinte: desmembra-se do projeto a parte específica do meio ambiente, vota-se agora o restante. Se até o fim da sessão o PT tiver uma posição, volta-se ao desmembrado e se vota. Se não, ficará para a próxima sessão.

(Não identificado) - Ótimo.

O SR. SENADOR MAURO MIRANDA - Mas desmembrar dentro do crédito especial só do Ministério do Meio Ambiente?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Exato. Fica separado do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Aceita a sugestão. Votaremos apenas a primeira parte do crédito geral, com a exclusão do Ministério do Meio Ambiente, que fica suspenso. Se chegarmos a um acordo, votaremos a seguir.

Em votação, conforme o exposto, o projeto, que passa a ser o de nº 22-A, na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado no Senado também.

Passamos ao Projeto de Lei nº 29, de 1999.

Projeto de Lei nº 29, que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de 1 bilhão, 19 milhões e 77 mil reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento".

Relator: Deputado Osvaldo Coelho.

Voto: favorável, nos termos propostos no projeto.

Com a palavra o Deputado Osvaldo Coelho.

O SR. DEPUTADO OSVALDO COELHO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, o Presidente da República encaminha à Casa a Mensagem nº 942, que submete ao Congresso a apreciação do projeto de lei autorizando o Executivo a abrir o crédito de 1 bilhão, 19 milhões e 77 mil reais. Esses recursos destinam-se a juros da dívida contratual externa — dívida da União, do Banco do Nordeste, de Estados e Municípios, da SIDERBRAS e também dívida externa da extinta NUCLEBRÁS e subsidiárias; juros da dívida mobiliária na área externa nas subatividades "Serviço da dívida decorrente da emissão de Brazilian Investment Bonds" e "Serviço da dívida decorrente do Bond Exchange Agreement".

Os recursos necessários à abertura do crédito suplementar serão provenientes da emissão de títulos da dívida pública (Fonte 144 — Emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional).

Voto.

A Exposição de Motivos nº 374, do Ministério do Orçamento e Gestão, explica que o crédito suplementar pleiteado pelo Ministério da Fazenda, justifica-se em decorrência da desvalorização do real. Por ocasião da elaboração da proposta orçamentária para 1999, foi adotada a cotação de R\$1,2903 por dólar. Já na reestimativa para os valores vincendos, que serviram de base para o crédito, foi utilizada a cotação R\$1,75 por dólar.

Os recursos que dão lastro ao crédito suplementar pretendido, referentes ao pagamento de juros, são decorrentes da emissão de papéis do Tesouro Nacional, no valor correspondente à totalidade dessa solicitação.

Nenhuma emenda foi apresentada ao projeto.

Este é o meu parecer. É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o relatório apresentado pelo Deputado Osvaldo Coelho.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, faço um comentário. Logicamente que é fato consumado, temos de pagar os juros. Como sempre, pagamos os juros. É mais 1 bilhão de reais da Nação, do País. É lamentável que o Governo tenha contratado. Agora há pouco, Deputado Osvaldo Coelho, o Deputado José Lourenço fazia um comentário de um noticiário dos jornais da semana passada que falava, inclusive, de uma tomada de empréstimos externos pelo Governo com juros de 12%. O que significa uma agressão, uma roubalheira institucionalizada. O Governo brasileiro mete o jamegão embaixo para tomar esse empréstimo a juros de 12%. Ou seja, o nosso Nordeste e o nosso Norte ficam a ver navios, passando por aqui e indo para os países mais desenvolvidos. É o dinheiro que sai do nosso sacrifício e vai para outros países.

Então, lamentavelmente, temos de pagar os juros. Contrataram, agora temos de pagar. Temos de aprovar o relatório, Deputado. Agora, tem que se registrar. O Governo tem de levar com mais seriedade essa questão de pagamento de juros, externos e internos, sob pena da atrofia permanente do Estado brasileiro.

Então, o PDT tem de fazer esse registro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O Deputado Giovanni Queiroz, com o seu protesto, vota "sim".

Continua a discussão.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Sr. Presidente, trata-se de um pedido de crédito suplementar no valor de 1 bilhão e 19 milhões para pagamento de encargos da dívida brasileira. Todos nós que estamos...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Desculpe-me, Deputado. Apelo aos Srs. Deputados, tendo em vista que estamos com uma pauta longa, que procurem ser o mais sintético possível. Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Trata-se de uma solicitação de crédito de mais de 1 bilhão de reais para pagamento da dívida. Todos nós que estamos participando do esforço de relatar o Orçamento para o ano 2000 vivemos extrema dificuldade. O Orçamento veio de tal forma escasso, enxuto, que nos faz realmente constatar as extremas dificuldades que estamos vivendo para obter os recursos necessários para a aprovação das emendas individuais, de bancada e de Comissão.

Temos que cumprir a determinação da LDO, à qual resistimos enquanto nos foi possível, que era a obrigação de se obter um superávit primário de 2,6% do PIB, para que fosse possível arrecadar, com esse superávit primário, em torno de 28 bilhões de reais.

Quanto aos juros líquidos, descontados os ingressos de juros, abatendo-se o que o Governo vai receber de juros, dos 78, 79 bilhões que estão previstos no Orçamento, devem ter um gasto líquido de recursos orçamentários da ordem de 25

bilhões durante o exercício do ano 2000, esperando-se, ainda, um superávit operacional da ordem de 2 bilhões de dólares.

Acredita-se que tudo isso faz parte da necessidade do ajuste fiscal. Acontece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que dessa maneira estaremos sacrificando a Nação. Sacrificando também a nossa capacidade de investimento, a nossa capacidade de expressarmos no Orçamento a vontade do Parlamento e a nossa obrigação de oferecer à Nação brasileira saúde, educação, saneamento, defesa dos direitos da criança e do adolescente — e insistimos no País com esse drama das FEBEMs. Contingenciaram-se, portanto, da execução orçamentária, 18 milhões dos recursos destinados ao Fundo Nacional da Criança e do Adolescente, para atender exatamente os adolescentes em conflito com a lei. Tudo isso para quê? Para que esse esforço? Para que essa redução de investimentos? Para que essa redução de gastos com o social? Apenas para atender a voracidade de gastos, a voracidade dessa agiotagem institucionalizada que domina a sociedade brasileira, que amesquinha nossa capacidade de investimentos, que avilta a capacidade do nosso País em suprir realmente as reais necessidades da população brasileira.

Aqui fica, portanto, o nosso questionamento, o nosso inconformismo em relação a essa inversão de prioridades na execução orçamentária. Foi dito aqui que o atendimento a essa questão deveria ser tratado como se fosse uma responsabilidade. Quem deve, deve pagar. Não poderíamos, de acordo com uma administração responsável, pregarmos o calote em relação a compromissos assumidos. Entretanto, acho que devemos estar abertos a uma renegociação dessa dívida. O acordo com o Fundo Monetário Internacional tem que ser obrigatoriamente revisto, porque com base nele não vamos ter como elaborar um Orçamento da União que consiga atender as necessidades sociais, nem de investimento, do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Para discutir, concedo a palavra ao nobre Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Acho que o nobre Deputado João Fassarella, neste caso, está misturando um pouco alhos com bugalhos.

Em primeiro lugar, estamos discutindo créditos para o Orçamento de 1999. Não estamos tratando do Orçamento 2000, que será ainda discutido. Estamos discutindo o Orçamento de 1999.

Em segundo lugar, os juros têm que ser pagos, a não ser que se declare alguma moratória. Há uma dívida. Os juros têm que ser pagos. O que podemos discutir, e S. Exa. está discutindo, é se vamos pagar juros com recursos orçamentários, de receitas orçamentárias, e, portanto, manter a dívida pública no limite em que está, ou se vamos pagar juros aumentando a dívida pública. Aí está a contradição do nobre Deputado João Fassarella. Se queremos diminuir o peso dos juros e deixar de pagar, teremos que diminuir a dívida pública.

No Orçamento 2000 vamos discutir exatamente isso. Se temos, pela determinação da LDO, para 2000, uma determinada faixa de juros a pagar, é porque decidimos não aumentar a dívida pública. Ora, podemos dizer que vamos pagar esses juros com emissão de novos papéis, com o aumento da dívida pública, o que, sem dúvida, acarretará também aumento das taxas de juros em seguida. Nesse caso específico, não estamos discutindo isso. O que estamos discutindo é o que existe a pagar. E estamos pagando com quê? Com a emissão de títulos da dívida pública. Nesse caso específico, o que estamos fazendo não é cancelar recursos das áreas de saúde, educação, etc.; estamos querendo pagar essa dívida com os recursos da emissão de títulos da dívida pública.

Ora, S. Exa. não quer que se faça nenhuma coisa nem outra. Vamos ler o relatório.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Nobre Deputado Alberto Goldman, V. Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Ouço V.Exa. com prazer, se o Presidente não diminuir o meu tempo.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Deputado Alberto Goldman, veja bem: a essência da questão que estamos discutindo é que a Nação está submetida a um estoque de dívidas passadas e a uma taxa de juros escorchantes. Esta é a realidade. E isso que nos vem sufocando vai continuar este ano. Sabe V.Exa. qual o percentual de investimentos do Orçamento atual que foi realizado neste ano de 1999? Ele não chega a 30%, apenas um pouco mais de 20%. Que parte do Orçamento foi executada quase que integralmente? Os encargos da dívida.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Não foi só isso. Previdência, pessoal, custeios... Não só encargos da dívida.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Quanto à Previdência, há um projeto do Governo querendo reduzir direitos.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Isso é para o futuro. -

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Não. Atinge os que estão em vigor. Pessoal sem aumento.

Então, com essa política vamos sacrificar todo o restante, a nossa capacidade de investimento, para atender aos encargos da dívida. Enquanto não quebrarmos esse círculo vicioso, ficaremos asfixiados em investimentos e na qualidade do serviço público que devemos prestar. Isso acontece em 1999 e vai acontecer no ano 2000.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Deputado João Fassarella, só é possível quebrar esse círculo vicioso diminuindo a dívida pública. Não há outra forma. Só diminuindo a dívida pública. E diminuí-la significa pagar a parte dela e pagar o máximo de juros para não ter que emitir novas letras, novas dívidas, para aumentar essa dívida pública. Essa é a forma de quebrar.

A outra forma de se quebrar o círculo vicioso é decretando a moratória, o que traria milhares de outras implicações.

Quero lembrar que, pelo relatório feito aqui, vejam bem, estamos pagando juros da dívida contratual, dívidas do BNB e da SIDERBRAS assumidas em decretos-leis de 1943 e 1944, dívidas relativas a assuntos e programas do Banco

Central assumidos pela União — esse decreto é de 1987 —, dívidas externas da extinta NUCLEBRÁS e de subsidiárias junto a bancos assumidas pela União (Lei nº 7.862, de 1989), e assim por diante. Claro, estamos pagando juros, mas não estamos fazendo isso cancelando destinações sociais. Estamos pagando juros com a emissão de letras, com a emissão de mais dívidas. Este, o nosso problema. Estamos sendo obrigados, pela contingência do Orçamento, a pagar juros não com os recursos que temos, mas pagá-los fazendo mais dívidas. O problema é o inverso do que V. Exa. expõe.

Meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, dialogando, esta Casa avança. Prova disso foi, agora, a fala do Senador Mauro Miranda, que se dispôs a discutir com a bancada do PT, ligou para o Ministro a fim de obter as informações necessárias, fez o ajuste que nos preocupava e, com isso, as dúvidas foram superadas. A bancada do PT está, portanto, disposta apoiar o relatório do Senador Mauro Miranda, com as explicações dadas.

Cumprimento o Senador pela diligência e disposição, pela capacidade de entendimento, pela conversa com o PT e com o Ministério — superando, inclusive, algo que muito nos preocupava: um possível atraso nas comemorações dos 500 anos da Independência.

Nesse sentido, creio que o desmembramento se torna desnecessário. Poderemos votar a globalidade e, com isso, ganharemos tempo. Quero ressaltar para V. Exa. esse aspecto, a fim de que, com esse entendimento, o andamento de nossos trabalhos seja feito da melhor forma possível.

Meus cumprimentos ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Senador Mauro Miranda.

O SR. SENADOR MAURO MIRANDA - Agradeço ao PT a compreensão. O entendimento foi o melhor possível, a favor do projeto — que, inclusive, foi melhorado. Permanece o mesmo projeto, e o PT reconheceu que estamos querendo trabalhar com todo o conjunto da Casa.

Agradeço também à Presidência pelo encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concluiremos a votação do projeto do qual foi Relator o Deputado Osvaldo Coelho e, a seguir, votaremos este.

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Deputado Osvaldo Coelho.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, foi encerrada a discussão do relatório?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Já havia encerrado.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Eu coloquei o questionário da volta ao...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Deixe terminar este. Deputado Virgílio.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Para terminar este, tem-se de encerrar o outro. Eu tinha a intenção de discuti-lo. Não me inscrevi porque não estava aqui, mas participando de um entendimento com o Senador Mauro Miranda.

(CONVERSAS PARALELAS.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Esse relatório estava em andamento. Eu estava encerrando a discussão do relatório do Deputado Osvaldo Coelho. Agora, vamos concluir sua votação e, a seguir, votaremos o anterior.

Em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, como não pude participar da discussão, farei agora o encaminhamento.

Vou encaminhar contrariamente a essa abertura de pagamento em virtude de não mais suportarmos continuar assistindo cortes e mais cortes em áreas essenciais. Temos acompanhado de perto a área da Educação, da qual somos titular, em que estamos assistindo a cortes de recursos. Agora, o Governo vem com mais um corte no salário-educação, que vai diminuir o repasse de recursos para Estados e Municípios. Contudo, para pagamento de juros nunca faltam recursos. Créditos e mais créditos são abertos para pagamento de juros de dívidas; mas não para o desenvolvimento da Educação.

Não vamos conseguir superar nossas dificuldades, nossos índices de pobreza, nossos problemas de Saúde, e outros mais, se não tivermos recursos. A área da Educação é essencial. Não vamos conseguir resolver o problema da violência se não levarmos, em primeiro lugar, as crianças para as escolas. E o Governo tem um projeto para cortar, como vimos agora em relação ao FEF. Serão retirados mais 20% do salário-educação, mais de 600 milhões. Tínhamos conseguido negociar isso através de emendas, para que esse prejuízo fosse de apenas 160 milhões — o que já seria uma grande perda para as crianças, para a Educação. Para o pagamento de juros, repito, tudo tem de ser feito para que possam ser alimentados os grandes grupos internacionais e, ao mesmo tempo, os bancos. Mas para as nossas crianças não temos recursos; temos, sim, de cortar, taxar, aprovar emendas que prejudicam esse desenvolvimento.

Depois, só nos resta ficar reclamando, como estamos fazendo agora, e realizando sessões para discutir a violência — que, em muitos casos, é praticada por menores. Esta Casa, agora, quer discutir a redução da idade penal. Será que temos de penalizar ainda mais esses jovens? Será que temos de mandar para a cadeia os nossos adolescentes? Agora, para pagar juros, temos mais de um bilhão.

Não podemos achar outra fórmula para resolver esse problema. Em virtude disso, estamos encaminhando contrariamente a essa proposta de abertura de crédito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado, contra o voto de quatro Deputados do PT: Deputados João Fassarella, Ben-Hur Ferreira, Virgílio Guimarães e Gilmar Machado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Tendo em vista o acordo havido em relação ao PL nº 22/99-CN, declaro, primeiro, anulada a votação anteriormente realizada, cujo parecer era pela desmembramento da matéria. Anulada a votação anterior, faremos nova votação, agora em cumprimento ao acordo havido e ao parecer distribuído pelo Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V. Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, conforme o entendimento mencionado pelo Deputado Virgílio Guimarães e pelo Senador Mauro Miranda, dos três milhões e duzentos mil reais, duzentos ficarão alocados no Ministério para projetos ambientais a serem apresentados pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais. Foi esse o entendimento.

Queria fazer esse registro porque, para nós, essa dotação foi extremamente importante. Há diversos projetos em andamento, na área ambiental, que precisam ser concluídos ainda este ano.

Então, só para que fique clara a destinação desses três milhões e duzentos mil reais: 3 milhões serão destinados para propostas de modificação — inclusive,

alguns, para os 500 anos —, e os duzentos mil restantes ficam em aberto no Ministério para projetos ambientais do Estado de Minas Gerais.

Foi este o acerto feito.

Agradecemos imensamente ao Ministro e ao Senador, que foram extremamente corretos nessa negociação, para que o setor do Meio Ambiente também pudesse ser contemplado com esses créditos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Relator, Senador Mauro Miranda.

O SR. SENADOR MAURO MIRANDA - Sr. Presidente, estamos de acordo. Permanece o último texto distribuído.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do Relator Mauro Miranda, nos termos do substitutivo apresentado, permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

Mensagem nº 343.

Execução orçamentária de subprojeto referente à BR-080, Uruaçu—Padre Bernardo. Relator, Deputado Jovair Arantes.

O Relator, Deputado Jovair Arantes, é favorável à autorização da execução dos créditos da dotação orçamentária consignada no Orçamento da União para 1999, no valor de 600 mil reais, conforme projeto de decreto legislativo apresentado.

Cessa a palavra o nobre Deputado Jovair Arantes.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Sr. Presidente - Srs. Deputados, essa BR-080 é uma luta de muitos anos. Pelo seu traçado original, faz parte da verdadeira Belém—Brasília. Quando saímos de Brasília para Belém do Pará ou para outras cidades, para outros Estados do norte do País, temos de passar por Anápolis, fazendo uma volta, um desvio de mais de 150 quilômetros em direção ao norte do País.

Esta rodovia é muito importante para todos os caminhoneiros, para os transportadores e principalmente para a economia do País. Historicamente, ela sempre teve problemas para sair do papel. Inclusive, no Plano Rodoviário — e no primeiro ano pertencemos à Comissão de Viação e Transportes —, já constava como se fosse uma rodovia absolutamente completa, pronta, com o seu pavimento realizado. No entanto, há três anos, faltavam mais de 70% da obra para serem concluídos.

Fizemos, na oportunidade, algumas investidas em relação à realização dessa obra pelo Governo Federal. Estivemos com as lideranças daquela região, do Vale de São Patrício, de Goianésia, de Barro Alto, de Uruaçu, de Padre Bernardo. Estivemos com o Presidente da República, que se comprometeu a terminar essa obra no seu Governo. Liberou S.Exa. recursos, através de emendas de bancada, em todos os anos em que encabeçamos esse trabalho. Para nossa surpresa, deparamos agora um crédito suplementar de 600 mil reais, o que é ainda muito pouco para a conclusão dessa rodovia, pois faltam mais de 70 quilômetros. Além disso, há uma série de irregularidades de contratos, do ponto de vista administrativo, junto ao Tribunal de Contas da União. Fizemos uma série de averiguações e obtivemos do Tribunal de Contas da União essas informações de erros no contrato.

Concluimos nosso voto da seguinte maneira:

Analisando detidamente as justificativas apresentadas pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER sobre as irregularidades apontadas pelo Tribunal de

Contas da União a respeito da execução do trabalho BR-080, Uruaçu—Padre Bernardo, considero-as satisfatórias, não havendo, por conseguinte, motivos para que continue vedada a execução da obra.

Voto pela autorização da dotação orçamentária consignada no Orçamento da União de 1999 no subprojeto trabalho de nº 16.088.0537.1204.0023, ER-030/Goiás, Uruaçu—Padre Bernardo, no valor de 600 mil reais.

Somos favoráveis a essa matéria pelos motivos que dissertamos aqui, Sr. Presidente. Essa obra é da mais alta importância para o povo brasileiro, e as irregularidades cometidas ou pelas empresas, ou pelo DNER, ou pelos próprios organismos estaduais, que não completaram a obra satisfatoriamente, não podem penalizar o País.

Então, somos favoráveis à liberação desses 600 mil reais.

É o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Sr. Presidente, trata-se de um valor efetivamente pequeno, 600 mil reais. Até acredito que ele seria totalmente insuficiente para fazer, como está sendo dito, os 70 quilômetros necessários para a conclusão dessa rodovia.

A Casa não deveria abrir um precedente por causa de 600 mil reais, que não resolverão o problema. Na realidade, o que está sendo questionado, principalmente pelo Tribunal de Contas da União, é a ausência de licitação para a contratação das empresas EMSA e EGESA, uma vez que o instituto da sub-rogação, nos moldes realizados, não é previsto no Direito Público. Essa é a principal irregularidade: a obra acabou sendo subcontratada.

Conforme relatório do Tribunal de Contas da União, há falta de fiscalização e uma série de outras irregularidades, como a omissão da Procuradoria Jurídica do DNER, a insuficiência financeira para conclusão e a ausência de faixa de domínio por parte da obra. Essas irregularidades foram indicadas pelo Tribunal.

Foi feita outra licitação ou foi mantido o contrato? Como foi tratada a sub-rogação?

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Deputado João Fassarella, são importantes suas abordagens. Não há mais problema em relação a essas irregularidades porque a obra foi delegada ao Estado de Goiás. Portanto, esses recursos irão ao DNER e serão imediatamente repassados ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Goiás, o DERGO, que vem executando a obra nos últimos anos.

Então, é uma obra delegada e agora absolutamente fiscalizada pelo Governo goiano. É, inclusive, de absoluto interesse do Estado de Goiás, porque atravessa uma importante região agrícola do Estado, o Vale de São Patrício.

O Governo de Goiás assumiu a realização da obra. Estamos, outra vez, colocando recursos na BR-080 exatamente para a sua conclusão, ou para nos aproximarmos da mesma, se houver a liberação desta Comissão.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - A obra continuaria sendo executada pelas mesmas empresas?

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Pelo Estado de Goiás.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - O Estado de Goiás fará nova licitação?

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Não, já foi feita a licitação.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Qual é a empresa?

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - São exatamente a EMSA e a EGESA. Esta última já concluiu o seu trecho. Só falta agora o trecho da EMSA, uma empresa de Goiás que está realizando a obra.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Relator, Sr. Deputado João Fassarella, gostaria de ler um trecho que talvez explique melhor. O próprio Ministro Humberto Souto, ao analisar a justificativa, diz o seguinte:

No que tange à sub-rogação total do contrato pela ESTENGE às empresas EMSA e EGESA, em que pese à pertinência das considerações tecidas pela unidade técnica, entendendo que não cabe reparo ao ato, pois a cláusula 7.3 do edital da concorrência previa essa possibilidade, atendendo, assim, ao disposto no art. 68, inciso VI, do Decreto-lei nº 2.300/86.

Portanto, pelo que estou entendendo, o próprio Relator do processo, Ministro Humberto Souto, reconhece a legalidade desse ato da sub-rogação.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Inclusive, fizemos toda a história do processo. Temos essa consulta ao Tribunal de Contas da União exatamente para não deixar a Comissão — como se diz amiúde — de saia justa. Então, fizemos todas as consultas, e o próprio Tribunal acha pertinente a liberação dos recursos, tendo em vista já terem sido sanados os problemas encontrados — que foram muitos, evidentemente. Não escondi nenhuma das irregularidades que ocorreram durante o processo de construção da rodovia. O trecho que falta está sendo realizado pelo Estado desde a época em que o nosso nobre Deputado Pedro Chaves era Secretário de Obras, e desde então essa obra tem tido uma sequência lógica e responsável.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Desde o meu tempo, ela está andando aos trancos e barrancos.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - O Deputado Alberto Goldman, na Comissão de Viação e Transportes, ajudou a reincluir a BR-080 no plano de obras do Governo Federal, porque ela já constava como concluída, sendo que o Governo de Goiás e o seu povo precisam dessa obra. Aliás, todo o Brasil precisa dessa obra, da mais alta importância para o setor rodoviário brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Continua com a palavra o nobre Deputado João Fassarella, para concluir.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Independentemente do mérito, já decorrida uma hora desde nosso pedido de verificação, comunicamos à Mesa que adotaremos o procedimento do pedido de verificação de votação.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Gostaria de saber se já passou um hora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Sim.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Gostaria de fazer um apelo aos companheiros do PT.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Faço um apelo aos Deputados do PT em função da decisão tomada em relação a essas solicitações de verificação sistemáticas.

É perfeitamente pertinente e justo que façam o protesto que queiram em relação à indicação do Sub-Relator do PPA, apesar de não estarmos discutindo esse assunto nem o Orçamento. Estamos discutindo créditos suplementares, que ainda terão de ir ao Plenário para serem votados. Depois disso, os créditos terão de ser empenhados, utilizados. Teremos de examinar, daqui para diante, mais de quarenta ou cinquenta créditos, tratando de todas as áreas da administração pública, sem qualquer conotação de interesse político-eleitoral, como pagamento de pessoal, de cesta-básica, de investimentos, de custeio de Saúde, de Educação, de tudo.

Não me parece justo que, em função de uma questão dessas — e reconheço que é um problema para esta Casa —, todo o País sofra. O País não pode sofrer

por algo tão pequeno em relação à grandiosidade do problema que estamos enfrentando nesta Comissão.

Reconheço o protesto e acho que ele deve ser feito de todas as formas possíveis. Só não pode levar à paralisação da aprovação dos créditos, pois isso prejudica a todos, indistintamente, sem conotação política ou partidária.

Nesse sentido, faço um apelo aos Deputados do PT para que levem em conta isso e não promovam essas paralisações, porque assim estão paralisando o País.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Deputado Alberto Goldman, gostaria de, mais uma vez, esclarecer o posicionamento do PT, pois somos minoria e, como tal, não conseguimos paralisar a Casa.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Tanto conseguem que o estão fazendo.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Não é a minoria que consegue paralisar a Casa. Se a maioria acha que as nossas razões são pequenas diante dos problemas do País, para nós não são. Para nós, esta questão não é pequena. Ela envolve uma situação extremamente grave e que passa, de alguma forma, pelo Orçamento. Foram 36 milhões de dólares vindos do Orçamento que foram parar nas contas das empresas do Senador Luiz Estevão. Para o nosso partido, isso não é uma questão pequena.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Permite-me um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Um momento, vou concluir.

É uma questão extremamente grave. Repito, não se trata de um problema pessoal, mas, sim, de uma relação institucional e que atinge profundamente a nossa Comissão. Além disso, estamos, enquanto partido, atentos às decisões partidárias. Temos uma posição da direção de nosso partido, da coordenação de nossa bancada, e já a comunicamos aqui. Não ultrapassaremos essa decisão sem que a direção do partido e a coordenação de nossa bancada assim o decidam.

Então, em que pese a todo o bom relacionamento que desejamos manter na Comissão e ao reconhecimento da importância dos créditos que estão sendo votados, não me é possível passar por cima da decisão de nosso partido. Não considero, também, que a responsabilidade pela não aprovação desses créditos deva ser atribuída ao nosso partido, porque temos nesta Comissão um número pequeno de representantes.

Estamos aqui cumprindo com pertinência o nosso dever de Oposição e de defesa das posição partidárias. Se a representação dos partidos da base de sustentação do Governo tem outra posição, que coloque os seus Parlamentares na Casa, e então seremos democraticamente derrotados. Não nos preocupa esse ponto de vista. Não me é possível, em que pese a todo o apelo feito por V.Exa., ultrapassar a posição definida pelo nosso partido.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Solicito a V.Exa. um aparte para esclarecer a minha posição.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Sim.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Não se trata de discutir se 36 milhões são ou não importantes. Claro que são. Podem até não ser importantes diante de 45 bilhões, mas não é esta a questão, pois qualquer que seja o valor é importante. Trata-se de saber se tem a ver o fato de o Senador Luiz Estevão ser membro de uma Relatoria com a solução que será dada para os problemas do TRT, de ordem civil, criminal etc., que o Senado Federal enfrentará e que estamos enfrentando. E nada tem a ver. Ele pode até não ser Relator e ser membro da Comissão. Como será amanhã? Também vamos paralisar os trabalhos? Imaginem se a maioria — V.Exa. tem razão quando diz que os partidos de Oposição são minoria; se não, não seriam Oposição, é evidente —, que também não está de acordo com o Senador Luiz Estevão nessa Relatoria, tomasse a mesma atitude, paralisando, aí sim, de vez o País.

Portanto, o problema não é ser Oposição ou Situação. Não se trata disso, mas, sim, dos interesses que estamos enfrentando, dos interesses do País — que,

repito, são muito maiores do que quaisquer problemas que o Senador terá de enfrentar.

Aproveito a oportunidade para dizer ao Presidente que analise, do ponto de vista do Regimento, o fato de que o Senador Luiz Estevão, desde que se votou a LDO, não compareceu a nenhuma das reuniões. Pelo jeito, ele participa da obstrução, também. Por isso, gostaria que V.Exa. levantasse esse assunto.

(Não identificado) - A obstrução é só a declarada; não existe obstrução presumida.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Não vejo o porquê de termos de mantê-lo na situação em que está, já que ele simplesmente não participa. Não só temos esse problema, como também ele nem comparece para configurar o número para que possamos votar as matérias.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A abordagem feita pelo Deputado Alberto Goldman, sob certo aspecto, é pertinente. No entanto, estamos levantando as presenças nas várias reuniões, e teríamos de desligar da Comissão mais da metade de seus membros, se fôssemos cumprir rigorosamente o Regimento Interno. Mas comunicaremos às Lideranças,...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Pedindo a substituição dos faltosos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - ...ainda que em caráter confidencial, a presença dos Parlamentares nas reuniões das Comissões, sendo contadas as sessões a que têm faltado, como estão e o que diz o Regimento Interno. Primeiro, será feito um apelo aos Deputados e aos Senadores para que compareçam; e posteriormente, numa reunião de Lideranças, será aplicado o Regimento, na forma sugerida aqui.

Esse é o procedimento que a Comissão tomará.

Concedo a palavra ao Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Quero dizer ao Deputado Jovair Arantes, Relator, que a resposta dada pelo Tribunal com relação à BR, no seu último voto, já nos satisfaz. Mas chamo a atenção de V.Exa. para o PL nº 64, que está tramitando na Casa e propõe o cancelamento desses recursos à BR-080, Uruaçu—Padre Bernardo.

Sugiro a V.Exa. que apresente uma emenda de cancelamento contra o cancelamento proposto pelo Governo.

O Governo, ao mesmo tempo em que nos mandou essa mensagem pedindo a liberação do recurso, manda uma outra pedindo seu cancelamento. Ainda está em tempo de ser apresentada a emenda, pois hoje é o último dia. Esta é a minha sugestão, pois a conclusão dessa rodovia é extremamente importante para a região. Estou de acordo com o pleito do Estado de Goiás. Apenas chamo a atenção de V.Exa. para que apresente ainda hoje uma emenda contra o cancelamento proposto pelo Governo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com palavra o Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, li atentamente a exposição do Ministro do TCU sobre o procedimento de fiscalização e o voto do Ministro Relator.

A fiscalização invoca o Plano Nacional de Viação, aprovado por lei em 1973. É óbvio que, desse ano para a década de 90, houve evolução e muitas mudanças. A rodovia foi adequada à nova realidade do Estado de Goiás. Pelo plano antigo, essa rodovia BR-080 tinha um trecho de quase cinquenta quilômetros paralelo à ligação asfáltica Brasília—Padre Bernardo. O técnico disse que houve um alongamento da estrada, mas, na realidade, houve encurtamento. Com o asfaltamento do trecho Padre Bernardo—Brasília e a ligação Uruaçu—Padre Bernardo, a rodovia foi encurtada.

Aqui se fala na faixa de domínio de oitenta metros, mas o DNER não dispôs de recursos para indenizar as propriedades que seriam desapropriadas. Então, os

fazendeiros, os proprietários rurais cederam suas áreas, para que a rodovia fosse construída numa faixa menor que a prevista pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Em relação à fiscalização, o DNER não tem corpo técnico suficiente para acompanhar o dia-a-dia da obra, mas o Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás, através de seus engenheiros, pessoas competentes e capacitadas para tal serviço, fizeram o acompanhamento e as medições das obras, supervisionadas pelas regionais do DNER de Anápolis e Uruaçu.

Em seu voto, o Ministro demonstrou muita competência e conhecimento de causa. S.Exa. analisou todas as questões levantadas, até a sub-rogação, que anteriormente havia sido aprovada pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Tratava-se de obra delegada. No que se refere ao mérito, nada vejo que impeça a aprovação do relatório elaborado pelo Deputado Jovair Arantes.

Somos favoráveis ao relatório e estamos de acordo com o Ministro do Tribunal de Contas da União.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Deputado Jorge Khoury.

O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dentro da linha em que V.Exa. procura conduzir os trabalhos desta Comissão, quero dizer que apóio sua decisão em relação aos faltosos, pois essa atitude demonstra falta de consideração para com os presentes.

No momento em que os coordenadores dos partidos estão presentes, sugiro que se leve essa questão de forma mais precisa, pois sabemos das dificuldades desta Comissão. Como o período de trabalho é complicado, por ser final de ano, se não houver entendimento entre todos, acabará acontecendo o que sempre acontece: no momento final, realiza-se tudo a galope. Conclusão: não são atendidos os interesses do País.

Uma segunda consideração: apelo a V.Exa. para que defina o tempo de discussão de cada projeto apresentado. E aí, permitam-me os companheiros do PT e o Deputado Alberto Goldman, por exemplo, na matéria votada há pouco, cujo Relator era o Deputado Osvaldo Coelho, a discussão foi muito mais de conceitos de política econômica do que da proposta em si.

Sou Relator de um dos projetos e estou aqui desde o primeiro momento, mas acho que não conseguirei ler meu relatório por conta de deficiências de procedimento: ausência de Parlamentares desta Comissão e o tempo utilizado na discussão.

Então, que se defina o tempo para o Parlamentar conectar ou defender. Como o trabalho está transcorrendo, os Parlamentares que aqui estão ficam sem saber se devem ou não voltar amanhã, porque não sabem a que horas será discutida essa ou aquela matéria

Apelo veementemente ao bom senso de V.Exa. e dos demais companheiros, para que se possa realmente levar, no bom sentido, os trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Perfeito.

Concedo a palavra ao Senador Mauro Miranda.

O SR. SENADOR MAURO MIRANDA - Sr. Presidente, como representante do Estado de Goiás, eu não poderia deixar de me manifestar a favor dessa proposição do Deputado Jovair Arantes, cumpridas as consultas que S.Exa. fez ao Tribunal de Contas da União.

Embora S.Exa. e o Governador do Estado sejam, neste momento, oposição a nós, no Estado, reconhecemos a grande importância de a estrada BR-080 ligar a Região Norte do País — de Belém e do Maranhão — à Capital da República. É o caminho mais perto que temos hoje. Então, é de suma importância.

Quero dizer ao amigo e conterrâneo Deputado de Minas Gerais — reconhecendo sua posição partidária — que esses 600 mil são muito importantes para o Estado de Goiás. Para os Estados periféricos, os Estados menores, é uma dificuldade imensa. Há pouco, o Deputado Pedro Chaves lembrou que estamos

lutando por esses minguados recursos desde 1973. Seiscentos mil é realmente muito pouco, mas isso já dá para fazer mais um, mais dois, mais cinco, mais dez quilômetros, que são indispensáveis para nós e para o nosso Estado. Por isso, pedimos compreensão.

Em relação à posição partidária, não posso discutir. Reconheço a legitimidade. Ontem, no Senado, o nosso partido, o PMDB, tomou posição muito clara, explícita mesmo, quando da votação do relatório da CPI dos Bancos. O partido quer ver apurado qualquer deslize de qualquer de seus membros. Acima de cada um de nós, estão o partido e o Congresso Nacional. O PMDB não criou e não criará qualquer dificuldade para a apuração de irregularidades de seus membros.

O PMDB está de cabeça erguida com a nossa votação, e tem, na CPI dos Bancos. Temos nesta Casa um universo de companheiros. Há poucos dias, a própria Câmara dos Deputados convivia com Hildebrando Páscual. Quantas matérias ele votou na Casa? Não é por isso que os trabalhos do Congresso Nacional, ou da Câmara dos Deputados, ficariam paralisados devido à presença dessa pessoa, enviada legitimamente a esta Casa. Ele pertencia à Câmara dos Deputados e participava das votações. Não estou recriminando nem prejulgando ninguém, mas o PMDB abriu todas as portas para que se apurem todos os atos possíveis que existirem contra o nosso ainda companheiro de partido, Senador Luiz Estevão.

Reconheço a legitimidade da posição política do PT, mas dela discordamos porque, dessa forma, teríamos de ter no Parlamento só pessoas puras — e não vamos ser cínicos de dizer que só há puros nesta Casa. O povo manda para cá todo tipo de pessoa, mas, quando há recriminação, temos a obrigação de cassar seus mandatos. Nós, do PMDB, especialmente no Senado, deixamos em aberto a apuração contra qualquer membro do partido que cometa qualquer deslize nesta Casa.

Estas são as minhas considerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Deputado Armando Abílio.

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO - Sr. Presidente, quero me acostar à preocupação dos companheiros no que diz respeito ao problema de **quorum**.

Sr. Presidente, todos os dias em que há reunião, uma assessora parlamentar da Comissão fica telefonando, bem cedo, a seus membros, mas os companheiros não querem vir. Sr. Presidente, não sei o motivo e a razão, nem quero entrar em considerações, mas sugiro a V.Exa., que está presente a todas as reuniões e faz questão de presidi-las, que comunique o fato às Lideranças. Sinceramente, não entendemos.

Concordo com a argumentação do companheiro João Fassarella: o PT é minoria e, assim sendo, não está inviabilizando o funcionamento desta Comissão. Então, que as Lideranças da base governista troquem seus membros. V.Exa. sabe — e muito bem — que, no momento de indicar os membros para esta Comissão, todos fazem questão de participar. Ocorre, porém, que há uma distância entre querer participar e querer estar presente. Poderemos acabar com essa distância se V.Exa. comunicar a nossos Líderes que façam a mudança dos membros desta Comissão. Não podemos, nem devemos, estar aqui assistindo, ou sendo vítimas, exatamente disso: será que o PT vai ou não pedir verificação de **quorum**?

O PT é minoria e tomou essa posição. Qual deve ser a posição da bancada da base de sustentação do Governo? Que mude seus membros, para que venham participar das discussões.

Quero também me acostar à preocupação do companheiro Alberto Goldman: o País não pode nem deve parar em função dessa situação. Como acabar com isso? Indicando outros Parlamentares para serem membros titulares desta Comissão.

Deixo registrada essa sugestão. Tenho certeza de que V.Exa. vai enfrentar a situação e tomar essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Quero endossar o que disseram os colegas que anteriormente se manifestaram para demonstrar dois problemas. Primeiro, na condução dos trabalhos, pois um partido minoritário praticamente monopoliza a palavra e, portanto, o tempo, acima até mesmo de sua proporção. Acho que deveríamos estabelecer regras para que a Oposição, ou quem quer que seja, use da palavra por determinados minutos, e não se faça o jogo ao qual assistimos há pouco. Como bem explicitou o colega, fizeram debate filosófico, consumindo tempo a ponto de não votarmos uma matéria significativa para o Estado de Goiás. Por outro lado, um grupo de Parlamentares que estava presente no início da sessão, possibilitando o **quorum**, se ausentou, e já se considera o trabalho encerrado. Isso também não deve acontecer.

Em nome do Partido Progressista Brasileiro, quero dividir a responsabilidade com V.Exa.: o papel de advertir os Srs. Líderes sobre os nossos colegas, sejam Deputados, sejam Senadores, não é só de V.Exa., mas também dos representantes das Lideranças nesta Comissão. Estou disposto a levar ao Líder de meu partido nossas reclamações sobre os colegas ausentes, principalmente na sessão, e acho que os representantes dos outros partidos também deveriam fazê-lo. Não sei se estão presentes, mas deveriam estar. Para isso, também sugiro ao Deputado Alberto Goldman, representante da Liderança do Governo, que faça também uma gestão eficaz, porque do contrário todas as reuniões serão assim. Às vezes, pessoas que querem trabalhar, mas têm também outros afazeres, deixarão de vir porque sabem que apenas perderão tempo.

A maioria dos Parlamentares talvez nem estivesse preocupada, ou tivesse algum interesse, naquele projeto dos juroz, mas ficamos aqui ouvindo filosofias e balelas — ouvimos mais de vinte discursos, seja nas Comissões, seja no plenário desta Casa, sempre com as mesmas palavras. Para quê? Para ganharem tempo. Mérito para o PT, mérito para quem fez isso e não "levou na barriga", mas não podemos entrar nesse jogo, que nos está desgastando e trazendo grandes prejuízos.

O problema referente ao Senador Luiz Estevão é do partido. O PMDB assumiu sua posição. Acho que não compete a nenhum outro partido da base governista, ou quem quer que seja, meter-se na questão. O PT tem também suas razões de protestar, porque está em jogo o nome da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. O passado já mostrou muita coisa que dá margem a certos comportamentos.

Faço aqui um desabafo, sugerindo aos Parlamentares que desejam que as coisas evoluam naturalmente que não fiquem à mercê desse ou daquele jogo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, quero chamar a atenção para um aspecto pouco enfatizado por Parlamentares que usaram da palavra.

É evidente que o Brasil precisa dos recursos, e boa parte deles aqui estão. É evidente que se tem de chamar a atenção dos Parlamentares que aqui não comparecem, mas há algo da maior relevância a ser lembrado por todos: em que pese a não haver condenação formal, o Senador Luiz Estevão, na condição de suspeição, não pode assumir a relatoria de uma área tão importante como essa para a qual está sendo indicado.

Não adianta fazer comparação, como fez meu amigo de tantos anos, a quem admiro e em quem confio, o Senador Mauro Miranda. É uma pena que S.Exa. tenha ido embora. Não se deu a Hildebrando Pascoal a relatoria de um projeto na área de direitos humanos. Isso não ocorreu. Ele aqui estava por força de um mandato, por força da Constituição. Não tem o mínimo sentido achar que é natural estar sendo investigado. Não. Relator e Sub-Relator fazem audiências, recebem pessoas. Quem se sentiria à vontade para legitimamente procurar alguém, a fim de discutir um projeto, uma obra, uma ação, sem ficar constrangido por poder ser confundido com um lobista, com isso ou com aquilo?

Quer dizer, isso atrapalha, efetivamente. Isso não significa achar que o Senador Luiz Estevão vá praticar isso ou aquilo, pois poderíamos estar prejudgando, mas os trabalhos estão efetivamente sendo prejudicados por causa disso. Ele é um Parlamentar ausente: está cuidando, com seus advogados, de sua defesa, de seus argumentos, disso e daquilo. O trabalho de Sub-Relator é duro e tem de ser integrado com os técnicos da área. Além disso, é preciso haver diálogo com quem está relatando a Lei do Orçamento Anual. Como achar que não há problema? Temos de enfatizar que é problema, sim, e que representa muito para o País, que precisa ser passado a limpo e reclama atitudes duras em questões como essa.

Ninguém quer prejudicar alguém. Esse é um dever elementar, é uma medida tomada por todos. Mas, quando há uma suspeita, a pessoa é afastada da área. Essa providência é um dever elementar. Isso ocorre em qualquer lugar e em qualquer área, e não é prejudicamento. Se um funcionário é suspeito de algo, a primeira medida é afastá-lo enquanto se apura o fato.

Então, isso tem de ser enfatizado aqui. Não sinto, nesta Comissão, indignação diante desse fato. Esta Comissão já foi exemplo para o País. Depois de denúncias, foi passada a limpo: modificou-se e ajudou a modificar o País. Por que a Comissão não pode, também, tomar uma atitude?

Creio também, Sr. Presidente, que é preciso fazer um estudo melhor. Quem sabe a própria Presidência, em nome da defesa da instituição, não possa tomar uma medida específica sobre o assunto?

Para encerrar, dizem que estamos atrapalhando o País, que estamos barrando essas questões. Ora, o Governo nos mandou de última hora esses projetos! Além disso, quero registrar que, na hora de atender às emendas dos Parlamentares, o Governo não verifica sua importância. Só quer saber se é do PT, se é da Oposição. Se for, não atende. Qual a reciprocidade que se pede? Na hora de aprovarmos isso, passando por cima de nossas convicções, vamos olhar as necessidades do País. Concorde. Provavelmente, em algum momento — não sei exatamente qual; espero que seja no da troca do Sub-Relator —, vamos aprovar.

Mas em nenhum momento senti, por parte do Governo, que olhasse para o bem do País diante de uma emenda consignada em Orçamento. Não olha. Se partiu do PT, simplesmente não atende: "Essa não pode", mesmo que seja útil, mesmo que seja importante. Esse argumento não serve no momento de o Governo analisar as emendas, as rubricas apresentadas pelas bancadas de Oposição.

Então, queria dizer que, ao votar, vamos manter o pedido de verificação, para continuar esse processo, chamar a atenção do País e poder, finalmente, substituir esse Sub-Relator, que está fora do lugar, contrariando tudo o que se espera desta Casa e desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Neuton Lima.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Desculpe-me, Deputado Neuton Lima, mas queria que votássemos para caracterizar quem está presente e quem está ausente, a fim de se poder comunicar às Lideranças.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Sr. Presidente, entendo perfeitamente a preocupação de todos os companheiros membros desta Comissão, mas também não poderia deixar de externar minha preocupação, até como um Parlamentar jovem, de primeiro mandato, que faz parte desta Comissão tão importante, assumindo uma Sub-Relatoria do PPA, integrante da bancada do PFL na Casa.

Vejo a preocupação de todos os membros desta Comissão com a questão da presença, mas é importante ressaltar que, no momento desta nossa reunião, existem outras reuniões na Casa. Recebi de minha Liderança um convite para comparecer agora ao plenário do Senado Federal, porque está havendo lá uma audiência. Fiz uma opção. Ou ia para lá ou ficaria aqui. Como aqui existe até parecer relatado por mim para ser apreciado, surpreende-me, de fato, o pedido de verificação de **quorum** na Comissão, feito pela bancada do PT, uma vez que estamos aqui e existe **quorum** suficiente para deliberação.

São projetos de suma importância para o País, como já disse o Líder do Governo nesta Comissão. Acho que cabe a nós, Parlamentares, termos consciência. Acredito que V.Exa., como Presidente desta Comissão, já tomou uma atitude muito sábia, muito prudente, de fazer um levantamento. Já está exaurida essa questão: V.Exa. vai relatar isso aos Líderes partidários e, se persistir a ausência dos Parlamentares na Comissão, tomará as medidas legais cabíveis. Acredito que essa questão está resolvida por parte de V.Exa. Gostaria de elogiar a atitude que V.Exa. já tomou, ao agir dessa maneira com os Parlamentares desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Encerrada a discussão.

Em votação.

Em votação na bancada da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam, permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado, contra os votos do Deputado Carlito Meres, João Fassarella, Ben-Hur Ferreira e Virgílio Guimarães.

Em votação na bancada do Senado Federal...

(Não identificado) - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente, para pedir verificação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Verificação.

Apoio?

(Pausa.)

Concedido o pedido de verificação.

O Deputado Jovair Arantes procederá à chamada.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Verificação.

PFL

Antônio Carlos Konder Reis. (Pausa)

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente. Na Câmara dos Deputados foi aprovado. Está em votação agora no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Foi pedida verificação.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Ausente.

Carlos Melles. (Pausa.) Ausente.

Cesar Bandeira. (Pausa.) Ausente.

Jorge Khoury. (Pausa.)

Sim.

José Lourenço. (Pausa.) Ausente.

José Melo. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ MELO - Com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Lael Varella. (Pausa.) Ausente.

Laura Carneiro. (Pausa.) Ausente.

Neuton Lima. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Sim.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Com o Relator.

Osvaldo Coelho. (Pausa.) Ausente.

Paes Landim. (Pausa.) Ausente.

Paulo Braga. (Pausa.) Ausente.

Santos Filho. (Pausa.) Ausente.

Wilson Braga. (Pausa.) Ausente.

Suplentes do PFL.

Aracely de Paula. (Pausa.) Ausente

Aroldo Cedraz. (Pausa.) Ausente.

Ciro Nogueira. (Pausa.) Ausente.

Deusdeth Pantoja. (Pausa.) Ausente.

Jaime Martins. (Pausa.) Ausente.

Francisco Garcia. (Pausa.) Ausente.

João Ribeiro. (Pausa.) Ausente.

José Carlos Coutinho. (Pausa.) Ausente.

José Thomaz Nonô. (Pausa.) Ausente.

Luciano Castro. (Pausa.) Ausente.

Luis Barbosa. (Pausa.) Ausente.

Paulo Marinho. (Pausa.) Ausente.

Sérgio Barcellos. (Pausa.) Ausente.

Zila Bezerra. (Pausa.) Ausente.

PMDB

Armando Abílio. (Pausa.) Com o Relator.

Damião Feliciano. (Pausa.) Ausente.

Eunício Oliveira. (Pausa.) Ausente.

Freire Júnior. (Pausa.) Ausente.

José Chaves. (Pausa.) Ausente.

José Priante. (Pausa.) Ausente.

Osvaldo Reis. (Pausa.) Ausente.

Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Voto com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Com o Relator.

Renato Vianna. (Pausa.) Ausente.

Silas Brasileiro. (Pausa.) Ausente.

Waldemir Moka. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA - Com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Com o Relator.

Wilson Santos. (Pausa.) Ausente.

Suplentes do PMDB.

Alceste Almeida. (Pausa.) Ausente.

Darcísio Perondi. (Pausa.) Ausente.

João Henrique. (Pausa.) Ausente.

Jorge Alberto. (Pausa.) Ausente.

José Borba. (Pausa.) Ausente.

Milton Monti. (Pausa.) Ausente.

Múcio Sá. (Pausa.) Ausente.

Norberto Teixeira. (Pausa.) Ausente.

Olavo Calheiros. (Pausa.) Ausente.

Pedro Novais. (Pausa.) Ausente.

Philemon Rodrigues. (Pausa.) Ausente.

Ricardo Noronha. (Pausa.) Ausente.

PSDB

Alberto Goldman. (Pausa.) "Sim". Com o Relator.

Anivaldo Vale. (Pausa.) Ausente.

Basílio Villani. (Pausa.) Ausente.

Danilo de Castro. (Pausa.) Ausente.

João Leão. (Pausa.) Ausente.

Jovair Arantes. (Pausa.) Com o Relator.

Narcio Rodrigues. (Pausa.) Ausente.

Paulo Feijó. (Pausa.) Com o Relator.

Paulo Mourão. (Pausa.) Ausente.

Pedro Henry. (Pausa.) Ausente.

Roberto Rocha. (Pausa.) Ausente.

Rommel Feijó. (Pausa.) Ausente.

Suplentes do PSDB.

Alexandre Santos. (Pausa.) Ausente.

B. Sá. (Pausa.) Ausente.

Fátima Pelaes. (Pausa.) Ausente.

João Almeida. (Pausa.) Ausente.

Julio Semeghini. (Pausa.) Ausente.

Lidia Quinan. (Pausa.) Ausente.

Marcus Vicente. (Pausa.) Ausente.

Mário Negromonte. (Pausa.) Ausente.

Pedro Canedo. (Pausa.) Ausente.

Sérgio Guerra. (Pausa.) Ausente.

Raimundo Gomes de Matos. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sim. Com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Com o Relator.

Ricarte de Freitas. (Pausa.) Ausente.

PT

Ben-Hur Ferreira.

O SR. DEPUTADO BEN-HUR FERREIRA - Abstenção, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Abstenção.

Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Abstenção.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Abstenção.

Fernando Marroni. (Pausa.) Ausente.

João Coser. (Pausa.)

João Fassarella. (Pausa.)

Nilson Mourão. (Pausa.) Ausente.

Virgílio Guimarães. (Pausa.) Abstenção.

Suplentes do PT.

Antonio Palocci. (Pausa.) Ausente.

Gilmar Machado. (Pausa.) Ausente.

João Grandão. (Pausa.) Ausente.

João Paulo. (Pausa.) Ausente.

José Pimentel. (Pausa.) Ausente.

Luiz Sérgio. (Pausa.) Ausente.

Pedro Celso. (Pausa.) Ausente.

PPB

Almir Sá. (Pausa.) Com o Relator.

Cleonânicio Fonseca. (Pausa.) Ausente.

Iberê Ferreira. (Pausa.) Ausente.

Márcio Reinaldo Moreira. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Nelson Meurer.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Roberto Balestra. (Pausa.)

Ausente.

Vadão Gomes. (Pausa.) Ausente.

Suplentes

Benedito Dias. (Pausa.) Ausente.

Eliseu Moura. (Pausa.) Ausente.

João Tota. (Pausa.) Ausente.

Pedro Corrêa. (Pausa.) Ausente.

Ricardo Barros. (Pausa.) Ausente.

PTB

Félix Mendonça. (Pausa.)

Fernando Gonçalves. (Pausa.) Ausente.

José Carlos Elias. (Pausa.) Ausente.

Suplentes.

Eduardo Paes. (Pausa.) Ausente.

Renildo Leal. (Pausa.) Ausente.

Nelson Marquezelli. (Pausa.) Ausente.

PDT

Airton Dipp.

O SR. DEPUTADO AIRTON DIPP - Sim.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - "Sim".

Coriolano Sales. (Pausa.)

Eurípedes Miranda. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO EURÍPEDES MIRANDA - Com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Com o Relator.

Suplentes do PDT.

Giovanni Queiroz. Vota "sim". Obrigado.

Ninguém mais vota. Preencheu o PDT — aliás, o único partido presente na integralidade.

Bloco Parlamentar PSB/PC do B.

Djalma Paes. (Pausa.) Ausente.

Gonzaga Patriota. (Pausa.) Ausente.

Sérgio Miranda. (Pausa.) Ausente.

Suplentes

Agnelo Queiroz. (Pausa.) Ausente.

Givaldo Carimbão. (Pausa.) Ausente.

Bloco Parlamentar PL/PST/PMN/PSL.

Eujácio Simões. (Pausa.) Ausente.

João Caldas.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Abstenção.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Abstenção.

Vota um do Bloco.

Marcos Cintra. (Pausa.) Ausente.

Vago.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Encerrada a votação.

Vamos à apuração.

Vinte e um Srs. Deputados presentes e votantes. Votaram 16 "sim" e 5 abstenções.

Tendo em vista que, na verificação, ficou constatada a ausência de **quorum**, está encerrada a reunião.

Convoco outra para a próxima terça-feira, às 18 horas.

**COMISSÃO REPRESENTATIVA
DO
CONGRESSO NACIONAL**
(PERÍODO DE 16 DE DEZEMBRO DE 1999 A 14 DE FEVEREIRO DE 2000)

SENADO FEDERAL

Titulares

PMDB

1. Nabor Júnior
2. Renan Calheiros
3. Iris Rezende

PFL

1. Carlos Patrocínio
2. Bello Parga

BLOCO DE OPOSIÇÃO

1. Roberto Saturnino

PSDB

1. Geraldo Melo

Suplentes

1. Casildo Maldaner
2. Mauro Miranda
3. Maguito Vilela

1. Edison Lobão
2. Francelino Pereira

1. Geraldo Cândido

1. Lúdio Coelho

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Titulares

PFL

1. Darci Coelho
2. Paes Landim
3. Vilmar Rocha

PMDB

1. Eunício Oliveira
2. Jorge Pinheiro
3. Ricardo Noronha

PSDB

1. Julio Semeghini
2. Lúcia Vânia
3. Maria Abadia

PT

1. Geraldo Magela
2. Pedro Celso

PPB

1. Márcio Reinaldo Moreira

PTB

1. Luiz Antônio Fleury

PDT

1. Celso Jacob

BLOCO, PSB, PC do B

1. José Antonio

PPS

1. Clementino Coelho

Suplentes

1. Aracely de Paula
2. Paulo Braga
3. Paulo Octávio

1. Alberto Fraga
2. Euler Moraes
3. Pedro Chaves

1. Danilo de Castro
2. Dr. Heleno
3. Juquinha

1. João Fassarella
2. Pedro Wilson

1. Roberto Balestra

1. Magno Malta

1. Fernando Coruja

1. Agnelo Queiroz

1. Márcio Bittar

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

PRESIDENTE: Senador GILBERTO MESTRINHO (PMDB/AM)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado JOVAIR ARANTES (PSDB/GO)

2º VICE-PRESIDENTE: Senador ROMERO JUCÁ (PSDB/RR)

3º VICE-PRESIDENTE: Deputado JOÃO COSER (PT/ES)

Relator-Geral do Orçamento: Deputado CARLOS MELLES (PFL/MG)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PFL	
ANTÔNIO C. KONDER REIS	1 - JOÃO RIBEIRO
CARLOS MELLES	2 - LUÍS BARBOSA
CÉSAR BANDEIRA	3 - PAULO MARINHO
JORGE KHOURY	4 - SÉRGIO BARCELLOS
JOSÉ LOURENÇO	5 - ZILA BEZERRA
JOSÉ MELO	6 - AROLDO CEDRAZ
LAEL VARELLA	7 - DÉUSDETH PANTOJA
LAURA CARNEIRO	8 - JAIME MARTINS
NEUTON LIMA	9 - LUCIANO CASTRO
OSVALDO COELHO	10 - CIRO NOGUEIRA
PAES LANDIM	11 - FRANCISCO GARCIA
PAULO BRAGA	12 - ARACELY DE PAULA
SANTOS FILHO	13 - JOSÉ CARLOS COUTINHO
WILSON BRAGA	14 - JOSÉ THOMAZ NONÔ
PMDB	
ARMANDO ABÍLIO	1 - DARCÍSIO PERONDI
DAMIÃO FELICIANO	2 - JOSÉ BORBA
FREIRE JÚNIOR	3 - JOÃO HENRIQUE
JOSÉ CHAVES	4 - JORGE ALBERTO
JOSÉ PRIANTE	5 - MILTON MONTI
OSVALDO REIS	6 - MÚCIO SÁ
PEDRO CHAVES	7 - NORBERTO TEIXEIRA
RENATO VIANNA	8 - OLAVO CALHEIROS
SILAS BRASILEIRO	9 - PEDRO NOVAIS
WALDEMIR MOKA	10 - PHILEMON RODRIGUES
WILSON SANTOS	11 - RICARDO NORONHA
EUNÍCIO OLIVEIRA	12 - ALCESTE ALMEIDA
PSDB	
ALBERTO GOLDMAN	1 - JOÃO ALMEIDA
BASÍLIO VILLANI	2 - FÁTIMA PELAES
JOÃO LEÃO	3 - PEDRO CANEDO
NÁRCIO RODRIGUES	4 - RAIMUNDO G. MATOS
PEDRO HENRY	5 - MÁRIO NEGROMONTE
JOVAIR ARANTES	6 - MARCUS VICENTE
ANIVALDO VALE	7 - B. SÁ
PAULO FEIJÓ	8 - JÚLIO SEMEGHINI
DANILO DE CASTRO	9 - RICARTE DE FREITAS
ROMMEL FEIJÓ	10 - LÍDIA QUINAN
ROBERTO ROCHA	11 - SÉRGIO GUERRA
PAULO MOURÃO	12 - ALEXANDRE SANTOS

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTE

PT

BEN - HUR FERREIRA
CARLITO MERSS
FERNANDO MARRONI
JOÃO COSER
JOÃO FASSARELLA
NILSON MOURÃO
VIRGÍLIO GUIMARÃES

1 - ANTONIO PALOCCI
2 - PEDRO CELSO
3 - JOSÉ PIMENTEL
4 - GILMAR MACHADO
5 - JOÃO PAULO
6 - LUIZ SÉRGIO
7 - JOÃO GRANDÃO

PPB

ALMIR SÁ
CLEONÂNCIO FONSECA
IBERÊ FERREIRA
MÁRCIO REINALDO MOREIRA
NELSON MEURER
ROBERTO BALESTRA
VADÃO GOMES

1 - JOÃO TOTA
2 - ELISEU MOURA
3 - PEDRO CORRÊA
4 - Dr. BENEDITO DIAS
5 - RICARDO BARROS
6 - VAGO
7 - VAGO

PTB

FÉLIX MENDONÇA
JOSÉ CARLOS ELIAS
FERNANDO GONÇALVES

1 - EDUARDO PAES
2 - RENILDO LEAL
3 - NELSON MARQUEZELLI

PDT

AIRTON DIPP
GIOVANNI QUEIROZ
EURÍPEDES MIRANDA

1 - POMPEO DE MATTOS
2 - CELSO JACOB
3 - FERNANDO CORUJA

BLOCO (PSB/PC do B)

SÉRGIO MIRANDA
GONZAGA PATRIOTA
DJALMA PAES

1 - GIVALDO CARIMBÃO
2 - PEDRO EUGÊNIO
3 - AGNELO QUEIROZ

BLOCO (PL/PST /PMN/ PSD/PSL)

EUJÁCIO SIMÕES
JOÃO CALDAS

1 - MARCOS CINTRA
2 - VAGO

SENADORES

TITULARES

SUPLENTE

PMDB	
RAMEZ TEBET	1 - MARLUCE PINTO
WELLINGTON ROBERTO	2 - CARLOS BEZERRA
LUIZ ESTEVÃO	3 - ALBERTO SILVA
JOSÉ ALENCAR	4 - GILVAM BORGES
GILBERTO MESTRINHO	5 - NEY SUASSUNA
NABOR JÚNIOR	6º - JOÃO ALBERTO SOUZA
MAURO MIRANDA	7 - VAGO
PFL	
MOZARILDO CAVALCANTI	1 - CARLOS PATROCÍNIO
MOREIRA MENDES	2 - ROMEU TUMA
EDISON LOBÃO	3 - HUGO NAPOLEÃO
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	4 - VAGO
JONAS PINHEIRO	5 - VAGO
PSDB	
ROMERO JUCA	1 - VAGO
ANTERO PAES DE BARROS	2 - SERGIO MACHADO
LUIZ PONTES	3 - LUZIA TOLEDO
LÚCIO ALCÂNTARA	4 - VAGO
BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	
ANTONIO C. VALADARES	1 - ROBERTO SATURNINO
EDUARDO SUPPLY	2 - VAGO
SEBASTIÃO ROCHA	3 - VAGO
TIÃO VIANA	4 - VAGO
PPB	
LUIZ OTÁVIO	1- ERNANDES AMORIM

Atualizado em 8/12/1999.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA - 51ª LEGISLATURA

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES

MEMBROS SUPLENTE

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ALVARO DIAS	PR	** 08	311 3206	321 0146	ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1248	321 9470
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ALA SEN. DENARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	225	318 5225	318 2225
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JÚLIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas)
e_mail - mercosul@abordo.com.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Livro da Profecia

Obra organizada por Joaquim Campelo Marques, com 976 páginas. Coletânea de artigos da lavra de diversos pensadores, artistas, cientistas, escritores e intelectuais brasileiros sobre o século XXI.

Preço por exemplar: R\$ 25,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF.

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP**, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via **FAX (061) 224-5450**, a favor do **FUNSEEP**, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos indetificadores abaixo discriminado:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803, Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.

**SENADO
FEDERAL**



**SECRETARIA
ESPECIAL
DE EDITORAÇÃO
E PUBLICAÇÕES**

EDIÇÃO DE HOJE: 336 PÁGINAS